



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

MARCELO BARBOSA SANTOS

**CONFLITOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. UMA
REFLEXÃO SOBRE AS INTERAÇÕES ENTRE ESTUDANTES COTISTAS
NEGROS E COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DAS AÇÕES
AFIRMATIVAS**

NITERÓI, RJ

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

MARCELO BARBOSA SANTOS

**CONFLITOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. UMA
REFLEXÃO SOBRE AS INTERAÇÕES ENTRE ESTUDANTES COTISTAS
NEGROS E COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DAS AÇÕES
AFIRMATIVAS**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Doutor em Política Social.

Área de Concentração: Avaliação de Políticas Sociais.

Linha de Pesquisa: Avaliação de políticas de programas e projetos governamentais e não-governamentais.

Orientador

Prof. Dr. André Augusto P. Brandão

NITERÓI, RJ

2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S237c Santos, Marcelo Barbosa
Conflitos na Universidade Federal Fluminense. Uma reflexão sobre as interações entre estudantes cotistas e comunidade universitária no contexto das ações afirmativas / Marcelo Barbosa Santos ; André Augusto Pereira Brandão, orientador. Niterói, 2020.
252 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGESS.2020.d.93313497772>

1. Ação afirmativa e Cotas. 2. Conflitos na universidade. 3. Educação. 4. Política Social. 5. Produção intelectual. I. Brandão, André Augusto Pereira, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Sandra Lopes Coelho - CRB7/3389

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

MARCELO BARBOSA SANTOS

**CONFLITOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. UMA
REFLEXÃO SOBRE AS INTERAÇÕES ENTRE ESTUDANTES COTISTAS
NEGROS E COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DAS AÇÕES
AFIRMATIVAS**

Niterói, maio de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. André Augusto P. Brandão - UFF

Profª. Dr. Sidney Clemente Peres – UFF

Profª. Dr. Júlio Tavares - UFF

Profª. Drª. Rosana Rodrigues Heringer – UFRJ

Profº. Dr. Helder Molina – UERJ

Profª. Drª Monique Franco – UERJ (Suplência)

Profº. Dr. Fernando de Sá Moreira – UFF (Suplência)

NITERÓI, RJ

2019

Dedico esta tese aos meus pais que me possibilitaram ser o primeiro membro da família a alcançar o título de doutorado. À Dona Rute, minha mãe, baiana “retirante”, com pouca escolaridade, da cidade de Barreiras, passou por São Paulo, Brasília até se instalar no Rio de Janeiro. Paralelamente com a criação dos filhos, graduou-se como assistente social aos 40 anos, chegando à pós-graduação. Por ter feito da sua trajetória um exemplo de vida. Ao seu Edson (falecido), meu pai, carioca, policial militar, por ter me ensinado a soltar pipa, jogar bola e brincar de pião, enfim, por ter orgulho de ser suburbano e me apresentar o manual de sobrevivência da “cidade maravilha, purgatório da beleza e do caos”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Myrelly Monyk Borges pelo carinho, companheirismo e paciência durante a travessia pelo curso de Doutorado.

A todo corpo de servidores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, em especial pela generosidade em possibilitar as condições necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, mesmo considerando os tempos difíceis do país.

Ao Professor Jose Jorge de Carvalho da Universidade de Brasília, por ter me ofertado as bases teóricas para a consolidação da crítica às desigualdades da sociedade brasileira.

Ao Carlos Alberto Medeiros, militante histórico do movimento negro brasileiro, intelectual orgânico de alto gabarito e amigo dos bailes blacks do Rio de Janeiro, por ter me ensinado os caminhos da argumentação contra o inimigo.

Aos meus colegas de trabalho na UFF que de formas diferenciadas me ajudaram e fortaleceram para a conquista do doutorado.

Aos companheiros militantes do movimento sindical do Sintuff, Sintfub e da FASUBRA que sempre me apoiaram nos estudos.

Aos servidores técnicos administrativos da Biblioteca Central da UFF que com presteza e sorriso sempre se colocaram a disposição para atendimento das minhas demandas acadêmicas.

Aos servidores terceirizados do curso de Engenharia da UFF, pela simpatia e reserva das mesas no hall para eu desenvolver a redação da tese.

Aos companheiros de luta do ENUFF pela solidariedade no processo de pesquisa e a risadas das reuniões.

A todos os militantes dos coletivos de estudantes negros da UFF que colaboraram com veracidade dos depoimentos para a construção da tese.

Aos presidentes Lula e Dilma por terem construído políticas educacionais voltadas para as universidades federais, garantido, não somente, recursos para o ensino, pesquisa e extensão, mas também, aberto às instituições para a população negra e indígena, seguidos, historicamente, excluídos do processo educacional brasileiro.

E finalmente, ao meu Notebook que não fraquejou em nenhum momento e garantiu a qualidade do resultado final do nosso estudo.

**Homenagem aos estudantes cotistas
negros e indígenas.**

*Eu canto aos Palmares
odiando opressores
de todos os povos
de todas as raças
de mão fechada
contra todas as tiranias!
(...)*

Solano Trindade em Canto dos Palmares

RESUMO

SANTOS, Marcelo B. **Conflitos na Universidade Federal Fluminense. Uma reflexão sobre as interações entre estudantes cotistas negros e comunidade universitária no contexto das ações afirmativas. 2020. 252 f.** Tese (Doutorado) em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

Este estudo está situado no corpo de pesquisas qualitativas sobre a implementação das ações afirmativas como política social em educação nas instituições de ensino superior públicas do Brasil. O principal objetivo desta tese é pesquisar e analisar as interações de caráter conflitivo relacionadas aos estudantes negros oriundos das ações afirmativas, na modalidade das cotas, mediante o acompanhamento dos trabalhos da Comissão de Aferição de Autodeclaração de Cor/etnia e dos relatos e vivências dos militantes dos coletivos de estudantes negros e anti-racistas, visando buscar seus fatores constitutivos e impactos na comunidade universitária da Universidade Federal Fluminense. As análises foram sistematizadas considerando: 1) conflitos envolvendo estudantes negros na comunidade discente, 2) conflitos entre estudantes negros e docentes e 3) conflitos entre estudantes negros e administração universitária. As análises, baseadas na literatura teórica sobre conflito e racismo, têm como fonte de pesquisa: teses, dissertações, livros e artigos, e também materiais originários da mídia em geral: jornais, revistas, páginas eletrônicas e redes sociais. Entre os principais resultados do estudo, destacamos a constatação do perfil racial dos conflitos, em especial, aqueles relacionados às questões sobre a diversidade da comunidade, às opções epistemológicas dos cursos e à atuação institucional no tocante ao racismo; e seus impactos: na gestão da instituição, na conscientização e mobilização política, na integração entre estudantes e na abordagem dos conteúdos em sala de aula na UFF.

Palavras-chave: conflito; ação afirmativa; universidade; educação.

ABSTRACT

SANTOS, Marcelo B. Conflicts at Universidade Federal Fluminense. A reflection on the interactions between black quota students and the university community in the context of affirmative actions. 2020. 252 f. Tese (Doutorado) em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

This study is located in the body of qualitative research on the implementation of affirmative actions as a social policy in education in public higher education institutions in Brazil. The main objective of this thesis is to research and analyze the conflicting interactions related to black students from affirmative actions, in the form of quotas, by monitoring the work of the Self-Declaration of Color / Ethnicity Commission and the reports and experiences of militants of groups of black and anti-racist students, seeking to find their constitutive factors and impacts on the university community of Universidade Federal Fluminense. The analyzes were systematized considering: 1) conflicts involving black students in the student community, 2) conflicts between black students and teachers and 3) conflicts between black students and university administration. The analyzes, based on the theoretical literature on conflict and racism, have as their source of research: theses, dissertations, books and articles, as well as materials originating from the media in general: newspapers, magazines, websites and social networks. Among the main results of the study, we highlight the observation of the racial profile of the conflicts, especially those related to questions about the diversity of the community, to the epistemological options of the courses and to the institutional performance regarding racism; and its impacts: in the management of the institution, in the awareness and political mobilization, in the integration between students and in the approach of the contents in the classroom at UFF.

Keywords: conflict; affirmative action; university; education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Estátua em homenagem a Zumbi dos Palmares, de autoria de Rodrigo Pedrosa, localizada na entrada do Campus Gragoatá da UFF.....	17
Figura 2- Fluxograma da distribuição das vagas reservadas a política de cotas de acordo com a Portaria Normativa do MEC nº 09/2017.....	71
Figura 3- Campanha publicitária – Prouni/Mec	81
Figura 4- Cartaz da campanha publicitária do vestibular da Universidade Castelo Branco.....	84
Figura 5- Campanha “Quantos professores negros você tem?”.....	91
Figura 6- Aluna acorrentada.....	95
Figura 7- Calouro preso e saudação nazista.....	95
Figura 8- Postagem do Facebook - homem negro de joelhos entregando cacho de bananas.....	95
Figura 9- Trote 1	97
Figura 10- Trote 2	97
Figura 11- Pichação na porta do banheiro UFSM.....	98
Figura 12- Bilhete encontrado no banheiro com mensagem racista.....	99
Figura 13- Pichações encontradas no banheiro.....	100
Figura 14- Cartazes no corredor próximo a sala de aula.....	104
Figura 15- Cartazes na sala de aula.....	104
Figura 16- Centro de Convivência Negra - UnB.....	117
Figura 17- Alunos Ativos - 1º/2020.....	135
Figura 18- Fluxograma da UFF.....	136
Figura 19- Corpo docente da UFF raça/cor - 2017.....	137
Figura 20- Alunos Matriculados (Cotas e Livre Concorrência).....	138
Figura 21- Alunos matriculados por tipo de ingresso.....	139
Figura 22- Alunos matriculados no 2º semestre (2016 a 2018) por tipo de ingresso...139	
Figura 23- Corpo discente – Raça/Cor – 2017.....	140
Figura 24- Alunos matriculados no 2º semestre de 2018, por tipo de ingresso	143
Figura 25- Divulgação da III Semana da Psicologia Preta e Indígena da UFF.....	158
Figura 26- Pichação “centauro racista” encontrada nos arredores do ICHF.....	162
Figura 27- Campanha contra as fraudes nas cotas na UFF/2016 – CENUFF.....	168
Figura 28- Reunião ENUFF e ADUFF com a reitoria 10/12/2019.....	171

Figura 29- Imagem de divulgação da Ocupação Preta da UFF.....	173
Figura 30- Material de divulgação da PROAES distribuído nos Campis da UFF.....	185
Figura 31- Cartaz no pilotis do ICHF.....	192
Figura 32- Grafite escadaria Serviço Social.....	192
Figura 33- Cartaz de protesto.....	193
Figura 34- Grafite nos pilotis do ICHF.....	193
Figura 35- Grafite luta feminista negra.....	194
Figura 36- Grafite J. Hendrix black power.....	194
Figura 37- Faixa do DCE presa na entrada do Campus do Valonguinho em 2018.....	194
Figura 38- DCE na recepção cotistas 2020.....	195
Figura 39- Adesivo UNE de apoio aos cotistas.....	195
Figura 40- Faixa do coletivo feminista “Afronte!” na recepção dos cotistas 2020.....	196
Figura 41- Cartaz colado no Campus Gragoatá produzido durante a campanha para reitor da UFF em 2018.....	199
Figura 42- Grafite no pilotis do Gragoatá.....	199
Figura 43- Grafite no pilotis do Gragoatá.....	199
Figura 44- Pichação no banheiro do prédio da Letras do Gragoatá.....	200

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Conflitos entre estudantes negros ou cotistas e os de ampla concorrência por região.....	99
Tabela 2- Conflitos entre estudantes negros ou cotistas e os docentes por região.....	107
Tabela 3- Conflitos entre estudantes negros ou cotistas e a administração universitária por região	113
Tabela 4- Todos conflitos sistematizados por região.....	116
Tabela 5- Percentual de alunos por grupos raciais matriculados na graduação após exames de 1991	124
Tabela 6- Número de alunos matriculados na universidade nos anos de 1992, 1994 e 1995 por categorias raciais.....	124
Tabela 7- Proporção de alunos matriculados na universidade nos anos de 1992, 1994 e 1995 por categorias raciais.....	124
Tabela 8- Distribuição de percentual dos alunos da UFF por cor ou raça segundo a declaração de discriminação.....	131
Tabela 9- Distribuição percentual dos alunos da UFF por cor ou raça segundo a afirmação da importância da identidade étnica.....	133
Tabela 10- Total e percentual de candidatos aprovados e classificados na 2ª etapa nos vestibulares no período 2004-2012 por cor em relação ao total de classificados.....	134
Tabela 11- Corpo docente da UFF por raça/cor - 2017.....	135
Tabela 12- Corpo docente da UFF por cor/raça – 2019.....	140
Tabela 13- Corpo docente da UFF distribuído nos cursos por cor/raça – 2019.....	140

LISTA DE ANEXOS

1- Roteiro de perguntas das entrevistas.....	231
-----------------------------------------------------	-----

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CENUFF – Coletivo de Negrxs da UFF
COSEAC – Coordenação de Seleção Acadêmica da UFF
CUV – Conselho Universitário da UFF
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENUFF – Encontro de professores negros, ativistas e militantes antirracistas da UFF
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IACS - Instituto de Artes e Comunicação Social
ICHF – Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas
IFF/Campos G. - Instituto Federal Fluminense – Campos de Goitacazes
IFSP – Instituto Federal de São Paulo
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDH - Ministério de Direitos Humanos
MEC – Ministério da Educação
MPF – Ministério Público Federal
ONG – Organização Não Governamental
PENESBI - Programa de Educação sobre Negros e Indígenas na Sociedade Brasileira
PUC – Pontifícia Universidade Católica
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade
SINTUFF – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFF
SISU - Sistema de Seleção Unificada
TAE – Técnico-Administrativo em Educação
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAC - Universidade Federal do Acre
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFERJ - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFG - Universidade Federal do Goiás
UFJF - Universidade Federal do Juiz de Fora
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR - Universidade Federal
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSB - Universidade Federal
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UMA - Universidade da Madeira
UnB – Universidade Federal de Brasília
UNESP - Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNICARIOCA - Centro Universitário Carioca
UNIT - Universidade Tiradentes
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I - CONFLITO E RACISMO	29
1.1- Reflexões teóricas sobre conflito.....	29
1.1.1- Conflito social, <i>habitus</i> , campo, capital em Bourdieu.....	30
1.1.2- Drama social.....	33
1.1.3- Representação social.....	35
1.2- Reflexões teóricas sobre racismo.....	35
1.2.1- <i>Habitus</i> racial.....	37
1.2.2- Racismo aversivo, racismo institucional e racismo estrutural.....	41
1.2.3- Interculturalismo crítico.....	44
CAPÍTULO II – RACISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL	47
2.1- Racismo, meritocracia e educação	47
2.2- Histórico das ações afirmativas no Brasil	69
CAPÍTULO III - CONFLITOS NAS UNIVERSIDADES	77
3.1- Conflito racial no Brasil	77
3.2- Universidade pública brasileira como espaço de confinamento racial.....	82
3.3- Conflitos nas universidades públicas brasileiras.....	90
3.3.1- Conflitos envolvendo estudantes negros no corpo discente.....	95
3.3.2- Conflitos entre estudantes negros e os docentes.....	103
3.3.3- Conflitos entre estudantes negros e a administração universitária.....	110
3.3.4- Outros casos	116
CAPÍTULO IV – UFF E AÇÕES AFIRMATIVAS	124
4.1- A UFF em breve síntese histórica	124
4.2- Ações afirmativas na UFF.....	126
4.2.1- A UFF antes da Lei 12.711/2012.....	126
4.2.2- A UFF e o sistema de bônus para acesso	136
4.2.3- A UFF no contexto atual da Lei 12.711/2012.....	137
CAPÍTULO V - CONFLITOS NA UFF	149
5.1- Conflitos raciais e as cotas para negros na UFF.....	149
5.2- Cursos da UFF mais propensos a conflitos raciais.....	160
5.3- Conflitos envolvendo estudantes negros na comunidade discente.....	161
5.4- Conflitos entre estudantes negros e docentes	166

5.5- Conflitos entre estudantes cotistas negros e administração da UFF.....	171
5.6- Conflitos entre os docentes - antirracistas versus ‘anti-antirracistas’	180
5.7- A questão do silenciamento dos conflitos.	182
5.8- A questão da ouvidoria da UFF	185
5.9- Impactos dos conflitos.....	188
5.9.1- Impactos institucionais	188
5.9.1.1- Comissão de Aferição da UFF.....	188
5.9.1.2- Bolsas	191
5.9.1.3- Ações afirmativas nos programas de pós-graduação strictu sensu da UFF.....	192
5.9.1.4- A questão da capacitação dos servidores da UFF (Docentes e Taes)	193
5.9.2- Impactos na conscientização e mobilização política	195
5.9.2.1- Grupos e coletivos políticos de estudantes negros na UFF.....	195
5.9.2.2- Mobilização de estudantes negros na comunidade universitária abordando temas que envolvem a questão racial “extramuros” da UFF.....	196
5.9.2.3- Atuação nas disputas da gestão universitária da UFF	198
5.9.2.4- Maior mobilização em defesa das cotas na comunidade universitária	199
5.9.2.5- Temática racial mais presente nos debates, palestras e seminários na UFF....	200
5.9.3- Impactos na integração entre estudantes.....	201
5.9.3.1- Recepção diferenciada para calouros cotistas	202
5.9.4- Impactos na abordagem dos conteúdos em sala de aula.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS	212
ANEXOS	234

Zumbi dos Palmares¹



Fonte: fotografia feita pelo autor

¹ **Figura 1**– Estátua em homenagem a Zumbi dos Palmares, de autoria do artista Rodrigo Pedrosa, localizada na entrada do Campus Gragoatá da UFF, inaugurada em 20 de novembro de 2018.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como partida o relato vivido pelo autor² na Universidade Federal Fluminense no dia 29 de março de 2017. O episódio se contextualiza no estacionamento na área destinada aos servidores da Escola da Arquitetura da UFF, localizada no campus da Praia Vermelha. Era por volta das 12 horas e me encontrava dentro do carro aguardando a minha companheira para caminharmos em direção ao restaurante, localizado ali perto, para almoçarmos. É importante registrar que o momento, em destaque, é geralmente reservado para as refeições para toda comunidade universitária.

Em um determinado instante, começo a escutar uma música, que aos poucos ficava ia ficando com o volume mais alto. Alertado, busco identificar o que acontecia. Tratava de um grupo de estudantes, aproximadamente, em número de oito. Eram rapazes e moças, todos negros, parte deles com cabelos *afros*, ou *black*, como se diz no Brasil. Pareciam estudantes calouros, pois, expressavam nos seus sorrisos aquele clima descontraído, fruto de início de período. Entre eles, um jovem alto e obeso que vinha de posse em seu colo um aparelho de som potente. Evidentemente, não chamaram só a minha atenção, mas a de todos que ali transitavam. Como estava localizado num ponto central, percebi adiante que outro grupo se aproximava. Eram também jovens, sendo que composto de estudantes brancos. Eles olhavam aquilo tudo parecendo não acreditar no que presenciavam. Seus olhares, diante do grupo de jovens negros, aparentavam susto, perplexidade e confusão. Observei que comentavam as suas estranhezas, entre si, com certo deboche. O grupo de estudantes negros atravessou o estacionamento, sem maiores constrangimentos. Descontraídos com a sua música, os jovens negros seguiram alegres rumo ao *bandejão* situado em outro campus³, como se não tivessem percebido nada.

Importante registrar que o evento se deu no início do período semestral de 2017, fase de muita movimentação na universidade; que o Campus da Praia Vermelha da UFF sedia os cursos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Física, Geografia, Ciência da

² O autor é servidor estável, TAE, da UFF.

³ O Restaurante Universitário principal, *bandejão* fica situado no Campus do Gragoatá, 15 minutos a pé do Campus da Praia Vermelha.

Computação e de Sistemas de Informação; e que a música tocada em volume alto no aparelho de som dos estudantes negros era um *funk batidão* do MC G15 “*Deu onda*”⁴.

Tema

Desde 2002, ano em que Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ adotou, pioneiramente, as ações afirmativas para ingresso em seus cursos, somos testemunhas de uma das mais marcantes políticas públicas voltadas para o ensino superior no Brasil. De lá para cá, ocorreram mudanças significativas no acesso e na permanência aos meios universitários brasileiros.

Conforme indicam os dados, podemos afirmar que a adoção das ações afirmativas nas universidades foi um dos fatores, junto com Sisu, Prouni e ampliação de vagas para que o acesso da população negra ao ensino superior se alterasse positivamente no Brasil. De acordo com a projeção divulgada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, até 2015 ingressaram 150 mil estudantes negros pelo sistema de cotas em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (MEC, 28/08/2015)⁵. Certamente, a quantidade de estudantes negros cotistas aumentou com a implementação e atingimento das metas impostas no Artigo 8^o da Lei 12.711/2012 que determinou a existência de ações afirmativas em toda rede das IFES. Fato esse evidenciado na pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, divulgada pelo IBGE no dia 13 de novembro de 2019. Os dados são referentes à 2018 e mostram que, pela primeira vez, o índice de alunos pardos e pretos matriculados em universidades públicas brasileiras superou a taxa de alunos brancos, alcançando 50,3%. Contudo, mesmo considerando todos os avanços de inclusão recentes nas universidades públicas brasileiras, quando se compara esses números com os índices da população branca, a desigualdade racial continua latente. A partir das pesquisas feitas durante o ano de 2018, o IBGE apontou que 78,8% dos jovens brancos entre 18 e 24 anos estão no Ensino Superior. Entre os negros na mesma faixa etária, essa porcentagem cai para 55,6%. É importante pontuar também que pretos e pardos representam 55,8% e o brancos 43,1% da população brasileira (IBGE, 2019) e, portanto, por mais que os

⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=IYxcW8jtFw0>

⁵ Não foram encontrados números atualizados dos estudantes negros ingressaram pelo sistema de cotas em todas as IFES.

⁶ Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

negros sejam maioria nas universidades públicas, ainda estão proporcionalmente sub-representados comparados com os brancos.

Esse processo inclusivo foi vivenciado de forma específica na Universidade Federal Fluminense – UFF. A instituição migrou de cenário de reduzidos estudantes negros e de escola pública em seus cursos (BRANDÃO e TEIXEIRA, 2003), em direção a um quadro com mais diversidade após a adoção das cotas. Os números publicados na página institucional, mais recentes, revelam que no 2º semestre de 2018 a UFF tinha matriculado 14.386 estudantes cotistas, sendo que desse montante de cotistas, por corte étnico são 7.761, no ensino público 3.411, no social/renda familiar 3.095, por deficiência 119, do total de 32.386 estudantes na modalidade presencial (UFF, 2019b).

Como frisamos acima, houve reconhecido aumento de ingressantes negros nas universidades após a adoção das ações afirmativas, no entanto, no que diz respeito à permanência desses estudantes, ainda se fazem necessários mais estudos que foquem as relações sociais e raciais no interior das universidades. São poucos os relatórios públicos elaborados pelas universidades que destacam algum dado referente às experiências relacionais vividas dos cotistas no processo de permanência. Os respectivos relatórios e análises são voltados, principalmente, para a questão do desempenho acadêmico, em que são salientadas notas e quantidade de formandos por curso. São previas de avaliações de resultados (FL & CASTANHAR, 2002) em que são priorizados modelos econométricos, descartando-se os aspectos relacionais da implementação da política pública. Dessa forma, esses documentos não revelam nada ou quase nada sobre o cotidiano dos cotistas no interior das instituições.

Outro aspecto que reitera a necessidade de maior investigação sobre as relações estudantis envolvendo cotistas foi o acirramento, conforme indicam as publicações nos meios de comunicação, de conflitos entre discentes, docentes e administração universitária, produzidos no cotidiano do ambiente universitário brasileiro.

Diante dessa constatação, decidimos pelo desenvolvimento de pesquisas com foco, justamente, nos aspectos relacionais desenvolvidos pelos estudantes cotistas no interior das comunidades universitárias. Para esta tese, a finalidade se configura em refletir, contextualmente, sobre a ocorrência de interações de caráter conflitivo

envolvendo estudantes cotistas negros da UFF⁷, com o propósito de buscar os fatores condicionantes e os impactos no cotidiano universitário. Visando o sucesso do estudo, o intento é pela realização de pesquisa e análise das denúncias de conflito, mediante o acompanhamento e registros da Comissão de Aferição de Autodeclaração de cor/etnia⁸ da universidade e relatos e vivências do Coletivo de Negrxs da UFF – CENUFF⁹ e do Encontro de professores negros, ativistas e militantes antirracistas da UFF - ENUFF¹⁰.

Formulação do problema

Partindo da premissa simmeliana de que as interações conflituosas não são, a priori, negativas (SIMMEL, 1983), conforme a descrição do referencial teórico adiante, este estudo pretende abordar o tema dos conflitos considerando os impactos da mudança “forçada” no ambiente acadêmico no contexto das ações afirmativas. Enfim, como as relações raciais internas nas instituições universitárias se estabeleceram partir de um dispositivo legal que garante o ingresso “obrigatório” de novos atores sociais.

Em sintonia com o que afirmamos anteriormente, o “problema” dos conflitos sempre marcou presença no debate público sobre a viabilidade das ações afirmativas nas universidades brasileiras, tendo em vista, o reconhecimento do perfil elitista que o ensino superior brasileiro assumiu ao longo da sua história. Dessa forma, não foi surpresa para alguns pesquisadores do tema¹¹, o acirramento do clima de tensionamento e confronto nas relações raciais no interior das instituições acadêmicas, na medida em que as políticas afirmativas iam sendo implementadas.

Conforme previsto e de acordo com as publicações nos meios de comunicação, o fenômeno dos conflitos com conotação racial tem ocorrido em várias universidades no

⁷ A opção da pesquisa pelo foco em estudantes cotistas negros se sustenta pelo fato da quantidade de estudantes indígenas na UFF ser reduzida e não ter sido encontrado nenhum indicador de conflitos envolvendo esse segmento, até o encerramento do projeto.

⁸ Comissão responsável pelo cumprimento das determinações e critérios da Instrução de Serviço Prograd nº 02/2018, de 20/02/2018, para o acesso aos cursos de graduação da UFF via ações afirmativas.

⁹ Coletivo político de estudantes negros com objetivo lutar contra o racismo institucional na UFF, fiscalizar e contribuir para uma implementação eficaz das políticas de ações afirmativas da universidade. O CENUFF também funciona como uma rede de apoio e proteção de estudantes negrxs. É entendido politicamente como ativismo negro universitário.

¹⁰ Coletivo político composto por professores negros, ativistas e militantes antirracistas da UFF, que tem como propósito lutar contra o racismo institucional da UFF.

¹¹ Carvalho (2004), Segato (2005-2006), Miranda (2006) Daflon, Feres Jr. e Campos (2013), Passos (2015), Santos (2015) e outros.

país, principalmente após Lei nº 12.711/2012 que estabelece as cotas sociais/raciais para o acesso aos cursos de graduação nas instituições federais de ensino.

Diante de um quadro em que a ocorrência dos conflitos tem aumentado e ganho mais visibilidade, o desafio em problematizar o tema ganha premência. Nesse sentido, algumas indagações se impõem para este estudo: os conflitos nas universidades envolvendo estudantes cotistas têm realmente o viés racial? Em que medida a ideologia do mérito também se constitui como base desses conflitos? Existem estudos acadêmicos que focam nesses conflitos, isto é, a academia estudou a si mesma, do ponto de vista dos conflitos raciais? Qual a dimensão das publicações nos meios de comunicação dos conflitos nas universidades brasileiras? No caso da UFF, existe alguma incidência de conflitos por curso? Qual a frequência desses conflitos? A relação da adoção das cotas com o aumento de conflitos raciais nas universidades se comprova? Todos estes questionamentos conduzem ao seguinte problema de pesquisa: quais seriam os fatores condicionantes e impactos dos conflitos vivenciados pelos estudantes negros oriundos das ações afirmativas no interior da comunidade universitária da UFF?

A principal hipótese deste estudo, sobre o entendimento dos conflitos nos ambientes acadêmicos no Brasil recente, perpassa pelo perfil excludente do ponto de vista racial que a universidade brasileira construiu ao longo de sua história, ou seja, sua trajetória de segregação racial e social no meio acadêmico. Academia esta, que sempre foi majoritariamente branca nos seus quadros docentes, discentes e de pesquisa. Além disso, também foi responsável pela reprodução e refinamento de parte das teorias racializadas de matriz eurocêntrica, de forma a sustentar o padrão hierarquizado das relações raciais no Brasil. Nesse sentido, os conflitos, em que os estudantes cotistas estariam implicados, não se associariam somente ao acesso à universidade na busca de um diploma de nível superior no Brasil – recurso escasso e tangível, na perspectiva clássica sobre a motivação de conflitos. Os conflitos, como fenômeno social, estariam também se relacionariam às questões de convivência, de comportamento, com contornos mais simbólicos que, de alguma forma, se somariam a outros aspectos das relações sociais internas das instituições de nível superior brasileiras. De outra forma, os conflitos seriam resultado do questionamento dos espaços predeterminados que brancos e negros ocupam na estrutura social brasileira e no imaginário dominante. Enfim, os conflitos que os estudantes cotistas estariam vivenciando seriam fruto desse contexto.

Objetivos

O principal objetivo deste estudo é pesquisar e analisar as interações de caráter conflitivo relacionadas aos estudantes negros oriundos das ações afirmativas, na modalidade das cotas, mediante o acompanhamento e registros da Comissão de Aferição de Autodeclaração de cor/etnia da universidade e dos relatos e vivências do Coletivo de Negrxs da UFF – CENUFF, Encontro de professores negros, ativistas e militantes antirracistas da UFF – ENUFF e demais coletivos estudantes negros organizados, visando buscar seus fatores constitutivos e impactos na comunidade universitária da UFF.

Com referência aos objetivos específicos, a intenção seria de: 1) desenvolver análise identificando como estão estruturados os padrões de convivência, socialização e sociabilidade na comunidade universitária da UFF diante das mudanças impostas após adoção das ações afirmativas para pretos e pardos; 2) entender se os conflitos envolvendo estudantes cotistas seriam resultado do questionamento dos espaços predeterminados que brancos e negros ocupam no imaginário social dominante; e finalmente 3) levantar como a UFF atua nas ocorrências de conflitos envolvendo estudantes cotistas, ou seja, quais são seus procedimentos na perspectiva de mediação e/ou restabelecimento de uma situação acadêmica adequada, com pluralismo e diversidade.

Justificativa

A justificativa central deste estudo é sustentada na percepção de que ainda existem poucos estudos de perfil qualitativo sobre a implementação das ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras que destaquem os conflitos envolvendo estudantes cotistas¹². Ou seja, o fenômeno dos conflitos nas universidades públicas brasileiras, no contexto do pós-cotas, não tem sido escolhidos como objeto de estudo pelos pesquisadores da área das ciências humanas, mesmo diante do crescimento substancial de pesquisas sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil nos últimos quinze anos. O fato de pesquisas demonstrarem o sucesso das ações afirmativas no

¹² Durante a fase de pesquisa para a elaboração da Tese foram feitos vários levantamentos utilizando a expressão ‘conflitos raciais nas universidades’ tanto no Portal de periódico Capes/Mec, como também no Portal de Catálogo de Dissertações e Teses Capes/Mec, nas respectivas ocasiões, não foram encontrados estudos sobre essa temática.

Brasil, principalmente, no que diz respeito ao acesso, não provocou o mesmo entusiasmo em iniciativas científicas no que se refere ao convívio desses estudantes na academia. Nesse caso, ainda se constata a necessidade de um número maior de análises, em especial utilizando metodologias qualitativas que possam apontar como se configuram as relações sociais envolvendo estudantes cotistas nas instituições de ensino superior públicas.

Em consonância com que afirmamos anteriormente, ressaltamos que as análises produzidas pelas universidades a respeito de suas políticas afirmativas confirmam o fato de que os dados quantitativos se sobrepõem aos qualitativos. O acesso, permanência, e formação são pensados, quase que exclusivamente, através de números. Os relatórios frutos dessas análises são focados, principalmente, na questão das notas e na quantidade de formandos por curso, portanto, dizem muito pouco sobre o convívio universitário.

É importante destacar que esses mesmos relatórios são de fundamental importância para legitimidade da política pública e enfrentamento aos preconceitos sobre os rendimentos acadêmicos dos cotistas, ainda persistentes na sociedade. Todavia, eles não revelam nada ou quase nada sobre o cotidiano de convivência dos estudantes cotistas no interior das instituições. Entendemos que a revelação desse convívio é chave mestra para que possamos ter um diagnóstico mais preciso sobre as relações sociais nas universidades que possuem algum tipo de ação afirmativa, na modalidade das cotas, para estudantes pretos e pardos.

Justificamos também este estudo, na medida em que as análises sobre os conflitos possam colaborar para um melhor entendimento dos obstáculos que, certamente, surgem durante a trajetória acadêmica dos estudantes cotistas. A entrada de novos atores no ambiente universitário produz, necessariamente, enfrentamentos pela superação da condição de subalternidade (MIRANDA, 2006). Diante desse contexto, as interações conflituosas, quando não mediadas institucionalmente, podem precarizar as relações e até mesmo causar o insucesso universitário.

Durante processo de confecção do estado da arte para esta tese, não foram encontrados muitos estudos focados na questão de conflitos envolvendo estudantes cotistas nas universidades brasileiras. Entre os poucos estudos alcançados na pesquisa, o termo “conflito” sequer é mencionado, quando se referem à temática, as terminologias

mais usadas são: “*tensões*”, “*ameaças*”, “*enfrentamentos*”. Contudo, após levantamento, identificamos alguns trabalhos que, mesmo tratando a temática proposta de forma transversal, serão úteis para análise da tese. Assim, destacamos as reflexões de Carvalho (2002, 2003, 2005-2006 e 2006), Coelho (2003), Peria (2004), Miranda (2006), Sacramento (2006), Paiva (2010), Daflon, Feres Jr. e Campos (2013), Santos (2015), Passos (2015), Vieira (2016) e Pires (2019).

Motivado pelo interesse de maior aprofundamento sobre o objeto de pesquisa deste estudo, sinalizamos interesse também, em acessar o acervo do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCT-I na Universidade de Brasília - UnB, especializado em estudos sobre as ações afirmativas nas universidades. Com foco na UFF, indicamos como necessário o contato com as análises sobre ações afirmativas produzidas pelo Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – PENESB, sediado na própria instituição.

Metodologia

Com o entendimento de que o método de pesquisa “representa mais do que uma descrição formal dos métodos e técnicas e indica a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico” (LAVILLE, 1999), faremos a seguir, a descrição dos procedimentos metodológicos que este estudo pretendeu obedecer.

De imediato, ressaltamos que os dados colhidos para este estudo foram apreciados, criticamente, tanto por abordagem qualitativa como quantitativa. No entanto, as análises com base na metodologia qualitativa tiveram maior peso, tendo em vista, o foco da reflexão nas relações sociais desenvolvidas nas universidades.

Dentre outras propostas deste estudo, a principal foi analisar os conflitos envolvendo estudantes cotistas da UFF, no contexto das políticas sociais em educação de ação afirmativas, com a perspectiva de buscar os elementos e fatores constitutivos das suas condicionalidades. Essa tarefa pressupôs rigorosa revisão bibliográfica no campo das ciências sociais, incluindo nesse rol, os estudos em educação e história.

Para tanto, foram sinalizadas como fontes, tanto os registros de conflitos em publicações acadêmicas: teses, dissertações, livros e artigos, como aqueles encontrados

nos meios de comunicação: jornais, revistas, páginas eletrônicas e redes sociais - documentos de domínio público ‘não-arquivado’ (CELLARD, 2010).

Na sequência, para dar conta dos objetivos propostos optamos pela realização de pesquisa etnográfica, sob o método da Objetivação Participante (BOURDIEU, 2003), buscando capturar a percepção de parte da comunidade universitária da UFF. Nesse sentido, buscou-se alcançar ativistas dos coletivos negros e de combate ao racismo, de militantes dos diretórios acadêmicos de estudantes e de entidades sindicais dos trabalhadores (Taes e docentes) e membros da Comissão de aferição de ações afirmativas da universidade. Em especial, destacamos a aproximação com o Coletivo de Negrxs da UFF Iolanda de Oliveira – CENUFF, Encontro de Professores Negros, Ativistas e Militantes Antirracistas da UFF - ENUFF, Coletivo de Estudantes Negros da UFF UBUNTU (Angra dos Reis), Coletivo Negro Mercedes Baptista (Campos de Goytacazes), Coletivo Lélia Gonzáles da Arquitetura, Coletivo de Negros da Praia Vermelha, Coletivo Narrativa Preta - Letras, Coletivo de Estudante Negrxs de Medicina, Coletivo de Estudantes Negros Douglas Nicácio da Geografia, Grupo Afrofeministas Anastácia Bantu do Direito e Coletivo de estudantes negros e negras da Fac. de Direito - Negro Caó. Também com o Sindicato dos Trabalhadores da UFF – SINTUFF, a Associação dos Docentes da UFF – ADUFF (ANDES-SN) e Diretório Central dos Estudantes Fernando Santa Cruz - DCE UFF.

A escolha da configuração descrita acima para a pesquisa de campo obedeceu aos seguintes critérios:

1- *Representatividade*. As entidades e organizações alcançadas são reconhecidas por sua representatividade (VIGEVANI, 1989) pela comunidade universitária da UFF. Esse fato se comprova não somente pela quantidade de filiados, ativistas e seguidores, cada uma dessas organizações possui, mas também pelo perfil democrático da escolha de seus dirigentes e participação de sua base nos processos de luta.

2- *Capilaridade*. As entidades e organizações destacadas na pesquisa estão distribuídas em vários *campus* da UFF e possuem reconhecido grau de penetração em instâncias relacionadas tanto na alta administração da UFF como na base da comunidade universitária.

3- *Legitimidade*¹³ no compromisso político com a luta anti-racista. As entidades e organizações têm assumido o compromisso público a com a luta anti-racista na UFF. Elas têm demonstrado, ao longo do tempo, engajamentos na defesa da igualdade e promovido mobilizações importantes em vários episódios de enfrentamento ao racismo universitário.

Outro ponto importante a ser ressaltado, sobre as justificativas e caminhos metodológicos da configuração da pesquisa de campo, é de que para se alcançar os conflitos raciais na UFF se fez necessária a aproximação dos agentes protagonistas nos enfrentamentos ocorridos na comunidade universitária. Essa estratégia considerou a baixa credibilidade da Ouvidoria da UFF perante sua comunidade, a efetividade dos processos de silenciamentos, a reduzida publicização dos conflitos de perfil racial nos canais formais da Universidade e, principalmente, a condição das entidades e organizações destacadas, enquanto catalizadoras da ação política nos conflitos, tanto pela atuação na recepção, publicização e encaminhamentos das denúncias de discriminação, como pela ação direta nos enfrentamentos.

As análises no estudo foram realizadas a partir de pesquisa empírica - depoimentos colhidos, relatos públicos e descrição etnográfica, articuladas com literatura teórica. No que diz respeito aos depoimentos, foram realizadas 50 entrevistas ao todo com professores, técnicos administrativos em educação e estudantes, sendo que 3 descartadas¹⁴, totalizando o aproveitamento de 47 entrevistas. Por seguimento, tivemos 20 estudantes, 20 docentes e 7 Taes, somando 47 ao total. Do ponto de vista da capilaridade nos cursos foram alcançadas pessoas da Psicologia, Direito, História, Geografia, Medicina, Comunicação Social, Sociologia, Engenharia, Pedagogia, Computação, Economia e Antropologia. Salientamos que o anonimato foi garantido a todos, e que do ponto de vista racial, os entrevistados foram identificados a partir da autodeclaração.

A decisão pelo método etnográfico da Objetivação Participante desenvolvido por Bourdieu (2003) possibilitou que o nosso processo de imersão no campo fosse feito de maneira qualificada e com condições favoráveis para desenvolvimento de questões com

¹³ O termo legitimidade no texto está sendo empregado no seu significado genérico e não específico ligado aos estudos sobre o Estado. Aqui, legitimidade esta associada à noção de justiça (BOBBIO; MATTEUCCI; e PASQUINO, 1992).

¹⁴ Os áudios das entrevistas não estavam em boas condições.

relação a mim mesmo e ao trabalho com as fontes. A Objetivação Participante se mostrou vantajosa também porque viabilizou quantificar dados mediante categorização e a utilização articulada com outras técnicas de sistematização e análises de informações adequadas aos objetivos do estudo.

A Objetivação Participante sugerida por Bourdieu (2003) parte do pressuposto de que os investigadores de campo envolvidos na pesquisa sejam expressamente instruídos no sentido de diagnosticarem de perto a situação crítica de pessoas e posições com as quais são intimamente familiares para, dessa forma, minimizar a violência simbólica inerente à relação de comunicação etnográfica e para favorecer a “compreensão genérica e genética” de cada informante “baseada num conhecimento (prático e teórico) sobre as condições sociais de que ele é o produto” (WACQUANT, 2006).

A objetivação participante encarrega-se de explorar não a “experiência vivida” do sujeito do conhecimento, mas sim as condições sociais de possibilidade – e, dessa forma, os efeitos e limites – dessa experiência e, mais precisamente, do próprio ato de objetivação. Visa objetivar a relação subjetiva com o próprio objeto, o que, longe de levar a um subjetivismo relativista e mais ou menos anticientífico, é uma das condições da objetividade científica genuína (BOURDIEU, 2003, p.282).

Como balizador do processo etnográfico, encontramos também nas contribuições de Howard Becker um suporte eficaz para análises oriundas de pesquisas qualitativas. Becker (1994) indica que, nas pesquisas qualitativas as pessoas investigadas pelo pesquisador quando em campo, geralmente, são observadas de variadas formas durante um longo período, o que proporciona mais dificuldade para que elas “fabriquem” comportamentos forjados durante a pesquisa.

Outro norteador teórico-metodológico importante para processo etnográfico deste projeto vem da abordagem interpretativa de Geertz. Para o antropólogo estadunidense, o pesquisador deve fazer uma descrição em profundidade ("descrição densa") das culturas como "textos" vividos, como "teias de significados" que devem ser interpretados (GEERTZ, 1989).

Viabilidade

A viabilidade do estudo se confirmou, na medida em que a UFF, junto de sua estrutura, tem atendido a toda legislação referente à transparência, não criando dificuldades para acesso aos seus documentos. Em especial, a Coordenação de Seleção Acadêmica – Coseac se mostrou sensível, responsável, zelosa e proba a respeito dos seus dados.

Dando continuidade, deve-se salientar o fato do autor do projeto ser servidor estável técnico-administrativo em educação da UFF, com atuação na área de gestão de pessoas. Possui também, militância na área de combate ao racismo na esfera dos movimentos sociais. Nesse sentido, reconhecemos a nossa experiência vivida como sujeito implicado (MERHY, 2004) na condição de pesquisador, ao mesmo tempo em que, buscamos encontrar meios de, sem recusar ou negar a condição de implicação como sujeito individual ou coletivo, controlar os possíveis enviesamentos de origem política, ideológica, econômica, cultural ou outra, que possam comprometer a qualidade e a validade do trabalho científico (MARTINS FILHO e NARVAI, 2013).

Um ponto a ser ressaltado é que não temos acordo com pressuposto da neutralidade da ciência. Dessa forma, dialogamos com as afirmações de Bourdieu de que: “Para escapar, por pouco que seja, do relativo, é absolutamente necessário abdicar da pretensão ao saber absoluto, renunciar à coroa de filósofo-rei” (BOURDIEU, 2004b, p. 47).

Ainda sob a ótica do pensador francês, na perspectiva de encontrar as mediações entre o “individual” e “coletivo”, dialogamos com a proposta bourdieusiana de uma abordagem epistemológica que pretende articular dialeticamente o ator social e a estrutura social, ou seja, recusando tanto o paradigma epistemológico único do estruturalismo, que considera “objetivista”, quanto de certa fenomenologia, tomada como, “subjetivista”.

Assim, o “conhecimento praxiológico” teria por objeto,

[...] não somente o sistema das relações objetivas que constrói o modo de conhecimento objetivista, mas as relações dialéticas entre as estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 2000, p. 235).

Dessa forma, concluímos a partir dos ensinamentos de Bourdieu, de que é a noção de *habitus* o dispositivo que permitirá articular as duas dimensões destacadas. Sinteticamente, podemos dizer que a teoria não é dada de uma só vez pronta e acabada, mas sim construída, pouco a pouco, com as diversas manifestações de questões e problemas, num processo de ida e volta permanente entre as experiências de campo e o trabalho teórico, nesse caso implicado.

Plano da tese

O estudo foi dividido em cinco capítulos, além da introdução e considerações finais.

O primeiro capítulo, *Conflito e racismo*, tem como propósito destacar as bases teóricas deste estudo. Nele estão as conceituações sobre o conflito e racismo. No que diz respeito ao conflito, serão salientadas as reflexões de Simmel (1983) sobre o tema, perpassando pelos fundamentos de *habitus*, *campo* e *capital* elaborados por Bourdieu (1983) e a concepção de *drama social* construído por Turner (1996). Sobre racismo, o estudo vai destacar as noções de *habitus racial* utilizadas por Lahire (2005), *racismo estrutural* desenvolvida por Silvio Almeida e *interculturalismo crítico* concebida por Walsh (2009). O intento é situar, teoricamente, tanto o fenômeno do conflito como do racismo, na perspectiva de conflito de conotação racial.

No capítulo seguinte, *Racismo e educação no Brasil*, foi feito resgate histórico dos processos em que o racismo encontrou na educação uma de suas maneiras de garantir a exclusão da população negra no Brasil. Nesse sentido, foram destacados elementos desenvolvidos desde o período pós-abolição, tanto no campo normativo como no ideológico e ou simbólico, que compuseram o quadro estrutural da desigualdade racial na sociedade brasileira.

No terceiro capítulo, intitulado *Conflitos nas universidades*, são destacados os conflitos envolvendo estudantes cotistas negros nas universidades brasileiras. O objetivo foi de construção de um panorama desses conflitos em nível nacional. Para melhor entendimento, os conflitos foram sistematizados como, conflitos entre estudantes cotistas negros e de ampla concorrência; conflitos entre estudantes cotistas

negros os docentes; e conflitos entre estudantes cotistas negros e a administração universitária.

O quarto capítulo, *UFF e ações afirmativas*, tem em seu conteúdo o resgate histórico do processo de implementação das ações afirmativas na UFF, buscando dar ênfase aos principais avanços e entraves que ocorreram no decorrer da efetivação da política pública.

O quinto e último capítulo, *Conflitos na UFF*, tem como principal objetivo analisar os conflitos na Universidade envolvendo estudantes cotistas negros alcançados durante a pesquisa, a partir do corpo teórico elencado no estudo. Enfim, reiteramos que nesse espaço foram enfatizados tanto os fatores condicionantes como os impactos desses conflitos na UFF.

Entendemos importante registrar que, o autor deste projeto possui experiência tanto profissional como acadêmica a respeito da política de ações afirmativas. Do ponto de vista profissional, destacamos a participação ativa no processo inicial da implementação das cotas para estudantes negros e indígenas na Universidade de Brasília - UnB. Na oportunidade, a atividade de trabalho desempenhada se dava através da assessoria do Centro de Convivência Negra - espaço destinado para integração dos estudantes cotistas negros da universidade. Em âmbito acadêmico, desenvolvemos estudos sobre os debates públicos realizados na sociedade brasileira sobre a adoção da política de cotas nas universidades públicas, que resultou na Dissertação de mestrado, intitulada, Mérito e racismo: “tudo junto e misturado”, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, citada nas referências deste estudo.

Finalmente, reiteramos que este estudo tem como proposta se somar as pesquisas sobre as ações afirmativas no Brasil dando ênfase às interações conflitivas envolvendo estudantes cotistas negros na comunidade universitária.

CAPÍTULO I

CONFLITO E RACISMO

Temos que falar sobre libertar mentes tanto quanto sobre libertar a sociedade. (Angela Davis)

Decidimos em abordar as referências teóricas no primeiro capítulo da tese, levando em conta preocupação dirigida ao leitor, para que ele tenha de imediato a noção de quais ferramentas de cunho teórico foram utilizadas pelo estudo. Entendemos que dessa forma, o leitor vai ser mais capaz de se entusiasmar, criticamente, pelas análises desenvolvidas no trabalho. Como indicado, iremos lidar com algumas reflexões teóricas sobre o fenômeno social do conflito e do racismo, dialogando mais especificamente com conceitos bourdieusianos de *habitus*, campo social, capital (econômico, social, cultural e simbólico) e poder simbólico; e desdobramentos teóricos produzidos por outros autores como o de *habitus* racial.

1.1- Reflexões teóricas sobre conflito

Quando mencionamos a expressão “*conflito*” remetemos de imediato à ideia de briga, luta, choque, confronto, combate, agressão, disputa e discussão; no entanto, a noção que utilizaremos neste estudo tem como base as fundamentações produzidas no âmbito das ciências sociais. De acordo com o Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992), conflito seria uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos. Estes recursos, prevalentemente são identificados no poder, na riqueza e no prestígio.

Ainda sobre o conflito, resgatamos as contribuições inovadoras de Simmel (1983). Para o sociólogo alemão, o fenômeno social do conflito deve ser ressaltado pelos seus aspectos sociológicos positivos, pois, seria partir do embate dos opostos que se renovariam as possibilidades. Dessa forma, os conflitos não seriam negativos, ou necessariamente ruins.

A contradição e o conflito, ao contrário, não só precedem esta unidade como operam em cada momento de sua existência. É claro que provavelmente não existe unidade social onde correntes convergentes e divergentes não estão inseparavelmente entrelaçadas (SIMMEL, 1983, p. 124).

Ao trazermos as contribuições de Simmel (1983) para o debate proposto neste estudo, inevitavelmente os conflitos nas universidades envolvendo estudantes cotistas negros passam a ser entendidos como parte de toda sociedade, em que as disputas são cotidianas e forças de renovação das relações sociais; se distanciando de uma visão que os trata como casos isolados, ou seja, fenômenos sociais estranhos.

Continuando sobre o fenômeno social do conflito, destacamos a elaboração do antropólogo Roberto Kant de Lima. Entendemos que sua reflexão contribui para este estudo, no que diz respeito às universidades públicas, enquanto parte do Estado brasileiro.

Lima (2008) constrói sua reflexão a partir de análise comparativa entre o sistema de controle social dos EUA e do Brasil. Nos EUA, destaca que o sistema de controle social está baseado na origem local, popular e democrática da lei e do seu sistema de produção de verdade e resolução de conflito por negociação e arbitragem. O espaço público aparece, nesse caso, como espaço coletivo. No Brasil, afirma Lima (2008), o sistema jurídico não reivindica origem popular ou democrática. O domínio do público, seja moral, intelectual ou o espaço físico, é o lugar controlado pelo Estado brasileiro, onde tudo é permitido, até que não seja proibido ou reprimido pela autoridade. É um lugar apropriado, de forma particularizada, pelo Estado ou por membros da sociedade autorizados. Nesse contexto, existiria uma conciliação forçada dos conflitos, visando manter a harmonia e o status quo.

1.1.1- Conflito social, *habitus*, campo, capital em Bourdieu

Persistindo no campo da sociologia destacamos para este estudo as reflexões de Pierre Bourdieu sobre conflito. Para o sociólogo francês, os conflitos configuram uma dimensão permanente das práticas sociais. Esses conflitos compõem o efeito da estruturação do “espaço social” por meio das relações entre diferentes classes sociais e frações de classe (BOURDIEU, 1983).

Entre outras reflexões de Bourdieu sobre o conflito, incorporamos a leitura desse fenômeno associada à noção de violência simbólica como produção social. Contudo, para uma apropriação mais adequada se faz necessário situarmos a violência simbólica no contexto de outros conceitos como, *habitus*, campo, capital (econômico, social,

cultural e simbólico) e poder simbólico, categorias fundamentais para o pensamento bourdiesiano.

O conceito de *habitus* de Bourdieu tem a ambição de questionar à antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia, visto que, aborda as relações sociais a partir da perspectiva de análise em que se busca a forma como os elementos constitutivos da estrutura social são incorporados pelos agentes e condicionam disposições para sentir, pensar e agir. De outra forma, podemos afirmar que, a elaboração do conceito de *habitus* é desenvolvida pelo autor a partir da necessidade científica de dar conta das relações de afinidade entre o comportamento dos agentes, as estruturas e os condicionamentos sociais.

A acepção de *habitus* bourdiesiano se articula de forma direta com duas outras noções fundamentais em seu esquema teórico: a categoria de campo e de capital (econômico, social, cultural e simbólico). Juntas, essas formulações compõe o quadro explicativo que nos ajuda a utilizar teoricamente a construção de conflito desenvolvida pelo sociólogo francês.

O conceito de campo em Bourdieu (2004a) é utilizado para designar nichos da ação dos agentes nos quais se desenvolvem as lutas pela detenção do poder simbólico, que produz e confirma significados. É um espaço de embates onde os agentes visam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são atingidas pela disputa de capitais valorizados, por sua especificidade, de acordo com as conjunturas de cada campo.

Em conformidade com a perspectiva de Bourdieu, indicamos que neste projeto a comunidade universitária da UFF terá tratamento teórico de campo, ou seja, será identificada como campo de forças, um espaço estruturado de luta por posições, visões e divisões simbólicas, em um determinado momento. “Uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um ‘campo de lutas’, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura” (BOURDIEU, 1996a, p. 50).

De acordo com as hipóteses levantadas neste estudo, a comunidade universitária da UFF pode ser lida como um campo porque é possível, no nível teórico, recortar esta

dada instituição como um ponto do espaço social, no qual determinadas categorias simbólicas, em geral hierarquizadas e hierarquizantes, têm validade para aqueles que ali operam e, portanto, exercem feitos sobre os agentes em suas relações ali desenvolvidas. Os conflitos somente ocorrem e são ou não interpretados como tais, porque os atores que interagem naquele espaço estão submetidos às mesmas lógicas simbólicas.

Outra contribuição de Bourdieu importante para este estudo se configura no conceito de poder simbólico desenvolvido pelo sociólogo francês. Para Bourdieu, o poder simbólico é um “poder invisível o qual pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (1989, p. 8). De forma mais aprofundada, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: sentido imediato do mundo (e em particular do mundo social)” (1989, p. 9). Dessa maneira, o poder simbólico se conjectura a partir de um sentido de conformismo lógico do mundo, de busca de concepção homogênea que viabilize a concordância entre as inteligências.

Os símbolos, para Bourdieu, seriam,

instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, [...] eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral (BOURDIEU, 1989, p. 10).

De acordo com o pensamento bourdieusiano, o poder simbólico é exercido no interior do campo em um processo de concorrência e dominação, fruto das estratégias de conservação ou subversão das estruturas sociais. Como em todo campo social, a distribuição de capital é desigual, esse fato torna os conflitos permanentes, visto que, os indivíduos e grupos dominantes enfrentam os dominados, motivados em manter seus privilégios, diante de um contexto de inconformismo.

Em face desse quadro de disputas no campo social, os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento assumem função política de construir a legitimidade de forma impositiva no processo de dominação de classe ou fração de classe, atuando como forma de violência simbólica. De outra forma, é no campo, composto por diferenciadas maneiras de ver e de pensar, que se constitui a produção social da violência simbólica. Assim, as produções

simbólicas se constituem em instrumentos de dominação, ou seja, o campo de produção simbólica se torna microcosmos da luta simbólica entre as classes e frações de classe.

A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou sofrer-la” (BOURDIEU, 1996b, p. 16).

De maneira sintética, Bourdieu indica que o poder simbólico é exercido como um “fetiche” que pode conquistar o análogo que forças físicas ou econômicas são capazes de obter, desde que seja socialmente legitimado e reconhecido. Nesse sentido, sua violência ou dominação – simbólica - “doce” e “mascarada”, é exercida com a cumplicidade daquele que a sofre. A dominação não é efeito direto de uma luta aberta, do tipo "classe dominante" *versus* "classe dominada", mas o resultado de um conjunto complexo de ações infraconscientes, de cada um dos agentes e cada uma das instituições dominantes sobre todos os demais (BOURDIEU, 1996a).

O capital simbólico, por possuir grande potencial de dominação, assume a posição de principal instrumento da violência simbólica, visto que, quando exercido por aqueles que o detém sobre os demais elementos do campo que não o possuem, ou possuem em quantidades inferiores, é capaz de se impor, até mesmo diante dos possuidores de outros capitais (econômico, cultural e social). Em função de seu prestígio, o capital simbólico pode ser convertido, dependendo da situação, em outros capitais. Dessa forma, conclui Bourdieu, o capital simbólico é uma síntese dos demais capitais (cultural, econômico e social).

1.1.2- Drama social

Dando prosseguimento às referências para o exame dos conflitos, optamos pelas reflexões de Victor Turner. As proposições do antropólogo britânico se mostram adequadas para a análise das denúncias de conflitos na UFF, em que os estudantes cotistas estão implicados. Entendemos que a partir dos pressupostos teóricos e ferramentas sugeridas por Turner podemos acompanhar os processos das denúncias de conflitos, do seu início, crescimento e decadência.

Turner (1996) faz uso criativo da analogia do drama/teatro para a compreensão da vida social. Em suas análises, o antropólogo faz com que emergam a superfície de

regularidades sociais na forma de dramas, as contradições e os conflitos latentes que lhe conferem dinamismo vital. Um dos conceitos centrais do pensamento de Turner é o de drama social, que é tomado como a principal unidade de descrição e análise no estudo do processo social.

Dramas sociais são definidos como,

[...] uma sucessão encadeada de eventos entendidos como perfis sincrônicos que conformam a estrutura de um campo social a cada ponto significativo de parada no fluxo do tempo [...] representam uma complexa interação entre padrões normativos estabelecidos no curso de regularidades profundas de condicionamento e da experiência social e as aspirações imediatas, ambições ou outros objetivos e lutas conscientes de grupos ou indivíduos no aqui e no agora (TURNER, 1996, p. 21-22).

Para operar o referencial teórico de drama social, que também pode ser considerado como um curso de tempo ativo de experimentação subjetiva, afetiva e cognitiva, dos princípios estruturais pelos personagens/atores sociais, Turner identifica *quatro* fases características: *crise - quebra de uma regra ou valor; ampliação da crise; regeneração - ação reparadora; rearranjo ou cisão - reintegração ou reconhecimento do cisma* (CAVALCANTI, 2013),

1. crise: tudo começa com o reconhecimento de uma crise que irrompe no cotidiano tornando manifestas tensões latentes inerentes às relações e interações sociais.
2. ampliação da crise: os sujeitos/atores atingidos atuam e acionam suas redes de parentela, relações de vizinhança e amizade; a crise se amplia gradualmente, atingindo novas esferas e envolvendo cada vez mais atores.
3. regeneração: alguns dos sujeitos/atores envolvidos mobilizam-se em prol de soluções e esforços de conciliação que implicam sempre a realização de ações rituais e amplos rituais coletivos.
4. rearranjo ou cisão: se bem-sucedidos, os esforços da fase anterior implicam um rearranjo e redefinições de posições e relações e, se malsucedidos, configuram o rompimento do grupo aldeão, traduzido na sua cisão que segue as clivagens de parentesco e na criação de uma nova aldeia organizada, contudo, segundo os mesmos princípios estruturais (CAVALCANTI, 2013, p. 416).

A partir desse desmembramento os focos de tensão da estrutura social ficam destacados mostrando a sua efetiva e permanente operação, ou seja, ficam expostos os

interesses conflitantes de pessoas e grupos que tentam manipular, cada qual em seu próprio benefício, a rede de relações sociais estruturais e circunstanciais.

De forma sintética pode se dizer que, o referencial para a transposição ficcional efetuada pela narrativa do drama social, elaborado por Turner, revela um desenrolar das ações dentro de uma moldura temporal e espacial nítida. Refere-se a um processo social em movimento, um modelo dinâmico de sociedade em que ação relacional, reconstituída e apresentada de forma dramática, pode ser interpretada dentro dos princípios da estrutura social.

1.1.3- Representação social

Este estudo tem, entre outros objetivos, a intenção de se debruçar em análises baseadas nas abordagens do campo das subjetividades. Nesse sentido, a referência sobre representações sociais será muito utilizada.

Para nortear as análises deste estudo a partir da categoria representação social decidimos pela formulação teórica de Luiz Antonio Machado da Silva, extraída do artigo “Sociabilidade violenta; por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. Para o antropólogo representação social é:

Uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações. Desta perspectiva, possui um significado instrumental e cognitivo, na medida em que representa, de maneira percebida como objetivamente adequada a determinadas situações, regularidades de fato relacionadas aos interesses dos agentes nestes contextos” (SILVA, 2004, p. 58).

1.2- Reflexões teóricas sobre racismo

A reflexão sobre o racismo nos conduz a vários pensadores sobre o tema, assim, resgatamos as conceituações que, em nossa perspectiva, mais se adequam a este estudo.

Para o historiador Joel Rufino dos Santos, racismo é um conjunto de ideias e práticas, pessoais e coletivas, de pequeno e longo alcance, que afirma a superioridade racial de um grupo sobre os outros. Na sua forma brasileira, diz Santos (1984), o racismo é baseado principalmente na cor da pele (preconceito de marca), numa referência direta à contribuição do sociólogo Oracy Nogueira. No mesmo sentido,

complementa Telles, “a raça no Brasil se baseia principalmente na cor da pele de uma pessoa e sua aparência física e não na descendência africana” (2003, p.16).

Com uma posição mais ampla, destacamos a leitura de racismo desenvolvida por Munanga (2000). Para o antropólogo brasileiro-congolês, o racismo surge no instante em que os caracteres biológicos são utilizados como justificativa de comportamento de um determinado grupo. “É justamente o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores” (p. 25, 2000).

Destacamos também, a reflexão produzida pelo doutor em administração e ativista Hélio Santos sobre o tema. Santos (2001) informa que existe racismo quando “se atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais” (2001, p.108). Dessa forma, o racismo enaltece as características do grupo social que se considera superior e rebaixa ou reduz a importância dos demais a fim de se “justificar”.

Outra abordagem sobre o racismo a ser ressaltada neste projeto é a produzida por Guimarães (1995). O sociólogo trata o racismo brasileiro como heterofóbico, ou seja, um racismo que é a negação absoluta das diferenças e que faz a defesa (explícita ou não) do ideal de homogeneidade. Guimarães indica que esse tipo de racismo, em situações de discriminações raciais não institucionalizadas, se reproduz na contradição entre, uma cidadania definida de modo amplo e garantida por direitos formais, e por direitos largamente ignorados não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência policial cotidiana.

Assim é o racismo brasileiro. Sem cara, travestido em roupas ilustradas, universalista, tratando-se a si mesmo como anti-racismo e negando como antinacional a presença integral do afro-brasileiro ou do índio brasileiro. Para esse racismo, o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano) (GUIMARÃES, 1995, p. 42).

Continuando sobre o racismo, entendemos importante ressaltar que os conflitos envolvendo cotistas negros nas universidades, enquanto objeto deste estudo, serão

retratados a partir do crivo teórico racial e de classe, na perspectiva sinalizada por Moura (1988).

O problema do negro tem especificidades, particularidades e um nível de problemática muito mais profundo do que o trabalhador branco. Mas, por outro lado, está a ele ligado porque não se poderá resolver o problema do negro, a sua discriminação, o preconceito contra ele, finalmente o racismo brasileiro, sem atentarmos que esse racismo não é epifenômico, mas tem causas econômicas, sociais, históricas e ideológicas que alimentam o seu dinamismo atual (MOURA, 1988, p.12).

Nesse sentido, cabe informar que, a raça (raça social) será considerada como um dado sócio-histórico e não biológico (WAGLEY apud MEDEIROS, 2004) e (ALMEIDA, 2018).

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional* e *histórico*. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades (ALMEIDA, 2018, p.19).

O conceito de classe social neste estudo vai ser referenciado a partir dos ensinamentos de Bourdieu (2004b). Para Bourdieu a classe social não se compõe, somente, a partir do lugar em que ocupa no modo de produção capitalista, ou seja, levando em conta a propriedade dos meios de produção, o capital¹⁵, acrescido da expressão *econômico* por Bourdieu. O pensador francês inclui na sua elaboração sobre as classes o acesso, uso e domínio de outros capitais, além do econômico, (cultural, social e simbólico) para distinção entre as classes. Enfim, segundo Bourdieu, o que permite estrutura o universo social é a posse de diferentes tipos de capital. A posição dos agentes nos espaços das classes depende do volume e da estrutura de seu capital.

No espaço social as distâncias se medem em quantidade de capital. Define proximidades e afinidades, distanciamentos e incompatibilidades. Em suma, probabilidades de pertencer a grupos realmente unificados: famílias, clubes, ou classes mobilizadas. [...] Nas sociedades mais desenvolvidas dois princípios repartem os grupos em função de sua posição na distribuição na estatística. Os dois princípios entre os mais eficientes são (embora não os únicos) o capital econômico e o capital cultural (BOURDIEU, 2004b, p. 158-159).

¹⁵ Leitura do marxismo clássico.

1.2.1- *Habitus* racial

Com a perspectiva de abordar com mais objetividade os aspectos e as dinâmicas da reprodução e resistência social ao racismo na universidade, adequando com as categorias de Bourdieu, optamos em utilizar a elaboração teórica de *habitus* racial.

A noção de *habitus* racial¹⁶ está ligada diretamente a reprodução do racismo durante as atividades humanas, ou seja, é no cotidiano da vida das pessoas que se perpetuam a dominação racial e a essencialização negativa dos grupos humanos racializados. Enfim, a reprodução do racismo acontece no dia a dia, com recriação cotidiana das relações sociais, de pais para filhos, de geração a geração. Nesse sentido diz Lahire:

O racismo não é somente uma ideologia; é um aspecto do *habitus*. O *habitus* racial consiste em categorias raciais de percepção dos outros e de si mesmo; um conjunto de relações entre essas e outras categorias, classificando as capacidades, tendências comportamentais e qualidades morais; disposições corporais e emoções - de atração ou repulsão, confiança ou suspeita, segurança ou medo, etc. - a respeito das pessoas assim categorizadas; e esquemas de ação a respeito delas. O *habitus* racial é internalizado pela experiência em um mundo social racializado e, como o *habitus* em geral, pode ser complexo e contraditório (LAHIRE 2005).

De maneira objetiva, o *habitus* racial seria um aspecto do *habitus*, ou seja, parte de um conjunto de disposições, esquemas de percepção e estratégias de ação que reforçaria e legitimaria a dominação racial (MONSMA, 2013).

A noção de *habitus* racial parte do pressuposto que o racismo está posto, ao mesmo tempo, no estado objetivo das coisas, assim como em estado incorporado, como o social incorporado, o social feito corpo no corpo de um ser humano, um indivíduo, um grupo social ou uma instituição, portanto, nos *habitus* dos agentes sociais, funcionando como sistemas de percepções, de apreciações, de pensamento, de ação e de etiqueta social. E considerando, especificamente, o caso brasileiro, o *habitus* racial deve ser entendido não somente como um sistema inato de discriminação, “*naturalizado*”, mas também como um conjunto de representações adquiridas pelos

¹⁶ A discussão de Bourdieu (2019) sobre a reprodução da dominação masculina é sugestiva para estudos da reprodução da dominação racial, embora a profundidade das identidades raciais varie muito mais que a das identidades de gênero.

processos educativos formais e informais ao longo da formação histórica brasileira; de socialização feita através das instituições da sociedade (o Estado, o Mercado, a Escola, a Igreja, a rua) que modelam o senso comum e o senso douto do brasileiro (MALOMALO, 2014). Diante disso, o racismo deve ser também compreendido a partir da sua dinâmica histórica e social que possibilita a sua (re) criação. É nesse sentido, que a história das relações raciais brasileiras deve ser salientada, ou seja, calcada na perspectiva de desconstrução da naturalização dos processos sociais.

A reprodução do racismo envolve pelo menos três ordens da realidade social: as instituições, as redes sociais e o *habitus* dos grupos “raciais” dominantes e subordinados. Esses níveis interagem, e todos estão envolvidos na reprodução do racismo. Contudo, no que diz respeito às *resistências* é importante dar conta das *contradições* da dominação racial na prática cotidiana. Nesse sentido, é determinante criticar o conceito de *habitus*, na forma em que foi concebido por Bourdieu, para englobar disposições parcialmente contraditórias e esquemas de percepção e ação segmentados.

De acordo com Sewell (2005), a reprodução e a mudança sociais se relacionam. Dessa forma, falhas na reprodução social podem reverberar por várias ordens institucionais, resultando em mudanças sociais imprevisíveis. Na versão de Bourdieu o *habitus* continua relativamente integrado e coerente, e as incoerências da prática se originam da improvisação e da ambiguidade inerentes às transposições do *habitus*, não das contradições do próprio *habitus*. Conforme Sewell (2005, p. 205-213) e Lahire (2005) o *habitus* é segmentado e parcialmente contraditório, na maioria das vezes, correspondendo às lógicas estruturais parcialmente diferenciadas de instituições e campos sociais distintos. De forma sintética, os autores estão dizendo que qualquer sociedade inclui várias estruturas e sistemas culturais, com lógicas parcialmente diferenciadas. Diante disso, as lógicas distintas e potencialmente contraditórias de diversas esferas institucionais são internalizadas como aspectos distintos do *habitus*.

Goffman (2012) afirma que, normalmente as contradições parciais do *habitus* não causam problemas porque existem outros esquemas de percepção – ou seja, outro nível do *habitus* - que classificam as situações sociais e acionam as disposições e esquemas de percepção e ação adequadas para cada situação. Entretanto, se algo acontecer para mudar o *status quo* da definição da situação, ou para causar certa

confusão ou desentendimento, outros aspectos do *habitus* podem ser acionados, resultando em alterações bruscas e repentinas de comportamento. Enfim, quando os atores discordarem sobre a definição da situação, as ações do outro podem provocar confusão ou ultraje. É precisamente em fases e ocasiões de mudança institucional que desentendimentos e conflitos sobre a definição de situações cotidianas são mais passíveis de acontecer.

Posto isso, afirma Malomalo,

O *habitus* racial do grupo dominante se reproduz pela internalização das divisões raciais do mundo social, o que implica a possibilidade de mudanças e reformulações no processo de reprodução, sobretudo em circunstâncias novas (2014, p. 9).

A partir das reflexões do *habitus* racial e de seus desdobramentos, acrescentamos mais ferramentas teóricas para dar conta da dinâmica das resistências ao racismo no interior das universidades, contribuindo dessa forma, para uma análise mais abrangente dos conflitos envolvendo estudantes cotistas.

1.2.2- Racismo aversivo, racismo institucional e racismo estrutural

De forma sintética, poderíamos salientar a existência de três macros concepções de racismo que, em alguma medida, as diversas formulações teóricas se aproximam: as concepções individualista, institucional e estrutural. As duas primeiras, se diferenciam substancialmente (individualista e institucional), são usadas com muita frequência em várias reflexões sobre as relações raciais na vida social brasileira, contudo, em nossa opinião, elas não oferecem ferramentas analíticas mais complexas para o amplo entendimento sobre os impactos e o processo de retroalimentação do racismo nas sociedades contemporâneas.

Mesmo considerando as limitações, destacaremos algumas contribuições importantes tanto do campo do racismo individual como do institucional para o desenvolvimento de nosso estudo, focado no âmbito das universidades públicas brasileiras.

Da modalidade do racismo individual, extraímos o chamado racismo aversivo, que ocorreria pela “expressão de preconceitos sutis, mas persistentes, que indicam o

desprazer na interação social com negros, motivo pelo qual pessoas brancas tentam evitar contato com eles ou os tratam com o devido distanciamento social” (MOREIRA, 2019, p. 46).

Essa modalidade de racismo estaria associada às representações sociais (SILVA, 2004) negativas de determinados grupos raciais, sendo capaz de produzir nos indivíduos comportamentos, pretensamente, contraditórios, ou seja, elas podem defender a igualdade formal e a cordialidade entre todos os indivíduos, mas ainda assim serem influenciadas por sentimentos de superioridade que as motivam a se relacionarem, quase que exclusivamente, com pessoas que fazem parte do mesmo grupo racial.

Eles podem não discriminar pessoas a partir dessa convicção, mas possivelmente não contestarão processos sociais responsáveis pela opressão racial. A atuação deles se limitará na maior parte do tempo à defesa do tratamento igualitário entre todos. Certos autores afirmam ainda que a tendência a evitar contato com negros também tem um caráter estratégico: ela parte do interesse deles em não serem vistos como racistas. Interações sociais com minorias raciais são, portanto, fonte de ansiedade para pessoas brancas, motivo pelo qual muitas delas procuram evitar contato social com membros desses grupos. Mas, embora convivam quase exclusivamente com pessoas do mesmo grupo racial, esses indivíduos rejeitam enfaticamente a sugestão de que sejam racistas em função da sua crença em ideais igualitários, o que efetivamente pode corresponder às suas convicções (MOREIRA, 2019, p. 47).

No que diz respeito ao racismo institucional, enfatizamos o conceito utilizado no Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) de 2005 e amplamente difundido pela militância negra no Brasil.

O racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (CRI, 2006, p. 22).

De forma sintética, poderíamos afirmar que o racismo institucional seriam atos praticados por representantes de instituições públicas e privadas contra minorias raciais que prejudicam o *status* social dos membros desses grupos. Ele pode assumir a forma de discriminação direta ou então fazer parte da operação de instituições cujas ações não são

necessariamente dirigidas a minorias raciais, mas podem produzir dano semelhante. (MOREIRA, 2019).

Salientamos a terceira concepção, a estrutural, que para este estudo, se mostra mais eficiente na construção da distinção racial, dos conflitos, da dimensão dos privilégios e da exclusão, sem desconsiderar as dimensões tanto no plano individual, quanto no institucional.

Diz Almeida (2018) que, identificar o racismo exclusivamente como fruto de comportamentos discriminatórios entre os sujeitos é quase que uma patologia, uma concepção individualista do fenômeno, que desconsidera a existência de sociedades ou de instituições racistas. De outra forma, continua o filósofo do direito, que também é limitada a perspectiva do racismo institucional que considera, somente, o racismo, “como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018, p. 29) sem considerar, devidamente, em suas análises a amplitude do racismo na história das sociedades contemporâneas.

A concepção do racismo estrutural se mostra mais adequada na medida em que não considera o racismo exclusivo da ação individual e apresenta a dimensão do poder como elementar para as relações raciais, numa lógica de poder de um grupo sobre o outro e de um grupo sobre as instituições, ou de uma ordem social sobre as instituições.

Dessa forma, Almeida indica:

[...] se é possível falar de um racismo institucional, significa que, de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua ação condicionada a uma estrutura social previamente existente –, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de outro modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2018, p. 36).

De acordo com a perspectiva estrutural, o racismo apresenta-se no cotidiano das sociedades, em diferentes dimensões, e levam as pessoas e grupos raciais e étnicos subalternizados à exclusão igualmente estrutural. No que diz respeito à população negra, os dados acerca da organização do mundo do trabalho apontam que o(a)s negras

e negros ocupa(m), até hoje, os postos de trabalho menos reconhecidos e valorizados, ou seja, ainda estão sub-representado(a)s nos locais de liderança e gestão, possibilitando aos grupos racializados as piores remunerações financeiras pelas vendas das suas respectivas forças de trabalho.

Ainda no campo dos direitos humanos, mais explicitamente focado na área da segurança pública, os negros e negras no Brasil compõem não somente a maioria da população em privação de liberdade, mas também a maioria do corpos matáveis pela forças de segurança, sendo que este último, produz os altos índices de homicídio entre as mulheres e jovens negro(a)s, com dados facilmente demonstrados no Atlas da Violência de 2019 elaborado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA/FBSP, 2019).

No Brasil, os dados estatísticos que apontam a discrepância estrutural e estruturante entre branco(a)s e negro(a)s são expressos em vários segmentos. Além do trabalho e segurança pública, ela está presente no acesso à educação, à cultura, na representação política e em vários os outros cortes sociais.

1.2.3- Interculturalismo crítico

Outra perspectiva interessante para abordar os conflitos raciais e étnicos é a defendida pela estudiosa Catherine Walsh (2009) que desloca a discussão para dilema teórico do multiculturalismo assimilacionista ou interculturalismo funcional *versus* interculturalismo crítico na perspectiva pós-colonial. A pedagoga argentina entende o capitalismo global a partir da articulação modernidade – colonialidade e situa a matriz da colonialidade tendo a raça, o racismo e a racialização como base das relações de dominação.

Nos últimos anos, diz Walsh (2009), ocorreu o que chama de “recolonialidade”, que seria um processo de acomodação da colonialidade do poder dos desígnios globais, relacionados a projetos de neoliberalização e das demandas do mercado. A referida autora destaca que, no capitalismo global a lógica multicultural absorve a diferença buscando neutralizá-la e esvaziá-la de seu verdadeiro significado. O reconhecimento e respeito à diversidade cultural passam a ser uma nova estratégia de dominação que mantém a diferença colonial por meio do discurso do *multiculturalismo*

“*assimilacionista*” e pela *interculturalidade funcional*”. Estes focam o controle do conflito étnico e a manutenção da estabilidade social, visando promover os imperativos econômicos do modelo neoliberal de acumulação capitalista com a “inclusão” dos grupos excluídos historicamente, ao invés de buscarem a criação de sociedades com mais equidade e igualdade.

Walsh (2009) denomina de *interculturalidade funcional*, aquela que não se dispõe a questionar as “regras do jogo” e busca ser compatível com o modelo neoliberal existente. Nesse sentido se aproxima de *multiculturalismo assimilacionista*. A pensadora argentina afirma que, o *multiculturalismo assimilacionista* a *interculturalidade funcional* estabelecem a diversidade cultural como eixo central, indicando seu reconhecimento e inclusão na sociedade e no Estado, excluindo os dispositivos e padrões de poder institucional/estrutural, responsáveis pela desigualdade. Já a *interculturalidade crítica*, defendida por Walsh (2009), tem como central a questão do poder, seu padrão de racialização e da diferença construída em função do mesmo.

A interculturalidade funcional atende e integra os interesses e necessidades das instituições sociais, enquanto a interculturalidade crítica é construída por e a partir de pessoas que têm um histórico de sofrimento com a submissão e subalternização. Origina-se nas discussões políticas no interior dos movimentos sociais, com sentido contra – hegemônico (OLIVEIRA, 2009, p. 109).

De forma sintética, reitera a Walsh (2009), a política multicultural atual, que é fruto da “recolonialidade”, visa “incluir” os historicamente excluídos em um modelo globalizado de sociedade orientado pelos interesses do mercado. Esta política que fica estacionada no reconhecimento da diversidade, não pretende à transformação das sociedades racializadas, mas sim, administrar a diversidade, posicionando a razão neoliberal como racionalidade única livre de questionamentos, oferecendo para a sociedade a promessa de um “viver melhor”.

Sendo assim, é necessário enfrentar e modificar as estruturas e instituições que mantêm suas práticas e pensamentos baseados em uma lógica racial e colonial. A *interculturalidade crítica* seria uma ferramenta pedagógica que teria a tarefa de desafiar e derrubar as estruturas sociais e políticas da *colonialidade*, o que a autora denomina *decolonialidade*.

De acordo com Walsh (2009), diante do convívio das múltiplas culturas e da desigualdade existente na sociedade brasileira, a perspectiva apresentada pelo *interculturalismo crítico*, serviria como um instrumento norteador para as necessárias transformações na universidade, no contexto de mudanças sociais de enfrentamento de poder existentes, favorecendo ao outro a voz, o respeito e a valorização de sua trajetória de vida, e por meio do diálogo e do convívio na busca superar toda forma de preconceito e discriminação. A utopia é pela organização de um projeto comum, em que as diferenças sejam dialeticamente integradas, ou seja, vise à construção de uma “sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade” (CANDAUI, 2008, p. 52).

A importância das formulações de Chaterine Walsh (2009) para o nosso estudo se constitui no fato de que suas análises nos oferecem outras possibilidades teóricas, além da desenvolvida por Lima (2008), para entendermos as tentativas de invisibilidades e de abafamento dos conflitos raciais envolvendo estudantes cotistas negros no interior das comunidades universitárias brasileiras.

Após a apresentação dos referenciais teóricos destacados, entendemos estar habilitados para dar conta analiticamente, tanto da dinâmica dos conflitos envolvendo estudantes cotistas negros e das suas resistências ao racismo como dos impactos que essas relações sociais causam no interior das universidades.

CAPÍTULO II

RACISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

[...] Sei que não dá para mudar o começo, mas se a gente quiser vai dar para mudar o final! (Elisa Lucinda)

Entre outros objetivos deste trabalho, temos o propósito de resgatar e analisar os vínculos entre o racismo e a educação no processo de construção da sociedade brasileira, ou seja, entender como o campo da educação foi fértil enquanto espaço de disputas ideológicas para práticas discriminatórias no Brasil. Desta maneira, acreditamos que a produção da desigualdade na escola tem como um dos patamares de leitura e compreensão o próprio ordenamento jurídico. De outra forma, o acesso diferenciado racialmente à educação, como capital cultural (BOURDIEU, 1983), se constitui como instrumento eficaz de manutenção das desigualdades brasileiras.

Dito isto, resgataremos a seguir os momentos históricos mais relevantes do processo educacional brasileiro em que seu vínculo com o racismo se fez mais explícito no ordenamento jurídico. Antes, se faz necessário pontuar que não focaremos nas questões relacionadas às populações indígenas e o seu processo educacional. Tal opção, não se dá em função da ausência de bibliografia ou de pesquisas que abordem o tema, ou ainda, por achar que os indígenas não tenham sofrido também processos semelhantes de discriminação, mas sim, em função deste estudo estar mais atento e dedicado à problemática da população negra. Salientamos que temos consciência de que os indígenas não só vivenciaram várias ações de discriminação, em função do racismo, mas chegaram, até mesmo, a serem vítimas de direcionado processo de genocídio, onde nações inteiras foram exterminadas em território nacional.

2.1- Racismo, meritocracia e educação

De acordo com Cury (2009), desde a educação jesuítica, a opção foi por uma educação livresca e importada, onde a fonte do conhecimento era exclusiva dos europeus colonizadores. A educação durante a escravidão com suas escolas de “primeiras letras”, diferenciadas por gênero e disciplinas, não permitia o acesso dos escravos à educação, visto que, por lei (art. 6º da Constituição de 1824) era totalmente reservada aos cidadãos brasileiros. Como os escravizados que eram, em larga escala,

africanos de nascimento, apenas negros libertos provenientes de famílias de algum recurso ou “protegidos” por ex-senhores poderiam frequentá-las.

O Império brasileiro é identificado como de viés conservador, mas ao mesmo tempo, através de Pedro II, se viu várias vezes interessado por certos avanços da modernidade. Esse fato dialoga com as várias iniciativas governamentais no campo da educação. O acesso educacional foi regulamentado através de decretos e leis, o que indica certo cuidado do Império com a área, contudo, o balizamento era sempre feito com restrições para os segmentos excluídos da população.

A Constituição Imperial, no capítulo “Garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros”, reconhece, no Art. 179, XXXII, como direitos dos cidadãos “a instrução primária gratuita”. Entretanto, no Art. 6º da mesma Constituição, ao tratar dos preceitos da cidadania, define como cidadãos brasileiros “os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos” e como ingênuos os que nascerem livres, filhos de pais livres e naturais do País. São cidadãos *ex generatione ex jus soli*. Já os libertos são aqueles alforriados que, liberando-se da escravidão, recuperam sua condição de homens livres. Desse modo, por oposição, a Constituição Imperial não reconhece os escravos como cidadãos.

Ainda na primeira metade do século XIX, existia uma lei provincial do Rio de Janeiro, a de nº 1, tornada pública em 02/01/1837, que escrevia em seu Art. 3º o seguinte texto: “São proibidos de frequentar as escolas: 1º) todas as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas; 2º) os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos [...]” (CURY, 2009, p.15).

Na primeira metade do século XIX, os escravos compunham a maioria da população brasileira. Os números não são absolutos devido à precariedade dos registros oficiais, contudo, de acordo com Emília Viotti da Costa, em seu clássico “Da senzala à colônia” (1966), em determinadas regiões, os escravos eram maioria absoluta. Distribuídos de forma assimétrica, escravos se concentravam, principalmente, no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia.

Como afirmamos anteriormente, os indígenas não estavam fora das concepções racistas que serviam como padrão de classificação de cidadania e sustentavam a

hierarquia social. Para as elites imperiais, os indígenas, em seu “estágio”, na escala evolutiva do processo civilizatório, é o de hordas selvagens. O Decreto Imperial nº 1.318, de 1854, regulamentando a Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, compreende os índios como aptos a serem segregados em aldeamentos, para efeito de civilização e de catequese, de acordo com o Art. nº 11 do Ato Adicional de 1834. É como afirma Cury, “a época da Independência, apenas por exclusão socioétnica, 40% dos habitantes não teriam acesso à educação como também não eram considerados cidadãos.” (2009, p.15).

Outra grande iniciativa sobre a regulamentação do acesso à educação foi a reforma Couto Ferraz (Decreto nº 1.331, de 17/02/1854) que instituía a obrigatoriedade da escola primária para crianças maiores de 7 anos e a gratuidade das escolas primárias e secundárias da Corte. No entanto, nessa legislação ressaltam-se dois pontos que deixam evidentes a ideologia da interdição: a) não seriam aceitas crianças com moléstias contagiosas e escravas, e b) não haveria previsão de instrução para alunos adultos. A questão colocada é: quem seriam, em potencial, esses alunos com moléstias e adultos, em pleno regime escravista?

Essa Reforma, além de excluir explicitamente as crianças escravas do acesso à escola, impedia também, veladamente, as crianças negras libertas ou livres, visto que, a parcela da população mais afetada por tais moléstias, se encontrava justamente, no contingente pobre, em sua maioria composta por negros e mestiços. Todavia, a proposta não sinalizava nenhuma ação em direção à escolarização da população adulta. Enfim, uma Reforma que corroborava com a perpetuação da exclusão existente.

Mesmo com restrições, algumas crianças negras conseguiram acessar a escola, conseguindo absorver técnicas rudimentares de leitura, escrita e a aprendizagem de ofícios. É por isso temos conhecimento de algumas personalidades negras históricas que ascenderam, como: Luís Gama - advogado e abolicionista (1830-1882), José do Patrocínio - farmacêutico, jornalista e abolicionista (1853-1906), André Rebouças – engenheiro, inventor e abolicionista (1838–1880), Juliano Moreira – Médico (1873-1932), Teodoro Sampaio – engenheiro e geógrafo (1855-1937) e Tobias Barreto de Menezes - filósofo e poeta (1839-1889).

Após a abolição em 1888, as tentativas de regulamentar o ensino público brasileiro continuaram. Os ares republicanos têm na educação forte pilar para busca da civilização. O primeiro marco dessa fase é a “Reforma Benjamin Constant” que teve no Decreto Nacional nº 981 de 1890 que introduziu o ensino de “Moral e Cívica” com a proposta de “normatizar” a conduta social e moral da sociedade após abolição dos escravos. E também o Decreto nº 982 estabelecendo medidas proibitivas, punitivas, centralizadoras e elitistas, como por exemplo, a nomeação dos diretores das escolas públicas como prerrogativa exclusiva do Governo. A “Reforma Epitácio Pessoa”, sob o Decreto nº 3.890 de 1901, teve como principal marca a descentralização, possibilitando a criação de instituições de ensino superior nos estados e pela iniciativa privada. A “Reforma Rivadávia Corrêa”, através do Decreto nº 8.659 de 1911, é instituída através de dois documentos: o primeiro, “Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental na Republica” (Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911); o segundo, “Aprova o Regulamento do Collegio Pedro II” (Decreto nº 8.660, de 5 de abril de 1911). Tal iniciativa ficou mais conhecida por ser a primeira tentativa de se criar um sistema educacional. Estabeleceu o controle pelo governo federal através do Conselho Superior de Ensino, mas mantendo o ensino primário a cargo dos governos estaduais. Também concedeu autonomia aos diretores e cria taxas e exames para admissão no ensino fundamental e superior. Considerando que, a população negra compunha a maioria da população sem recursos financeiros nessa época, a cobrança dessas taxas, principalmente, a da admissão no ensino fundamental, criava um mecanismo não declarado, mas eficiente, de exclusão da população mais pobre, marcadamente negra e mestiça.

Em 1825 temos a “Reforma João Luís Alves”, conhecida como a “Lei Rocha Vaz” pelo Decreto nº 16.782-A, entre outras medidas, estabeleceu restrições ao acesso limitando o número de vagas nas escolas oficiais secundárias e superiores.

A segunda metade do século XIX é caracterizada no Brasil também como a fase histórica da crise do regime escravista. O crescimento da resistência dos escravos com as rebeliões em todo território nacional, junto das pressões pela abolição, tanto internamente por parte do segmento político liberal, como externamente, via pressões econômicas dos ingleses, Consciente desse contexto, a elite imperial tinha convicção de que a escravidão rumava para o seu fim e que postergação desse processo não ia durar

muito tempo. A questão que se apresentava, seria como fazer a transição para um novo modelo sem perder o controle, ou seja, com desmontar o sistema escravista sem prejuízo econômico. Diante desse cenário, a educação ocupava um papel de destaque.

Os ex-senhores temiam que o processo de abolição se transformasse em algo mais que a substituição de um regime de trabalho por outro. Temiam perder as rédeas, na condução do processo, diante das iniciativas dos ex-escravos. Nesse cenário de discussões e debates acerca da abolição da escravidão, um modelo de educação de cunho disciplinador era aventado como uma estratégia desejável para uma transição segura do sistema de trabalho. O importante era assegurar que o fim do regime escravista ocorresse de forma paulatina, de modo a não atrapalhar o bom andamento da economia brasileira. Ou seja, a exigência de organizar o trabalho livre trouxe, simultaneamente, a necessidade de educar o homem para o trabalho (SANTOS, 2008, p. 2).

De maneira sintética, podemos afirmar que as reformas educacionais dos séculos XIX e XX negaram sistematicamente a presença das populações negra e indígena na escola:

[...] a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico (SILVA e ARAÚJO, 2005, p. 71).

O processo de organização escolar construído pelo regime republicano no período pós-abolição se contextualiza diante da narrativa de um discurso liberal que pregava a educação como uma força capaz de engajar a sociedade no caminho da liberdade/modernidade. No entanto, na prática as ações educativas obtinham um alcance escalonado e variável que funcionava como mecanismo de controle que enquadrava as camadas populares dentro dos limites aceitáveis de ascensão social.

Pesquisas no campo da história da educação brasileira confirmam esse processo limitador dirigido às camadas populares. Barros (2005), em sua dissertação de mestrado, demonstra que os obstáculos legais não foram os únicos que impediram o acesso e/ou a permanência da população negra no sistema oficial de ensino. A pesquisadora indica que, no cotidiano da vida escolar, os empecilhos informais tinham tanta efetividade quanto os aspectos oficiais. Destacamos a seguir, trechos elaborados pelo Professor José Rhomens, enviado ao Inspetor Geral que instrumentaram os relatórios da Instrução Pública de São Paulo de 1877.

[...] negrinhos que por ahiandão, filhos de Africanos Livres que matriculão-se, mas não frequentam a escola com assiduidade, que não sendo interessados em instruir-se, só frequentariam a escola para deixar nela os vícios que se acham contaminados; ensinando aos outros a prática de actos e usos de expressões abomináveis, que aprendem ahi por essas espeluncas onde vivem [...] Para estes devião haver escolas a parte (BARROS, 2005).

O relato do professor Rhomens é um eficaz exemplo de manifestação de aversão ao convívio direto e “igual” com a população negra no interior da escola. Ela sintetiza o sentimento racista da elite branca brasileira. Percebe-se que o professor defende, até mesmo, o estabelecimento de escolas apartadas entre brancos e negros. O trecho indica que o problema do professor não residia no acesso à educação da população negra, mas sim, no convívio entre os descendentes da elite, os “bons alunos”, e a “gente cheia de vícios” e “hábitos indesejáveis”.

No que tange a formação das primeiras instituições de ensino superior no século XIX, podemos afirmar que se deram reproduzindo o mesmo *modus operandi* desencadeado nas etapas inferiores, isto é, exclusão da população negra. De acordo com Carvalho (2006), não ocorreu nenhuma discussão ou iniciativa de projeto que versasse sobre a composição de uma elite com mais representatividade racialmente. Dessa forma, fica evidente que a composição racial da comunidade universitária brasileira gerada e que perdurou por longo tempo, foi fruto do processo histórico desenvolvido após a abolição, ou seja, foi resultado da opção de prestigiar os imigrantes europeus. Eram esses os que se diplomariam nas Faculdades de Direito, Medicina, Filosofia, Farmácia e Engenharia, existentes naquela época. Andrews (1998) também confirma essa tese, ou seja, que o Estado brasileiro ao invés de investir na qualificação dos ex-escravos, agora cidadãos com a virada do século XIX, optou por substituir os negros pela imigração europeia, nos poucos espaços de poder e influência que esses mesmos negros haviam recém conquistado.

Esse quadro demonstra que para os segmentos excluídos existiram poucas oportunidades educacionais, mesmo com o aumento considerável do número de escolas públicas e particulares. O fato é que a massa de negros e mestiços pobres encontravam consideráveis dificuldades em ingressar nas escolas, por um número variado de fatores, que vão desde o pequeno poder aquisitivo da família, até a discriminação racial no interior das instituições. Dessa forma, o segmento branco pertencente às variadas

oligarquias no Brasil, garantiu a formação educacional dos seus próprios filhos e herdeiros, estabelecendo a continuidade de sua hegemonia.

Considerando todos os entraves expostos, é importante ressaltar que a parte das lideranças políticas da população negra via na escolaridade um caminho para ascensão social e alcance da cidadania, e foi apostando nessa direção que vários movimentos negros conquistaram visibilidade nos anos 20, ou seja, foi incluindo nas suas pautas as reivindicações do campo da educação que as primeiras organizações negras da república ganharam força. Destacamos nesse processo a atuação da Frente Negra Brasileira – FNB, entidade negra que lutava por igualdade de direitos e uma educação ampla que proporcionasse aos negros recém-egressos da escravidão e seus descendentes a participação nos eventos culturais, sociais, políticos e econômicos.

Durante a primeira metade do século XX, quando as instituições educacionais contemporâneas foram formadas, o pensamento racial foi determinante para guiar as políticas públicas na área da educação. Nesse contexto foram geradas duas gerações de educadores, intelectuais, médicos e cientistas sociais que acreditavam na criação de uma escola universal com poder de branquear a nação, liberando o Brasil do que eles imaginavam como a degeneração de sua população. A primeira geração teve início na “República Velha” e a segunda na chamada “Era Vargas”. Esses intelectuais e burocratas formularam políticas públicas, tanto inspiradas nas correntes intelectuais e científicas internacionais quanto a partir das suas próprias interpretações sobre as causas das mazelas do povo brasileiro. O que os unia era a fé na capacidade do Estado de funcionar de maneira técnica e científica para transformar a nação.

No campo da educação homens como, Gustavo Capanema, Afrânio Peixoto, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira foram os principais intelectuais responsáveis que, ao longo de suas carreiras, tiveram a tarefa de lidar com os degenerados, criando e influenciando instituições educacionais, intelectuais e científicas de formas marcantes. Os condutores da expansão e da reforma educacional acreditavam que a maior parte dos brasileiros, pobres e/ ou pessoas de cor, eram subcidadãos presos à degeneração – condição que herdavam de seus antepassados e transmitiam para seus filhos, enfraquecendo a nação. A principal tarefa de parte dos intelectuais da educação era mobilizar ciência e política para redimir essa população, transformando-a em cidadãos-modelo. Para esse intento, adotaram práticas que visavam transformar a população

geralmente não branca e pobre em pessoas embranquecidas em sua cultura, higiene, comportamento e até, eventualmente, na cor da pele.

Gustavo Capanema (1900-1985), Afrânio Peixoto (1876-1947), Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira em suas ações pelo Estado brasileiro, introduziram uma especificidade na educação brasileira que foi a utilização do conceito de mérito¹⁷ para distribuir ou restringir recompensas educacionais fundamentadas em uma gama de julgamentos subjetivos, em que se embutia uma percepção de inferioridade aos alunos pobres de cor.

Eles transformaram o sistema escolar em uma máquina que, de modo deliberado (fornecendo aos brasileiros pobre e não-brancos as ferramentas da branquira) quando inconsciente (estabelecendo barreiras ao reificar seus valores estreitos) criou uma hierarquia racial no sistema escolar que espalhava sua própria visão de valor social. Essa hierarquia foi especialmente estável, eficaz e duradoura por que se fundava em valores inquestionáveis da ciência e do mérito (DÁVILA, 2006, p. 32).

As políticas públicas voltadas para a área da educação promovidas por esses pensadores, muito influenciadas pelas ideias de época, foram responsáveis por um paradoxo na educação brasileira que se mantém até os dias de hoje: ao mesmo tempo em que ampliaram a rede pública de ensino com o objetivo de alcançar o máximo da demanda estudantil, foram paralelamente institucionalizando desigualdades raciais e sociais. De outra forma, na medida em que a rede pública de educação era expandida e reformada, seus participantes eram tratados de maneira desigual – os alunos pobres e negros eram também marcados como “doentes”, “mal-adaptados” e “problemáticos”.

Diferente do século XIX, os dirigentes da educação pública no Brasil na primeira metade XX não impediram alunos de cor de frequentarem suas escolas. Ao contrário, como afirmamos acima, entre 1917 e 1945, eles se empenhavam em uma série de expansões do sistema escolar e em projetos de reforma que visavam a tornar as escolas públicas acessíveis aos brasileiros pobres e não-brancos que, na virada do século eram, em sua ampla maioria, excluídos da escola. No entanto, esses mesmos educadores, influenciados pelas formulações de caráter eugenista, se empenharam em

¹⁷ Mérito seria o reconhecimento público da capacidade de cada um realizar determinada coisa ou posicionar-se numa determinada hierarquia com base nos seus talentos ou no esforço pessoal. Trata-se, em tese, de substituir *ascription* por *achievement*, premiando a capacidade individual e não o berço na configuração da hierarquia social. (BARBOSA, 2003).

“aperfeiçoar a raça” – criar uma “raça brasileira” saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista. Em sintonia com a ideia elitista de que os pobres e negros eram, em sua grande maioria, “degenerados”, a elite dirigente não media esforços, através do “aperfeiçoamento eugênico da raça” com programas de saúde e educação, para superar esse estágio e se chegar a “cidadania”. E nesse contexto que é criado em 1930 o primeiro Ministério voltado para educação, Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que em 1937 se transformou em Ministério de Educação e Saúde – MES. Sinteticamente, podemos afirmar que o movimento da educação pública cresceu com base no consenso de que a degeneração era adquirida e podia ser mitigada. Foi a partir desse paradigma que médicos e educadores podiam trabalhar juntos.

A busca eugênica pelo branqueamento se tornou uma meta importante a ser alcançada pelo Estado. Um dos exemplos disso foi a transformação realizada nos quadros de professores das escolas de formação do magistério. Muller (2003), em pesquisa sobre a composição racial do magistério no Rio de Janeiro nos anos 30, revela a existência de significado contingente de professoras negras no magistério público no antigo Distrito Federal, nas décadas iniciais do século XX e destaca os esforços das autoridades no sentido do branqueamento da categoria do magistério, a partir do crescente investimento na educação pública, visando modernizá-la. A pesquisadora em educação demonstra que esse processo “que se inicia na década de 20 e atinge seu ponto máximo quando a Escola Normal desaparece para dar lugar ao Instituto de Educação, em 1932” (MULLER, 2003, p.77), correspondia ao interesse arianizante – mais do que comprovado através da legislação, dos vultosos recursos dirigidos à imigração europeia e pela repercussão da realização do Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929. “Os critérios dos exames médicos para o ingresso à Escola Normal – posteriormente Instituto de Educação - mais pareciam um delírio eugenista” (Ibid. 2003, p. 102). Muller (2003) conclui que já no início da década de trinta as netas de ex-escravos haviam sido expulsas da profissão de normalistas e a escola pública projetada para formar o espírito da nação era inequivocamente branca e racista.

De acordo com Dávila (2006), a influência do pensamento eugênico entre os grandes nomes da educação tinha um peso significativo, basta verificar que boa parte deles era associada a alguma instituição de promoção da eugenia. A primeira entidade

brasileira foi a Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada por Renato Kehl, o pai da eugenia no Brasil, esta entidade tinha como secretário o sociólogo Fernando de Azevedo, que mais adiante seria o responsável pelas reformas educacionais do Rio de Janeiro (1926-1930) e São Paulo (1933-1934). O antropólogo Edgar Roquette Pinto (1884-1954), que participou da administração do sistema escolar do Rio de Janeiro (1931-1935), era membro tanto da Sociedade Eugênica quanto da sua associada, a Liga da Higiene Mental. Afrânio Peixoto, o médico e pioneiro da medicina legal, dirigente do sistema escolar do Rio de Janeiro (1917-1922) também era membro da Liga da Higiene Mental. Nomes como Carneiro Leão (1887-1966), Lourenço Filho (1897-1970), Monteiro Lobato (1882-1948), Anísio Teixeira (1900-1971), Arthur Ramos (1903-1949) também eram nomes corriqueiros nas rodas do pensamento eugênico.

Numa época em que se acreditava a ciência ser muito mais importante que a política, a prática da eugenia construía consensos entre os formuladores de políticas da área da educação que enxergavam nas escolas as linhas de frente de batalha contra a “degeneração”. A importância da eugenia era tamanha entre os educadores, que Anísio Teixeira após indicação de Monteiro Lobato, assume a Direção do Departamento de Educação do Distrito Federal em 1931, formou uma equipe repleta de adeptos do nacionalismo eugênico. Dávila (2006) sinaliza que eles acreditavam na possibilidade da degeneração ser adquirida por meio da falta de cultura, saúde e ambiente, assim como que a educação e a saúde públicas poderiam revertê-la. Conforme o autor (2006), Teixeira havia transformado o sistema escolar do Rio de Janeiro em um laboratório que atraiu os principais eugenistas da nação. Educadores como Roquette Pinto, Arthur Ramos, Lourenço Filho e Afrânio Peixoto foram atraídos para o sistema escolar da capital da República com a fim de pesquisar a degeneração, desenvolver programas de saúde e educação para tratá-la e aplicar esses programas nas escolas da cidade.

O sistema escolar do Rio de Janeiro proporcionava aos eugenistas um meio ambiente perfeito: quase cem mil escolares de todas as raças e condições sociais, com um Departamento de Educação que dava aos eugenistas quase carta branca para estudar as crianças e tratar suas deficiências percebidas. (DÁVILA, 2006, p. 67).

Uma das grandes marcas deixadas por Teixeira em sua gestão foi a criação do Instituto de Pesquisas Educacionais - IPE que tinha como missão a tarefa de fazer pesquisas educacionais, sociológicas, eugênicas e psicológicas. Dividido em quatro departamentos: Testes e Medidas; Rádio e Cinema Educativos; Ortofrenia; e Higiene

Mental e Antropometria. Entre várias experimentações destacamos a realizada no Departamento de Testes e Medidas: a utilização do *Teste de Terman* que tinha o objetivo de medir inteligência, que adaptado à leitura de “degeneração” brasileira servia para, entre outras finalidades, separar os alunos brancos dos de cor e os alunos ricos dos pobres. Dessa forma, os pesquisadores utilizavam os resultados das pesquisas tanto para a sintonia fina dos programas eugênicos do sistema escolar quanto para expandir a ciência nacional da eugenia que aplicava teorias estrangeiras à mistura particular de raças e condições do Brasil.

Conforme Dávila (2006), a gestão do MES (1931-1932) de Francisco Campos (1841-1968) manteve o perfil elitista da educação brasileira, pois, deu pouca atenção ao ensino elementar. Um dos marcos dessa gestão foi a criação da primeira universidade moderna brasileira – a Universidade do Brasil no Rio de Janeiro e decretou uma reforma educacional focada no ensino secundário que levou o seu nome que tinha como principal proposta, resgatar o controle no MES sobre o ensino secundário. Campos criou também uma rede de inspetores escolares de ensino que credenciava as escolas secundárias (em sua maioria privadas), para permitir a seus graduados o acesso à educação superior. Como somente os brancos abastados economicamente tinham condições de estudar nas escolas secundárias privadas, detentoras de mais qualidade, conseqüentemente, o acesso desse segmento ao ensino superior era quase garantido. Diante de um quadro com poucas oportunidades, o acesso dificultado às boas escolas condenava os negros e pobres, praticamente, à condição de excluídos do nível superior.

Quando da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia (adiante Universidade do Brasil) nos anos 20, reafirmou-se o processo de não discussão sobre a questão racial na academia brasileira. O que sedimentou o destino das instituições universitárias do país de educar, quase que exclusivamente, a mesma elite que as criou. A Universidade de São Paulo - USP, inaugurada em 1934, também perseguiu o mesmo caminho: contribuir, de forma contundente, para a formação educacional da elite intelectual branca do Brasil.

Ainda nos anos 30, o debate sobre a educação ganhou mais força. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 é um exemplo. Esse documento que tinha como lema “educação não é privilégio” se confrontava diretamente com a visão elitista de educação que até então prevalecia. Muito dos seus signatários viraram homens de

governo, comandaram a burocracia do Estado, portanto tiveram a oportunidade de transformar a realidade numa perspectiva mais inclusiva, no entanto, o que se assistiu, foi mudança na maneira de excluir. As ferramentas mudaram, mas as assimetrias entre brancos e não brancos continuava.

Quando da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia (adiante Universidade do Brasil) também nos anos 30, reafirmou-se o processo de não discussão sobre a questão racial na academia brasileira. O que sedimentou o destino das instituições universitárias de educar, quase que exclusivamente, a mesma elite branca que as criaram. A Universidade de São Paulo (USP) criada na mesma década, também perseguiu o mesmo caminho: contribuir, de forma contundente, para a ampliação da educação da elite intelectual branca do Brasil.

A breve Constituição de 1934 consagrou alguns avanços importantes, como o tratamento da educação como direito; a obrigação dos poderes públicos em prestá-la no ensino primário gratuito e obrigatoriamente nas escolas oficiais; a vinculação de percentuais dos impostos federativos para a educação escolar; a concessão do Estado para abertura de escolas sob o regime privado; e o estabelecimento de um plano nacional de educação (CURY, 2009). Em 1937 a Constituição do Estado Novo retoma a estrutura de privilégio com a adoção dos dois sistemas ou duas redes: em que os trabalhadores eram destinados para ensino profissional ou técnico e os filhos das elites faziam o secundário, que, exclusivamente os encaminhava para o ensino superior.

Na gestão de Gustavo Capanema (1934-1945) a expansão do ensino elementar foi uma marca. Na Reforma Capanema os esforços concentraram-se na reformulação da educação brasileira, promovendo a ampliação da rede pública, no entanto, esse processo ocorreu, principalmente, nas áreas urbanas mais ocupadas pela população branca. Nos setores rurais, onde a população negra era maior, o analfabetismo continuou muito presente.

Em 1946, o sistema educacional alcançou 91% dos 2,5 milhões de crianças urbanas em idade escolar, contudo, atingiu apenas 40% dos 7,5 milhões de crianças em idade escolar de todo o país. Um resultado dessa disparidade foi a lacuna entre o índice de alfabetização urbano e rural: “cerca de 73% da população urbana estava alfabetizada

em 1950, enquanto igual porcentagem da população rural era analfabeta” (DÁVILA, Op. Cit., p. 120).

Com a chegada dos anos 50, é percebida uma importante alteração no filtro que pontua o olhar sobre a sociedade brasileira. O fim da 2ª guerra mundial desencadeou um processo de desconstrução do critério da raça como categoria analítica sociológica. Falar em raças no Brasil passou a ter uma conotação negativa, visto que, o país tinha se alinhado contra o Eixo nazi-fascista. Essa situação ficou ainda mais constrangedora, considerando que, o Brasil passou a ser visto pela ONU como uma referência de convívio racial. Análises influenciadas pelo pensamento eugênico não eram mais bem vindas. Configurava-se no país a hegemonia da tese freyriana da democracia racial, ou seja, a fé de que no Brasil, praticamente, não havia racismo em razão da grande mestiçagem e, portanto, as desigualdades sociais se explicariam, quase que exclusivamente, em função do aspecto econômico. Nesse contexto, a ideologia do mérito, baseado no esforço individual, ganhou mais força e passou a ser o *ethos* para as justificativas da ocupação dos melhores espaços sociais por alguns.

O credo na democracia racial brasileira se tornou tão poderoso que, nos debates e propostas de alteração de legislação, as referências a respeito da raça ou cor da pele foram extremamente reduzidas e até mesmo, em alguns casos, extintas. Fato esse, que criou enormes dificuldades para dar visibilidade nas persistentes desigualdades raciais da sociedade brasileira.

A invisibilidade das questões raciais brasileiras se alastrou até os debates sobre educação nos anos 60. A não abordagem do racismo nos ambientes escolares refletiu nas propostas de Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1961. O principal debate ao redor das propostas para a LDB estava pautado sobre a destinação dos recursos públicos, ou seja, se esses recursos se destinariam somente às instituições públicas ou iriam também abastecer as escolas privadas e confessionais. O embate se dava entre os Pioneiros e a Igreja. O debate sobre a discriminação racial na educação foi tratado de forma genérica e secundária, sem a devida atenção.

Como discurso, a inclusão racial fez parte das preocupações das preocupações dos educadores e foi uma dimensão considerada no universo da discussão da LDB de 1961. Contudo, observamos que essa dimensão ocupou papel secundário, servindo mais como recurso discursivo (DIAS, 2005, p.53).

Lamentavelmente, nenhum dos educadores que se destacaram na defesa da escola pública rompeu o acordo com a elite brasileira de tratar a questão racial na generalidade e não como política pública, apesar da inclusão da raça como recurso discursivo. Compactuaram com o “mito da democracia racial”, mantendo invisível a população negra da escola, agora para “todos”, defendida com tanto vigor e entusiasmo no debate para aprovação da nova LDB de 1961.

Durante o período autoritário pós-1964, as discussões a respeito das leis 5.540/68 e 5.692/71 não abrangeram a totalidade da sociedade organizada brasileira, mesmo tendo grande repercussão na mídia. A repressão obviamente não possibilitou maiores debates. A Lei 5.540/68 tratava mais especificamente sobre o ensino superior e a Lei 5.692/71 focava no ensino de primeiro e segundo graus. A problemática sobre raça e a diferenciação no processo de escolaridade, continuou sem ser abordada de fato, prevalecendo na legislação as abordagens da LDB de 1961.

Ainda sobre o ensino superior, é importante ressaltar que as acirradas disputas no mundo político deste período também criaram um ambiente em que as lutas específicas da população negra, de certa forma, perdessem a intensidade. Com o golpe de 1964, o governo militar retirou o quesito cor de todos os censos oficiais do Estado por duas décadas. A doutrina de segurança nacional não admitia nenhum tipo de identidade parcial ou setORIZADA que pudesse arriscar a suposta unidade nacional (CARVALHO, 2006). No lugar do censo, o governo autoritário transformou o mito da "democracia racial" em peça-chave de cunho ideológico da sua propaganda oficial, Esse quadro fez com que os militantes anti-racismo fossem considerados "impatrióticos", "racistas" e "imitadores baratos" dos ativistas estadunidenses que lutavam pelos direitos civis. Nesse contexto, as universidades brasileiras se conformaram como arenas de combate à ditadura civil-militar, ao mesmo tempo em que os espaços acadêmicos seguiram ocupados, majoritariamente, por segmentos brancos da população.

Ainda durante a ditadura civil-militar nos meados dos anos de 1970, a política educacional voltada para o ensino superior foi ganhando contornos e efetividade na sociedade brasileira. Com um viés meritocrático e tecnocrata, a solução dada pelos governos militares ao “problema educacional” seguiu pela ampliação da oferta via setor privado. No setor público persistiu a estagnação em âmbito federal, e houve pequeno crescimento nos estados e municípios. O resultado desse processo foi a redução,

paulatinamente, das vagas ofertadas pelas instituições públicas em relação à demanda que a sociedade brasileira apresentava, ao mesmo tempo em que, a ampliação do ensino superior privado não foi acompanhada de garantia de qualidade¹⁸, em função do alto custo de investimento. Assim, a rede privada demonstrou-se impotente de ofertar um ensino equivalente, em termos de “qualidade”, ao sistema público em vigor (GUIMARÃES, 2003).

A oferta do ensino superior privado com cursos de “baixa qualidade” acarretou no aumento das disputas pelo capital cultural proporcionado via universidades públicas, tornando as vagas mais concorridas, beneficiando, através do vestibular, as famílias de classe média e alta que tinham seus filhos matriculados na rede privada de ensino, em escolas com “mais qualidade”. Diante desse afunilamento, os jovens negros, para titularem-se, tinham de recorrer ao ensino superior privado, obtendo diplomas desvalorizados no mercado de trabalho, que acentuavam ainda mais a discriminação racial de que eram vítimas (SANTOS, 1985).

Foram justamente os negros os primeiros a denunciarem, como discriminação, o relativo fechamento das universidades públicas brasileiras aos filhos das famílias mais pobres, que, na concorrência pela melhor formação em escolas de 1º e 2º graus, eram vencidas pelas classes média e alta. As provas de exame vestibular para o ingresso nas universidades públicas passaram a ser realizadas, portanto, num contexto de grande desigualdade de formação, motivada principalmente pela renda familiar. Jovens de classe média e alta, que podiam cursar as melhores e mais caras escolas elementares e de 2º grau, praticamente abocanhavam todas as vagas disponíveis nos cursos das universidades públicas e gratuitas. A perversão do sistema tornava-se clara (GUIMARÃES, 2003, p. 251).

Esse contexto é revelado de maneira artística e singular, pelo cantor e compositor negro Martinho da Vila no samba de sua composição “O pequeno burguês”, gravado em 1969.

*Felicidade! Passei no vestibular.
Mas a faculdade é particular.
Particular, ela é particular.
Particular, ela é particular.
Livros tão caros tantas taxas pra pagar.
Meu dinheiro muito raro.
Alguém teve que empregar.*

¹⁸ A utilização dos termos “qualidade”, “baixa qualidade” e “mais qualidade” são referenciados historicamente e se relacionam com a percepção da “qualidade” associada ao sucesso dos alunos no vestibular, no caso do ensino de nível médio, e no mercado de trabalho, no caso do ensino superior.

*O meu dinheiro, alguém teve que emprestar.
O meu dinheiro, alguém teve que emprestar.
Morei no subúrbio, andei de trem atrasado.
Do trabalho ia pra aula,
Sem jantar e bem cansado.
Mas lá em casa à meia-noite,
Tinha sempre a me esperar.
Um punhado de problemas e criança pra criar.
Para criar, só criança pra criar.
Para criar, só criança pra criar.
Mas felizmente eu consegui me formar.
Mas da minha formatura, não cheguei participar.
Faltou dinheiro pra beca e também pro meu anel.
Nem o diretor careca entregou o meu papel.
O meu papel!
Meu canudo de papel
O meu papel!
Meu canudo de papel...
E depois de tantos anos
Só decepções, desenganos.
Dizem que sou um burguês.
Muito privilegiado.
Mas burgueses são vocês.
Eu não passo
De um pobre coitado
E quem quiser ser como eu
Vai ter é que penar um bocado
Um bom bocado!
Vai penar um bom bocado
Um bom bocado!
Vai penar um bom bocado
Um bom bocado!
Vai penar um bom bocado...*

(MARTINHO DA VILA, “O pequeno Burguês” - 1969, 2019).

Diante desse contexto nos anos 70, destacamos também que surge uma resistência política negra diferenciada em âmbito universitário. Uma nova geração de jovens negros, ansiosos pelo acesso as universidades públicas, retomam a vanguarda da luta de combate ao racismo. É nesse cenário que são criados vários grupos e entidades de cunho político-cultural como: Centro de Cultura e Arte Negra de São Paulo – CECAN (1969), grupo Palmares em Porto Alegre (1971), Ilê Ayê em Salvador (1974), o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras - IPCN no Rio de Janeiro (1975), Centro de Estudos Brasil-África - CEBA em São Gonçalo (1975) e André Rebouças em Niterói (1975), Federação das entidades negras do Estado de São Paulo (1975). Sociedade de Intercambio Brasil-África - SINBA (1976) e o Movimento Negro Unificado - MNU em São Paulo (1978). As principais características dos ativistas seriam de assumir a negritude, defender a valorização da cultura negra e reivindicar melhoria das condições

socioeconômicas da população negra. (CUNHA JUNIOR, 2003). Contudo, é importante frisar que, a maioria dessas organizações promovia a luta, principalmente, a partir do viés cultural, inclusive, para continuarem ativas, considerando o contexto da repressão da Ditadura civil-militar. Diante desse cenário, não era de se estranhar que o debate da inclusão do negro na educação fosse, aos poucos, resgatado por essas entidades. Como consequência, desponta entre muitos dos ativistas negros desse período o interesse de ingressar na carreira acadêmica ou de se concentrar em atividades de cunho intelectual, mesmo fora da universidade. É o caso de Lélia Gonzalez, Carlos Alberto Medeiros, Amauri Mendes, Maria Beatriz Nascimento, Edson Cardoso e outros (ALBERTI e PEREIRA, 2005). Os que obtiveram sucesso foram constituindo nas instituições de ensino superior as primeiras bases para o que ficou conhecido como movimento negro acadêmico ou universitário.

Nos anos 1970, vários/as jovens negros/as acadêmicos/as buscavam formar grupos de estudo e discussão da questão racial. Alguns núcleos priorizaram a atuação no âmbito universitário a exemplo do Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), na Universidade Federal Fluminense em 1974 [...]. Em São Paulo destaca-se o Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros (GTPLUN) criado na Escola Paulista de Medicina em 1972 [...] (RATTS, 2009, p. 3-4).

Conforme indica Ratts, (2009), o movimento negro de base acadêmica surge nos meados dos anos 70, considerando a fundação do GTPLUN e do GTAR e a presença de jovens negros/as acadêmicos em outros núcleos (CECAN, IPCN, SINBA, etc.). Nesse sentido, aponta o pesquisador, constitui-se um novo lugar de fala e um novo projeto político nas universidades que se desenvolvem em meio a confrontos diante de um espaço hegemônico historicamente por intelectuais brancos.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a militância negra universitária ganha novas dimensões com a criação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (ou correlatos) voltados para os estudos do racismo e das relações raciais: CEAB/UCG (1983), NEAB/UFAL (1983), NEAB/UFMA (1985), NEN/UFSC (1986), PENESB/UFF (1995), NEAB/UFSCar (1995), e NEAB/UDESC (1995). Estes núcleos, em sua maioria, foram fundados e dirigidos por docentes/pesquisadores/ativistas negros. Não é sem motivos que adiante no final dos anos 90, muito da pressão interna feita nas universidades públicas pela adoção das ações afirmativas tem como fonte a ação articulada desses grupos de ativistas negros acadêmicos.

Com o fim da Ditadura civil e militar em 1985, as forças democráticas ganharam força e levaram demandas históricas da sociedade brasileira ao poder central. No contexto da Constituinte muitos debates sobre as relações raciais foram feitos no Congresso Nacional que, de certa forma, refletiram na Carta Magna de 1988. Populações Indígenas, quilombolas, movimentos negros, feministas, sem teto, sem terra e vários outros segmentos organizados da sociedade foram para os corredores do Parlamento brasileiro disputar as suas proposições. Um dos marcos desse processo foi a aprovação da Lei nº 7716/89, a chamada “Lei Caó” do Art. 5º da Constituição que tornou o crime de racismo inafiançável e imprescritível. Outro avanço foi a aprovação do Art. 68 que reconhece os territórios das comunidades remanescentes de quilombos. No que coube ao capítulo da educação, não houve nenhuma referência mais aprofundada sobre a questão racial. Contudo, no que se refere aos direitos de cidadania dos analfabetos, foi conquistado significativo avanço para os pobres, em especial a população negra e indígena. A Constituição Cidadã de 1988 assegurou às pessoas analfabetas, definitivamente, o direito ao voto, em caráter facultativo, mesmo mantendo ineleáveis os inalistáveis e os analfabetos. Afirma o artigo 14 da Carta: “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”.

O ano de 1988 foi marcado por muitas mobilizações pelo movimento social negro. De acordo com Alberti e Pereira (2007), foram criadas várias entidades importantes relacionadas à questão racial no Brasil. Nesse contexto, tivemos as criações do Instituto da Mulher Negra - Geledés em São Paulo, do Projeto Vida de Negro no Maranhão e da União de Negros pela Igualdade – UNEGRO em Salvador; e as realizações do I Encontro Estadual da Mulher Negra no Rio de Janeiro e do Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão. Ainda nesse ano, ocorreu no dia 11 de maio “Marcha Contra a Farsa da Abolição na Transição Democrática” que motivou grande parte da militância negra do Estado no Rio de Janeiro. Enfim, no bojo das comemorações do Centenário da Abolição em 1988 ocorreram eventos promovidos tanto pelo Estado como pela sociedade civil, com destaque para aquelas construídas pelo movimento social negro. No todo, foram marchas, espetáculos, congressos, série de tv, declarações oficiais e protestos em torno do negro no Brasil.

É no contexto das comemorações do Centenário da Abolição que a Fundação Cultural Palmares é criada. Instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 e vinculada ao Ministério da Cultura, sua tarefa se consolidaria em apoiar as questões ligadas às populações negras, entre elas, fomentar o direito de acesso à cultura e à indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras, com destaque para a coordenação do reconhecimento das comunidades quilombolas, em acordo com as prerrogativas da Constituição de 1988, nos Ato das Disposições Constitucionais.

Outro episódio que merece destaque é a realização da “Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Igualdade e a vida” em 20 de novembro de 1995, que reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília. Considerado historicamente um dos maiores eventos do movimento social negro brasileiro, a manifestação aconteceu no aniversário de 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência escravista e da consciência negra no Brasil. No documento de 17 páginas, elaborado pelas entidades e entregue às autoridades públicas, tinha questões que perpassavam desde saúde, violência, relações exteriores, mercado de trabalho, democracia, terra, educação, até a cultura. No que se refere a pauta dedicada a educação, o documento é bastante inovador. Nele constam itens como:

Recuperação, fortalecimento e ampliação da escola gratuita e de boa qualidade. [...] Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto na evasão e repetência das crianças negras. [...] Desenvolvimento de Ações Afirmativas para acesso de negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta (DOCUMENTO MARCHA ZUMBI).

Entre os saldos positivos do movimento lista-se o fato do presidente Fernando Henrique Cardoso ter recebido a delegação das entidades organizadoras da marcha e assinado o decreto que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. A avaliação é de que o movimento havia conseguido influenciar os rumos da luta contra o racismo no país.

Outro dado fundamental, é que a partir da repercussão da marcha abriu-se o caminho para que, em 1996, fosse realizado na UnB o seminário internacional

“Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”. Esse evento que é tido como um dos marcos para o debate e posteriores formulações sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil (SOUZA, 1997).

Adiante, para a formulação da Lei nº 9.394/96, a nova LDB, os debates sobre a educação e questão racial foram mais intensos, o movimento social negro estava mais atento aos mecanismos de representação parlamentar e atuou de maneira mais direta e intensa, no entanto, os resultados não foram satisfatórios. A correlação de forças no Congresso Nacional ainda não era favorável, tendo em vista que a maioria dos parlamentares não estava sensível às questões raciais brasileiras. No campo da esquerda, a centralidade estava na questão de classe, mesmo não sendo totalmente explicitada. “Mantêm-se a questão da igualdade, da unidade nacional, mas os educadores progressistas ignoram a questão da raça como um dos objetivos da educação democrática e para todos” (DIAS, 2005, p.55).

Do ponto de vista institucional, a questão racial volta a ser debatida com mais força pela sociedade brasileira após a participação oficial do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância em Durban, na África do Sul, em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso. Foi a partir dessa ação que a defesa das ações afirmativas ganhou desdobramento de efetividade no Estado brasileiro. Nesse evento, o Brasil foi signatário da resolução aprovada que indicava o reconhecimento oficial da legitimidade de reparações para a escravidão e a defesa de ações afirmativas como mecanismo de acesso para a população negra nas universidades (VIEIRA, 2016).

Com o governo Lula em 2003, a questão racial ganhou mais força ao ponto de ser criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR com *status* de ministério. No Congresso Nacional tivemos a retomada da proposição do Estatuto da Igualdade Racial em 2003 pelo Senado Federal, que regulamenta uma série de políticas públicas de cunho afirmativo para a população negra. Após longo e duro debate no Parlamento o Estatuto foi aprovado e sancionado em 2010. Ocorreu também a aprovação da Lei nº 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e cultura afro-brasileira para o ensino fundamental e médio.

É importante ressaltar o protagonismo do movimento social negro no que se refere ao debate sobre o racismo e seus impactos na sociedade brasileira. Após a ditadura militar de 1964, a maioria dos avanços, no que diz respeito ao combate ao racismo, teve como força propulsora o movimento social negro. E foi a partir da luta dos militantes negros e seus aliados que vários avanços políticos se tornaram realidade. Como exemplo dessa atuação, registramos o fato de que legislações semelhantes à Lei federal 10.639 de 2003, já tinham sido aprovadas em vários municípios brasileiros.

Ainda, no que diz respeito aos desdobramentos da Constituição de 1988, do ponto de vista das políticas institucionais de viés universal, podemos afirmar que a situação educacional brasileira, não ficou estagnada de todo e tiveram efeitos positivos na população negra brasileira. A partir de meados dos anos noventa, ocorreram importantes esforços governamentais no sentido de redução total do analfabetismo. Essa meta foi parcialmente alcançada, visto que, reduziu-se singularmente esse problema de persistência histórica.

Sobre o ensino superior as mudanças positivas vieram mesmo a partir da eleição do governo Lula em 2002, seguido pelo governo Dilma, a partir de 2008. Nesses governos foram criadas no setor público, ao todo, 18 universidades federais, com o incremento de mais 173 campi universitários. Via setor privado foram desenvolvidas políticas como Programa Universidade para Todos - PROUNI e Financiamento Estudantil - FIES, buscando ampliação do acesso democrático ao nível superior brasileiro. Com referência ao processo de inclusão nas universidades encaminhadas nesse período, vamos tratar com mais profundidade na parte seguinte do capítulo, quando for feito o resgate histórico das ações afirmativas no Brasil.

Assim, concluímos que, de uma forma geral ao longo da história do Brasil, a escola “apropriada” pelas classes dominantes perpetuava-se como vantagem competitiva das elites, preservando o *status quo* dessas mesmas classes em detrimento da educação das populações negras rurais e/ou urbanas e indígenas, cujas condições de trabalho e isolamento dificultavam – mas não eliminavam – as manifestações de descontentamento.

Compartilhamos da conclusão do economista Ricardo Henriques (2002) sobre os resultados das políticas educacionais de perfil universalista no Brasil. Em seu estudo de

base quantitativa, mostrou que, após a ampliação do ensino público brasileiro durante o século XX, a média de escolaridade da população elevou-se, diminuiu-se a taxa de analfabetismo e aumentou a matrícula em todos os níveis. Esses avanços, no entanto, não reduziram a desigualdade entre brancos e negros.

A escolaridade de brancos e negros nos expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. [...] apesar da melhoria dos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros se mantém estável entre as gerações. No universo dos adultos observamos que filhos, pais e avós de raça negra viveram, em relação aos seus contemporâneos de raça branca, o mesmo diferencial educacional ao longo de todo o século XX (HENRIQUES, 2002, p. 93).

Destacamos também, a posição da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC, Maria Paula Dallari Bucci, em audiência pública realizada no Supremo Tribunal Federal em 2010. Na ocasião, a Secretária informava sobre a existência uma distância histórica no campo da educação entre negros e brancos, que se reproduz ao longo dos anos. Para explicitar essa defasagem, a Secretária, demonstra através de gráficos os dados oficiais do MEC sobre a evolução da escolaridade média dos brasileiros:

Isso significa a evolução, em número de anos, da escolaridade dos brasileiros frequentando a escola de maneira geral e os brasileiros têm mais anos de escolaridade. Isso indica uma melhora geral no panorama educacional brasileiro (STF, Audiência pública, Brasília, 2010).

Em seguida, através do segundo gráfico, a Secretária expôs um estudo que foca a trajetória escolar de brancos e negros, dando ênfase na distância detectada:

O que é impressionante nesse desenho é que há uma distância que permanece intocada nos últimos 20 anos [...] a despeito da melhora educacional mostrada no primeiro gráfico. Quer dizer, houve uma melhora educacional, mas ela não fez nenhum movimento na escolaridade dos negros, que deveria ter essa curva – deveria haver a expectativa de que ela subisse, o que vemos é que a distância até mesmo aumentou (Ibid., 2010, p. 2).

Em levantamentos mais recentes da PNAD – Continua/2018 os números indicam que a diferença de escolaridade aumentou. O resultado da pesquisa informa que brancos têm 10,3 anos de estudos, enquanto os negros (pretos e pardos) têm 8,4 anos, ou seja, a diferença de 2 anos em média aproximadamente. Em relação à taxa de

analfabetos está em 6,8 % da população, mesmo assim, ainda temos 11,3 milhões de analfabetos no país. Acrescentamos o fato de que o segmento daqueles que não sabem ler e escrever ainda tem incidência quase três vezes maior na faixa da população de 60 anos ou mais de idade, 18,6%, e caso considerarmos o corte racial, temos entre pretos e pardos 9,1% em relação aos brancos 3,9% (PNAD/IBGE, 2018).

Sinteticamente, podemos afirmar que a maioria das reformas educacionais realizadas no Brasil, embora sob o signo aparente da universalização, democratização e gratuidade do ensino, não criaram condições reais para negros e indígenas vencerem as dificuldades do passado e incluírem-se efetivamente no universo da escolarização. Nesse sentido, tentamos evidenciar que essas populações foram incluídas no sistema escolar de maneira desigual, mantendo distâncias com o intento de cristalizar vantagens competitivas, diante de um ordenamento meritocrático, que ainda perduram na sociedade brasileira.

2.2- Histórico das ações afirmativas no Brasil

Com a devida licença, entendemos necessário garantir, previamente, a conceituação de ações afirmativas para que o leitor tenha o discernimento da perspectiva teórica utilizada na Tese. Em seguida, daremos início ao resgate histórico das ações afirmativas no Brasil.

De acordo com Gomes (2001), ações afirmativas seriam políticas e mecanismos de inclusões concebidas por entidades públicas, privadas e órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito.

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebida com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2001, p. 40).

O período de redemocratização no Brasil que desembocou na Constituinte de 1988 teve, entre outras características, grande mobilização de parcela sociedade

brasileira e por consequência dos movimentos sociais. Foi um momento em que a sociedade civil organizada obteve a oportunidade de encaminhar ao poder central demandas históricas no campo da moradia, educação, saúde, segurança pública, etc., depois de longo período de ditadura civil-militar. Nesse processo, nem tudo teve o encaminhamento devido e atenção correta, muitas lacunas não foram preenchidas e algumas questões sequer enfrentadas. Entre essas questões estavam as que se referiam às mazelas deixadas pelo racismo histórico brasileiro.

As políticas de ações afirmativas, direcionadas a segmentos da população excluída, começam a ser defendidas diante desse contexto. Como protagonista desse processo destaca-se o movimento social negro brasileiro que prestou inegável contribuição na denúncia do racismo no Brasil.

As primeiras manifestações públicas de defesa pela adoção de ações afirmativas para ampliação do acesso a negros nas universidades nos remetem a atuação política e liderança negra de Abdias Nascimento no Senado Federal em 1997 pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT. Em 1995, ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares tivemos a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada no mês de novembro, em Brasília. A Marcha é considerada importante, visto que, possibilitou que fossem apresentados documentos com as propostas de implementação de políticas de ações afirmativas e de inclusão nos programas curriculares do ensino da Cultura afro-brasileira e história de África nas escolas. É desse período também a proliferação dos “vestibulares comunitários” vinculados às OnGs, e organizações do movimento social. Eram iniciativas que preparavam os estudantes provenientes da escola pública e de comunidades carentes para melhores condições de competição no vestibular das universidades públicas.

O início do século XXI é tido como um período de avanços nas lutas dos movimentos sociais brasileiros. Diante desse contexto, as demandas históricas colocadas pelo movimento negro encontraram terreno fértil para progredir. A participação da delegação oficial brasileira na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, Promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU, ocorrida em Durban, na África do Sul, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2001, é interpretada por vários autores como marco histórico para o movimento social negro no que tange à

questão racial no campo da educação, em especial, às políticas públicas de ações afirmativas. Na ocasião, o Estado brasileiro comprometeu-se, oficialmente, a superar o racismo e estabelecer políticas concretas para a sua superação.

Como desdobramento dos compromissos assumidos na Conferência de Durban, em 2002, FHC assinou Decreto que instituiu o programa nacional de ações afirmativas. O argumento central seria de promover os princípios da diversidade e do pluralismo no preenchimento de cargos da administração pública federal e na contratação de serviços por órgãos do Governo. Ainda em 2002, foi adotado o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades no acesso à carreira diplomática. O programa, vinculado ao Ministério de Relações Exteriores, consiste em conferir bolsas de estudos anuais para que candidatos "afrodescendentes (negros)", se capacitem para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

Ainda sobre a onda de crescimento das lutas dos movimentos populares, destacamos o ápice desse momento com as eleições de Lula como Presidente da República. O governo Lula (2003-2011) teve atuação, reconhecidamente, singular na área da educação, em que se objetivou seguir o rumo contrário da tradição excludente brasileira. Foram políticas educacionais de vários módulos, direcionadas para diferentes segmentos sociais, indo desde a educação infantil às pós-graduações. Aumentaram as verbas no orçamento, ampliaram a rede e incentivou-se a participação. Enfim, foi um período em que a educação buscava alcançar o máximo de pessoas, por via universal ou focada, numa perspectiva de ampliação dos direitos garantidos na Constituição. No que se refere, especificamente, à questão racial, o governo decidiu enfrentar, mais eficazmente, os efeitos do racismo no Brasil. Além das cotas nas universidades com aprovação da Lei nº 12.711/12, outras políticas fazem parte das iniciativas de ações afirmativas do governo: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; a Lei 10.639/03 que instaura a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; a Lei 11.096/05, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI ; e a Lei 12.288/10, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Nesse contexto, destacamos a luta dos movimentos sociais, como Movimento Negro, Movimento dos Sem-Universidade, Pré-Vestibulares para Negros e Carentes,

Educafro, entre outros, que entenderam que no segmento da educação as chances de avanços nos direitos eram maiores.

No que diz respeito às ações afirmativas nas universidades públicas, tivemos a iniciativa pioneira na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ em 2002, quando a universidade autorizou em seu vestibular que pretos, pardos e indígenas autodeclarados solicitassem suas vagas por meio do sistema cotas. No ano de 2004 a Universidade de Brasília - UnB inaugura a adesão política de ações afirmativas em âmbito federal, adotando cotas raciais para ingresso em seus cursos de graduação. Após as iniciativas da UERJ e UnB, várias outras universidades públicas aprovaram algum tipo de ação afirmativa em seus respectivos Conselhos Universitários. Com a pressão realizada por militantes de vários segmentos organizados da sociedade civil brasileira foi se constituindo um movimento nacional em defesa das cotas. Foram as ações articuladas desse grande movimento, que de certa forma, proporcionaram o convencimento de parte da opinião pública e impulsionaram a adesão por algum tipo de ação afirmativa nas instituições de ensino superior. Adiante, no ano de 2012, o governo federal reagrupou, em âmbito federal, as iniciativas das cotas num único modelo com a aprovação da Lei nº 12.711.

De acordo com o portal do MEC, a Lei nº 12.711/2012¹⁹ garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 63 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia²⁰ (MECb, 2018) a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. De maneira mais detalhada pode-se visualizar da seguinte maneira: as vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado,

¹⁹ Associadas a Lei nº 12.711/2012, temos Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012 e Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

²⁰ Além dos IFs temos dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Cumprе ressaltar que a Lei de Cotas foi alterada em dezembro de 2016, pela Lei 13.419/2016, na perspectiva de destinação de cotas às pessoas com deficiência, passando o seu artigo 3º vigorar da seguinte forma:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A distribuição geral de vagas dos sistemas de ingresso nas Instituições Federais de Ensino Superior está dividida acordo com os critérios definidos na Portaria Normativa do MEC nº 09/2017, nas seguintes modalidades:

A0: Ampla Concorrência.

L1: Candidato(a)s com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L2: Candidato(a)s autodeclarado(a)s preto(a)s, pardo(a)s ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L5: Candidato(a)s que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L6: Candidato(a)s autodeclarados preto(a)s, pardo(a)s ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

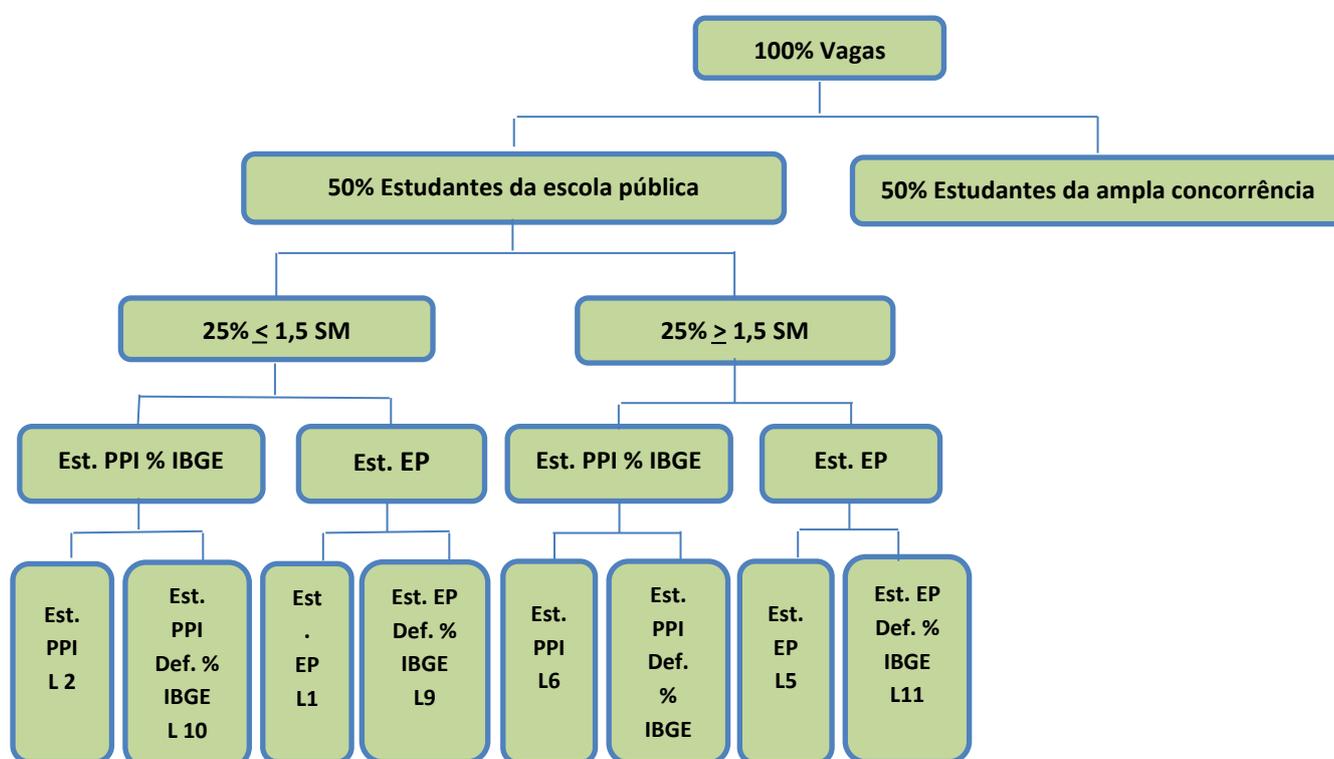
L9: Candidato(a)s com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. L10: Candidato(a)s com deficiência autodeclarado(a)s preto(a) s, pardo(a)s ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou

inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L13: Candidato(a)s com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L14: Candidato(a)s com deficiência autodeclarado(a)s preto(a)s, pardo(a)s ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Figura 2 – Fluxograma da distribuição das vagas reservadas a política de cotas de acordo com a Portaria Normativa do MEC nº 09/2017



Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a Lei 12.711/12

Um dos pontos altos de todo o processo de adoção das cotas nas universidades foi a decisão do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade dessa política pública educacional nas universidades. Mesmo, sob intenso debate ideológico entre favoráveis e contrários, tanto na mídia como nos espaços públicos, os ministros do STF julgaram, em 26 de abril de 2012, improcedente a ADPF nº 186 contra as cotas étnico-raciais da UnB, por unanimidade (SANTOS, 2011). O STF decidiu que as políticas de

cotas raciais nas universidades não ferem a Constituição e são necessárias para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil. (STF, APDF N° 186, 25/04/2012).

Com uma perspectiva panorâmica e tendo como base o Mapa das ações afirmativas no Brasil (INCT-I, 2011), produzido pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino superior e na Pesquisa, é possível afirmar que temos, aproximadamente, 129 instituições com algum tipo de ação afirmativa, localizadas em 535 cidades distribuídas por todas as regiões brasileiras²¹. Indubitavelmente, a quantidade instituições de ensino superior com ações afirmativas no Brasil aumentou com a sanção da Lei 12.711/2012 que determinou as ações afirmativas em toda rede das IFES. Esses dados indicam que as políticas públicas de ação afirmativa tiveram uma implementação abrangente, considerando a extensão do território nacional.

Neste capítulo, buscamos evidenciar como o racismo teve na educação um instrumento eficaz de manutenção das desigualdades raciais no Brasil. Sinteticamente, destacamos que no primeiro momento os negros e indígenas cativos e seus descendentes ficaram totalmente impedidos de acessar a escola. A perpetuação do impedimento à escolaridade se confirmou tanto pela força, como por instrumentos legais. Com o início da modernização do país e o fim da escravidão, os instrumentos de exclusão foram alterados. Entra em cena a meritocracia como ferramenta ideológica fundamental para manutenção da desigualdade. Na transição da etapa tradicional, explicitamente racista, para a fase moderna, meritocrática e competitiva, a contribuição da produção intelectual foi fundamental. Formulações de caráter eugênicas oriundas das ciências médicas e adiante, com suporte das ciências sociais a partir da tese freyriana da democracia racial, se constituíram como sustentações ideológicas para que o controle não saísse das mãos da elite branca brasileira.

É comum, entre alguns historiadores, a afirmação que a trajetória do povo brasileiro é uma história de exclusão. Nesse sentido, foram vividos mais de 500 anos de exclusão social cujas marcas fortes são a escravidão, a hierarquia, a discriminação e a dependência. Ao longo da história, nossas “elites do atraso” (SOUZA, 2017), com a perspectiva de se manterem na estrutura de poder, desenvolveram mecanismos sofisticados de perfil ideológico. O objetivo se configura em evitar os conflitos com os

²¹ Não foram encontrados dados atualizados sobre a quantidade de instituições de ensino superior com ações afirmativas no Brasil.

excluídos e continuar se apropriando vantajosamente dos fundos públicos, promovendo, dessa forma, um processo de inclusão controlada e limitada. Racismo, clientelismo, meritocracia e seletividade social foram meios estratégicos utilizados por essas elites para impedir o acesso universal a bens que possam de alguma maneira significar alguma chance de redução da desigualdade.

Finalmente, com o auxílio da bibliografia, tentamos mostrar que, hierarquias, particularismos e privilégios perpassam tanto por cortes de raça, como de classe, evidenciando que as desigualdades cristalizadas na escravidão não foram entraves para a introdução das relações capitalistas no Brasil. Pode-se até dizer, inclusive, que a modernização e o modelo de capitalismo desenvolvido aqui, possuem no racismo um dos seus principais fundamentos.

CAPÍTULO III

CONFLITOS NAS UNIVERSIDADES

Historicamente, os brancos sempre foram assim em relação aos pretos, podemos estar com eles, mas jamais fomos considerados iguais a eles. (Malcolm X²²).

Neste capítulo iremos tratar dos conflitos raciais nas universidades brasileiras. O objetivo é mostrar ao leitor que as instituições de ensino superior no Brasil, especialmente as públicas, são espaços sociais onde sempre ocorreram constrangimentos motivados pelo racismo, correspondendo, dessa forma, às suas trajetórias históricas de confinamento racial branco. Enfim, a intenção do texto é ressaltar que a transformação das universidades em arenas de disputas ativas por capital cultural (BOURDIEU, 1983) entre brancos e negros tem razões históricas. E que os recentes conflitos raciais nas universidades públicas têm indicado a tendência de aumento e acirramento, em virtude do processo contemporâneo de implementação das ações afirmativas nessas instituições.

Temos também como objetivo deste capítulo, possibilitar um panorama dos novos e crescentes conflitos de contorno racial nas instituições de ensino superior brasileiras, envolvendo estudantes negros. Essa tarefa tem como fonte, livros, pesquisas acadêmicas e registros publicados na mídia, nas redes sociais e na internet em geral.

3.1- Conflito racial no Brasil

A proposta de reflexão deste estudo se insere no âmbito dos conflitos raciais. Dessa forma, entendemos necessário um breve resgate de algumas passagens do pensamento social brasileiro sobre essa temática.

É importante destacar que, a possibilidade de conflitos raciais no Brasil, historicamente, sempre despertou temor à elite nacional. E não é sem motivos que o exercício do controle social sob sua orientação é condição *sine qua non* para a manutenção de seus privilégios. Diante de cenário de grandes desigualdades, a prevenção contra qualquer oportunidade de ruptura violenta do sistema impõe às elites um comportamento de eterna vigilância. No Brasil, esse sentimento de receio de

²² Zero Hora – ANO 53 – N° 18.706 – 21 de fevereiro de 2017 – ALMANAQUE GAÚCHO/ Por Ricardo Chaves – Pág: 44

conflitos raciais fica mais evidente a partir do final século XVIII, com o tormento que as elites brancas coloniais vivenciaram com a possibilidade do Brasil se transformar num “Haiti”²³ (NASCIMENTO, 2007). No período pré-abolição, o debate sobre em defesa da libertação dos escravos também passava pelo convencimento das elites escravocratas de que o país não mergulharia numa espécie de guerra racial contra os ex-senhores. No clássico, *O abolicionista*, Joaquim Nabuco deixa evidente seu argumento para arrefecer o medo das elites com a abolição,

A escravidão, por felicidade nossa, não azedeu nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou, entre as duas raças, o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. [...] A cor, no Brasil, não é, como nos Estados Unidos, um preconceito social contra cuja obstinação pouco pode o caráter, o talento, e o mérito de quem incorre nele (NABUCO, 2000, p. 15).

O trecho de Nabuco nos mostra que o tensionamento racial estava presente no século XIX. E que as elites, mesmo pressionadas pela onda liberal que vinha de fora do país, não queriam correr o risco de transformar o Brasil num celeiro de convulsão social e conflitos, fruto dos ódios sócio-raciais cultivados mutuamente (AZEVEDO, 1987). A pesquisa histórica contemporânea sobre a escravidão tem salientado que a situação de confronto no pré-abolição era premente. O historiador Sydney Chalhoub, em seu livro *Visões da Liberdade* (1990) contextualiza e destaca a ocorrência de constantes e violentos conflitos entre escravos e senhores nas últimas décadas da escravidão: pequenos motins, fugas urbanas, assaltos, roubos provocados pelos escravos tentando reagir ao cerco escravista que imperava sobre suas vidas. Outra obra que ressalta o cenário de conflitos raciais desse período é *Onda negra medo branco* (1987) de autoria de Celia Maria Marinho de Azevedo.

Na virada das décadas de 1860 e 1870, os relatórios dos chefes de polícia dirigidos aos presidentes de província expressam uma crescente preocupação com as lutas dos escravos. Individualmente ou em pequenos grupos, de forma premeditada ou não, eles se revoltavam e matavam, e ao invés de simplesmente fugir, como era costumeiro — internando-se em quilombos nas matas ou mesmo em agrupamentos de leprosos à beira das estradas —, começam a se apresentar espontaneamente à polícia, como se julgassem de seu direito matar quem os oprimia. [...] É possível que as relações sempre conflituosas entre senhores e escravos estivessem agora a vivenciar um novo

²³ Revolução Haitiana ou Revolta de São Domingos (1791-1804), episódio da história em que os escravos executaram por volta de 4 mil pessoas brancas, entre fazendeiros e seus descendentes, queimaram ou destruíram 180 engenhos de açúcar e centenas de plantações de café e índigo, e por final, proclamaram a independência do país (NASCIMENTO, 2007).

momento histórico, com o espaço da produção tornando-se palco privilegiado das revoltas individuais e coletivas dos negros escravizados. Isto quer dizer que a resistência escrava estaria se concretizando cada vez mais no próprio lugar de trabalho (no eito e no interior das moradias dos senhores), muito mais do que fora dele, tal como nas tradicionais fugas e quilombos (AZEVEDO, 1987, p. 180-181).

Diante do dilema, os donos de escravos adiaram ao máximo o fim do sistema escravista. Esse contexto de tensionamento no pré-abolição reforça a tese de que as elites escravocratas não queria apontar qualquer avanço civilizatório sem que tivessem a certeza do total controle da situação. Nesse sentido, fica óbvio, que o fato histórico do Brasil ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão não foi fruto do acaso.

Com o fim da escravidão o tensionamento racial não se encerrou. De imediato, no pós-abolição, os conflitos nas áreas urbanas brasileiras emergiram envolvendo ex-escravos. No contexto dos confrontos estavam os *capoeiras* que, rapidamente, o governo republicano fez reprimir. Políticas como o aumento da força policial e o estabelecimento do novo Código Penal de 1890, com inclusive expulsão do país, demonstram como os governantes da República Velha queriam lidar com o problema (SKIDMORE, 1976).

A inevitabilidade da luta das raças também se fazia presente, como pano de fundo, com Euclides da Cunha, no seu clássico *Os Sertões*, de 1902. O pessimismo com o futuro do Brasil, influenciado, de certa forma, pelo *darwinismo social* de Spencer, destacava o episódio da Guerra de Canudos como uma possibilidade generalizada de deterioração social (ODA, 2006).

A índole incoerente, desigual e revolta do mestiço, como que denota um íntimo e intenso esforço de eliminação dos atributos que lhe impedem a vida num meio mais adiantado e complexo. Reflete – em círculo diminuto – esse combate surdo e formidável, que é a própria luta pela vida das raças, luta comovedora e eterna, caracterizada pelo belo axioma de Gumplowicz como a força motriz da história. O grande professor de Gratz não a considerou sob este aspecto. A verdade, porém, é que se todo o elemento étnico forte “tende a subordinar ao seu destino o elemento mais fraco ante o qual se acha”, encontra na mestiçagem um caso perturbador. A expansão irresistível do seu círculo se extingue. A luta transmuda-se, tornando-se mais grave. Volve do caso vulgar, do extermínio franco da raça inferior pela guerra, à sua eliminação lenta, à sua absorção vagarosa, à sua diluição no cruzamento. E durante o curso desse processo redutor, os mestiços emergentes, variáveis, com todas as nuances da cor, da forma e do caráter, sem feições definidas, sem vigor, e as mais das

vezes inviáveis, nada mais são, em última análise, do que os mutilados inevitáveis do conflito que perdura, imperceptível, pelo correr das idades. É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização. (CUNHA, 2000, p. 95).

Em 1930, João Pandiá Calógeras, historiador, político e homem de destaque desse período, se posicionava fazendo a defesa do branqueamento da população no debate sobre a questão racial brasileira e possíveis conflitos.

A mancha negra tende a desaparecer num tempo relativamente curto em virtude do influxo da imigração branca em que a herança de Cam se dissolve. Roosevelt tinha observado com exatidão que o futuro nos reserva uma grande alegria: a feliz solução de um problema inçado de tremendos, mortais, problemas – os problemas de um possível conflito entre as duas raças (CALÓGERAS, apud SKIDMORE, 1976, p. 224).

É diante desse contexto, que a defesa do *branqueamento* da população brasileira começa a dar seus primeiros passos entre as elites políticas e intelectuais. Chegando ao auge durante o Estado Novo. A situação só se altera com o fim da 2ª Guerra Mundial e o impacto das revelações de extermínio racial em massa. A partir de então, a tese do *branqueamento* começa a ser substituída pelo o incremento ideológico da *democracia racial*. Enfim, na primeira metade do século XX, a “*questão racial nacional*” é amplamente discutida entre os intelectuais, o problema dos conflitos raciais, de alguma maneira, foi abordado por nomes importantes do pensamento social brasileiro como Nina Rodrigues (1862-1906), Silvio Romero (1851-1914), Oliveira Viana (1883-1951), Manuel Bonfim (1868-1932), Alberto Torres (1865-1917), Gilberto Freyre (1900-1987) e outros.

Com a chegada dos anos 50, inicia-se uma contenção do receio das elites com conflitos raciais no Brasil, que durou um longo período, só retornando, sensivelmente, durante a Ditadura civil-militar, com o *movimento Black Rio*²⁴ nos anos 70, mesmo assim, ainda muito reduzido. Os efeitos ideológicos hegemônicos da tese da *democracia racial* brasileira fizeram com que a abordagem sobre esse “*problema*” não fosse extinto, mas perdesse força no seio da intelectualidade e do mundo político no Brasil.

Ainda sobre o permanente medo das elites brancas brasileiras de um possível confronto com viés racial, destacamos a contribuição do sociólogo Oracy Nogueira

²⁴ Movimento com origem no subúrbio do Rio de Janeiro constituído de festas em clubes, frequentados majoritariamente por jovens negros para dançar ao som do r&b norte-americano.

(1985), que de forma pioneira, somada a do historiador Clovis Moura (1988), foram importantes para o debate.

[...] a ascensão crescente de “pessoas de cor” tenderia a alterar a situação racial brasileira tanto pela acumulação de conquistas (educacionais, profissionais e patrimoniais) como pela contestação dos não brancos contra o racismo e, conseqüentemente, o aumento de conflitos raciais no país (NOGUEIRA, 1985, p. 24-25 e 46 apud SANTOS, 2015 p. 159).

A seguir destacamos um episódio pesquisado por Clovis Moura em que relata o conteúdo de um documento produzido em 1982 pelo assessor do antigo Banco do Estado de São Paulo – Banespa, que revela o alerta das elites em relação aos negros assumirem o controle do país. De acordo com Clovis Moura,

O economista Benedito Pio da Silva, assessor do GAP do Banespa (São Paulo), apresentou trabalho intitulado ‘O Censo no Brasil e no Estado de São Paulo, suas curiosidades e preocupações’. Estabelecia ali a sua filosofia étnica segundo a qual era necessária uma campanha nacional visando o controle da natalidade dos negros, mulatos, cafuzos, mamelucos e índios, considerando que se mantida a atual tendência de crescimento populacional ‘no ano 2000 a população parda e negra será da ordem de 60% (do total de brasileiros), por conseguinte muito superior à branca. E eleitoralmente poderá mandar na política brasileira e dominar todos os pontos-chaves’ [...] (MOURA, 1988, p. 99).

Moura ainda ressalta o fato de a tese racista ter sido aprovada pelo órgão de assessoramento do banco ligado ao governo de São Paulo, que na ocasião era dirigido pelo governado Paulo Maluf.

Outro caso, que merece ser salientado é aquele resgatado por Santos (2015). O sociólogo em suas pesquisas sobre conflitos raciais teve acesso ao livro *Brasil ano 2000*, publicado pela editora Biblioteca do Exército Brasileiro em 1969, organizado pelo jornalista Itamar Freitas. Os pesquisadores (sociólogos, etnólogos, educadores, etc.) convidados pelo jornalista teriam o propósito de projetar como seria o Brasil no ano 2000. Itamar de Freitas, na introdução do livro, deixa explícito a sua visão futura sobre a questão racial brasileira,

Como reagiremos – por exemplo – quando os negros vencerem as dificuldades sociais e econômicas que os segregam, deixarem de ser apenas 448 universitários em 5.600.000 indivíduos? Hoje, os negros não incomodam, mas o que acontecerá quando ele tiverem – ainda que uma minoria expressiva deles – pode econômico para comprar títulos de clubes fechados, ou forçar a sua entrada nos colégios mais caros, ou forçar sua entrada nos colégios mais caros, ou forçar, sua admissão nos escritórios ou postos importantes, ou morar nas zonas residenciais

de ‘primeira classe’? **Estaremos maduros, bastante para aceitá-los como irmãos em tudo, ou vamos partir para conflitos raciais?** (FREITAS, 1969 apud SANTOS, 2015, p. 158, grifo do autor).

Por fim, reiteramos a nosso aprendizado a partir das reflexões do historiador George Reid Andrews (1998) de que as relações raciais no Brasil sempre foram tensas, no sentido de estarem, permanentemente, em alerta ou em estado de preocupação por parte das elites brasileiras.

Os brancos das classes média e alta no Brasil são muito conscientes de que estão sentados no topo de uma sociedade muito tensa, em que a maioria da população sofre as aflições diárias da pobreza e da raça. Estas tensões talvez não sejam tão grandes quanto àquelas de uma sociedade escrava, porque as desigualdades que as causam não são tão extremas quanto àquelas da escravidão. Apesar disso, durante os dias de escravidão, os brancos compartilhavam o pesadelo coletivo do que poderia acontecer se os pobres ou os negros atingissem um dia uma posição de poder a partir da qual pudessem vingar essas mágoas. Alguns argumentam que há pouca probabilidade disso algum dia acontecer, e que ‘se entre os negros já ressentimentos e mesmo hostilidade contra os brancos, não constituem estes sentimentos forças explosivas capazes de perturbar a vida do Estado’. **Outros, no entanto, enxergam mais potencial para confrontação violenta e censuram publicamente esses militantes negros e acadêmicos brancos que, atacando o conceito de democracia racial, venham a ‘lançar as sementes capazes de mais cedo ou mais tarde ver o Brasil, já tão atormentado por problemas de solução tão difícil, às voltas com um [problema] ainda mais explosivo, que o nosso povo, instintivamente, marginalizou para seu orgulho** (ANDREWS, 1998, p. 287, grifo do autor).

Por fim, atento as especificidades de cada período histórico para não incorrerem em algum tipo de anacronismo, ressaltamos que o drama dos conflitos raciais no Brasil, nunca foi extinto e sempre pairou as mentes dos poderosos no Brasil. Contudo, nos momentos em que alguma a emancipação da população negra está prestes para ocorrer, o tema é retomado com mais força. Curiosamente, esse tipo de manifestação foi identificado na conjuntura dos debates políticos da abolição da escravidão e, mais recentemente, como veremos a seguir, nos debates ocorridos sobre a adoção das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, como política pública educacional.

3.2- A universidade pública brasileira como espaço de confinamento racial

A expressão “confinamento” nos remete a ideia de retenção, restrição, controle, contenção, delimitação. Na associação do termo a palavra “racial” para se referir a uma

determinada característica da universidade pública brasileira, pode ser considerado minimamente polêmico. Todavia, é dessa maneira, confinamento racial, que o antropólogo José Jorge Carvalho define o processo histórico de exclusão racial no mundo acadêmico brasileiro. “É um fato histórico, portanto, que a universidade pública no Brasil foi instalada explicitamente sob o signo da brancura” (CARVALHO, 2005-2006, p. 41), que a difundida fraternidade racial (ALBERTO, 2017) sempre foi uma ficção. Para Carvalho, confinamento racial na academia seria a situação histórica de segregação racial, pactuada internamente, em que os brancos dominam os espaços, de forma majoritária, em detrimento da ocupação pela população não-branca.

Os constrangimentos nas universidades brasileiras, em função do racismo, ocorrem desde o início do século XX. O interesse dos negros em ingressar nessas instituições de nível superior, tanto no corpo discente como no docente sempre encontrou obstáculos. O desejo de continuidade dos estudos e de reconhecimento acadêmico, daqueles poucos negros que conseguiam terminar o ensino básico, se mostrava, constantemente, interrompido por mecanismos sofisticados de seleção permeados, ora por exigências meritocráticas, direcionadas para candidatos com determinados perfis, ora por entrevistas e avaliações de traços subjetivos, em que a impessoalidade é totalmente descartada. Esses mecanismos, de cunho político, jurídico e simbólico, cumprem, até hoje, entre outros objetivos, o seu papel e sua efetividade de manter o círculo acadêmico sob o domínio dos membros da elite branca brasileira.

Uma demonstração recente e explícita que ilustra a constância da visão das elites brancas nacionais em relação à educação superior se configura na fala do primeiro ministro da Educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez, em 2019, sobre seu entendimento da vocação da universidade brasileira. Em sua primeira entrevista como ministro, Vélez disse, “que não é possível haver universidade para todos” [...]. “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]” (VALOR ECONÔMICO, 2019). Em outra oportunidade, defendeu o fim do sistema de cotas, mensalidade nas universidades federais e a volta da “educação moral e cívica” (VEJA, 2019). Vélez é afastado em abril do mesmo ano. Adiante e já sob o comando de Abraham Weintraub na pasta da Educação, destacamos a campanha publicitária do MEC de promoção do Programa Universidade Para Todos –

Prouni. Na campanha (Figura 3) temos a ilustração²⁵ de uma estudante negra que em sua mão esquerda (negra) vazia aponta em direção a uma mão branca, sobreposta, à direita, segurando um diploma (METRÓPOLES, 2019). A leitura feita da campanha é simples, “segundo o MEC, com o diploma você embranquece”. Típica promoção do embranquecimento, estilo década de 30 do século XX no Brasil.

Figura 3 – Campanha publicitária – Prouni - Mec



Fonte: Ministério da Educação

Ainda sobre PROUNI, e sob a égide da perspectiva elitista sobre educação brasileira, destacamos a fala do deputado federal Nelson Markezelli eleito pelo PTB-SP²⁶. Disse o deputado nos corredores do Congresso Nacional, em novembro de 2016,

O governo federal tem de cortar gastos com universidade, e o brasileiro que não tiver dinheiro para bancar os estudos não deve ir para a faculdade. [...] Quem não tem (dinheiro) não faz universidade. Não tem dinheiro não faz. Vai estudar na USP, que é de graça. Vai estudar na USP. Essa é a minha posição. Vai na USP e faz concurso que lá é de graça (CONGRESSO EM FOCO, 2016).

Outro exemplo que deixa evidente a associação, ensino superior, meritocracia e branquitude é o cartaz da campanha publicitária do vestibular de 2017 da Universidade

²⁵ As figuras e ilustrações utilizadas ao longo da Tese não foram objeto de reflexão a partir da análise de discurso ou análise de conteúdo. Elas foram destacadas somente com o objetivo de facilitar a contextualização do leitor.

²⁶ Nelson Markezelli, que já exerceu 6 vezes o mandato de deputado federal, e é um dos maiores exportadores de suco de laranja do país, não foi reeleito nas eleições de 2018.

Castelo Branco. Como podemos observar, o cartaz dessa universidade privada carioca busca se posicionar simbolicamente no mercado das universidades como aquela que valoriza o seu esforço, “A grande conquista”, de acordo com a lógica da *sociedade de desempenho* (HAN, 2017), em que somente o “mérito” é adotado como critério, sem cotas na seleção. Nesse sentido, a campanha o “Vestibular por Mérito”, situa a instituição numa implícita posição avessa as cotas.

Figura 4- Cartaz da campanha publicitária do vestibular da Universidade Castelo Branco.



Fonte: <https://www.facebook.com/universidadecastelobranco/posts/1685230184855229/>

Considerando o que foi dito, compartilhamos do entendimento de Carvalho (2004, p. 4), que “história da academia brasileira no século XX também foi uma história de obstáculos ao ingresso de ilustres intelectuais negros nas grandes universidades do país”. A seguir, destacaremos alguns casos que mostram como o constrangimento por motivos raciais no mundo acadêmico brasileiro tem marca histórica.

Um dos episódios mais emblemáticos, e que foi documentado pela historiadora Lucia Lippi de Oliveira, diz respeito a Guerreiro Ramos (1915-1982), um cientista social brasileiro de grande envergadura no século XX, estudioso da questão racial e da administração pública. Em entrevista (OLIVEIRA, 1995, p. 174), Guerreiros Ramos informa que, mesmo tendo sido aluno e formado na primeira turma de Filosofia da

Universidade do Brasil (hoje UFRJ) em 1950, não foi absorvido como docente da UFRJ. O motivo diz Guerreiro Ramos, seria o racismo no processo de seleção. O sociólogo desenvolveu sua carreira universitária, quase que exclusivamente, no exterior, em especial nos Estados Unidos (Universidades do Sul da Califórnia, Yale e Wesleyan) e França (Universidade de Paris), também proferiu conferências na China e na antiga União Soviética. Passou, brevemente, por 1 ano, como professor visitante na UFSC em 1981, a convite da reitoria, mas veio a falecer em seguida. Seus livros foram publicados em inglês, francês, japonês e espanhol. Também atuou na política brasileira como deputado federal pelo PTB nos anos 60 (KOPELKE, AIRES e BOEIRA, 2017).

Outro caso constrangedor, também nos anos 50, ocorreu com o ilustre pesquisador negro, Edison Carneiro (1912-1972). O etnólogo brasileiro, comprometido com os estudos sobre a cultura afro-brasileira também ficou de fora da Universidade do Brasil. Edison Carneiro candidatou-se a substituir Arthur Ramos, de quem foi aluno e amigo, na vaga de Antropologia. Surpreendentemente, não conseguiu ser professor da UFRJ, mesmo tendo presidido o Instituto Nacional do Folclore e ter reconhecida trajetória intelectual. O impacto do episódio da sua reprovação é denunciado pelo jornal Quilombo²⁷ como racismo com detalhes.

Salientamos a situação de José Pompílio da Hora. Intelectual negro dos anos 30 e 40. Formado em Direito pela Universidade de Nápoles, na Itália. Com ampla experiência no magistério do ensino de 2º grau, foi professor de Latim, Grego, Filosofia e História do Colégio Pedro II. Membro da Sociedade Brasileira de Romanistas. Autor de vários artigos publicados sobre temas sociais. Foi, também, professor de Direito Civil e Direito Romano na Universidade do Brasil, um dos poucos negros que conseguiram furar o bloqueio no ensino superior brasileiro, contudo não foi feliz quando se interessou pela carreira diplomática. Pompílio seguiu aprovado, se classificando em primeiro lugar, no puxadíssimo concurso público para Diplomata no Instituto Rio Branco, e mesmo assim, foi impedido de entrar na carreira diplomática, solenemente, por sua condição racial por duas vezes. Para ilustrar, destacamos as palavras do então ministro das Relações Exteriores do governo Getúlio Vargas, José Neves da Fontoura, quando tentou pela segunda vez uma vaga de embaixador, “Olha, eu vou lhe dizer uma coisa, você pode ser tudo, menos diplomata. Por que não vai

²⁷ Quilombo foi um jornal fundado por Abdias Nascimento, compondo a imprensa negra brasileira nas décadas de 1940 e 1950.

trabalhar no cais do porto?” (GAZETA DO POVO, 2019; MEMÓRIA, 1959 e GDANTAS, 2010).

Ressaltamos ainda, o episódio vivenciado por Clovis Moura (1925-2003), historiador, sociólogo e um dos mais importantes pesquisadores sobre a resistência negra no Brasil. Paulistano da cidade de Amarante, Clóvis Moura desenvolveu sua carreira intelectual no estado de São Paulo, e mesmo tendo com uma vasta lista publicações reconhecidas internacionalmente, não conseguiu ser admitido como docente regular em nenhuma das nas universidades públicas paulistas. O argumento da sua rejeição é destacado por Carvalho (2004),

Sobre ele pairou sempre o estigma, colocado pelos acadêmicos brancos conservadores, como um modo de desautorizá-lo, de que era um “militante” mais que um acadêmico [...] como se algum acadêmico, branco, mulato ou negro, não o fosse (2004, p. 5).

Outro caso que merece destaque é aquele que nos remete a trajetória Abdias Nascimento (2014-2011). Abdias, mais conhecido por sua faceta de político e ativista negro, também foi ator, teatrólogo, poeta, escritor, escultor e artista plástico, intelectual, além de ter sido fundador de inúmeras entidades e instituições ligadas à cultura negra brasileira. Graduou-se em Economia pela antiga Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ, em 1938. Fez Pós-graduação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB em 1957 e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/Ministério da Marinha em 1967. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ em 1993, da Universidade Federal da Bahia - UFBA em 2000, da Universidade de Brasília - UnB em 2003, da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, em 2008. Contudo, construiu sua carreira acadêmica no exterior. Abdias Nascimento foi professor benemérito na Universidade do Estado de Nova York, em Buffalo, Nova York e professor titular de 1971 a 1981, fundando a cadeira de Cultura Africana no Novo Mundo no Centro de Estudos Porto Riquenhos; atuou como conferencista visitante na Escola de Artes Dramáticas da Universidade Yale em 1969. Em 2006, Abdias Nascimento recebe Ordem de Rio Branco, no grau de comendador do Presidente Lula. Sua obra tem mais de 23 livros publicados no Brasil e no exterior (ITAÚ CULTURAL, 2016). Mesmo com todos esses atributos e serviços prestados a sociedade brasileira em sua biografia, Abdias Nascimento nunca exerceu a docência em nenhuma universidade pública brasileira.

Encerramos esses casos de constrangimentos de figuras exponenciais da intelectualidade negra dando ênfase à trajetória de Milton Santos (1926-2001). Com uma carreira tida como brilhante pelos especialistas, o geógrafo baiano é considerado o intelectual brasileiro de maior destaque internacional. Foi o único intelectual fora do mundo anglo-saxão a receber, em 1994, o prêmio *Vautrin Lud*, o "Nobel" da geografia. Entretanto, a vivência deste pensador com a universidade brasileira deve ser vista como um caso excepcional que confirma a regra. Nascido na região de Chapada Diamantina na Bahia, Milton de Almeida Santos graduou-se em Direito na Universidade Federal da Bahia em 1948 e ingressa na carreira acadêmica em uma instituição privada baiana como professor da Universidade Católica do Salvador, em 1956. Diante dos limites dados no Brasil²⁸, vai fazer o seu doutorado em geografia na Universidade de Estrasburgo na França, entre 1956 e 1958.

Ainda sobre o Milton Santos, destacamos três episódios de sua trajetória, que dizem muito sobre o racismo acadêmico no Brasil.

O primeiro deles trata do ingresso de Milton Santos como professor da UFBA em 1958. Já com doutorado feito na França, só conseguiu prestar concurso para a vaga de professor de geografia na UFBA após ter ganhado o direito de se inscrever na Justiça. Sua inscrição tinha sido impedida por racismo. Aprovado no concurso, Milton Santos ingressa na docência e funda o "Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia" – LAGERUB, grande referência de pesquisa na sua área.

[Milton Santos]: Minha vontade de entrar pra Faculdade de Filosofia como professor conheceu uma série de obstáculos. A partir da Faculdade, que me levaram, de um lado, a ter de bater às portas da Justiça e, do outro lado, permitiu uma grande companhia social, de imprensa, contra a Universidade pelo fato de me haver recusado o direito de fazer concurso para Faculdade. A Justiça me deu ganho de causa primeiro no nível baiano, antes de ter ganho nos níveis federais, tendo como advogado Nelson Carneiro. (SANTOS, 1994 - Documentário da TV Legislativa da Bahia. Milton Santos. Relato de

²⁸ Nesta época, não somente havia poucos cursos de doutorado em geografia no Brasil, como também seria quase que impossível, independentemente da sua genialidade, que um cidadão negro pudesse ser aceito (aprovado) em algum curso de pós-graduação numa universidade pública brasileira.

Milton Santos em um trecho do documentário da Tv Legislativa da Bahia em homenagem ao intelectual)²⁹

O segundo episódio diz respeito a sua candidatura à presidência da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, em 1963. Milton Santos informa que esse processo foi marcado pela tentativa de impugnação por uma das membras da Associação pelo fato de ser negro. Ao rememorar a sua candidatura, o intelectual relata:

“[...] quando fui candidato a presidente da AGB, ela [a Eunice] se opôs, achando que um negro não poderia ser presidente. E foi Caio Prado Jr. quem me defendeu. Como gente, a Eunice não é uma pessoa para ser admirada. Caio Prado comandou uma rebelião que facilitou minha eleição, acho que em 1962, em Penedo, Alagoas.” (SANTOS, 2004, p. 94).

Encerrando, salientamos último episódio de racismo vivido por Milton Santos, este ocorrido na Universidade de São Paulo – USP e relatado por seu amigo e colega de universidade, o antropólogo Kabenguele Munanga. Em entrevista a Revista Raça, em que o tema era o racismo, Munanga diz,

Essa coisa de pensar que o negro no Brasil, ascendendo economicamente, resolverá o problema racial é uma falácia. Em algumas situações até pioram as discriminações. Certa vez o amigo e professor, já falecido, Milton Santos foi ao Clube dos professores aqui na USP, acompanhado de professores estrangeiros da França e do Canadá. Quando chegou, veio um funcionário e pediu para ele mostrar a carteira de professor da USP. Os convidados dele – que não eram da USP – não precisaram. Ele, que “estava em casa”, parecia de fora, ou seja, mesmo com dinheiro e único do grupo professor da USP, considerado um dos maiores intelectuais do mundo, foi importunado, porque no Brasil que fala mais alto são a cor da nossa pele e a geografia do nosso corpo, do que qualquer outra coisa. O dinheiro pode ser um facilitador para uma boa educação para o seu filho, para você ter uma vida confortável, mas isso não resolve o problema do racismo (REVISTA RAÇA, 2017).

De acordo com Carvalho (2006) um indício, contundente, da exclusão do negro no mundo acadêmico está na publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, intitulada Cientistas do Brasil. Depoimentos. A proposta do livro seria de cobrir, através de entrevistas e perfis biográficos, os principais realizadores de

²⁹ Silva (2002, p. 04), nos dá mais detalhes sobre o ocorrido: “em fins da década de 50, Milton inscreve-se no concurso para livre docência da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, mas surpreendentemente, o concurso não se realiza, por razões que o professor Délio Pinheiro classifica como vinculadas a uma ‘oligárquica e segregacionista sociedade baiana de belas gravatas e verdades encobertas’.

renome de praticamente todas as áreas da população científica desde os anos 50 no Brasil.

De novo, dos 60 cientistas de maior destaque, segundo a avaliação da SBPC, apenas um é negro – menos de 2% [...]. E há mais um detalhe desconcertante: este negro, único entre os luminares da nossa ciência, é de novo o mesmo Milton Santos, que já havia sido único na USP (Ibid, p. 21).

Salientamos esses casos com a finalidade de demonstrar o caráter histórico da exclusão dos negros nas universidades públicas brasileiras, não somente entre os estudantes, mas também no corpo docente. É importante também dizer que, esses episódios não ocorreram de forma pacífica, sem conflito, ou seja, os casos foram questionados e denunciados nos espaços possíveis de interlocução, e que mesmo de forma reduzida produziram o debate sobre as razões e efeitos dessas exclusões nos devidos contextos.

Outro dado a ser realçado, é que se esses intelectuais tivessem sido incorporados na plenitude pela academia brasileira, provavelmente, teriam trazidos mais negros para o ensino superior e energizado a discussão sobre o processo de exclusão racial na elite acadêmica a partir de dentro, internamente, do lugar em que ela também se reproduz.

Tendo em vista, os aspectos históricos de confinamento racial da universidade pública brasileira, evidenciado pela majoritariedade de docentes brancos, não provoca surpresa o fato desse fenômeno explícito de desigualdade ser ainda pouco estudado pelos pesquisadores sociais que atuam nessas mesmas instituições. Essa situação reforça a tese de que as singulares abordagens para enfrentamento do problema, não é uma releitura sobre opção de objeto de pesquisa, ou simples reflexo da indiferença universitária produzida pela modernidade individualista, uma espécie de atitude *blasé* (SIMMEL, 1983) acadêmica em relação ao tema, mas sim, a mais pura evidência de interesse na manutenção do *status quo*, onde somente um grupo social, monocromático, predomina nos espaços de produção de conhecimento no país. Se somarmos o fato das universidades gozarem de autonomia, garantida pela Constituição desde 1988³⁰, podemos afirmar que, a desigualdade racial, ainda predominante nas instituições de ensino superior públicas do Brasil, não é fruto do acaso.

³⁰ Artigo 207 da Constituição Federal.

Se juntássemos todos os professores de algumas das principais universidades voltadas à pesquisa do país, como USP, UFRJ, Unicamp, UnB, UFRGS, UFSCar e UFMG, teríamos um contingente de aproximadamente 18.400 acadêmicos, a maioria dos quais com doutorado³¹. Esse universo está racialmente dividido entre 18.330 brancos e 70 negros, ou seja, entre 99,6% de docentes brancos e 0,4% de docentes negros (não temos ainda um único docente indígena (CARVALHO, 2005-2006, p. 92).

Em estudo feito pelos pesquisadores RIOS e MELLO (2019), a partir de uma análise dos dados e micro dados, referentes à 2018, divulgados pelo IBGE (2019), chegou-se ao resultado que, o corpo docente do ensino superior público e privado do país tem a seguinte composição: 52,9% brancos e 16,4% negras (2% são pretas/os e 14,4%, pardas/os). O resultado do estudo evidencia que, mesmo após a adoção das cotas para negros como política pública para ingresso na graduação da maioria das universidades públicas do Brasil, a branquitude prevalece nas instituições de ensino superior brasileiras.

A flagrante escassez de docentes negros nas universidades públicas merece atenção considerando que, nos últimos anos, a reação tem crescido nas instituições, gerando uma série de conflitos. Os embates têm sido protagonizados pelos militantes anti-racistas da universidade junto dos coletivos de estudantes negros e defensores das ações afirmativas em geral. Essas lutas têm se constituído em três “*fronts*”:

a) Defesa de cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação (*stricto sensu* - cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado) nas universidades públicas, em acordo com a Portaria Normativa nº 13 de 12/05/2016, que determina a elaboração de propostas de inclusão nesta direção.

b) Reivindicação para que as universidades federais, em nome da sua autonomia, aplique a Lei 12.290 de 2014 (Lei de cotas no serviço público federal), em seus concursos públicos para as vagas dos docentes, na sua integralidade, ou seja, considerando os aspectos globais do conjunto das vagas, como é feito em algumas universidades federais, e não isoladas por departamento ou área (MELLO & RESENDE, 2019).

³¹ Número alcançado segundo levantamento feito por Carvalho entre 1999 e 2003.

c) campanha publicitária nas redes sociais, visando à mobilização das comunidades universitárias em defesa de mais professores negros nas instituições de ensino superior. Nesse sentido, destacamos a campanha, pela hashtag *#QueroNegroDandoAulaPraMim!* com a pergunta provocativa: *Quantos professores negros você tem?*(JORNAL EMPODERADO, 2016).

Figura 5: Campanha “Quantos professores negros você tem?”



Fonte: Jornal Empoderado

A lição que fica é que no Brasil pós-abolição, nunca houve uma restrição legal e direta ao acesso de negros a educação, muito menos à universidade, todavia, foram criados mecanismos sofisticados para barrar os “indesejáveis”. Os tempos mudaram, mas essa característica de ter a universidade como espaço de confinamento racial, na perspectiva de Carvalho (2005-2006), insiste em resistir à democratização e a diversidade.

3.3- Conflitos nas universidades públicas brasileiras

Um dos consensos construídos por vários pensadores sobre o tema da desigualdade racial no Brasil é que a adoção das ações afirmativas proporcionou a disseminação do debate sobre o racismo e a educação na sociedade brasileira (ALBERTI e PEREIRA, 2005). Parte importante da população foi sensibilizada, de alguma forma, pela luta protagonizada pelos movimentos sociais negros na defesa das cotas nas universidades.

Nos debates públicos realizados a respeito da viabilidade das ações afirmativas no Brasil, um dos pontos enfatizados, foi a previsão de que, com a adoção das cotas nas universidades, os conflitos iriam ser incentivados, em especial, os conflitos raciais, tendo em vista a institucionalização, em caráter normativo, da dualidade: negros e brancos ou taxonomia bipolar (FRY, 2005). A preocupação com os possíveis conflitos é facilmente identificada nos manifestos contra e a favor por adoção das cotas, assinados por intelectuais, militantes, sindicalistas e outros. Segue abaixo, destaque do manifesto contra as cotas, “Todos têm direitos iguais na República Democrática”:

A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos "raciais" estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância (FOLHA DE SP, 04/07/2006).

Em resposta destacamos trecho do "Manifesto em favor da lei de cotas e do estatuto da igualdade racial”:

Outro argumento muito comum usado por aqueles que são contra as políticas de inclusão de estudantes negros por intermédio de cotas é que haveria um acirramento dos conflitos raciais nas universidades. Muito distante desse panorama alarmista, os casos de racismo que têm surgido após a implementação das cotas têm sido enfrentados e resolvidos no interior das comunidades acadêmicas, em geral com transparência e eficácia maiores do que havia antes das cotas. (Ibid, 04/07/2006).

Na segunda leva de manifestos contra e a favor, o problema voltou a ser lembrado. Do documento chamado, “Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais” destacamos as seguintes declarações:

As cotas raciais não são um distúrbio no ensino superior, mas a face mais visível de uma racialização oficial das relações sociais que ameaça a coesão nacional. (...) A fabricação de “raças oficiais” e a

distribuição seletiva de privilégios segundo rótulos de raça inocula na circulação sanguínea da sociedade o veneno do racismo, com seu cortejo de rancores e ódios. No Brasil, representaria uma revisão radical de nossa identidade nacional e a renúncia à utopia possível da universalização da cidadania efetiva (NOTÍCIAS BOL, 04/05/2008).

Novamente, os defensores das cotas providenciaram outro documento, “Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas: 120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil” de onde destacamos texto abaixo:

Dessa forma, contrariando todas as irresponsáveis previsões apocalípticas sobre uma suposta guerra racial, ou sobre a racialização de todos os aspectos da vida nacional, os projetos de implementação de ações afirmativas e outras formas de acesso da população negra ao ensino superior, apenas ganharam em legitimidade social” (FOLHA UOL, 2008).

A motivação em resgatar os manifestos é para demonstrar como as hipóteses de possíveis conflitos raciais nas universidades foram debatidas e até mesmo, vislumbradas. A realidade mostrou que, com o início da implementação das ações afirmativas nas instituições de ensino superior, várias manifestações de racismo e preconceitos foram acontecendo. São conflitos entre estudantes (cotistas e universalistas), de estudantes cotistas com docentes e de estudantes cotistas com a administração universitária.

O fenômeno dos conflitos com conotação racial tem ocorrido em várias universidades no país, antes e, principalmente, após Lei nº 12.711/2012 que estabelece as cotas para o acesso para todos os cursos de graduação para as instituições federais de ensino.

Diante do exposto, de agora em diante nesse capítulo, a intenção é de salientar alguns casos de conflitos racialmente caracterizados nas instituições de ensino superior brasileiras, ocorridos entre os anos de 1998 e 2019. É importante registrar que, não foi intenção do autor resgatar todos os conflitos ocorridos no interior das universidades durante o período acima. Certamente, ocorreram mais conflitos do que aqueles que tivemos acesso. Resgatamos aqui, somente aqueles casos que alcançamos através em amplo processo de pesquisa desenvolvido em livros, pesquisas acadêmicas e registros publicados na mídia, nas redes sociais e na internet em geral. Contudo, informamos que não foram feitas visitas aos campos onde os casos aconteceram, ou seja, não desenvolvemos investigações de base empírica com a finalidade de aprofundamento de

cada episódio destacado. É importante dizer também que, não é do interesse do autor, ao gerar esse levantamento, fazer uso de alguma metodologia quantitativa a respeito desses registros, enfim, produzir ranqueamentos, amostragem e procedimentos estatísticos sofisticados. O objetivo é de oferecer ao leitor um breve panorama, demonstrando a amplitude e a capilaridade que esses conflitos foram capazes de atingir.

Para facilitar o processo de análise sistematizamos os casos de conflitos em três segmentos: conflitos envolvendo estudantes negros no corpo discente, conflitos entre estudantes negros e os docentes e conflitos entre estudantes negros e a administração universitária.

3.3.1- Conflitos envolvendo estudantes negros no corpo discente

Seguiremos dando destaque aos conflitos ocorridos entre os estudantes negros ou cotistas e os de ampla concorrência. Nesses casos, as manifestações são dirigidas aos estudantes negros ou cotistas sempre os classificando como indesejáveis ao convívio universitário e não possuidores de capital cultural para partilharem os mesmos espaços.

1- Inauguramos com um caso ocorrido na UnB no início deste século. O episódio diz respeito a um professor da área de Letras que emitiu juízo, explicitamente, racista, se fazendo escutar por todos em sala de aula. Detalhe, um aluno negro se fazia presente. Disse o docente em voz alta: “todos nós sabemos que os negros são inferiores intelectualmente ao branco, mas isso não é razão para que os tratemos mal” (CARVALHO e SEGATO, 2002).

2- Porta de loja em frente ao campus da UFMG, em Belo Horizonte, amanhece pichada com a frase: “A UFMG vai ficar preta”. É importante registrar que o fato ocorreu no ano de 2012, menos de uma semana depois da decisão do STF sobre a constitucionalidade das cotas em universidades públicas (BRASIL 247, 2012).

3- Alunos acusados de trote racista podem ser expulsos. Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG podem ser expulsos da instituição por causa de um trote considerado racista e com apologia ao nazismo. Essa é uma das penalidades previstas pela comissão de processo administrativo-disciplinar criada nesta terça-feira pela universidade para apurar o caso. O trote ganhou repercussão após estudantes divulgarem fotos em redes sociais da

internet mostrando uma aluna pintada de preto, acorrentada e com um cartaz pendurado no pescoço com a inscrição "caloura Chica da Silva" (Figura 6). Era uma referência a Francisca da Silva de Oliveira, escrava alforriada que viveu com um rico comerciante de diamantes no século XVIII na atual Diamantina (MG). Uma segunda foto mostra um calouro amarrado a uma pilastra com estudantes fazendo a saudação nazista (Figura 7) ao seu lado (ESTADÃO, 2013).

Figura 6 - Aluna acorrentada

Figura 7 - calouro preso e saudação nazista



Fonte: Fotos reprodução/Tv globo

4- No ano de 2013, estudantes protestaram contra "atos de racismo" no campus da UFSC em Florianópolis. As manifestações de protesto dentro da universidade são em repúdio a postagem realizada em redes sociais de Igor Westphal, 24 anos, aluno do curso de Engenharia Mecânica da UFSC. Na imagem (Figura 8), um homem negro, aparece de joelhos entregando um cacho de bananas a uma mulher, também negra. Grupos de defesa da comunidade afrodescendente do estado se manifestaram contra a publicação e chegaram a pedir a expulsão do aluno para a reitora da UFSC, Roselane Neckel. Em função do caso, a administração da UFSC emitiu nota oficial contra o racismo e o preconceito (NSCTOTAL, 2013).

Figura 8– Post do Facebook - homem negro de joelhos entregando cacho de bananas



Fonte: Foto publicada no NSCTOTAL

5- Em 2015 foram denunciadas mensagens ofensivas de caráter racista em redes sociais e correio eletrônico, "Volta pra Bahia, macaco cotista", dirigidas ao estudante de engenharia da Universidade Federal do Ceará – UFC (O POVO, 30/11/2015).

6- A PUC-Campinas apura episódio de racismo envolvendo seus alunos de direito nas redes sociais. O caso ocorreu em 2015 e de acordo com a denúncia, os estudantes usaram um grupo no Facebook, chamado Direito PUC-Campinas, para publicar comentários e fotos com alusão à Ku Klux Klan e insultos após uma aluna reclamar da divisão de gêneros nas aulas de futebol e ser defendida por um aluno negro. Dentre os comentários, estão referências à organização racista Ku Klux Klan, com a mensagem "A tocha da Ku Klux Klan chega a tremer". Em outra, há uma foto de um professor negro e a frase "Professor, poderia ser mais claro?" Outro negro, sem os braços, aparece junto à frase "Nego não se toca". Uma imagem com o cantor Michael Jackson acompanha a mensagem "Nego é esclarecido". (G1 GLOBO, 2015a).

7- Outro caso que merece destaque, principalmente por seus aspectos simbólicos, foi o ocorrido em 2015, no interior de São Paulo, no campus da cidade de Botucatu da Universidade Estadual Paulista. Alunos veteranos de medicina promoveram trote nos calouros com roupas semelhantes às da seita Ku Klux Klan (Figuras 9 e 10). Cabe destacar que a UNESP aderiu ao sistema de cotas raciais em 2010 (VEJA SP, 30/03/2015).

Figura 9 – Trote 1



Figura 10 – Trote 2



Fonte: Fotos G1 Globo.

8- Em 2016 foram identificadas declarações ofensivas de caráter racista através de pichações nos banheiros do campus: “Tirem os pretos da Unicamp” no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas - Unicamp (UOL NOTÍCIAS, 06/04/2016).

9- Também em 2016, conforme o caso registrado na Universidade Federal de Roraima - UFRR, mensagens ofensivas de caráter racista foram dirigidas pessoalmente. Um grupo de quatro alunos indígenas sofreu preconceitos por parte de colegas que zombaram de seus costumes características físicas. “Um dos alunos, que sofreu com o ato, Edson Freitas, relatou que ele e os amigos foram humilhados. ‘Eles se retiraram da mesa e disseram que não se misturariam com índios’” (FOLHA WEB, 09/01/2016).

10- Sala da UFSC voltada a atividades étnicas é pichada com mensagens racistas em 2016. Estudantes denunciaram a pichação de símbolos da suástica nazista na sala Quilombo, onde estudam alunos negros envolvidos em atividades étnico-culturais. Além dos símbolos, foi escritas frases como “Foge Bicha Preta. Vaza. Nós te pegaremos. Nazis”. Os estudantes negros formalizaram denúncia na ouvidoria da UFSC (UOL, 2016).

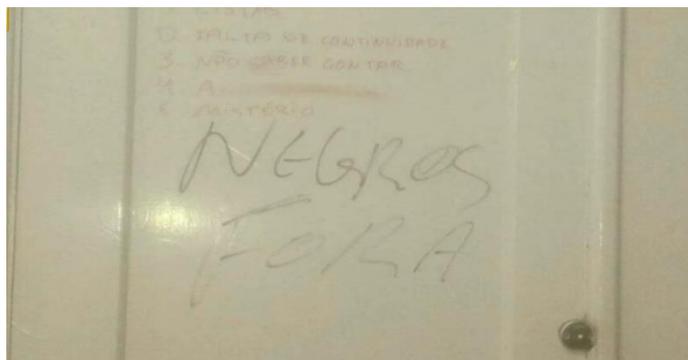
11- Estudante de Medicina da USP denuncia racismo em evento esportivo em 2017. Alunos relataram que torcida fez sons imitando macaco e até exibiram cacho de bananas contra um estudante. Pedro Henrique Rodrigues, de 24 anos, estudante do 4º ano de Medicina (Fmusp), relatou ter sido vítima de racismo durante a competição esportiva Intermed, entre alunos da medicina. "Eu estava no aquecimento e ouvi alguém

dizendo 'olha a sua cor, você é negro, com certeza passou por cotas"', contou (ESTADÃO, 2017).

12- Em 2017, jovem negra é vítima de racismo em formatura do curso de Engenharia Civil de colegas da Universidade Federal de Uberlândia – MG. Dandara Tonantzin que é recém- formada em Pedagogia na mesma universidade, afirma que três homens brancos retiraram o turbante que usava e jogaram cerveja nela durante festa promovida por formandos da UFU (VEJA, 2017).

13- Estudantes sofrem ataque racista na Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul. O caso ocorreu em 2017 e foram escritas em paredes de diretório acadêmico frases como 'o lugar de vocês é no tronco' e 'fora negros' (Figura 11). Polícia Federal instaurou inquérito; já universidade um procedimento administrativo (G1 GLOBO, 2017b).

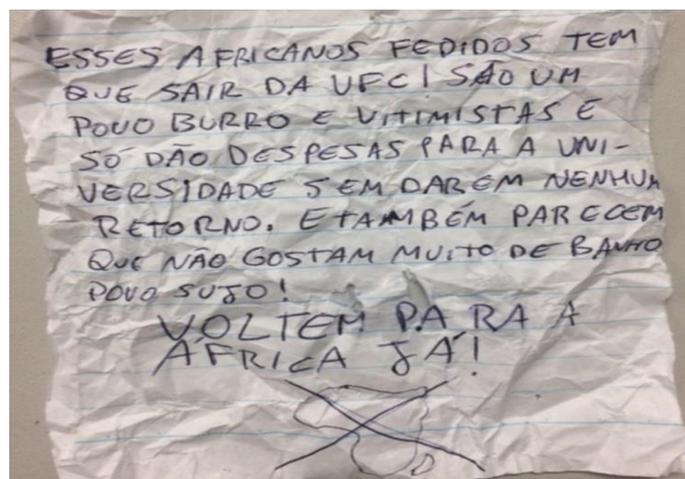
Figura 11- Pichação na porta do banheiro UFSM



Fonte: G1 Globo

14- Bilhetes com mensagens racistas e xenofóbicas são encontrados na Universidade Federal do Ceará - UFC dirigidos aos estudantes negros africanos em 2018. Os bilhetes foram achados no intervalo de uma semana no banheiro da universidade e tem o mesmo teor. A caligrafia dos dois textos parecem ser a mesma. A mensagem não tem assinatura, e o autor não foi identificado. "Esses africanos burros fedidos tem que sair da UFC! São um povo burro e vitimistas e só dão despesas para a universidade [sic]" (Figura 12), diz um trecho de um dos bilhetes criminosos (G1 GLOBO, 2018a).

Figura 12 – Bilhete encontrado no banheiro com mensagem racista



Fonte: G1 Globo

15- Em 2018, estudante do 4º semestre do curso de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP é acusado de racismo após fotografar colega negro e dizer em rede social junto da fotografia, "Achei esse escravo no fumódromo. Quem for o dono avisa!". Vítima, também aluno da faculdade, registrou boletim de ocorrência por injúria na 4º Distrito Policial da Consolação, na região central da cidade. De imediato a FGV suspendeu aluno acusado por 3 meses.

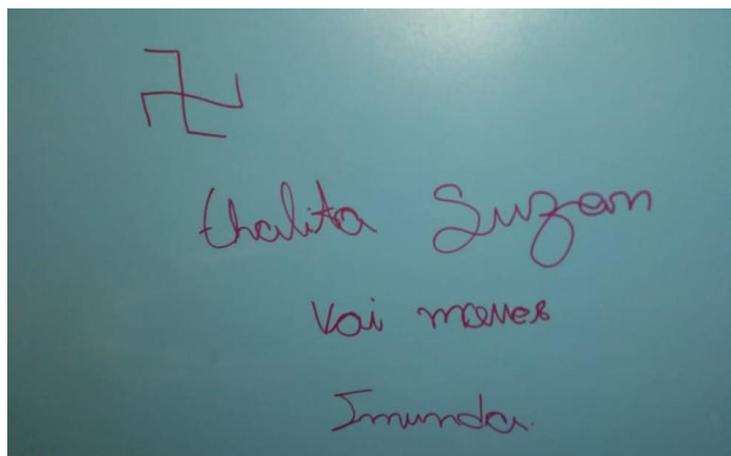
16- Outro episódio em uma instituição privada. Nesse caso as denúncias de racismo ocorreram no Centro universitário Unicarioca localizada na região central do Rio de Janeiro em 2018. As manifestações de racismo foram feitas via internet no blog blogriodenojeira.com. São agressões dirigidas aos estudantes, mas também a professores negros. Sucederam publicações de fotos junto de texto caracterizando a Unicarioca como “uma senzala gigantesca”. O agressor anônimo chama alguns de macacos, faz ataques a mulheres e ameaça de morte um dos estudantes negros, provocando indignação. Nas imagens reproduzidas na internet, o agressor se diz “incomodado com o tipo de gente” que tem frequentado a instituição. Ele diz que o centro universitário não recebe mais a “elite branca”, mas “negros e mestiços que entraram por cota, Prouni e Fies”. As vítimas registraram ocorrência na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, na zona oeste, acompanhados de uma advogada especializada, contratada pela universidade (G1 GLOBO, 2018d).

17- Denúncias de racismo também foram encontradas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Em 2018, frase racista é pichada no banheiro do bloco 3Q do campus Santa Mônica em Uberlândia, durante Congresso Brasileiro de Pesquisadores

Negros. A pichação agressiva dizia, “Pretaiada vai voltar para a senzala”. O fato causou grande repercussão mobilizando, inclusive, o Diretório Central dos Estudantes. A instituição lamentou o caso e a Polícia Federal foi acionada.

18- Temos também casos de conflitos em campus universitários situados no interior de São Paulo. É o caso ocorrido em 2018 relacionado à Universidade Federal de São Carlos – UFSCar no campus de Sorocaba onde foi registrado manifestações de racismo que alertaram os dirigentes da instituição. Pichações de 'preta imunda' e 'vai morrer' (Figura 13) foram encontradas em banheiros direcionadas à estudante negra do curso de engenharia florestal Thalita Suzan Souza que também faz parte do centro acadêmico, é diretora da atlética, vice-presidente do conselho de entidades da universidade, cotista e bolsista. (G1 GLOBO, 2018c).

Figura 13– Pichações encontradas no banheiro



Fonte: Fotos G1 Globo

19- Outro episódio, esse mais recente, marca a PUC-Campinas com denúncias de racismo entre estudantes. Em 13 de setembro de 2019, durante um sarau promovido no Centro Acadêmico de Ciências Sociais. O episódio ocorreu no dia 13 de setembro de 2019 e envolveu uma estudante negra do curso de Ciências Sociais, que foi ofendida por um estudante da Faculdade de Direito no momento em que a jovem recitava um poema. O estudante de Direito, passou a imitar um macaco, fazendo gestos e reproduzindo ruídos que lembravam o comportamento do animal (G1 GLOBO, 2019c).

20- Novamente, outro caso de manifestação de racismo foi registrado no campus de Sorocaba da UFSCar. A situação ocorreu, recentemente, em 2019 e tem causado

bastante polêmica. Foram encontrados pichações de ódio e de morte contra negros no banheiro feminino. A Polícia Federal foi convocada para investigar o caso (G1 GLOBO, 2019).

Quadro 1- Conflitos entre estudantes negros ou cotistas e os de ampla concorrência por região.

ANO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
1986				USP	
1998			UnB		
2006			UnB		
2012					UFPR
2013				UFMG	
2014				UFES	
2016			UFG, UnB	IFF/Campo G. RJ, PUC/Rio	
2017	UFAC	UNIT		UFRJ, UNICAMP	UFSC
2018				Fac. Cásper Líbero, IFSP, UNA/Contagem	
2019				UFMG, PUC/Minas	
Total	1	1	4	12	2

Diante do quadro acima, que se refere aos registros alcançados na pesquisa de conflitos entre estudantes negros ou cotistas e os de ampla concorrência nas instituições de ensino superior durante o período dos anos de 2000 e 2019, podemos dizer que, eles ocorrem em todo o Brasil, ou seja, indicam uma capilaridade em todas as regiões do país. Outro dado importante é que, mesmo eles ocorrendo por toda extensão do território nacional, também se concentraram na região sudeste. Considerando na análise o critério do tempo, se confirma a tese de que os conflitos com contornos raciais acontecem nas IES antes da adoção de alguma forma de ação afirmativa. Fechando, estamos autorizados a dizer que essa modulação de conflito não ficou restrita às instituições públicas, estaduais ou federais, elas também ocorreram em organizações privadas.

3.3.2- Conflitos entre estudantes negros e os docentes

Em referência aos conflitos entre estudantes negros ou cotistas e os docentes, os registros ganham outra dimensão, visto que, os docentes além de serem responsáveis pelo processo didático de construção do conhecimento, alguns ainda, são servidores

públicos, ou seja, submetidos às normas e procedimentos éticos de seus respectivos estatutos.

Nos casos destacados as manifestações de racismo e preconceito proferidas pelos docentes dirigidas aos estudantes negros ou cotistas, de uma forma em geral, são verificadas de variadas formas: perseguições, ofensas, xingamentos, menosprezo, descrédito, etc.

1- Iniciamos os relatos de conflitos com docentes com o caso da atriz negra Zezéh Barbosa. A atriz informa que quando era aluna do curso de Artes Dramáticas da USP, em 1986, foi vítima de racismo. “Eu lembro que na época eu tive que brigar com Diretor da Escola por preconceito mesmo. Ele tentou me bloquear em algumas coisas, foi horrível, tive que ir a Reitoria” (CARVALHO, 2006, p. 81).

2- Iniciamos com o chamado “Caso Ary”, ocorrido na Universidade de Brasília em 1998. Esse episódio é importante por ser “ponte de lança” no debate interno pelas ações afirmativas na UnB. Carvalho (2002) resume a história afirmando de que se trata de um caso que ocorreu em agosto de 1998, envolvendo o estudante de Doutorado Arivaldo de Lima Alves, o primeiro estudante negro a ingressar no Programa de Doutorado em Antropologia da UnB, desde a criação do curso. Esse estudante foi reprovado em uma matéria obrigatória do primeiro semestre do curso que o colocou na iminência de perder imediatamente a possibilidade de seguir no doutorado. Durante o processo de recurso institucional sobre a reprovação, Arivaldo sofreu sucessivos indeferimentos ao seu pedido de revisão no Programa, fruto da hostilidade da maioria dos membros do colegiado do departamento. Após quase dois anos de conflito institucional, o estudante conseguiu finalmente que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB, órgão colegiado superior de deliberações acadêmicas, mudasse a sua nota e lhe concedesse os créditos de aprovação na matéria. O destaque reside no fato que em 20 anos daquele programa de pós-graduação Arivaldo foi o primeiro aluno a ser reprovado naquela disciplina.

3- Em episódios como os ocorridos na Universidade de Brasília com o mesmo professor em duas oportunidades diferentes em sala de aula no ano de 2006. O primeiro caso ocorreu durante a aula inaugural do professor Paulo Kramer do Instituto de Ciência Política. Kramer quando fazia referência aos programas de assistência às famílias negras

nos Estados Unidos, destacando sobre o fracasso dessas ações. Concluindo um raciocínio, ele disse: ‘Não basta só dar dinheiro para a crioulada’ (G1 GLOBO, 2006). Dois dias depois do primeiro episódio, o caso aconteceu novamente,

Dias depois, Kramer participava de uma banca de avaliação de candidatas a professor do Instituto de Ciência Política. Referindo-se a dois autores clássicos, Maquiavel e Hobbes, uma candidata dizia que "são mal compreendidos, apesar de suas passagens negras" [...] “negras, não... sombrias... temos de ter cuidado... a crioulada tá de olho” (Ibid, 2006).

4- Em 2012, duas alunas do segundo ano do curso de pedagogia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, em Curitiba, denunciaram por racismo uma professora do mesmo curso. Elas registraram um boletim de ocorrência (B.O) no 1º Distrito Policial (DP) e alegaram injúria discriminatória. As estudantes prestaram depoimento e contaram que a ofensa ocorreu durante o intervalo de uma das aulas. Segundo as jovens, a professora passou e disse as seguintes frases enquanto as alunas lanchavam dentro da sala de aula: “Duas macaquinhas comendo banana” e "O texto você esquece, mas a bananinha não né?" (G1 GLOBO, 2012).

5- Professor é afastado por denúncia de racismo na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. A informação foi divulgada pela assessoria da instituição em 2013. A mãe de um estudante, que não quis se identificar, afirmou que o filho foi chamado de "macaco" durante a aula no Centro Pedagógico da universidade, que funciona dentro do campus em Belo Horizonte. Ainda de acordo com a assessoria, foi aberto um processo administrativo e criada uma comissão para apurar o ocorrido. A comissão tem 60 dias para definir o que será feito com o professor e, durante esse processo, ele vai ficar afastado (G1 GLOBO, 2013b).

6- Ainda com registros sobre falas racistas em sala de aula temos o ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, em 2014. De acordo com os estudantes presentes durante o episódio, o professor do Deptº de Economia Manoel Luiz Malaguti teria se manifestado da seguinte forma,

Ele disse que os negros e pobres não tinham acesso à cultura, deixando claro que eles não atingiram o nível cultural dos brancos. Em seguida afirmou: ‘Estudantes cotistas diminuem a qualidade da universidade. Eu detestaria ser atendido por um médico ou advogado negro’”, relatou uma aluna de 19 anos (G1 GLOBO, 2016b).

7- Em 2016 foram apontadas declarações racistas de professor do Instituto Federal Fluminense IFF - Campos dos Goytacazes nas redes sociais. Numa espécie de racismo recreativo (MOREIRA, 2019) o docente se expressou, “Para ninguém achar que não gosto de uma afrodescentende. Nega gostosaaaa. Uh!!! Foi mal” (GELEDÉS, 22/03/2016).

8- Casos como o ocorrido, em 2016, na Universidade Federal de Goiás, em que falas foram denunciadas pelos alunos,

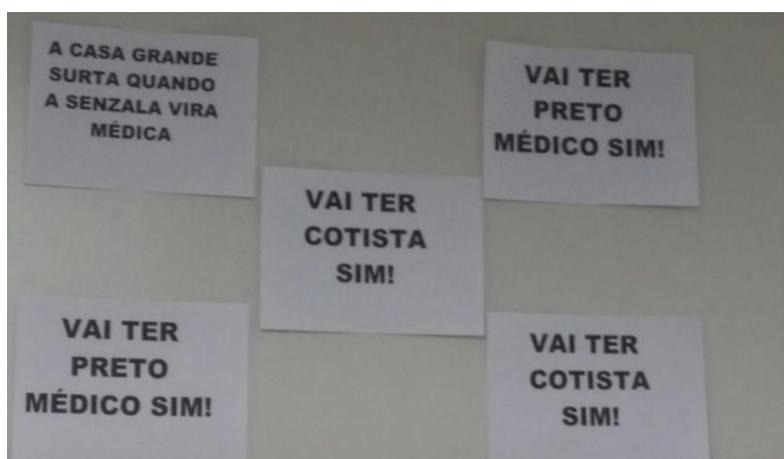
Ele começou a expor um aluno de engenharia. Ele não disse o nome, mas começou a falar que o estudante não sabia tabuada, que tinha chegado na universidade sem os conhecimentos básicos de matemática e ele estendeu isso a todos os outros alunos cotistas. O professor disse, ainda, que o rendimento dos alunos na universidade está ruim por conta das cotas raciais. Nunca me senti tão diminuído por conta da minha cor, por conta da minha raça”, relatou o estudante (G1 GLOBO, 2016c).

9- Em matéria publicada em 2016 no grupo Globo intitulada, “‘A professora não gostava de pobre’: bolsistas criam página contra preconceito em universidade carioca”, foi evidenciada as denúncias de discriminação feitas por professores da PUC-Rio direcionadas aos estudantes. Os alvos são, em geral, estudantes bolsistas que moram longe da instituição. Diante da situação constrangedora e criminosa, alunos criaram grupo no Facebook, “Bastardos da PUC-Rio” que vem recebendo uma média de três relatos por dia. Desde a criação, no início de setembro, o grupo já recebeu 47 depoimentos, dos quais publicou 27. O objetivo principal dos criadores do grupo do Facebook é dar visibilidade às denúncias e forçar a instituição criar canal de interlocução sobre o problema. Destacamos aqui, alguns relatos publicados na matéria (G1 GLOBO, 2016): “Tive a infelicidade de me matricular em uma disciplina cuja professora não gostava de pobre. Isso ficava evidente nas muitas piadinhas que ela fazia sobre empregadas domésticas”, conta aluna de Design. Outro relato vem da uma aluna de Jornalismo que estagiou na TV universitária afirma ter sido alvo de racismo:

Sou negra e na época meu cabelo era relaxado, o que significa que toda vez que ia gravar tinha que fazer chapinha. Morando longe e acordando cedo, nem sempre dava tempo ou tinha ânimo. Uma vez, quando não tinha que gravar nada, minha chefe me falou: Por que está com esse cabelo horrível? Se eu precisar te mandar entrevistar o reitor, não tem como desse jeito! Tem que fazer chapinha! Isso na frente de outras pessoas (Ibid, 2016).

10- Ainda em casos na UnB, destacamos as denúncias feitas pelos estudantes de Medicina a um professor da instituição em 2016. As acusações de preconceito são contra o professor João Alexandre Gonçalves do Instituto de Biologia, que de acordo com os alunos, segrega cotistas e indígenas, colocando em xeque a capacidade deles. Ele já foi denunciado no Conselho de Ética da instituição e a própria Faculdade de Medicina chegou a pedir ao Instituto de Ciências Biológicas para que o docente não lecionasse mais aulas aos estudantes do curso. A situação chegou a um ponto que os estudantes já fizeram um protesto com cartazes (Figuras 14 e 15) nos corredores e na sala de aula onde, geralmente, ocorrem as aulas. As experiências vividas pelos alunos cotistas durante suas aulas são constrangedoras, relatam os estudantes. No início do semestre, o docente teria o hábito de perguntar na sala de aula quais estudantes chegaram à UnB por meio de cotas e vagas concedidas. “Depois, ele diz que esses alunos iriam ter um desempenho bem pior que os demais porque não estariam à altura do curso e dos outros estudantes”, garante a jovem (METROPOLES, 2016).

Figura 14– Cartazes no corredor próximo a sala de aula



Fonte: Foto reprodução/Metrópolis

Figura 15 – Cartazes na sala de aula



Fonte: Foto reprodução/Metrópoles

11- Outro caso de declarações racistas em sala de aula teve origem no Rio de Janeiro, em 2017. Professor de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ foi denunciado por alunos do curso após ter feito um relato racista durante uma aula de Redes de Computadores I no dia 10 de Março. Segundo estudantes, o professor afirmou que se deve reconhecer um ladrão na rua por meio da cor da pele: “se você tem um sistema de segurança onde só passa gente branca, quando passa um preto o sistema apita" (G1 GLOBO, 2017d).

12- Outro caso onde os cotistas são diretamente agredidos ocorreu em Campinas, em 2017, em que o professor da área médica da Unicamp se posiciona a respeito das cotas em entrevista ao jornal local, Correio Popular:

‘Trocar cérebro por nádegas’, indicando que o ‘nível da produtividade’ (SIC) da universidade tende a cair com as cotas. ‘[...] Estou cantando e dançando para esses indivíduos que não têm currículo, tem discurso do blá, blá, blá, são laborfóbicos. [...] A universidade é para a elite cultural do Brasil, não para vagabundo’, afirmou ao jornal Correio Popular (FORUM, 2017).

13- Também em 2017, destacamos outro caso de racismo recreativo (MOREIRA, 2019), esse ocorrido no estado do Acre, onde processo administrativo foi aberto contra o professor da Universidade Federal do Acre que se fantasiou de “Negão do WhatsApp”. Sobre o caso, em entrevista à imprensa local, o reitor da UFAC Minoru Kimpara afirmou que a universidade é contra a prática do racismo e que o professor teria garantido o direito ao contraditório para a sua defesa. (FOLHA DO ACRE, 2017).

14- Aluno João Francisco Araújo denuncia racismo de professora por causa de cabelo black power na UFSC em 2017. Durante a aula professora do curso de design da universidade se dirige ao estudante negro da seguinte forma, “O cabelo black power é ninho e que nesse ninho, além de proteger, esconde muita coisa”, afirmou. O estudante tentou registrar queixa na delegacia, mas foi aconselhado pelo escrivão a não fazê-lo (VIOMUNDO, 2017).

15- Em junho de 2017, a estudante de jornalismo Thamires Menezes ouviu de um professor da Universidade Tiradentes (Unit), em Aracaju (SE), que ela não poderia ser âncora de jornal por conta do cabelo afro, estilo black power, que ela usava na época. Thamires denunciou o caso, mas afirma que colegas, professores e direção da universidade começaram a ver a vítima como culpada. O acontecimento levou a aluna a abandonar o curso (PONTE, 2018).

16- Estudante negra de publicidade e propaganda na Faculdade Cásper Líbero, instituição considerada de elite na cidade de São Paulo, foi vítima de racismo de professor em 2018. O caso aconteceu no dia 22 de março e foi divulgado pelo Coletivo AfriCásper, formado por estudantes negros. Durante uma aula, folheando o álbum da Copa do Mundo de uma aluna, O docente comentou que na Croácia “só tem gente bonita” e, diante das imagens da seleção da Nigéria, disse que “queria saber como esse aqui faz pra pentear o cabelo, deve ser um ninho”, segundo o relato de alunos. No final da aula, a aluna e seus colegas procuraram a professor para questionar as falas dele que consideravam discriminatórias. Durante a conversa, a professor negou que fosse racista, disse que não havia racismo no Brasil (“tem até um outro negro na Cásper”) e ainda pôs a mão no cabelo da jovem, alegando “curiosidade”. Após analisar os apontamentos relatados pelo corpo discente (estudantes) e ouvir as partes envolvidas, a instituição optou pelo desligamento do professor por uso de expressões e atitudes inadequadas, informou, em nota. (VEJA SP, 2018).

17- Em 2018, foram identificadas falas de professores no Instituto Federal São Paulo – IFSP, como, “odeio pretos e pardos...” Alunos do instituto fizeram a denúncia à diretoria e à reitoria do Instituto e organizaram pelo menos duas manifestações para cobrar a exoneração de José Guilherme de Almeida, que lecionava no curso de Geografia. O Instituto emitiu nota afirmando repúdio ao racismo e prometendo apurar o caso. (GELEDÉS, 2018).

18- Em 2018, alunos denunciaram professor Fabiano Zica, da Instituição de Ensino Superior UNA – Campus Contagem – Minas Gerais e advogado integrante da Comissão de Direito de Família da OAB/MG por manifestação racista nos conteúdos gravados para as aulas ministradas pelo docente. Fabiano Zica, conforme se comprova na gravação, afirma que negros e negras contribuíram voluntariamente para seus desumanos processos de escravidão, segundo suas palavras: “Não haveria escravidão se o negro não consentisse com ela, nunca teve nada a ver com cor” (DCM, 2018).

19- Outro acontecimento que merece destaque foram os conflitos entre estudantes negros e a organização do Simpósio Internacional “Novas epistemes para o estudo da África Pré-colonial: agência africana e conexões”, ligado ao Centro de Estudos Africanos, do Departamento de História da UFMG agendado para ocorrer em agosto de 2019. O episódio propiciou o encerramento precoce do evento. A motivação dos embates perpassou por críticas da composição racial de uma das mesas sobre cultura africana pré-colonial (MEDIUM, 2019).

20- Estudantes da PUC Minas protestam na porta do campus Praça da Liberdade após suposto comentário racista de uma professora. Esse caso aconteceu 2019 e demonstra uma solidariedade entre os estudantes da PUC Minas e da UFMG. O episódio se configura em um suposto caso de racismo, envolvendo uma professora do curso de Medicina Veterinária da PUC e um aluno da UFMG, que estava no local para divulgar o Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, depois de devida autorização. No momento da convocação do estudante, a professora teria dito, “vai trabalhar. Tira aquele chinelo e vai ralar. E ainda corta o cabelo e vê se lava, um fedor danado” (HOJE EM DIA, 2019).

Quadro 2 - conflitos entre estudantes negros ou cotistas e os docentes por região

ANO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
1986				USP	
1998			UnB		
2006			UnB		
2012					UFPR
2013				UFMG	
2014				UFES	
2016			UFG, UnB	IFF/Campo G. RJ, PUC/Rio	
2017	UFAC	UNIT		UFRJ, UNICAMP	UFSC

2018				Fac. Cásper Líbero, IFSP, UNA/Contagem	
2019				UFMG, PUC/Minas	
Total	1	1	4	12	2

Considerando o quadro acima, que se refere aos registros alcançados na pesquisa de conflitos entre estudantes negros ou cotistas e os nas instituições de ensino superior durante o período dos anos de 1986 e 2019, podemos dizer que se confirmam várias tendências do quadro anterior, ou seja, eles ocorrem em todo o Brasil, indicando uma capilaridade em todas as regiões do país. Também é ratificada a concentração de ocorrências na região sudeste. Repete-se a abrangência sobre as instituições privadas para além das públicas. E se confirma a existência de conflitos raciais nas salas de aula do nível superior, anterior ao aumento do ingresso de estudantes universitários negros, proporcionado pelas ações afirmativas.

3.3.3- Conflitos entre estudantes negros e a administração universitária

Chamamos de conflitos dos estudantes negros ou cotistas com a administração universitária àqueles em que a manifestação do preconceito ou discriminação envolve as instituições.

Nesse contexto, os conflitos têm se refletido, principalmente, a respeito das denúncias de possíveis fraudes no processo de implementação institucional da política de cotas nas universidades ou de sua alteração sem o devido processo de debate democrático com a comunidade universitária.

1- Inaugurando os registros de conflitos com a administração destacamos o episódio ocorrido na UnB em 1998. Durante uma festa no Centro Comunitário da universidade, cinco estudantes negros foram importunados por vinte seguranças em tom agressivo exigindo que se retirem do local. “Quando os estudantes reclamam do abuso, vem o chefe da segurança e acusa um dos estudantes de ser negro e de ter roubado cerveja [...] em um local em que estavam presentes centenas de estudantes brancos” (CARVALHO, 2006, p. 86).

2- Em 2014, estudante negra do curso de Saúde Pública, Mônica Gonçalves, foi impedida de entrar na Faculdade de Medicina por seguranças da universidade que trabalhavam na portaria, mesmo se identificando corretamente, apresentando a carteirinha da USP, sendo que no mesmo momento estudantes brancos passavam sem nenhum constrangimento. O argumento dos guardas era de que ela não era estudante de medicina. Ela afirma, contundentemente, que foi vítima de racismo. O caso causou grande mobilização, conforme vídeo (REDE TVT, 2014), na comunidade universitária, principalmente entre os estudantes (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2014).

3- Em 2015 o Coletivo Negra da, composto de estudantes negros da UFES, começou a receber denúncias de fraudes no sistema de cotas da instituição. Em função dessas manifestações o Coletivo protocolou denúncia com cerca de 50 nomes no Ministério Público. (O GLOBO, 2016b).

4- O Coletivo Central Estudantil (CCE) e estudantes negros da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB denunciaram em 2016 ao Ministério Público Federal - MPF casos de fraudes no sistema de cotas, no curso de medicina da instituição. Após o levantamento de situações que se enquadram como fraude, o Coletivo de Estudantes Negras/negros de Medicina da UFRB (NegreX) publicou uma carta de apoio às investigações (JUSBRASIL, 2016).

5- Um episódio curioso aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC em 2017. Justiça Federal determina suspensão do sistema de cotas da UFSC após o vazamento de uma lista extra-oficial pela internet via rede social orkut com o nome dos aprovados e a identificação dos cotistas por raça ou origem escolar. Após saber da lista, uma integrante da comunidade no Orkut comentou: "Agora que dá pra saber quem é cotista e quem não é, o preconceito vai comer solto lá dentro". Em outra comunidade contra o sistema, um aluno disse que os negros não poderiam entrar na UFSC "de cabeça erguida tirando menos da metade da nota daquelas pessoas que ficaram de fora por causa das cotas" (VEJA, 2017).

6- Ainda em 2017, é tornada pública a denúncia que brancos utilizaram as cotas raciais reservadas para negros para entrar no curso de medicina da UFMG, o mais concorrido da universidade. Imediatamente, várias outras mídias repercutiram a denúncia, em quase todos os casos divulgando fotos dos estudantes acusados de fraude.

O episódio desencadeou grande indignação entre estudantes negros, em defesa da inclusão dos negros na universidade e contra as fraudes (FOLHA UOL, 2017).

7- Fraudes no processo de implementação do sistema de cotas foram denunciadas em 2018 na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Na ocasião, estudantes negros se queixavam de que brancos ingressaram na universidade usando vagas reservadas no sistema de cotas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/02/2018).

8- Em 2018, na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, também ocorreram denúncias de fraudes na política de cotas protagonizadas por estudantes e pelo movimento social negro. A instituição assumiu o compromisso de implantar sistema para avaliar as fraudes no seu processo de ingresso por meio de cotas raciais (G1 GLOBO, 2018c).

9- Com destaque, trazemos o episódio sucedido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em 2018, A instituição após várias denúncias sobre sua implementação do sistema de cotas e verificação de suas procedências, altera seu processo de identificação dos candidatos. Tal mudança é interpretada como retrocesso pelos estudantes cotistas e movimento social negro que, em contraposição, promoveram ocupação da reitoria da universidade (SUL 21, 2018).

10- Em 2018, a UNESP expulsa 27 estudantes por fraude no sistema de cotas após denúncias feitas por estudantes negros ligados a ONG Educafro. Eles se autodeclararam como pretos ou pardos, mas a declaração não foi aprovada pela comissão de verificação da universidade. Os estudantes ligados aos movimentos negros da UNESP já estavam fazendo denúncias de fraudes desde 2016, quando ainda a Comissão de Verificação de Cor não era permanente na UNESP. Os nomes dos estudantes expulsos serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (UOL, 2018).

11- Ainda sobre denúncias de fraudes no processo de ingresso pelas cotas na UFMG. Escândalo desencadeia processo de sindicância a 34 estudantes e coloca outros 28 sob suspeita. A universidade concluiu sindicância e submeteu os cotistas a investigação administrativa e disciplinar. A curiosidade se dá pelo fato de que os próprios alunos (ativistas negros) da UFMG produziram um dossiê, através das redes

sociais, com novas suspeitas de fraudes nas cotas raciais. Comissão é instaurada para fazer devassa entre candidatos, mas a administração da universidade nega 'caça as bruxas' (ESTADO DE MINAS, 2018a e ESTADO DE MINAS, 2018b).

12- Estudante denuncia fraude em cotas de Medicina e é processado por pró-reitor na Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, em 2018. UFSB é uma universidade federal nova que tem campi em Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Itabuna na Bahia. A suspeita veio logo que saiu a lista de aprovados para o curso de Medicina. Na época, dezembro de 2017, o estudante de Direito Moises Sant’Ana, 27 anos, estranhou o perfil de parte dos chamados para cursar a primeira turma de graduação de Medicina da universidade. “São pessoas que nunca se entenderam negras, mas se autodeclararam negras”, justifica o estudante. Era o início de uma denúncia de fraude nas cotas destinadas a negros e indígenas que chegou a envolver até o alto escalão administrativo da universidade e um processo por danos morais em R\$ 10 mil. Entre os 15 alunos do curso de Medicina que foram alvos da denúncia está a estudante Andreia Fernandes. A situação dela poderia ser como de qualquer um dos outros, mas ganhou destaque entre as postagens porque Andreia é casada com o pró-reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFSB, o professor Kennedy Fernandes. Moises Sant’Ana foi membro da comissão de políticas afirmativas da UFSB e participou dos debates e do processo de implementação das cotas, portanto uma pessoa atenta as possibilidades fraude (CORREIO 24 HORAS, 2018).

13- Após denúncias de fraude em cotas, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS exclui 18 alunos do curso de Medicina em 2019. A instituição cancelou a matrícula de 18 acadêmicos do curso de Medicina após verificar que as informações prestadas por eles para terem acesso à política de cotas para o ingresso na instituição eram falsas. Um inquérito no MPF foi aberto para apurar as denúncias de fraudes do método de identificação do componente étnico-racial dos candidatos inscritos no sistema de cotas para ingresso no ensino superior. As denúncias tiveram origem entre os próprios estudantes do curso de Medicina. Segundo eles, alguns estudantes beneficiados tinham estilo de vida incompatível com o preconizado no edital quando o quesito era renda. Outros denunciados deixavam dúvidas em relação ao fenótipo e tinha até acusação de laudo médico falsificado (CORREIO DO ESTADO, 2019).

14- Outro caso de racismo envolvendo seguranças aconteceu na Universidade Federal do Ceará - UFC em 2019. As denúncias de racismo e agressão física se referem a atos praticados por seguranças da instituição contra o aluno do curso de licenciatura em ciências sociais, Luiz Fernando de Lima Teixeira quando tentava entrar no Campus do Pici no dia 17 de junho. Os seguranças pediram para o jovem se identificar, tratamento diferente ao dado a outras pessoas que circulavam no mesmo momento no local, relatou o jovem. (UFC, 2019).

15- O Ministério Público Federal encontra novo caso de fraude em cotas raciais da UFRJ. Como consequência o MPF pediu a anulação da matrícula da estudante suspeita de fraudar a autodeclaração, para se beneficiar das vantagens oferecidas pelas cotas raciais e ingressar nos cursos de Saúde Coletiva e Nutrição da universidade. A aluna, que não teve a identidade revelada, ingressou primeiro no curso de Saúde Coletiva em 2018. Segundo o MPF, após ser intimada a se manifestar sobre a fraude, a estudante disse que teria abandonado o curso (G1 GLOBO, 2019b).

16- Recentemente, em 2019, a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT recebe denúncia de supostas fraudes em cotas raciais do curso de medicina. A queixa partiu do representante da União Nacional dos Estudantes - UNE junto ao Conselho Estadual de Educação, Vinícius Brasilino, de 26 anos, que considera o sistema de cotas necessário para corrigir desigualdades históricas no país (OLHAR DIRETO, 2019).

17- Recentemente em 2019, homem faz denúncia de agressão por seguranças no Campus Pampulha da UFMG. De acordo com o boletim de ocorrência registrado pela Polícia Militar, um homem, de 32 anos, teria sido agredido, por seguranças na Faculdade de Letras (Fale). Ainda de acordo com o registro da PM, o homem afirmou que foi até a Faculdade de Letras para fazer matrícula no curso de inglês do Centro de Extensão (Cenex). No boletim de ocorrência, ainda consta que, ao chegarem ao Cenex, os seguranças teriam dado um mata-leão no homem, imobilizado os pés dele e o agredido com chutes. Ele teria gritado por socorro e, depois da mobilização de testemunhas, a agressão teria sido interrompida (G1 GLOBO, 2019a e G1 GLOBO, 2019b).

18- Unicamp apura denúncia de irregularidades no ingresso de 140 alunos por cotas étnico-raciais em 2019. Comissão formada pela instituição analisa o caso e tem

prazo de 90 dias para apresentar relatório. A denúncia foi feita por ONG Educafro e mobilizou de maneira significativa a comunidade universitária (G1 GLOBO, 2019e).

19- Em 2019, os alunos e movimentos negros continuam pressionando a USP por ações para coibir fraude na autodeclaração de pretos e pardos para acesso as cotas. A universidade informa que só apura as suspeitas após registro de denúncia na polícia. O impasse está exposto de acordo com o estudante de Direito Lucas Módulo, "colocar nos estudantes uma responsabilidade que não é nossa e, sim, da universidade. Ela é quem deve fiscalizar e coibir as fraudes. Não somos nós que temos de nos expor e ir atrás de possíveis fraudadores". Disse ainda Frei David Santos, diretor da ONG Educafro, "a universidade não pode esperar que o problema ocorra para agir", "ao não prevenir e garantir que quem de fato ocupa essas vagas é negro ou pardo, está sendo omissa com uma política recentemente conquistada" (TERRA, 2019).

20- Alunos denunciam fraude em sistema de cotas na Universidade Federal de Roraima – UFRR em 2019. De acordo com a denúncia ao menos quatro alunas recém-aprovadas no curso de Medicina da UFRR estariam burlando as regras para obter a graduação no ensino superior. As denúncias têm como base as imagens das redes sociais pelas aprovadas que, comprovam uma disparidade entre o estilo de vida de cada uma e fenótipo dos critérios para as inscrições no sistema de cotas. Os relatos dos estudantes confirmam as suspeitas de falta de zelo pela instituição na implementação da política afirmativa: “Ressalto que outras universidades da Região Norte começaram a ter atitudes mais enérgicas no combate a esses atos ilícitos, todavia, a UFRR segue o seu modelo retrógrado de compactuar com essa prática [...]” (FOLHA DE BOA VISTA, 2019).

Quadro 3 - conflitos entre estudantes negros ou cotistas e a administração universitária por região

ANO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
1998			UnB		
2014				USP	
2015				UFES	
2016		UFRB			
2017				UFMG	UFSC
2018		UFPE, UFSB		UFJF, UFMG, UNESP	UFRGS

2019	UFRR	UFC	UFMS, UFMT	UFRJ, UFMG, UNICAMP, USP	
Total	1	4	3	10	2

Referente ao quadro em destaque, que destaca os registros alcançados na pesquisa de conflitos entre estudantes negros ou cotistas e a administração universitária nas com relação ao período dos anos de 1998 e 2019, podemos dizer que se confirma a tendência de ocorrências em todo território brasileiro, contudo, mesmo ainda se concentrando na região sudeste, se observa um leve crescimento de casos em outras regiões, comparando aos quadros anteriores. Outro dado interessante, é que nessa modulação de conflito, só aparecem casos em instituições públicas, não atingindo a rede privada de ensino superior. Também se confirma a existência de conflitos raciais antes da adoção maciça de políticas de inclusão pelas instituições de ensino superior - IES, não obstante, se percebe um aumento considerável de casos a partir de 2014, o que indica que esse crescimento tem sim, relação com a implementação de políticas de ação afirmativas nas instituições públicas de ensino superior - IPES, em especial, nas universidades federais após a Lei. 12.711/12.

3.3.4- Outros casos

Durante a pesquisa encontramos outros casos que merecem destaque, mesmo não se enquadrando, diretamente, na sistematização proposta neste estudo. São casos que tratam desde ações conflituosas engendradas por alunos brancos em direção à docentes negros até situações em que os conflitos são mediados desde o início pelo sistema de justiça formal.

A primeira situação de racismo sucedeu em 2015 envolvendo o professor Juarez Xavier do curso de Jornalismo da UNESP de Bauru – SP, logo que após a instituição ter adotado as cotas para negros. As agressões foram feitas através de pichações no banheiro masculino da UNESP: “‘Juarez macaco’, ‘Unesp cheia de macacos fedidos’ e ‘Negras fedem’” (FOLHA DE SP, 2015).

Outro caso é sobre um professor negro de curso de Medicina em uma universidade privada carioca, em 2005. De acordo com o relato, esse docente no momento da sua primeira aula do semestre para uma turma de 68 alunos com apenas 2

negros. Quando entrou na sala dois dias depois, ao começar a segunda aula, alguns dos alunos brancos se surpreenderam e lhe disseram abertamente: “‘O que você faz aqui?’. ‘Vim dar aula, obviamente’, respondeu. ‘Ah, mas nós pensamos que aquela aula era um trote!’” (CARVALHO, 2005-2006, p. 93).

Ainda tendo professores negros como vítimas, destacamos um caso curioso, ocorrido na UFC, durante o período eleitoral de 2018. O professor Júlio Araújo relata que foi vítima de agressões homofóbicas e racistas dentro da universidade, onde trabalha. Ele conta que no dia 9 de outubro foi abordado por quatro homens vestidos com camisas do candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro – PSL que o ofenderam verbalmente. O professor declara que enquanto encaminhava-se para seu carro, na garagem do Centro de Humanidades - CH I, no bairro Benfica - Fortaleza, os homens foram ao seu encontro dizendo expressões como: “bicha”, “viado”, “macaco” e “que todo negro tinha que morrer”. Afirmou ainda Júlio, “Ele deve saber quem eu sou porque disse em voz alta [...], queria ver como ficaria os professores viados e negros dessa porcária de universidade após seu presidente assumir”, complementou. O Boletim de Ocorrências foi registrado na Delegacia do 4º Distrito Policial. (O POVO, 2018).

No processo inicial de implementação das cotas sociais/raciais nas universidades, várias instituições sofreram muitos ataques contrários as suas iniciativas inclusivas, principalmente, aquelas que foram pioneiras. Muitos casos foram parar no Poder Judiciário desde o início, estabelecendo, assim, um campo de conflito fora da comunidade universitária. Ou seja, as políticas públicas de ações afirmativas voltadas para população negra nas universidades estavam sendo interpretadas por parte da sociedade como injustas racialmente e, portanto, questionadas no sistema de Justiça.

Diante disso, destacamos o caso da UERJ, pioneira das cotas universitárias para negros no Brasil e que foi alvo de quantidade significativa de processos contra a sua política de inclusão. De acordo com os estudos de Peria (2004) sobre o processo inicial de implementação das cotas na UERJ, na medida em que os primeiros resultados do vestibular iriam sendo divulgados e parte dos candidatos não se via nas listas de classificação, crescia o número de expedientes judiciais contra a universidade. De fevereiro a março de 2003, a UERJ havia recebido 103 liminares obrigando-a a reservar vagas para estudantes que não haviam se classificado no vestibular. “A grande maioria destas liminares era de candidatos a vagas nos cursos de Medicina e Direito. O número

de liminares continuou a aumentar nas próximas semanas e meses que se seguiram à publicação dos resultados, e eventualmente ultrapassou 200”, informa Peria (2004, p. 87). É importante registrar que, as cotas para estudantes das escolas públicas foram raramente contestadas nestes casos. O foco de contestação se concentrava nas cotas raciais em que o argumento principal se baseava na garantia constitucional de igualdade para todos (PERIA). Aos poucos a UERJ ia conseguindo derrubar as liminares através de recurso especial para o Tribunal da Justiça. Assim, 108 liminares que foram suspensas no primeiro ano. Também acontecia das liminares serem indeferidas devido à falta de interesse da parte dos candidatos reclamantes de prosseguir a questão. O fato é que a UERJ serviu como um grande laboratório de observação para as outras universidades que adiante adotariam as ações afirmativas para acesso aos seus cursos. Os casos de conflitos ocorridos na UERJ preparam o terreno para que as outras instituições, minimamente, tivessem algum grau de previsibilidade e soubessem o que fazer diante de questões bastante complexas.

Quadro 4 – Totalidade de conflitos sistematizados por região

ANO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
1986				USP	
1998			UnB (2)		
2000			UnB		
2006			UnB		
2012				UFMG	UFPR
2013				UFMG (2)	UFSC
2014				UFES, USP	
2015		UFC		PUC/Campinas, UNESP, UFES	
2016	UFRR	UFRB	UFG, UnB	IFF/Campo G. RJ, PUC/Rio, UNICAMP	UFSC
2017	UFAC	UNIT		UFRJ, UNICAMP, USP, UFU, UFMG	UFSC (2), UFSM
2018		UFC, UFPE, UFSB		Fac. Cásper Líbero, IFSP, UFU, UFSCar, UNESP, FGV/SP, UFJF, UFMG, UNICARIOCA, UNA/Contagem	UFRGS
2019	UFRR	UFC	UFMS, UFMT	UFMG (2) PUC/Minas, PUC/Campinas,	

				UFSCar, UFRJ, UNICAMP, USP	
Total	3	7	8	35	7

Com a confecção do quadro geral temos o entendimento que atingimos o objetivo de oferecer ao leitor um panorama recente dos conflitos de viés racial nas instituições de ensino superior brasileiras³². É importante reiterar que as análises são baseadas nos casos alcançados na pesquisa que, provavelmente, ocorreram outras ocorrências de conflitos que não foram registradas ou documentadas, portanto, impossibilitadas de serem destacadas neste estudo. Nesse sentido, temos a consciência que as conclusões feitas aqui são parciais e não possibilitam afirmações contundentes e assertivas a partir dos aspectos quantitativos relativos à pesquisa.

O quadro geral, além de confirmar as tendências já observadas nos quadros específicos, apresentados anteriormente: capilaridade, concentração regional, continuidade, abrangência, e outras especificidades; também nos possibilita observar amplamente e tirar conclusões ao longo do tempo. A pesquisa demonstra que, aproximadamente, ao longo dos últimos 20 anos, os conflitos raciais continuaram e até mesmo se acirraram, tendo em vista, a adoção majoritária de políticas afirmativas para acesso nas universidades brasileiras.

A visão panorâmica, a partir do quadro geral, indica que, mesmo com ampliação recente da rede federal ensino superior, tendo por consequência o aumento das vagas, não proporcionou uma diminuição dos conflitos raciais nas IES, ao contrário, tudo sinaliza que aumentaram, se mantendo nessa direção. Esse cenário coloca que, para além da necessidade de ampliação das vagas direcionadas para estudantes negros, existem elementos do campo das subjetividades, do simbólico, das ideologias que precisam ser apreciados para entender as manifestações de racismo nas universidades. Que os conflitos raciais nas universidades podem ser explicados não somente por seus aspectos de “escassez” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1992) das vagas ou por disputa pelo capital simbólico (BOURDIEU) proporcionado pelo ensino superior, mas também, pelo processo de convívio e variadas formas de interações no interior das comunidades universitárias brasileiras. A questão do convívio interno é tão relevante

³² Não foram incluídos propositadamente os registros de conflitos referentes à Universidade Federal Fluminense, tendo em vista, que serão relatados no capítulo seguinte.

que, considerando o embraquecimento do espaço universitário, em função de seu histórico racismo acadêmico, instituições como a UnB, após a adoção das cotas raciais, criaram ambientes próprios e na perspectiva de melhor acolhimento e integração à sua comunidade. É o caso do Centro de Convivência Negra³³ (Figura 16), (CCN.UNB, 2006).

Figura 16- Centro de Convivência Negra - UnB



Fonte: Foto reprodução/UnB

Considerando, mais objetivamente, os relatos destacados no estudo, observamos que tanto os conflitos envolvendo estudantes negros ou cotistas com estudantes da ampla concorrência como aqueles com os docentes, majoritariamente foram relacionados a cursos acadêmicos considerados de alta concorrência (SILVA, BRANDÃO e MARINS, 2009) como, medicina, engenharia e comunicação³⁴. Ainda referente a alguns casos, fica evidente o uso de recursos no campo da violência simbólica (BOURDIEU, 1989), como forma de agressão racista, quando são observados, cachos de banana, desenho de suásticas e saudações nazistas, pichações

³³ Criado em 2006, o CCN corresponde a um ambiente institucional e multidisciplinar de variadas dinâmicas e atividades relacionadas a todos os âmbitos sob as demandas e impactos da presença da população negra e grupos afins no espaço universitário. É um órgão complementar da universidade que promove atividades acadêmicas sobre relações raciais, culturas negras, assuntos vários da vida das populações negras e temáticas associadas; atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão/esportes, arte e cultura, a fim de munir a comunidade acadêmica de conhecimentos e ferramentas nesse panorama e reforçar a permanência de estudantes negras(os), ingressos ou não pelo Sistema de Cotas, na UnB e no universo acadêmico científico de forma geral sob a amplitude que isso gera e significa. Ou seja, visa contribuir na Universidade de Brasília, para gestão lúcida e sólida de um dos universos pilares para compreensão e atuação na vida em sociedade em regime democrático de direitos coletivos. Assim, buscando diálogo com todas as instâncias pertinentes, propõe e executa atividades de promoção da igualdade e de reconhecimento e enfrentamento do racismo, da discriminação racial e intolerâncias correlatas na Universidade.

³⁴ Esses cursos são os mais concorridos tendo em vista a ideologia hegemônica de que o único objetivo da universidade é proporcionar a facilidade de acesso aos empregos bem remunerados (BAUMAN, 2015).

ofensivas nos banheiros e bilhetes injuriosos. No que diz respeito aos conflitos com a administração universitária, incidiram duas tendências: uma relacionada à segurança dos campi em questão e a outra ligada às denúncias de fraudes no processo de acesso às vagas proporcionadas pelas ações afirmativas, em especial pelas cotas social/racial. É importante ressaltar que, no caso das fraudes no sistema de cotas, a repercussão na opinião pública tem possibilitado ditames para além dos espaços das universidades. Após audiência pública, ocorrida em 2015, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH da Câmara Federal, parlamentares sugeriram que o crime de fraude no sistema de cotas seja tipificado no Código Penal (JUSBRASIL, 2015).

Não foi intento deste estudo, o acompanhamento da evolução e desfecho das denúncias elencadas anteriormente, até mesmo, porque que nem sempre os documentos informam seus desdobramentos, ou seja, se repercutiram em alguma formalidade, inclusive jurídicas. Apesar disso, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, por meio da Lei de Acesso à Informação, o estado de São Paulo registrou no ano de 2018 um caso de injúria racial em estabelecimentos de ensino a cada 5 dias. (G1 GLOBO, 2019). Enfim, os relatos destacados no estudo indicam que, algumas denúncias chegaram ao Ministério Público e outras possibilitaram a punição administrativa, evoluindo, até mesmo, em demissões e expulsões.

Outro ponto importante constatado pelos registros é que na maioria dos casos houve reação dos estudantes cotistas ou ligados ao ativismo negro universitário às manifestações de discriminação nas instituições de ensino superior, contudo, eles não foram os únicos agentes dessas denúncias. Os relatos indicam que os estudantes cotistas denunciadores encontram em outros colegas do movimento estudantil solidariedade e parceria na luta contra o preconceito nas suas respectivas instituições.

Outra constatação, é que a maioria dos casos de conflitos nas universidades tem chegado à opinião pública via publicação nos principais meios de comunicação. Nesse sentido, pode-se afirmar que, de alguma forma, esses órgãos têm sido úteis no combate à discriminação, proporcionando que as instituições, sob pressão, tomassem as medidas cabíveis em cada caso.

Os relatos indicam que a comunidade universitária é o espaço social dos conflitos, ou seja, é o campo, na perspectiva de Bourdieu (2004a). É lá que acontecem os embates de diferentes posições sociais, referenciados nos variados calibres de capital global. É na comunidade universitária, como um “campo de lutas” (BOURDIEU, 1996) que as representações e as tomadas de posição são realizadas. É nesse espaço social que ocorrem tanto as lutas para conservá-la como para transformá-la.

Neste capítulo, buscou-se demonstrar que no Brasil foi criada uma estrutura para que o acesso ao capital cultural (BOURDIEU, 1983), fruto das instituições de ensino superior, ficasse reservado para elite branca nacional. Sob perspectiva histórica, destacamos alguns casos que demonstram que desde os seus primórdios a academia brasileira primou-se em restringir o acesso dos não-brancos tanto para o seu corpo discente como para suas carreiras docentes. Enfatizamos que, mesmo com sua rede e vagas sendo ampliadas, ao longo do tempo, as universidades impediram, através de variados processos de seleção (ora pessoalizados, ora “meritocráticos”), a entrada de membros de segmentos “indesejados” da população em seus quadros. Nesse sentido, com referência nos estudos de Carvalho (2005-2006), compartilhamos da conclusão de que as universidades brasileiras se constituíram historicamente num espaço social confinado racialmente, que resiste a mudança desse *status quo* até os tempos atuais.

Finalmente, através da confecção de panorama recente dos conflitos de viés racial nas instituições de ensino superior brasileiras, buscamos ressaltar que processo desencadeado pela adoção das ações afirmativas tem provocado tensões no *modus operandi elitista*, que insiste em permanecer. Considerando, o aumento e acirramento progressivo dos conflitos, arriscamos apontar a hipótese de que a academia brasileira, a partir do acesso, em seus ambientes, de membros de populações excluídas historicamente, possa estar sofrendo fissuras irreparáveis na sua estrutura constituída como branca, etnocêntrica e racista.

CAPÍTULO IV

A UFF E AÇÕES AFIRMATIVAS

Outra coisa que eu gostaria de falar é que o Brasil está precisando urgentemente de uma universidade para pretos, para negros, uma universidade afro-brasileira. Porque nós temos universidade de tudo que é jeito aí, universidade de padre, universidade de bispo Macedo, precisamos da universidade para negros. Pode entrar branco e japonês também, sem discriminação, mas dando prioridade ao negro. Porque preto não tem como, não tem onde estudar, ele não passa do primeiro grau. Então, eu acho que no Brasil, em lugares diferentes, tem de ter a universidade afro-brasileira. Isso é um grilo do cacete, tem de botar o preto pra estudar; senão, a gente vai ficar sempre por baixo. (Tim Maia – cantor - 1995)³⁵.

A Universidade Federal Fluminense é considerada uma das mais importantes universidades do país. É conhecida não somente pela qualidade das suas pesquisas ou pela excelência de seus cursos de graduação e pós-graduação, mas também, por possuir o corpo discente mais amplo da rede federal nos últimos anos. Sua sede principal fica em Niterói - RJ, município com larga tradição política e que também é se transformou em cidade universitária, em função da movimentação que a UFF é capaz de produzir por quase todo ano.

A escolha pela comunidade universitária da UFF como campo para analisar os conflitos em que estudantes cotistas negros estão implicados nos impõe a tarefa de descrever, minimamente, a estrutura da universidade, tanto no passado como na atualidade, ou seja, dar destaque as forças, as oposições, suas propriedades, distribuição e história (BOURDIEU, 2014).

4.1- A UFF em breve síntese histórica

Antes de ser Universidade Federal Fluminense - UFF a instituição se chamava Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFERJ. Sua fundação em 1960 é tida como fruto de vários fatores. O primeiro deles e o mais importante é o da conjuntura política brasileira da época, ou seja, estava em voga o desenvolvimentismo do pós-guerra liderado por governos que apostavam no Estado como indutor de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a educação superior e o incentivo a

³⁵ Revista Brasileiros, edição 29, Dez/2009.

tecnologia eram, entre outros, elementos considerados interessantes na sustentação da soberania nacional. Em 1960, o presidente era Juscelino Kubitschek.

O segundo fator se configura na conjuntura local, ou seja, sob os efeitos da transferência da capital federal, do Rio de Janeiro para o interior do país, Brasília. Essa mudança da capital para o interior do país transformou o destino da cidade do Rio de Janeiro e do Estado do Rio em um problema iminente a ser resolvido, tendo em vista, que a base e prestígio da proximidade do poder central havia se enfraquecido. Sendo assim, o antigo Estado do Rio de Janeiro, se viu diante do desafio de superar os desníveis econômicos e sobreviver à nova realidade. A UFERJ é resultado da mobilização das forças locais na busca da redução desses prejuízos.

Outro fator importante se constitui a partir do anseio dos setores médios da população local por uma universidade pública em Niterói. Desde 1946 que Associação Fluminense de Professores Católicos da cidade, já sinalizava esse desejo. Na mesma linha, é importante ressaltar efetiva contribuição da União Fluminense de Estudantes (UFE) para a criação da UFERJ. Na década de 1950, a UFE, antecipando-se ao Estado, tomou para si a defesa de uma universidade federal para o Estado do Rio de Janeiro. Em 1958, os estudantes, apoiados pelo então candidato a governador Roberto Silveira, favorável à federalização das faculdades existentes, pressionaram os deputados federais fluminenses para encaminharem projetos em favor da criação de uma universidade local. Vale dizer que a direção da UFE, em 1959, chegou a encaminhar ao governador do estado um anteprojeto para a criação da UFERJ. Em fevereiro de 1960, o ministro da Educação e Cultura da época Clóvis Salgado recebeu uma ampla comissão de estudantes e políticos fluminenses para negociar um projeto substitutivo que previsse a integração das instituições de ensino superior da cidade à UFERJ. No mês seguinte o Jornal Fluminense se soma na campanha em favor da criação de uma nova universidade. Em 8 de dezembro de 1960, o recém-eleito presidente da UFE Cláudio Moacyr vai para a nova capital, Brasília, acompanhar a tramitação no Senado Federal do substitutivo nº 101(1.327-B). Em 18 de dezembro, o projeto transformava-se na Lei 3.848, sancionada por Juscelino Kubitschek no dia 22, ainda em dezembro. É criada, finalmente, a UFERJ que contava com apenas 60 docentes, 170 funcionários e 3.000 alunos. Na ocasião de sua fundação foram incorporadas a UFERJ cinco faculdades federais já existentes em Niterói - Faculdade de Direito de Niterói, Faculdade Fluminense de

Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Odontologia e Escola Fluminense de Medicina Veterinária - e agregaram-se estabelecimentos de ensino estaduais - Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, Escola Fluminense de Engenharia e Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro - e particulares - Faculdade Fluminense de Filosofia e Faculdade de Ciências Econômicas de Niterói. (CORTE e MARTINS, 2010).

Em 13 de dezembro de 1961, pela Lei nº 3.958, os estabelecimentos a ela agregados foram-lhe incorporados e, assim, federalizados. Em 1964, o Hospital Municipal Antônio Pedro, hoje Hospital Universitário Antônio Pedro, foi incorporado à Universidade através de doação pela Prefeitura Municipal de Niterói, visando ao ensino e à pesquisa nas áreas de saúde e assistencial.

De outra forma, a fundação da UFERJ obedeceu aos propósitos de satisfazer duplo desejo da sociedade local. Em primeiro lugar, alavancar seu desenvolvimento econômico, ainda marcado pela agricultura decadente. Em segundo, elevar sua autoestima em relação à transferência da capital federal, procedendo à intensificação dos padrões urbanos, o que também lhe possibilitava abrigar os anseios dos setores médios, ao formar com qualidade, dentre outros, engenheiros, médicos, dentistas, advogados.

Com a Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro passou a denominar-se Universidade Federal Fluminense. Atualmente, a UFF é uma entidade federal autárquica de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, econômica e financeira, exercida na forma de seu Estatuto e da legislação pertinente.

4.2- Ações afirmativas na UFF

Entendemos importante apresentar ao leitor uma sintética contextualização da trajetória histórica das ações afirmativas na UFF. Tendo como marco a sanção da Lei 12.711/2012, para essa tarefa serão destacadas as relações sociais que permearam as iniciativas, propostas, debates e conflitos desenvolvidos na própria comunidade universitária.

4.2.1- A UFF antes da Lei 12.711/2012

Para contextualizar a UFF do período pré-sanção da Lei 12.711/2012, com foco nas relações sociais/raciais de sua comunidade universitária, se faz necessário não somente resgatar os dados produzidos anteriormente pela instituição e analisá-los de forma articulada com as pesquisas acadêmicas publicadas que, de alguma forma, abordaram a questão das ações afirmativas na universidade.

Como a UFF só foi produzir dados oficiais, regularmente, sobre a sua comunidade que consideravam o corte de raça/cor após 2004, optamos por utilizar como referência a obra: *Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*, escrita por Moema de Poli Teixeira, publicada em 2003, fruto do estudo que fez para sua tese de doutorado pela UFRJ que teve como campo de pesquisa a UFF com coleta de dados entre anos de 1992 e 1995. Como a pesquisa desse estudo foi elaborada a partir de entrevistas no campo, também destacaremos alguns relatos contidos no texto, com a finalidade de proporcionar ao leitor uma melhor composição do contexto em questão.

De acordo com Teixeira (2003, p. 38), a UFF produziu pesquisa, tendo como referência a matrícula dos seus alunos após aprovação nos exames vestibulares de 1991, e encontrou a seguinte composição:

Tabela 5- Percentual de alunos por grupos raciais matriculados na graduação após exames de 1991

Alunos matriculados em 1991 - graduação	Branco	Pardos	Pretos
	70%	22,4	5,4

Fonte: Teixeira (2003)

Com dados fornecidos pela UFF correspondentes aos anos de 1992, 1994 e 1995, Teixeira (2003) construiu novas configurações para o seu estudo:

Tabela 6- Número de alunos matriculados na universidade nos anos de 1992, 1994 e 1995 por categorias raciais

	Total		Negros		Mulatos		Pardos		Branco	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Total Geral	8.370	100	449	100	490	100	1.383	100	6.048	100

Fonte: Teixeira (2003)

Tabela 7- Proporção de alunos matriculados na universidade nos anos de 1992, 1994 e 1995 por categorias raciais

	Total		Negros		Mulatos		Pardos		Brancos	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Total Geral	8.370	100	449	5,4	490	5,8	1.383	16,5	6.048	72,3

Fonte: Teixeira (2003)

Como podemos concluir a partir das tabelas 5, 6 e 7 os estudantes brancos ocupam aproximadamente 70% das vagas da UFF durante os anos 1991, 1992, 1994 e 1995. Outro dado importante é que os indígenas não foram sequer citados nas tabelas destacadas com dados publicados pela UFF, produzidas por Teixeira (2003).

Ainda com referência no estudo antropológico a respeito da UFF de Teixeira (2003), destacaremos a seguir alguns relatos, contidos em sua pesquisa³⁶, de parte da comunidade universitária com a percepção sobre si mesma, do ponto de vista da sua composição racial.

No curso de Informática, de 100 alunos, se tiver um negro é muito. E eu acho que não tem. Porque eu estudei com outras turmas nos quatro períodos. Não havia nenhum negro, nenhum, entendeu? E eu não vejo entrar. Isso não é um processo discriminatório claro, mas existe. Existem chances diferentes [...]. Aluno de Informática (TEIXEIRA, 2003, P. 110).

Na verdade eu vejo assim: Medicina a gente quase não vê [...] tanto que a gente vê pela participação no bandeirão, sabe, quando é pobre e tal. Tudo bem. Vamos ver então se tem neguinho lá. [...] Então você chega na Medicina, você não vê negro. Eu não conheço nenhum. [...] Na informática [...] tinha um negro lá que é o [...] que era negro, mas era africano, né? Moçambicano. Nem brasileiro era. [...] Aluna de Serviço Social (Ibid., p. 115).

Você sente, foi o que eu falei, (o racismo) é implícito, não é explícito. Você sente que na faculdade existem determinadas áreas que elas são elitistas. [...] Na Engenharia só tem carrão. [...] Na Engenharia dificilmente você vê uma pessoa que tenha vindo assim, do morro mesmo [...] é mais elitizada a Engenharia, Medicina, Odontologia. São as áreas mais procuradas, então, são os melhores cursos, então por serem os melhores cursos, o poder aquisitivo é maior e por conseguinte, têm menos alunos negros [...]. Você vê, um curso que com certeza deve ter um certo racismo é Odontologia. Odonto é um pessoal [...] é um curso em que as choupadas tem até whisky e tal. É um curso elitizado [...]. Aluno de Engenharia (Ibid., p. 113).

³⁶ Pesquisa de Teixeira (2003) foi feita entre os anos de 1992 a 1995.

Teixeira (2003), a partir dos relatos dos seus entrevistados, destaca um fenômeno que já ocorria na UFF e que também nos chama a atenção. Trata-se da dificuldade de convivência e de integração dos estudantes negros com outros estudantes no cotidiano universitário. A questão ganha relevância, considerando que estamos nos referindo a um ambiente preparado para receber pessoas brancas e que, portanto, para o estudante negro a integração pode custar um distanciamento das suas referências identitárias.

Esses poucos amigos que eu tenho, diga-se de passagem, a maioria é branca, né. Tenho poucos amigos negros, até porque está questão de amizade também está atrelada às pessoas que estejam no mesmo nível intelectual que você pelo menos. E fica difícil de você encontrar pessoas que estejam nesse mesmo nível numa universidade, de você encontrar pessoas negras. Então, a maioria das minhas amizades é com pessoas brancas. Mas o que eu percebo, é que não há qualquer entrave, qualquer barreira, assim [...] Agora, em parte sim, em parte não, o meio tem um peso, porque ele te obriga àquele universo que está restrito a brancos, seja de mulheres ou de homens. E aí ele cria também uma subjetividade do branco. Você perde um pouco da sua identidade e também o que seria a identidade de cor, né, ele perde isso, né porque para ele essa forma é mais interessante. Aluno de Psicologia (Ibid., p. 117).

Aqui mesmo na faculdade, eu nunca mesmo estou integrado realmente a um grupo. Não tenho um grupo assim, porque às vezes, quando eu acho que estou integrado a um grupo de colegas que eu ando, sempre acontece uma situação assim que eu me vejo fora, discriminação mesmo [...]. São coisas pequenas de pessoas que andam comigo, até não percebem, mas que eu sinto muito. Tipo uma situação, por exemplo, para ficar mais fácil de entender. Estava no bandeirão com os meus colegas, aí de repente um amigo nosso não pode sentar à nossa mesa, sentou à mesa de um rapaz negro, de cabelos longos, dread locks. Aí no final do almoço ele chegou para gente e comentou: pô, se um pedaço daquele cabelo tivesse caído na minha comida, um pedacinho que fosse, eu ia jogar tudo fora [...]. Na hora eu fico sem reação [...] eu fico totalmente sem reação. Fico pensando assim, pô, o que é que eu vou fazer agora? Será que eu vou embora, deixo eles falando sozinhas? Vou discutir com eles? Eu não sei [...]. Porque as pessoas falam com tanta naturalidade, que os caras não se apercebem do que estão falando [...]. Eu fico me questionando assim, pô se ele acha isso desse rapaz, pô, o que ele acha de mim? Se esse cara for na minha casa, o que ele vai achar da minha família? Dos meus avós? Dos meus irmãos? Fico pensando nessas coisas, mas depois me dá uma raiva porque eu não fiz nada. Eu devia ter feito alguma coisa, mas eu não fiz nada. Aluno de Arquitetura (Ibid., p. 156).

O estudo de Teixeira (2003) também identificou em suas entrevistas alguns relatos com vivências de racismo envolvendo alunos, Taes e professores no interior da comunidade universitária da UFF.

Casos envolvendo estudantes e Taes,

Quando eu entrei aqui nesse campus, quando eu entrei na sala (pra fazer matrícula), uma menina que eu nunca mais vi, que eu quase não vou na coordenação, [...] Quando eu entrei, olha, ela olhou assim, aí ela: - Você não está no curso errado, não? [...] Ai eu: - Pô menina! Eu tô nesse curso mesmo [...] eu disse para ela. [...] Eu sei que ela falou assim: - Olha gente! É o primeiro negro que vejo entrar pra Medicina aqui [...]. Aluno de Medicina (Ibid., p. 144).

Casos envolvendo estudantes e docentes,

Quando eu estou numa universidade, que eu falo alguma coisa e ninguém me ouve e vem uma pessoa branca e fala a mesma coisa que eu e as pessoas ouvem, isso pode ser preconceito [...]. Aconteceu um caso aqui na universidade que eu fui reprovada por falta [...]. Eu estou recorrendo [...]. Ele disse que foi atacado o tempo inteiro, que eu era mal-educada e que gente incivilizada como eu não podia estar na universidade [...]. Você fala alguma coisa, as pessoas não dão importância. Mas se chega um branco e diz a mesma coisa, as pessoas já ouvem. Aluna de Letras (Ibid., p. 153).

Aqui dentro da faculdade mesmo as pessoas acham que o branco tem maior capacidade de aprender alemão. Eu conheço uma situação. A professora achou que a aluna só porque era negra não tinha capacidade de aprender alemão, porque é uma cultura superior dos brancos arianos, uma raça superior. Enquanto o negro não tem capacidade intelectual para aprender uma língua tão difícil. Aluna de Letras (Ibid., p. 158).

Outro dia eu estava na Faculdade de Engenharia, um professor meu chegou para mim, olhou assim: - Ah, meu filho, que cabelo é esse? Só porque eu uso um cabelo que me identifica enquanto negro, como uma pessoa negra, questão de cultura, é, o professor chegou pra mim e falou: - Que cabelo é esse, meu filho? Meu filho, assim não dá! Com esse cabelo não pode [...]. Ai eu falei pra ele: - Calma professor! Eu sei muito bem que na hora de procurar mercado de trabalho, vou ter que cortar o cabelo [...]. Não se preocupe com isso. Disso eu sei. Vou ter que cortar o cabelo infelizmente [...] eu sei que tenho que cortar. Eu sei que por melhor que eu seja, na minha área, por melhor que o cara seja, procurar um trabalho, né, empregos, usando um cabelo que identifica culturalmente uma pessoa negra, um cabelo de estilo de cultura africana, você [...] os caras vão olhar de outra forma [...]. É menos 1 ou 2 pontos [...]. Aluno de Química Industrial (Ibid., p. 174).

Eu tenho pavor de Medicina, eu não gosto, não. Inclusive, a minha opinião pessoal é que muitos alunos de Medicina, que só pelo fato de terem passado para Medicina mudam completamente, ficam extremamente arrogantes, menosprezando os outros. Conforme aqui, a gente chega aqui [...] é [...] eu estava fazendo Química Orgânica, o professor perguntou: - Ah, vocês são da turma de Nutrição? Vocês têm aula de fazer feijoada [...] eles fazem essa brincadeira com a gente [...]. Aluna de Nutrição (Ibid., p. 165).

Casos entre estudantes,

Eu, uma única vez, fazendo uma cadeira com a turma de Farmácia, turma de Química e de Farmácia, teve um aluno de Farmácia que estava com insinuações racistas, que um colega meu, que é negro também, ouviu e depois me comunicou: - Olha, aquele cara ali fica fazendo piadas e tal, assim. Aluno de Química Industrial (Ibid., p. 167).

Acho que todas as carreiras são difíceis, todas [...]. Pro negro, tudo é mais difícil. Justamente por não estarem acostumados a nos ver assim, estudando, de estarmos lado a lado com eles [...]. Então é mais difícil. – Será que ele é capaz? Acho que tem sempre este questionamento. Aluna de Letras (Ibid., p. 154).

Casos entre os próprios docentes,

Eu fui, nesses últimos 20 anos, o único professor negro da Arquitetura [...] a ponto de uma vez, quando me candidatei a chefe de departamento etc. e tal, e no final, eu fui levar o resultado da eleição. Que tinha uma ata a ser feita na Reitoria, etc. e tal. Ai, eu cheguei tarde, porque tinha que recolher a assinatura de todos os professores, aquela coisa toda [...] Ai estava a banca de professores responsáveis reunida lá, ai eu cheguei em cima da hora trazendo o papel, ai o professor que era o chefe da banca disse assim: ‘Mas infelizmente, com vai ser? O professor não assinou [...]’ Ele imaginou que eu fosse alguém que tivesse ido lá só pra levar o papel [...]. Ai eu disse: ‘o professor sou eu, e eu posso assinar. Eu sei assinar o meu nome.’ E eu assinei, com um certo bom humor. Quer dizer, não houve um ato de racismo explícito, mas houve um de pelo menos, de preconceito, né. Isso é um preconceito. Você, previamente, atribuir que aquele negro não pode ser professor [...]. Eu já escutei coisas de professor (enquanto era o chefe de departamento e tinha que fazer cobranças), do tipo, ‘Eu nunca imaginei que isso pudesse um dia acontecer comigo’ [...] (de ser chamado a atenção por um negro) porque não estão acostumados a lidar com isso em relação a um negro [...]. Por parte de aluno, também acontece, mas para ele expressar é mais difícil porque a posição de superioridade do professor é tão grande que é mais difícil dele expressar isso e você detectar [...]. Mas por exemplo, no processo de votação, em mais de um voto estava escrito ‘não voto em negro’, não me lembro quantos, Não foi um número muito grande, mas houve, de alunos que expressaram o seu racismo dessa maneira [...]. Professor de Arquitetura (Ibid., p. 140-141).

De acordo com os relatos destacados, fica evidente que, mesmo antes das ações afirmativas serem implementadas, o racismo era identificado nas relações sociais internas da UFF. E que a atuação do *habitus* racial (LAHIRE, 2005) se fazia presente no cotidiano de várias formas na comunidade universitária, que é entendida aqui, como um campo de forças, na perspectiva de Bourdieu (1996), onde as disputas pelo capital cultural se fazem agir.

Os depoimentos indicam que o racismo é capaz de se manifestar desde a sala de aula, entre estudantes e professores; passando pela administração na relação com os Taes; chegando até mesmo aos espaços de integração entre os estudantes como, bandeirão, bares e festas.

Não temos documentado com precisão o início dos primeiros debates sobre ações afirmativas na UFF, contudo, não temos dúvida que foi nos meados dos anos 2000 que ele ganhou mais força e visibilidade. Nesse período, eram frequentes os debates, palestras e conferências sobre a adoção ou não das cotas na universidade. Na UFF, os debates eram protagonizados principalmente pelo Programa de Educação Sobre Negros na Sociedade Brasileira – PENESB³⁷ e pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFF – SINTUFF.

Em 2003, ocorreu a realização do censo étnico-racial na UFF, desenvolvido pelo PENESBI (BRANDÃO e TEIXEIRA (orgs), 2003). Após a revelação de seus resultados³⁸ que evidenciaram a existência de significativo quadro de desigualdade racial entre os estudantes da universidade, duas iniciativas ocorreram: a primeira, através da reivindicação do PENESBI, foi a inclusão do quesito cor, de acordo com as categorias do IBGE, nos questionários de seleção para ingresso na UFF; a segunda partiu da professora Iolanda de Oliveira³⁹, docente da Faculdade de Educação e coordenadora do PENESBI, que acompanhado as iniciativas de ações afirmativas que surgiam em outras instituições de ensino superior públicas nesse período, encaminhou proposta de cotas para acesso à graduação ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX para em seguida apreciação no Conselho Universitário da UFF – CUV. Na ocasião, após sondagens prévias da correlação de forças no CUV, atestando uma situação desfavorável, para não sofrer uma derrota e desmobilizar todos envolvidos na proposta, a proponente decidiu pela retirada do projeto antes da apreciação no CUV da UFF.

Entre outros dados extraídos do censo da UFF de 2003 destacamos a confecção de duas tabelas (8 e 9): a primeira se refere à percepção da discriminação dos estudantes

³⁷ Em 2019 o Programa alterou o seu nome, incluído a palavra “*indígenas*”, portanto, atualmente sua denominação passou a ser Programa de Educação Sobre Negros e Indígenas na Sociedade Brasileira – PENESBI.

³⁸ Os dados são fruto do 1º Censo Étnico-Racial da UFF feito em 2003 e apresenta a seguinte distribuição dos estudantes: (63,7 %) de brancos, (4,3%) de pretos, (25,8%) de pardos, (1,7%) de amarelos, (0,6%) de indígenas, (3,6%) sem declaração e (0,2%) indicaram mais de uma.

³⁹ Relato da professora Iolanda de Oliveira, atualmente, aposentada dos quadros da UFF em Seminário sobre Ações afirmativas na UFF, ocorrido em 2019.

da UFF, a segunda diz respeito à afirmação da importância da identidade étnica pelo estudante.

Tabela 8- Distribuição de percentual dos alunos da UFF por cor ou raça segundo a declaração de discriminação

Cor ou raça													
Discrim.	Branca	%	Preta	%	Parda	%	Amar.	%	Indíg.	%	Sem dec.	%	Total
Sim	66	3,87	247	55,63	396	19,65	5	8,2	5	12,2	25	11,74	745
Não	1.796	96,33	197	44,37	1.619	80,3	56	91,6	36	87,8	188	88,26	3.831
Total	1.796	100	444	100	2.015	100	61	100	41	100	213	100	4.576

Fonte: Censo UFF 2003

Na tabela acima, foi verificado como a percepção da discriminação racial distribui-se por cor ou raça. Destacou-se nos dados, que entre os declarados pretos, a discriminação racial se apresenta de forma mais frequente, tendo em vista que 55,63% deles afirmam já terem vivenciado esse tipo de agressão. Entre os brancos, a experiência da discriminação seria somente de 3,67%. Já entre os pardos, o percentual é de 19,65%, maior que os dos brancos, contudo, muito inferior ao encontrado entre os pretos.

Outro indicador importante, mesmo considerando o período em que o censo foi feito (2003), é que a percepção sobre o racismo dos estudantes da UFF se assemelha com as experiências vivenciadas pelos negros na sociedade brasileira fora da universidade, ou seja, pretos sofrem mais discriminação racial que os pardos e, por conseguinte, sofrem muito mais que os brancos.

Tabela 9– Distribuição percentual dos alunos da UFF por cor ou raça segundo a afirmação da importância da identidade étnica

Cor ou raça													
Import	Branca	%	Preta	%	Parda	%	Amar.	%	Indíg.	%	s/dec	%	Total
Sim	4.546	66,09	367	78,42	1.897	68,96	111	58,73	48	67,61	193	51,33	7.172
Não	1.112	16,17	42	8,97	399	14,5	36	19,05	12	16,9	116	30,85	1.722
Depen	1.220	17,74	59	12,61	455	16,54	42	22,22	11	15,49	67	17,82	1.856
Total	6.878	100	468	100	2.751	100	189	100	71	100	376	100	10.750

Fonte: Censo UFF 2003.

Por essa última tabela o censo da UFF demonstra que, de uma forma geral, os estudantes da UFF consideram a identidade étnica como uma referência importante. 66,71% (7.172) dos estudantes afirmam esta importância, ao passo que 16,01% (1.722) entendem ser descartável e 17,26% (1.856) indicam que esse tipo de recorte deve ser utilizado dependente do contexto. Com a tabela ficou explícito que em todos os grupos

de cor ou raça existem um percentual maior de alunos que consideram a importância das discussões sobre a identidade étnica. No entanto, essa proporção é ainda maior entre os pretos e pardos e os indígenas do que nos brancos e o amarelos. De uma forma em geral, o Censo da UFF de 2003 indica que, entre os estudantes, as autoafirmações das identidades étnico-raciais vinham no crescente e que, portanto, os debates e disputas no campo simbólico (BOURDIEU, 1989), envolvendo esse tema na comunidade universitária, tenderiam a se acirrar nos anos seguintes.

4.2.2- A UFF e o sistema de bônus para acesso

Com a adoção das cotas na UERJ, UNEB e UNB no primeiro momento e a consequente expansão das ações afirmativas para acesso a graduação por outras universidades públicas, a pressão interna pela adoção das cotas cresce na UFF, contudo, a instituição insistiu na imobilidade, não promovendo, sequer, o debate sobre tema em sua comunidade. Diante do aumento da reivindicação pelas cotas, a forma encontrada pelos gestores para responder à pressão foi criar em 2008 um modelo alternativo de ação afirmativa via política de bônus. Na avaliação dos defensores das cotas, a política de bônus para estudantes da escola pública era vista como um progresso, entretanto, os mesmos tinham entendimento que a iniciativa não satisfazia o ensino por mais inclusão de estudantes negros. Entre as principais críticas ao método de bônus, é que a bonificação não poderia garantir, previamente, a quantidade de vagas universitárias destinadas a estudantes negros, nesse sentido, se comparado ao sistema de cotas, o método de bônus seria muito retraído e de pouco alcance.

De acordo com o estudo de Simões (2018), a UFF adotou sua primeira ação afirmativa a partir da Resolução de número 177/2008 do Conselho de Ensino e Pesquisa que instituiu medidas de discriminação positiva e de inclusão social, as quais previam bônus de 10% (dez por cento) aplicado sobre a nota final no concurso vestibular aos candidatos que tivessem concluído todo o ensino médio em escola pública estadual ou municipal de qualquer unidade da federação, excetuando-se os colégios federais, universitários, militares e de aplicação. Tal resolução previa como condicionalidade, o candidato não ter outra formação de nível superior e para os candidatos aos cursos de Licenciatura noturna em Matemática (Niterói), Física e Química, havia ainda uma reserva de 20% (vinte por cento) das vagas do curso pretendido para professores da rede pública de ensino dos estados e municípios de qualquer unidade da federação. A

resolução sofreu alteração em 2011, quando a bonificação passou a ser de 20% na nota do vestibular para oriundos de escolas públicas.

A característica principal da política de bônus é que ela tem como objetivo promover a equidade associada ao reconhecimento do mérito, dessa forma o bônus vem beneficiar aquele que se aproxima da nota para a aprovação e conquista da vaga. Outro ponto importante a ser destacado é que essa alternativa era também utilizada como argumento para que a universidade não perdesse a suposta qualidade e a competitividade, dessa forma, seria uma resposta à desigualdade por meio de uma medida, supostamente, mais aceita pela sociedade. Nesse sentido, a implantação dos bônus não implicava na mudança do perfil da UFF ou de seus cursos e acaba se constituindo num “empurrãozinho” para aqueles que já se “esforçaram” para estar entre os melhores.

Com o objetivo de oferecer um panorama dos candidatos aprovados no vestibular da UFF no período pré-cotas, segundo corte racial, recorremos ao estudo de Oliveira, Silva e Vargas (2015). O trabalho nos disponibiliza uma série temporal sobre o vestibular da instituição no período 2004-2012, a partir de dados da Coordenação de Seleção Acadêmica da UFF – COSEAC, ou seja, antes da implementação da Lei 12.711/2012.

Vejamos a Tabela fruto da pesquisa:

Tabela 10- Total e percentual de candidatos aprovados e classificados na 2ª etapa nos vestibulares no período 2004-2012 por cor em relação ao total de classificados

Ano	Branca		Preta		Parda		Amarela		Indígena		Total Nº
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
2004	2.512	64,10	189	4,82	1.133	28,91	55	1,40	30	0,77	3.919
2005	2.851	65,06	230	5,25	1.187	27,09	80	1,83	34	0,78	4.382
2006	2.490	65,35	243	6,38	978	25,67	65	1,71	34	0,89	3.810
2007	3.045	65,29	318	6,82	1.182	25,34	86	1,84	33	0,71	4.664
2008	2.314	64,33	240	6,67	933	25,94	81	2,25	29	0,81	3.597
2009	2.724	63,42	354	8,24	1.088	25,33	102	2,37	27	0,63	4.295
2010	3.363	64,50	469	9,00	1.234	23,67	103	1,98	45	0,86	5.214
2011	2.745	65,53	371	8,86	984	23,49	74	1,77	15	0,36	4.189
2012	2.664	65,33	400	9,81	920	22,56	68	1,67	26	0,64	4.078

Fonte: UFF/Coseac

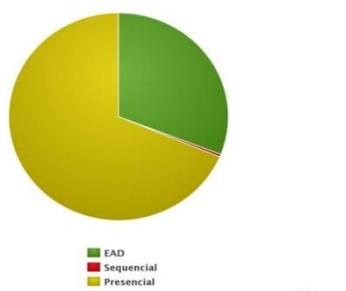
Numa breve leitura dos dados da série temporal 2004-2012 fica evidente a desigualdade entre os candidatos aprovados no vestibular, com destaque para a

vantagem dos estudantes brancos em relação aos outros, ocupando a maioria das vagas de graduação da UFF. Como dito anteriormente, esse cenário só se altera, a partir do ano de 2013, com a implementação da Lei nº 12.711/2012 que enquadrou a Universidade sob um único no modelo, via ENEM/SISU, instituindo o sistema de reserva de vagas para os cursos de graduação em toda rede federal de ensino superior.

4.2.3- A UFF no contexto atual da Lei 12.711/2012

Para a contextualização atual da UFF, recorreremos aos últimos dados publicados na página da transparência da Universidade (UFF TRANSPARÊNCIA, 2020). Verificou-se que para o primeiro semestre de 2020 a UFF possui 57.289 alunos ativos na graduação, divididos em 39.349 em cursos presenciais, 222 no sequencial, 17.718 EAD.

Figura 17- Alunos Ativos - 1º/2020



Fonte: página UFF Transparência

Na pós-graduação *stricto sensu* são 8.253 alunos, considerando cursos Mestrado, Mestrado profissional e Doutorado.

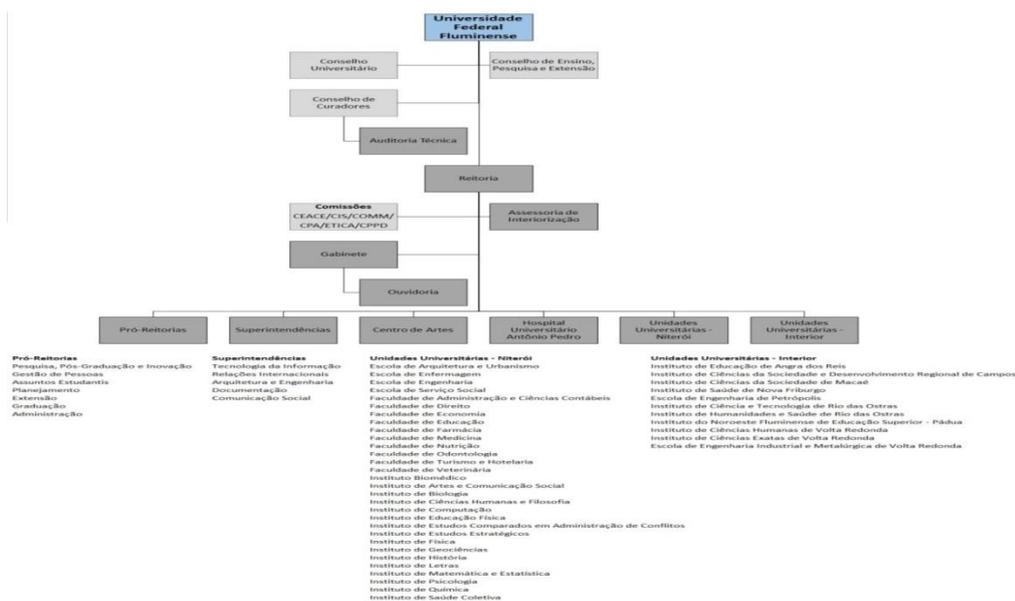
Ainda a partir da página de Transparência da UFF, no que diz respeito ao corpo total de servidores, a UFF possui, 3.515 servidores ativos docentes e 3.929 no quadro de técnico-administrativos em educação. Com relação aos funcionários terceirizados são aproximadamente 2.150 trabalhadores.

Finalmente sobre os cursos, são oferecidos 128 na graduação sendo, 98 Bacharelados 29 Licenciaturas e 1 Tecnológicos; e 344 de pós-graduação divididos em 134 *strito sensu* e 210 *latu sensu*.

Em breve síntese, a estrutura da UFF conta com a Reitoria e Vice-reitoria – empossados pela Presidência da República após consulta à comunidade universitária; 3 Conselhos Superiores (Universitário – CUV, Ensino, pesquisa e Extensão – CEPEX e Curadores - CUR) – com membros empossados após consulta à comunidade universitária; 7 Pró-reitorias (Pró-Reitoria de Administração – PROAD, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES, Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, Pró-Reitoria de Gestão Pessoas – PROGEPE, Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN e Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação PROPI) – com gestores escolhidos, discricionariamente, pela Reitoria; 5 Superintendências (Superintendência de Arquitetura e Urbanismo – SAEN, Superintendência de Comunicação Social – SCS, Superintendência de Documentação – SDC, Superintendência de Relações Internacionais – SRI e Superintendência de Tecnologia da Informação – STI). Ainda temos 41 Unidades Universitárias, sendo que 11 do interior.

Ainda comendo os principais setores da comunidade universitária temos: o Hospital Universitário Antônio Pedro; a Ouvidoria e o Centro de Artes. No campo da representação política dos segmentos destacamos: Associação dos Docentes da UFF – ADUFF-SSind; Sindicato dos Trabalhadores da UFF – SINTUFF; Diretório Geral dos Estudantes Fernando Santa Cruz da UFF e Diretórios acadêmicos, em geral.

Figura 18- Fluxograma da UFF



Fonte: (UFF, 2020)

É importante registrar que na gestão em vigor (quadriênio 2018-2022), com exceção dos Conselhos Superiores - possuidores de uma composição colegiada, todos os espaços da gestão universitária restantes são dirigidos, majoritariamente, por servidores docentes brancos⁴⁰. Ressaltamos que a PROGRAD é a única pasta da atual gestão universitária dirigida por uma servidora que se autodeclara negra (docente).⁴¹ Os servidores técnico-administrativos em educação conduzem a gestão da PROGEPE, PROPLAN, PROAD, SAEN, SCS, SDC e STI, mas também são brancos.

De acordo com os dados informados pela COSEAC, o corpo docente da UFF considerando o corte racial⁴² se divide em:

Tabela 11– Corpo docente da UFF raça/cor⁴³ - 2017

Cor/raça												
Branca	%	Preta	%	Parda	%	Amar.	%	Indíg.	%	Sem dec.	%	Total
1428	39,5	74	1,9	213	5,8	15	0,4	9	0,3	1780	52,1	3519

Fonte: UFF/Coseac – 2019

Figura 19- Corpo docente da UFF raça/cor - 2017



⁴⁰ A identificação da cor dos dirigentes foi feita pelo autor, tendo em vista que não há na UFF registro formal com a declaração da cor dos seus servidores.

⁴¹ A UFF já teve reitores e vice-reitores negros, como os docentes Sidney Luiz de Matos Mello e Aidyl de Carvalho Preis, contudo, a memória dos entrevistados informa que a composição racial das gestões da UFF sempre foi, majoritariamente, branca.

⁴² Não foram encontrados dados com corte racial sobre servidores Técnico-administrativos em Educação da UFF.

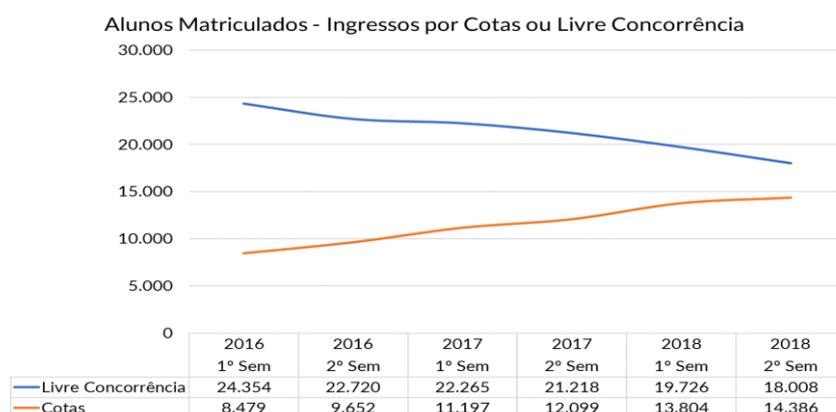
⁴³ Destaca-se que o percentual de “não informados” é mais da metade, o que indica uma imprecisão dos dados sobre a totalidade, mesmo assim, entendemos conveniente publicar o quadro, considerando que a “não declaração da cor”, de acordo com Carvalho (2006), pode ser vista como uma maneira estratégica dos brancos de não serem visibilizados e manterem a sua dominação na Universidade.

Fonte: (UFF, 2019a)

De acordo com os dados fornecidos pela UFF, enfatizados com mais detalhes na Tabela 11 e na figura 19, referentes à configuração raça/cor de seus docentes em 2017, fica explícito o perfil majoritário de brancos entre os professores, o que evidencia uma estrutura acadêmica fruto da reprodução de privilégios. É importante registrar, que a Instituição não disponibilizou os dados mais recentes com raça/cor de seu corpo docente. A hipótese levantada pelo estudo é que a UFF não os possui, devido à resistência tanto da administração universitária, em solicitar a atualização dos dados com o perfil racial de seus servidores, como dos próprios docentes, no preenchimento do item raça/cor nos cadastros oficiais da UFF.

Adiante, em referência ao corpo discente, entendemos importante destacar alguns dados desde 2016. De acordo com as informações publicadas pela UFF referentes aos alunos matriculados, em modo de série histórica de 2016 a 2018, temos as seguintes configurações:

Figura 20- Alunos Matriculados (Cotas⁴⁴ e Livre Concorrência)

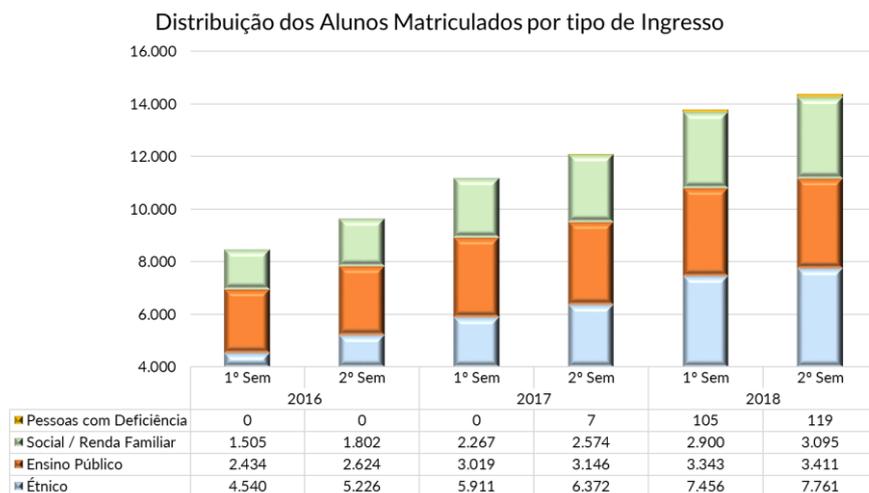


Fonte: (UFF, 2019a)

Como temos reforçado ao longo do estudo, a implementação da Lei 12.711/2012 na UFF tem promovido uma alteração significativa no perfil dos alunos matriculados na instituição. Essa afirmação pode ser demonstrada através da figura acima, em que se desencadeia, entre 2016 e 2018, uma crescente aproximação do número de alunos ingressantes por cotas e livre concorrência.

⁴⁴ Todas as modalidades de cotas: étnicas, deficiência, ensino público e social/renda familiar.

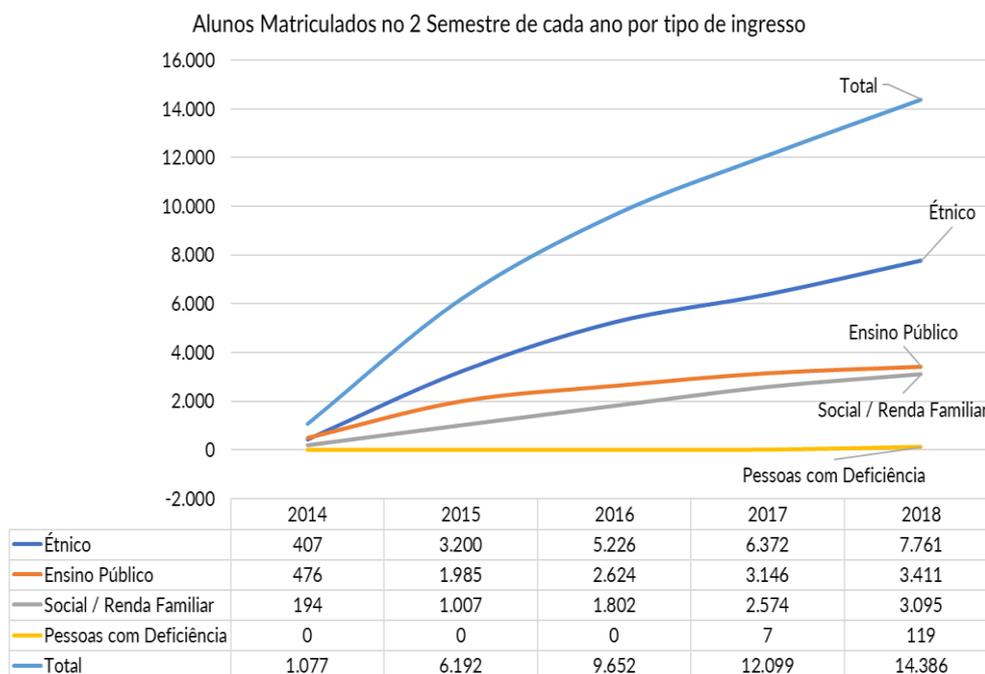
Figura 21- Alunos cotistas matriculados por tipo de ingresso⁴⁵



Fonte: (UFF, 2019a)

Na figura acima, temos um demonstrativo que evidencia o crescimento dos estudantes cotistas na UFF, desmembrados por tipo específico de ingresso, no primeiro e segundo semestres, durante o período de 2016 a 2018.

Figura 22- alunos cotistas matriculados no 2º semestre (2014 a 2018) por tipo de ingresso



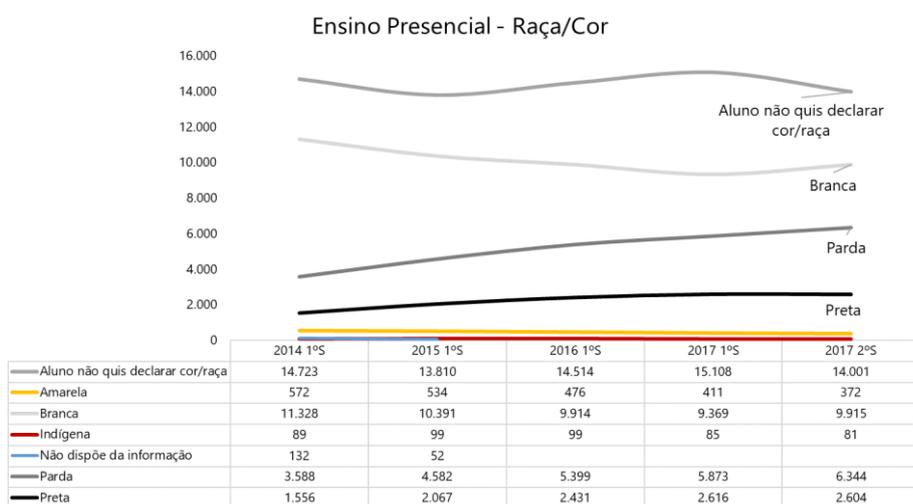
⁴⁵ As cotas étnicas são compostas por negros (pretos e pardos) e indígenas.

Fonte: (UFF, 2019a)

No gráfico destacado acima, temos um demonstrativo sobre alunos matriculados, especificamente no 2º semestre, que também evidencia o crescimento dos estudantes cotistas na UFF, desmembrados por tipo de ingresso, alcançando o período de 2014 a 2018.

No que diz respeito à graduação, o corpo discente da UFF, com corte cor/racial, se divide da seguinte forma:

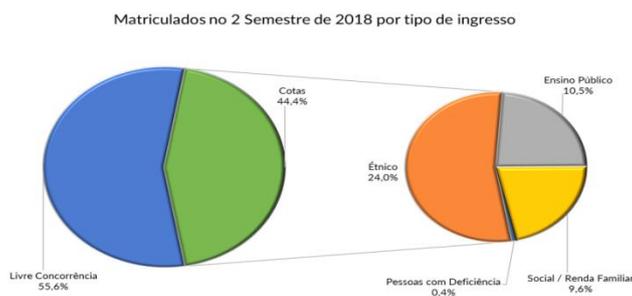
Figura 23 – Corpo discente – Raça/Cor – (2014 a 2017)



Fonte: (UFF, 2019a)

O gráfico destacado com dados específicos do corpo discente, com corte raça/cor, durante o período de 2014 a 2017, demonstram o crescimento das matrículas de estudantes pretos e pardos após aplicação da Lei 12.711/2012, mas ainda em quantidade inferior ao dos estudantes brancos.

Figura 24- Alunos matriculados no 2º semestre de 2018, por tipo de ingresso



Fonte: (UFF, 2019c)

Quando comparado o gráfico referente aos alunos matriculados no 2º semestre de 2018, ilustrado na figura 24, com o gráfico da figura 20 sobre alunos matriculados (cotas e livre concorrência) do período de 2016 a 2018, fica evidenciado o crescimento do número de vagas ocupadas pelas cotas. Contudo, se considerarmos as etapas da implementação da Lei 11.712/2012 discriminadas na Portaria Normativa nº 18/2012 do MEC em seu Artigo 17, que trata de oferta de vagas, podemos afirmar que a UFF não ocupou 50% de suas vagas até o final de 2018, conforme os dados informados pela Instituição.

Tabela 12 – Corpo discente da UFF por cor/raça - 2019

Cor/raça												
Branca	%	Preta	%	Parda	%	Amar.	%	Indíg.	%	Sem dec.	%	Total
28039	23,76	7660	6,49	17529	14,8	881	0,75	161	0,14	63718	54,0	117988

Fonte: UFF/Coseac - 2019

A tabela acima, com dados recentes de 2019, sinaliza que mesmo com crescimento das matrículas de estudantes pretos e pardos após aplicação da Lei 12.711/2012, a quantidade de estudantes brancos matriculados na UFF é ainda superior.

Ainda a cerca do corpo discente da graduação em 2019, agora, distribuídos por curso, perante corte cor/racial temos a seguinte situação:

Tabela 13 – Corpo discente da UFF distribuído nos cursos por cor/raça – 2019

Cor/raça distribuído por curso							
	Curso	Branca	Preta	Parda	Amar.	Indíg.	Sem dec.
1	Administração	45	8	34	1	0	6
2	Administração (Macaé)	30	4	21	0	0	12
3	Administração Pública	84	24	59	1	0	629
4	Administração Pública (Volta Redonda)	23	4	14	0	0	3
5	Administração (Volta Redonda)	72	15	37	0	0	6
6	Antropologia	39	8	19	0	1	5
7	Arquitetura e Urbanismo	17	10	15	1	0	59
8	Arquivologia	48	9	34	0	0	7
9	Artes	26	4	12	1	0	6
10	Biblioteconomia e Documentação	43	14	28	0	0	11
11	Biomedicina	32	10	23	1	0	12
12	Biomedicina (Nova Friburgo)	20	2	6	1	0	0

13	Ciência Ambiental	27	6	11	0	0	7
14	Ciência da Computação	89	13	46	1	1	9
15	Ciência da Computação (Rio das Ostras)	44	6	26	0	0	5
16	Ciências Atuariais	51	13	28	0	1	12
17	Ciências Biológicas	87	13	47	0	0	33
18	Ciências Contábeis	56	11	33	1	0	3
19	Ciências Contábeis (Macaé)	53	16	36	0	0	3
20	Ciências Contábeis (Volta Redonda)	67	14	33	0	0	3
21	Ciências Econômicas	136	21	65	1	0	27
22	Ciências Econômicas (Campos)	59	19	46	0	0	1
23	Ciências Naturais (Pádua)	32	4	9	1	0	1
24	Ciências Sociais	79	23	31	1	0	14
25	Ciências Sociais (Campos)	54	36	35	0	0	12
26	Cinema e Audiovisual	66	12	22	0	0	12
27	Computação (Pádua)	17	4	12	1	1	1
28	Comunicação Social	34	7	16	0	0	7
29	Curso Sup. de Tecn. em Sistemas de Computação	84	16	57	0	0	853
30	Curso Sup. de Tecnologia em Segurança Pública	32	14	37	0	0	730
31	Curso superior de tecnologia em hotelaria	31	7	15	0	0	5
32	Desenho Industrial	62	10	28	1	0	0
33	Direito	142	27	61	2	1	20
34	Direito (Macaé)	79	8	34	0	0	7
35	Direito (Volta Redonda)	40	6	29	0	0	6
36	Disciplina Isolada	7	0	3	1	0	121
37	Educação Física	39	7	25	0	0	2
38	Empreendedorismo e Inovação	23	3	5	0	0	35
39	Enfermagem	68	17	32	2	0	12
40	Enfermagem (Rio das Ostras)	31	7	24	0	0	3
41	Eng. de Recursos Hídricos e Meio Ambiente	69	10	32	1	0	10
42	Engenharia Agrícola e Ambiental	65	18	37	1	0	30
43	Engenharia Civil	54	10	30	2	0	5
44	Engenharia de agronegócios (Volta Redonda)	56	6	25	2	0	3
45	Engenharia de Materiais	22	3	11	0	0	0
46	Engenharia de Petróleo	29	1	16	1	0	9
47	Engenharia de Produção	103	17	51	4	0	338
48	Engenharia de Produção (Petrópolis)	53	4	23	2	0	2
49	Engenharia de Produção (Rio das Ostras)	42	7	21	1	1	5
50	Engenharia de Produção (Volta Redonda)	53	12	23	4	0	9
51	Engenharia de Telecomunicações	54	8	30	1	0	4
52	Engenharia Elétrica	62	12	25	0	0	10
53	Engenharia Mecânica	58	5	27	0	0	2
54	Engenharia Mecânica (Volta Redonda)	55	8	27	1	0	5
55	Engenharia Metalúrgica (Volta Redonda)	27	9	14	0	1	5
56	Engenharia Química	70	3	33	1	0	9
57	Estatística	49	13	28	1	0	3
58	Estudos de Mídia	38	8	18	0	0	5
59	Farmácia	86	21	41	1	0	9
60	Filosofia	76	16	36	0	0	15

61	Física	91	16	57	3	0	20
62	Física (Pádua)	6	3	9	0	0	0
63	Física (Volta Redonda)	49	12	39	1	0	1
64	Fonoaudiologia (Nova Friburgo)	18	4	12	1	0	0
65	Geofísica	26	3	19	0	0	4
66	Geografia	82	15	48	1	0	50
67	Geografia (Angra dos Reis)	22	2	21	0	0	1
68	Geografia (Campos)	56	27	39	0	0	16
69	Graduação Tecnológica em Processos Gerenciais	60	8	37	0	0	9
70	História	118	45	71	4	0	20
71	História (Campos)	54	39	35	1	0	18
72	Jornalismo	36	7	13	0	0	7
73	Letras	191	65	114	0	2	545
74	Licenc. Interdisc. Educação do Campo (Pádua)	13	8	8	1	0	0
75	Matemática	137	40	104	2	1	856
76	Matemática (Pádua)	34	17	23	0	1	2
77	Matemática (Volta Redonda)	53	14	30	2	0	1
78	Medicina	121	12	48	2	0	9
79	Medicina Veterinária	77	12	33	1	0	8
80	Nutrição	49	8	22	1	0	10
81	Odontologia	50	12	29	1	0	8
82	Odontologia (Nova Friburgo)	39	9	31	0	0	7
83	Pedagogia	97	21	57	2	0	17
84	Pedagogia (Angra dos Reis)	33	17	28	0	0	6
85	Pedagogia (Pádua)	17	7	18	1	0	0
86	Políticas Públicas (Angra dos Reis)	17	4	13	0	0	2
87	Produção Cultural	49	19	14	2	0	9
88	Produção Cultural (Rio das Ostras)	39	12	18	0	0	1
89	Psicologia	67	16	25	1	0	8
90	Psicologia (Volta Redonda)	52	6	25	2	0	7
91	Psicologia (Campos)	76	17	43	1	0	9
92	Psicologia (Rio das Ostras)	43	7	27	1	0	6
93	Química	44	13	33	1	0	11
94	Química Industrial	22	5	13	2	0	2
95	Química (Volta Redonda)	61	19	39	1	0	6
96	Relações Internacionais	74	9	37	1	0	22
97	Segurança Pública	70	14	52	0	0	5
98	Serviço Social	87	35	55	2	0	11
99	Serviço Social (campos)	49	26	42	2	0	3
100	Serviço Social (Rio das Ostras)	39	13	26	0	1	3
101	Sistemas de Informação	82	8	43	1	0	5
102	Sociologia	65	22	26	1	0	13
103	Turismo	62	11	27	0	0	10

 Cursos com maioria de estudantes brancos.

 Cursos com maioria de estudantes negros (pretos e pardos).

 Cursos ocupados por estudantes brancos e negros (pretos e pardos) igualmente.

Fonte: produzido pelo autor com dados da UFF/Coseac – 2019

A tabela acima, relacionada às matrículas da graduação, distribuídas por cor/raça, na totalidade de cento e três (103) cursos, demonstra que, os estudantes brancos ocuparam a maioria das vagas em oitenta e um (81) desses cursos da UFF em 2019.

Somente em dezenove (19) cursos, os negros (pretos e pardos) são maioria: Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciências Econômicas (Campos), Ciências Sociais (Campos), Curso Sup. de Tecnologia em Segurança Pública, Física (Pádua), Física (Volta Redonda), Geografia (Angra dos Reis), Geografia (Campos), História (Campos), Licenc. Interdisc. Educação do Campo (Pádua), Matemática, Matemática (Pádua), Odontologia (Nova Friburgo), Pedagogia (Angra dos Reis), Pedagogia (Pádua), Química, Serviço Social e Serviço Social (Campos).

Os cursos de Enfermagem (Rio das Ostras), Políticas Públicas (Angra dos Reis), Serviço Social (Rio das Ostras) têm quantidades iguais entre negros (pretos e pardos) e brancos, ou seja, três (3) cursos.

Quando comparados os dados mais recentes com os da série temporal 2004-2012 fica demonstrado o quanto a UFF avançou no sentido da inclusão de estudantes negros em seu corpo discente, possibilitando um cenário de acirramento de disputas simbólicas (BOURDIEU, 1989) na comunidade universitária por espaços de poder. Para que esse processo alcançasse tais resultados, a interpretação deste estudo é que a implementação da Lei 12.711/2012 foi fundamental. Contudo, mesmo após oito anos da aplicação da Lei, reiteramos que ainda persiste uma ligeira vantagem dos estudantes brancos em relação aos outros, ocupando a maioria das vagas de graduação.

Os motivos pelos quais a vantagem dos estudantes brancos ainda se manter pode ser explicada considerando várias situações: dificuldade de gestão, redução da demanda, etc. Ainda não se sabe ao certo, tendo em vista que a instituição não se pronunciou sobre o fato e nem foram encontradas pesquisas com esse foco, contudo, é importante registrar que a UFF, até 2019, não tinha cumprido a meta de reservar 50% das suas vagas, desrespeitando assim, a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012 do

MEC em seu Artigo 17⁴⁶ que indica a obrigatoriedade do cumprimento das metas pelas universidades até 30 de agosto 2016. De acordo com informe em página eletrônica institucional publicada no dia 5 maio de 2019 (UFF, 2019c) a UFF só conseguiria alcançar os 50% de reserva de suas vagas, conforme a Portaria do MEC, no ano de 2020.

É importante frisar que a UFF, junto das outras universidades públicas do país, resistiu até o último momento em adotar alguma modelo de ação afirmativa que tivesse algum corte racial. As alegações dos dirigentes perpassavam pelo medo de “inconstitucionalidade”, “racismo”, “o problema é social e não racial”, “desrespeito a autonomia universitária”, etc., (O GLOBO, 2012). As cotas na graduação só chegaram na UFF através da força de uma lei federal (Lei 12.711/2012). Desse modo, não seria equivocado afirmar que, na UFF ainda existe uma resistência institucional - racismo institucional (MOREIRA, 2019) ao processo de inclusão dos estudantes de escola pública e não brancos, fazendo com que seu perfil histórico de manutenção dos privilégios, a partir da ocupação, majoritária, do corpo discente por brancos se prolongue ao máximo.

⁴⁶ Art. 17 - As instituições federais de ensino que ofertam vagas de educação superior implementarão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas a cada ano, e terão até 30 de agosto de 2016 para o cumprimento integral do disposto nesta Portaria.

CAPITULO V

CONFLITOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

*[...] a descolonização é sempre um fenômeno violento.
(Fanon)⁴⁷*

5.1- Conflitos raciais e as cotas para negros na UFF

A UFF tem uma comunidade universitária notável, tanto em qualidade, quanto na quantidade. Nos últimos anos, os números têm oscilado próximo de 50 mil pessoas, considerando docentes, Taes, estudantes, funcionários terceirizados e demais pessoas que se relacionam direta ou indiretamente com a Universidade. Nesse sentido, a ocorrência de conflitos da mais ampla natureza, é tida como prevista e até mesmo saudável, considerando que a universidade assume como uma das suas características a defesa da democracia e o compromisso com liberdade das ideias. Contudo, existe uma modulação de conflito que as universidades públicas brasileiras têm tido, ao longo de suas trajetórias, a preocupação de silenciar. Estamos nos referindo aos conflitos frutos do racismo acadêmico, que somente com a implementação das ações afirmativas voltadas para as populações negra e indígena começaram a ser mais visibilizados e discutidos (CARVALHO, 2003).

Como forma introdutória e para ilustrar a reflexão proposta destacamos alguns registros de conflitos publicados na mídia em que a questão racial aparece na UFF.

O primeiro destaque ocorreu em 2013, num caso em que uma estudante do Instituto de Artes e Comunicação Social - IACS afirmou sofrer perseguição por ter se recusado a fazer uma prova, com conteúdo racista, aplicada por docente do Instituto. Na ocasião, a estudante comunicou ao Disque 100 o uso de conteúdos de cunho racista na UFF após a professora aplicar uma prova com o texto "Estudo provando que o negro é inferior", de Oswaldo Melchior (O GLOBO, 2013).

Outro registro interessante sobre conflitos na UFF foi a matéria publicada em 2016 no jornal O Fluminense sob o título, "Embate perigoso. O crescimento da intolerância no meio acadêmico põe em risco a vida dos próprios estudantes", vários

⁴⁷ FANON, Franz. Os condenados da terra. 2 ed. Trad. J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

depoimentos foram colhidos com diversas situações de intolerância vivenciadas pelos estudantes dos do curso de História:

A intolerância no meio acadêmico eu vejo nos espaço do dia a dia na universidade, muitas vezes, está mascarada ou em uma afirmação racista que o professor ou aluno faz na aula, tipo a questão da miscigenação pacífica, muito discutida no Brasil. [...] Uma piada racista ou uma piada misógina por conta da naturalização desse tipo de coisa acaba soando como natural de que todo negro é ladrão, todo negro é malandro [...] Nasceram alguns movimentos que têm uma perspectiva muito preconceituosa e autoritária que vem crescendo dentro da UFF (REVISTA O FLU In O FLUMINENSE, 2016).

Tendo em vista, que a existência de conflitos nas universidades federais brasileiras é relativamente frequente e suas ocorrências tendem a se acirrar ainda mais com a vigência da Lei 12.711/2012, muitas das instituições, após essa constatação, perceberam a necessidade de desenvolver ferramentas capazes para absorção desses conflitos, tanto ideologicamente quanto repressivamente.

Dessa forma, várias questões se apresentam: os conflitos a serem analisados neste estudo podem ser classificados, categoricamente, como conflitos raciais, ou seja, conflitos, que na sua gênese, têm o racismo como condição *sine qua non* da violência, tanto física quanto simbólica? Em se confirmando a tese da conotação racial dos conflitos, como a comunidade universitária da UFF tem enfrentado a dinâmica deles? Como tem administrado, mediado e se adaptado a esse problema?

O reconhecimento da existência de conflito racial nas universidades públicas brasileiras não é uma unanimidade, considerando que os racistas, na maioria das vezes agem individualmente, condição que também desmantela parcialmente o embate, dificultando-o de ser caracterizado com uma guerra entre grupos raciais (CARVALHO, 2006). Mesmo diante desse dilema, a tese da existência de conflitos raciais nas universidades brasileiras não se enfraquece, tendo em vista a quantidade, a regularidade e a semelhança do *modus operandi* dos confrontos já conhecidos com a implementação das políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra e indígena.

Fazendo o papel de advogado do diabo, alguém poderia dizer que talvez os negros (e eu também, ao relatá-los) estejam lendo esse casos exclusivamente através de matriz de relações raciais, esquecendo que é perfeitamente possível que outros fatores sociais e pessoais tenham jogado um papel predominantemente nesses conflitos. Mantida tal possibilidade, porém, permanece o fato de que a questão do negro

aparece como uma coincidência que é sempre reiterada. E é justamente o questionamento da presença central do conflito racial, dada a possibilidade de outros fatores que levaram a academia, até hoje, a não conseguir intervir para reverter o escandaloso quadro de exclusão do negro e seu meio. Melhor admitir heurísticamente o fator de discriminação e averiguar se essas mesmas “coincidências” ocorrem também com os brancos. E a questão toda é que elas não ocorrem com os universitários brancos na mesma medida: todas as evidências reunidas até agora indicam que a academia brasileira de hoje não é lugar para negro (CARVALHO, 2002, p. 98).

Tendo em vista que não encontramos registros oficiais de conflitos de cunho racial na UFF, este estudo deu expressivo destaque aos depoimentos colhidos nas entrevistas. Partindo do pressuposto que a universidade é um campo de forças, salientar a atuação dos agentes diante da estrutura universitária se coloca como fundamental para o entendimento do fenômeno dos conflitos na UFF. Dessa forma, os depoimentos com a percepção dos entrevistados a respeito do racismo são fontes importantes para a eficácia das análises deste estudo. Visando trilhar esse caminho, várias indagações foram dirigidas aos entrevistados durante o trabalho de campo buscando saber, através da opinião deles, se existia racismo na UFF, o que sustentava essa opinião e, por decorrência, se tinham sofrido ou tido ciência de alguma manifestação de racismo na Universidade. Dessa forma, seguiremos com as respostas mais relevantes.

Iniciamos as análises a partir da resposta de uma estudante cotista, negra, que também é servidora Tce da UFF, militante do ENUFF, portanto, experiente “na casa” e conhecedora dos bastidores da instituição, quando perguntada se teve ciência ou testemunhou alguma manifestação, ocorrência ou eventualidade na UFF em que o componente racial fosse utilizado como fator discriminador ou de preconceito, informa que: “Já sim, elas existem [...] outro dia mesmo fiquei sabendo de um caso com duas meninas negras do doutorado da psicologia⁴⁸ [...] perguntaram a elas se eram da faxina”. Ela ainda relata outro caso ocorrido no mesmo prédio, só que esse envolvendo a coordenadora da pós-graduação da psicologia.

O pessoal diz nos bastidores que, a coordenadora da pós, quando ainda era recém-empossada na gestão, ou seja, nova no cargo, em vários momentos quando estava sozinha na sala da coordenação, que é exclusiva, **não era reconhecida pelos próprios pares docentes do departamento por ser negra**. Era comum a perguntar a própria coordenadora: ‘a coordenadora chegou?’

⁴⁸ O Programa de Pós-graduação em Psicologia adotou em 2018 o sistema de cotas para ingresso em seus cursos de mestrado e doutorado.

A partir da fala da estudante e servidora fica evidenciada a força do *habitus* racial (LAHIRE, 2005) na UFF, que reproduz a estrutura de desigualdade racial vivenciada pelos indivíduos desde as suas primeiras experiências, conformando vivências que não passam necessariamente pela consciência, contudo eficazes em práticas “reguladas” e “regulares” (BOURDIEU, 1983). O costume de não ver estudantes e docentes negras naquele prédio e naqueles espaços - “sempre foi assim” induz, no âmbito das rotinas cotidianas, a manutenção da ordem social pré-existente.

Os relatos destacados acima não indicam atos de racismo, tendo em vista que não foram identificadas ocorrências de desvantagens e/ou impedimentos de acesso ou de tramite ao espaço social da UFF, contudo, não se tratam de percepções ou comportamentos isolados, lidos somente como atitudes individuais, mas sim, articulados com um ordenamento social racista.

Por esse motivo estereótipos são sempre usados para a manutenção de processos de estratificação porque perpetuam as desvantagens que afetam grupos minoritários e reforçam o *status* privilegiado dos grupos dominantes. [...] A constante circulação de estereótipos provoca a internalização de percepções negativas que operam na forma de automatismos mentais: a interação com membros de minorias remete o indivíduo a uma rede de significações que pode gerar comportamentos discriminatórios. [...] Pessoas de ascendência africana são representadas como menos inteligentes, uma generalização que tem o objetivo específico de legitimar práticas discriminatórias direcionadas a esse grupo nos espaços acadêmicos e profissionais (MOREIRA, 2019, p. 60-61).

Continuando a reflexão, podemos reiterar que a representação social da UFF como uma universidade branca se consolida também a partir de um processo de padronização da sociabilidade construído no interior da instituição. De acordo com Almeida (2019), “comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’” (ibid., 2019, p. 50). Diante desse contexto, talvez a percepção colhida de uma das entrevistadas de que “a UFF é racista, sim” se justifique e ganhe sentido.

A seguir, alguns relatos que confirmam a percepção do perfil racista da UFF:

Quando eu entrei na UFF as cotas já estavam sendo implementadas [...] e era normal, eu sempre era confundida como aluna, nunca era identificada como docente, mesmo quando comecei a frequentar as reuniões de departamento, tinha sempre alguém que pergunta se eu era aluna. [...] **A UFF é racista e para mudar é necessário mais que uma legislação, mas uma transformação cultural,** [...] é preciso mudar as mentalidades também. A própria instituição poderia encontrar mecanismos para garantir mais diversidade, [...] a gente tem sempre que buscar uma legislação para que a diversidade se efetive. **O tempo todo, a gente tem que estar no controle da efetivação das políticas para que a gente possa mudar essa cultura, essa prática racista.**

Docente negro(a) da Sociologia e militante do ENUFF

Eu acho a UFF racista, afirmo isso partindo da minha vivência no IACS. **Lá não tem um único professor negro,** o que tinha acho que já foi e era professor substituto. [...] **Como pode um curso de Comunicação Social numa universidade do tamanho da UFF não ter um professor negro [...] é um absurdo!**

Estudante cotista negro(a) da Comunicação Social e militante do
CENUFF

A UFF é racista sim! As cotas foram impostas, então temos mais estudantes negros, estudantes da escola pública, mas e aí, o que a UFF fez em relação a isso? [...] A vida em Niterói é muito difícil, tudo é caro, são poucas as bolsas e não tem uma bolsa direcionada para os cotistas negros, [...] tem lugares que não tem bandeirão. São poucos que tem condições de se bancar aqui dentro. **Na minha percepção não houve avanço tanto na questão financeira, na estrutura como nas relações.**

Estudante cotista negro(a) da Engenharia e militante da Coletivo de
Estudantes negros da Praia Vermelha

A seguir, destacamos os relatos que justificam a percepção sobre racismo da UFF a partir da perspectiva estrutural,

A Instituição é isso, branca racista [...] A UFF não entende esse espaço como não sendo só para uma elite, ela não entende esse espaço sendo socialmente referenciada [...] existem cabeças pensantes que são oriundas da elite da sociedade. A nossa formação enquanto professores e da maioria de nós, ainda é uma **formação racista.** O que nós aprendemos como sendo Sociologia e Antropologia, História, Biologia, Química ainda é baseada numa ideia de conhecimento que não é, como a gente pensa que, de fato vai incluir pessoas, que de fato vai trazer as pessoas [...] e vamos demorar a mudar isso.

Docente branco(a) da Sociologia e dirigente da ADUFF

O racismo na UFF é ao mesmo tempo sutil e forte, ele não rola explícito, você não vai ver no *campus* negros e brancos se batendo,

[...] aqui se conforma mais no modo de **racismo institucional**, se dá no **atendimento diferenciado no departamento, nas distribuições das bolsas, no desleixo dos prédios dos cursos com menos prestígio social, nas fraudes das cotas, etc.** O nosso coletivo tem feito um esforço para conscientizar os estudantes cotistas que estudam em Angra [...] Mesmo com poucos recursos, a gente se dedica em construir eventos para galera [...] em agosto do ano passado conseguimos realizar uma aula pública sobre racismo institucional e no final de ano, uma exibição de filmes com debate.

Estudante cotista negro(a) da Geografia (Angra) e militante do UBUNTUFF

A UFF é racista por que a sociedade brasileira é racista, ela não foge ao contexto nacional, contudo tem muita gente aqui dentro que luta contra o racismo, nem todo mundo que trabalha e estuda na UFF é racista. Existem muitas frentes de enfrentamento ao racismo dentro Universidade. Docentes, técnicos, estudantes, [...] grupos, organizações, coletivos, tem muita gente fazendo luta contra a discriminação racial.

Docente negro(a) da Pedagogia (Pádua) e militante do ENUFF

Como podemos observar, os relatos indicam que a UFF é percebida como racista por sua condição de submissão ao racismo estrutural brasileiro (ALMEIDA, 2019), ou seja, se o País é racista, estão suas instituições universitárias também seriam. Ainda como justificativas sobre o racismo da UFF, foram enfatizadas a escassez de professores negros e outros aspectos típicos de gestões acadêmicas e da administração pública. Nesse caso, seriam atuações que não prezariam a busca, a implementação e o aperfeiçoamento de mecanismos de inclusão social/racial na Universidade.

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes -, o racismo que essa instituição venha expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo com um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p. 47).

Em outra ocasião, durante seminário aberto ao público, nomeado “O futuro das cotas na UFF”⁴⁹ (SEMINÁRIO ENUFF, 2019), testemunhado por este autor, diversos testemunhos de conflitos envolvendo estudantes cotistas da UFF foram relatados. Esse evento contou com a presença da Prof^a Andrea Brito Latgé, Pró-reitora de Pesquisa,

⁴⁹ O Seminário foi realizado no auditório Milton Santos do Instituto de Geociências – UFF, no dia 20 de agosto de 2019.

Pós-graduação e Inovação da UFF e, da Prof^a Alexandra Anastácio Monteiro Silva, Pró-reitora de Graduação da UFF, entre outros nomes representativos da defesa das ações afirmativas nas universidades. No momento das intervenções da plateia dirigidas à mesa, destacamos o pronunciamento da Prof^a Alexandra ao questionamento sobre o tratamento que a instituição estava dando as denúncias de conflitos, em que estudantes cotistas estavam implicados. Disse a Pró-reitora de Graduação da UFF,

Temos sim recebido denúncias, **são poucas**, em geral se dirigem à **Ouvidoria** da universidade. [...] A curiosidade é que essa modalidade de denúncia é registrada, em sua maioria, pelo viés do **assédio moral**, mas suspeitamos do caráter **racial** delas, sendo que temos dado os devidos cuidados nos seus tratamentos.

Alexandra Anastácio, docente e gestora da PROGRAD

Dessa forma, ressaltamos que na UFF a ocorrência de conflitos envolvendo estudantes cotistas negros tem se comprovado. Apesar de serem pouco noticiadas, as denúncias de conflitos prosseguem nos corredores da universidade e, por isso, têm sido trazidas à tona, na maioria das vezes, pelos coletivos de estudantes negros da UFF.

Como partidário das cotas, observamos duas coisas: primeiro, que essa tensão racial sempre existiu e tem sido silenciada no interior da academia; segundo, que agora contamos com uma estrutura legal e uma plataforma de ação que nos permite enfrentar os casos de racismo e os processos de resolução, punição e reparação correspondentes, em vez de jogá-los para baixo do tapete e censurar as denúncias com se fazia até recentemente dentro de um modelo “cordial” de relações raciais (CARVALHO, 2006, p. 197).

Uma questão relevante que surgiu logo de imediato no processo de investigação no campo era se os conflitos pelo qual estamos lidando se referiam a estudantes cotistas negros ou somente, a estudantes negros (sem a expressão “cotistas”). O caminho para a resposta foi indicado a partir do relato do(a) docente, negro(a) do curso de Enfermagem, quando questionada se já teve ciência de conflitos envolvendo cotistas negros na UFF.

Relatou a entrevistada,

Cotistas não, que ele se identificasse como cotista não, já vi falar de conflito sobre racismo e sobre o um tema de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) ser interpretado como um tema racista, a partir da abordagem de uma estudante, pessoa negra, [...] mas não [...] **por ser cotista não, ignoro**. [...] Para não dizer que não [...] eu gostaria de dizer uma coisa como estudante negra que fui por toda minha vida, numa época que nem se sonhava em cotas, a discriminação ela vai acontecer por você ser negro ou negra e não por ser cotista [...] **você**

chegou ali e vão te dizer que teve um favor, aliás eles vão te dizer qualquer coisa para te desqualificar, geralmente, muitos não vão te dizer e te chamar de crioulo ou de crioula, nem de negro ou de negra, nem de macaco, mas que vão buscar um jeito para te desqualificar, isso é mais velho que andar pra frente, isso desde sempre né, então, não é por ser cota não, vai ser por ser negro, por ser LGBT, mais que qualquer coisa.

Docente negro(a) da Enfermagem e militante do ENUFF

O depoimento acima nos impõe uma reflexão sobre o perfil dos conflitos. Dessa forma, é importante destacar alguns pontos encontrados durante a pesquisa que se configuram como pressupostos básicos para dar conta da questão: o *primeiro* ponto a ser considerado é fato de a UFF possuir histórico de poucos estudantes negros (as) em seus cursos, conforme indicam os dados publicados. Inclusive, era comum no imaginário social da comunidade universitária antes da implementação da Lei 12.711/2012 de que maioria dos estudantes negros (as) que ingressavam nos cursos UFF fosse oriundo de programas de intercâmbio conveniados com países africanos. O *segundo* ponto, diz respeito à existência de poucos negros (as) no corpo docente da universidade. Situação esta, também já salientada neste estudo. O *terceiro* ponto se relaciona com fato da UFF ter resistido até o último momento em adotar as cotas para estudantes negros (as) para acesso em seus cursos de graduação. As cotas para estudantes negros (as) na UFF só foram possíveis a partir sanção presidencial da Lei 12.711/2012. O *quarto* ponto destaca que, os docentes da instituição sempre tiveram ciência da mudança do perfil dos estudantes após início da implementação da Lei 12.711/2012. E que de uma forma geral, em maior ou menor grau, toda área acadêmica tem sido influenciada pelo novo cenário proporcionado pelas cotas sociais/raciais. E finalmente o *quinto* ponto, e o mais importante. Os docentes da UFF não sabem, formalmente, quem são os estudantes cotistas, sejam eles negros (as), indígenas, de escola pública, deficientes. Eles podem até suspeitar pela tradição dos cursos, mas não têm a convicção.

De uma forma sintética, o que está sendo sublinhado aqui é que a UFF sempre teve um perfil majoritariamente branco em sua comunidade, que nunca houve um esforço das gestões anteriores de mudar verdadeiramente essa situação e finalmente, que a mudança desse contexto só está em curso, mesmo com muita resistência interna, a partir da implementação obrigatória da Lei 12.711/2012 que estabeleceu as cotas sociais/raciais para ingresso nos curso de graduação.

Considerando os pontos listados acima, podemos concluir que, a discriminação e preconceito na UFF em relação aos estudantes negros acontecem, independentemente, da forma de acesso dos mesmos na instituição, ou seja, discriminar estudantes cotistas negros é o mesmo que discriminar estudantes negros. A questão se concentra na raça. Enfim, não é fato de ser cotista, mas sim o fato de ser negro ou negra. Dessa forma, fica demonstrada a força do *habitus* racial (LAHIRE, 2005) na instituição, levando em conta o histórico da predominância branca em seu corpo discente. Os docentes, Taes e estudantes oriundos da ampla concorrência não sabem, formalmente, quem são os estudantes cotistas durante o cotidiano de seus afazeres profissionais e acadêmicos. O conhecimento da “identidade de ingresso” do estudante só é possível, na maioria das vezes, após uma operação de investigação criteriosa, cruzando nomes na lista dos ingressantes do período específico por curso ou, somente, após a revelação do próprio estudante. O que os depoimentos feitos na pesquisa têm revelado é a ocorrência de uma generalização em relação ao estudante negro, ou seja, para a percepção de parte da comunidade universitária, todo negro é estudante cotista. Diante disso, podemos afirmar que as reações dos estudantes negros às manifestações de discriminação, explicitamente simbólicas ou não, promovidas por pessoas brancas na UFF, se configuram em conflitos raciais.

Nas entrevistas, entre as principais indagações, buscávamos saber se, na perspectiva dos entrevistados, a UFF estava preparada para receber essa nova demanda de alunos oriunda da política de cotas sociais/raciais encaminhadas pelo governo federal com a Lei 12.711/2012. De forma unânime, todos os docentes que já eram servidores da Universidade antes da lei das cotas, portanto, vivenciaram a transição, relataram que desconheciam algum tipo de preparativo da Universidade para essa nova demanda. De acordo com Malonano (2014) essa situação sinaliza como o *habitus* racial do grupo dominante se reproduz na Universidade dificultando a possibilidade de mudanças e reformulações no processo de reprodução, sobretudo em circunstâncias novas, como as proporcionadas pela lei das cotas.

Destacamos como o(a) docente do curso de Psicologia, componente do ENUFF se manifesta a respeito:

A UFF não estava preparada para receber esses alunos. A UFF nunca encontrou as comunidades a não ser para compor objeto de

pesquisa. [...] Não sei, mas acho que é **uma modificação que tem que ser feita na universidade como um todo.**

Docente negro(a) da Psicologia e militante do ENUFF

Outro docente, negro(a), do curso de Psicologia, também do ENUFF, confirma a posição apontada pelo(a) colega anteriormente,

Eu acho que as ações afirmativas na UFF trouxeram uma nova população, novos grupos sociais para dentro. Esses grupos sociais, eles não tem o mesmo tipo de convivência, o mesmo tipo de questão, o mesmo tipo de tradição histórica, não só é diferente dos professores, como também dos alunos anteriores, [...] tem um **choque**, o choque é o seguinte: **o que isso tudo tem a ver com a minha história.** E até um choque mais forte: **eu não consigo ver nisso tudo que os professores estão trazendo nenhum traço da minha história.** Então é uma experiência para esses alunos de violência, segundo a minha percepção [...] uma **violência epistêmica**, uma **violência epistemológica**, os conceitos que ainda são dados podem até ser interessantes, mas eles não refletem a imagem, a história desse novo grupo social que entra, [...] **a UFF ainda não está preparada, ainda não fez as mudanças, isso poderá até se fazer, mas ainda não fez.** [...] **Como se essa demanda vinda das ações afirmativas não merecesse a devida atenção dos colegas, dos professores das disciplinas etc. Eu diria que a universidade ainda não se reciclou a ponto de incluir seres e saberes que refletem a história dessa população.**

Docente negro(a) da Psicologia e militante do ENUFF

Ainda sobre a preparação da UFF para receber esses “novos” estudantes, salientamos o relato do Tae e dirigente do SINTUFF,

Sempre teve pouquíssimos negros na UFF até as cotas, eu lembro quando cheguei aqui na Universidade, por volta de 2005 mais ou menos, **a gente não via estudantes negros no campus**, [...] **se você via uma pessoa negra, em geral a gente já imaginava que era técnico ou servidor terceirizado, nunca docente ou estudante.** [...] **Na cabeça do técnico, na percepção dele, estudante negro era associado a estudante estrangeiro de convênios com países africanos.** [...] Com as cotas isso mudou muito, em todo lugar que eu vou na UFF vejo estudante negro. Talvez por causa disso, temos hoje em dia mais **incidência de confrontos.** [...] Eu sempre fui muito crítico à instituição, por causa da militância política, mas sinceramente, posso até estar exagerando, mas não vi na UFF grandes movimentações das gestões em geral para se adequar a esses novos tempos. Teve o Reuni, mas isso não veio de iniciativa daqui, **eu não vi nada especial voltado para os estudantes oriundos das ações afirmativas.**

Servidor Tae negro(a) e dirigente do SINTUFF

Não saberia dizer se a UFF se preparou ou não, acho que não! Eu não estava aqui na Universidade antes de 2012, eu sei o que acontece hoje. **E na minha opinião, que entrei em 2016, posso dizer que é brabo conseguir estudar, os livros são muito caros e a integralidade do curso dificulta muito conseguir uma graninha por fora.** É a família que ajuda com sufoco. [...] O curso não é nem difícil, tem muita decoreba, difícil é entrar. **Sou cotista e não vejo muitos estudantes negros aqui, aqueles que são pardos, por causa do perfil do curso, logo se embranquecem e somem.** [...] **As polêmicas aqui vão rolar mesmo é na residência, fico de boqueira como meus colegas tem nojo de pobre,** a vocação médica está em baixa para muita gente aqui.

Estudante cotista negro(a) da Medicina e militante do Coletivo de Estudantes Negrxs da Medicina

A pesquisa também tinha interesse em saber se, na perspectiva dos entrevistados, existia alguma relação entre o aumento de conflitos envolvendo estudantes negros e a implantação do sistema de cotas sociais/raciais na instituição. Nesse sentido, o relato do(a) docente do curso de Psicologia, confirma o clima de tensionamento durante o processo da implementação das cotas.

Quando voltei em 2016 do pós-doutorado, certamente, **cheguei aqui e encontrei uma situação de conflito entre professores com alunos na graduação** [...] Os **conflitos** eram o seguinte então [...] alunos reclamando de que o curso não envolvia a problemática racial, a história da África, a historia das luta dos negros e indígenas e trazendo uma certa demanda para os professores, para que os professores incluíssem [...] então os **professores relatavam que os alunos estavam muito agressivos e que os alunos queriam decidir o que os professores tinham que dar** e que não queriam mais autores europeus [...] as duas versões dessa turbulência.

Docente negro(a) da Psicologia, militante do ENUFF

Outra sinalização do aumento do tensionamento racial na universidade decorrente da implantação das cotas veio à tona com o depoimento de outro docente, também negro(a).

Na psicologia já se alcançou os 50% de vagas reservadas, a UFF como um todo ainda não. Aqui houve vários **enfrentamentos**, por exemplo, os alunos dizem que os professores constroem suas aulas somente com material de matriz europeia, naturalizam a desigualdade, sem trazer as marcas do racismo sem levar em conta quem é preso nesse país e quem está sendo morto [...] de não discutir a questão racial [...] Após a implementação das cotas, para além da presença, os alunos cotistas estão trazendo a **necessidade de mudança na perspectiva epistemológica do curso.**

De acordo com os depoimentos colhidos e o processo de pesquisa desenvolvido no campo fica demonstrado que há indícios de que existe uma relação entre a frequência dos conflitos com viés racial na UFF envolvendo estudantes cotistas negros e a implementação do sistema de cotas sociais/raciais na UFF através da Lei 12.711/2012.

5.2- Cursos da UFF mais propensos a conflitos raciais

Com base nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, buscamos alcançar a percepção de parte da comunidade universitária sobre quais cursos da UFF teriam mais probabilidade de conflitos raciais.

Sem sombra de dúvida, sem pestanejar [...] pode botar todos os cursos de exatas. Os cursos de exatas são os mais propensos a ter conflitos e constrangimentos de viés racial [...] não tem preto [...] é um ou dois pretos.

Estudante cotista negro(a) de Psicologia, Tae (UFF) e militante do ENUFF

O relato de estudante cotista do curso de Comunicação segue apontando em outra direção,

Pensando bem [...] e partindo do princípio que os **conflitos são frutos de reações**, eu acho que eles são muitos mais críveis de acontecer nos **cursos de humanas**, pela simples constatação de que nesses cursos **os coletivos negros estão mais articulados e ativos**. Eu tenho a impressão que nos cursos de exatas a ação dos coletivos não tenha muita força dentro dos estudantes de lá [...] não ando por aquelas bandas, mas é a percepção que eu tenho. Nos cursos localizados no *campus* do Gragoatá toda hora a gente sabe de algum *furdúncio* envolvendo questão racial, dos outros não chega pra mim.

Estudante cotista negro(a) da Comunicação e militante do CENUFF

De acordo com a maioria dos relatos colhidos sobre esse tema, os cursos de exatas e de ciências de saúde seriam aqueles que mais concentrariam possibilidades de conflitos raciais na universidade. A justificativa consensual de todos é de que seriam cursos com alta concorrência no processo de acesso, portanto, cursos com suas vagas, majoritariamente, ocupadas por estudantes brancos. Dessa forma, com o ingresso de estudantes negros via cotas, a possibilidade de conflitos seria maior.

Contudo, destacamos o argumento de um dos entrevistados, que seguindo orientação diferente, indica os cursos de humanas da UFF como os mais propensos a conflitos raciais. A defesa dessa posição considera o fato de existirem mais coletivos de estudantes negros organizados nos cursos de humanas e que, portanto, isso geraria um potencial de enfrentamento maior ao racismo acadêmico, dessa forma, a organização política dos estudantes negros seria um determinante para incidência de conflitos na Universidade.

Para facilitar o processo de análise, sistematizamos os casos de conflitos, basicamente, em três segmentos: conflitos envolvendo estudantes negros na comunidade discente; conflitos dos estudantes negros com os docentes; e conflitos dos estudantes negros com a administração universitária. No decorrer da pesquisa, surgiu outro tipo de conflito que também mereceu destaque, trata-se dos conflitos entre os docentes que intitulamos de, “antirracistas versus ‘anti-antirracistas’”.

5.3- Conflitos envolvendo estudantes negros na comunidade discente

Os casos de conflitos envolvendo estudantes negros na comunidade discente são de difícil identificação, tendo em vista que essas vivências de conflito são pouco compartilhadas no ambiente universitário. O acesso a esses casos enfrenta questões de foro íntimo dos estudantes, considerando o fato de, geralmente, envolverem determinados constrangimentos que nem sempre os mesmos estão dispostos a relatar. Contudo, conseguimos no decorrer das entrevistas alguns depoimentos que deixam evidente o clima de tensão que ocorre tanto dentro de sala de aula como fora dela.

O primeiro destaque nesse sentido vem do(a) estudante negro(a) cotista do curso de Sociologia. Ela relata que na maioria das vezes ocorrem tensionamentos em sala de aula no início do semestre. Os primeiros estranhamentos geralmente acontecem no momento em que o professor apresenta a programação da disciplina e a abordagem e (ou) pensadores não contemplam os anseios dos estudantes cotistas negros. A discussão se instala e desenvolve na classe ao redor da pertinência de alteração da proposta sugerida pelo professor.

Uma vez eu reivindicando na disciplina mais abordagens no campo das relações étnico-raciais... ai levantou uma menina, provavelmente estudante da ampla concorrência, e disse: **‘mas precisa disso?’**[...] com esse tom [...] **‘mas precisa disso?’**[...] **Eles ficam dizendo que**

quando reivindicamos a inclusão da temática da questão racial, da história da África ou de autores negros nos programas de aula, a gente fica de ‘mi mi mi’. [...] Dentro da universidade, em sala de aula, se a gente não consegue tratar desse tema vai tratar a onde? Com a senhorinha da cantina? [...] que supostamente tem a mente mais aberta que essa gente da universidade. Todos esses conflitos são resultados da falta de debate na universidade.

Estudante cotista negro(a) de Sociologia, dirigente do DCE e militante do CENUFF

Outro caso de conflito entre estudantes alcançado na pesquisa se deu no Instituto de Psicologia. Os relatos de estudantes cotistas e docentes que militam no ENUFF informam que o evento Semana da Psicologia Preta e Indígena da UFF foi criado em 2017, tendo em vista os conflitos envolvendo estudantes cotistas e de ampla concorrência sobre a programação e conteúdos na construção de evento unificado do curso. A falta de acordo, após discussões acaloradas, desembocou na construção de evento paralelo, em diálogo com a perspectiva do interculturalismo crítico (WALSH, 2009), incorporando abordagens de temas ligados a trajetória dos negros e indígenas e com palestrantes que contemplassem a questão racial brasileira, a partir do campo científico da psicologia.

Na página do Facebook do evento, destacamos um resgate histórico resumido da iniciativa dos estudantes:

Em setembro de 2017, o curso de psicologia da UFF/Niterói organizou sua X Semana de Psicologia, com o título: ‘A vida como obra de arte: psicologia e política dos tempos atuais’. **Entre as 80 atividades colocadas, nenhuma tinha tema sobre raça, racismo ou negritude.** [...] Um grupo de estudantes de variadas cores, gêneros e universidades organizou e compôs então a I Semana Paralela de Psicologia Preta, que emergiu no dia 18/09/2017. **Evento que marca a luta no espaço acadêmico por uma resignificação que contemple o alunado preto, mulher, pobre, indígena e periférico!** (UFF PSIPARALELA, 2018).

Durante o processo de pesquisa tivemos a oportunidade de presenciar alguns debates da III Semana da Psicologia Preta e Indígena da UFF. O evento contava com vários convidados, docentes, pesquisadores, estudantes e membros dos movimentos sociais. Observamos também que, do ponto de vista da representação racial e da abordagem da diversidade nos temas, o evento estava bem contemplado. Na ocasião, colhemos breve depoimento de um estudante que vivenciou a construção do evento desde o início em 2017.

A Semana de Psicologia Preta e Indígena da UFF que está acontecendo agora, **ela não só teve confronto, teve conflito, como ela ainda hoje é questionada e até mesmo não aceita como um modo dessa população se fazer presente dentro do campo acadêmico e abrir a sua própria vivência histórica [...]** a Semana ela é vista por parte dos professores e dos alunos como **divisionista**, como **destrutiva**, e às vezes em falas um pouco mais alteradas como uma iniciativa **fascista**.

Estudante cotista negro(a) da Psicologia e militante do ENUFF

Em 2019 ocorreu a sua terceira edição, conforme figura abaixo:

Figura 25– Divulgação da III Semana da Psicologia Preta e Indígena da UFF



Fonte: www.facebook.com/uff.psiparelela/

Ainda como casos de conflitos entre estudantes cotistas e de ampla concorrência destacamos o relato do estudante cotista do curso de Direito.

Lembro-me que em meados de 2016 ou 2017 ocorreu um caso de conflito envolvendo estudantes na Faculdade de Direito. [...] Não me lembro dos detalhes [...] **Teve uma estudante negra cotista que foi chamada de Sonic⁵⁰ por outro estudante branco na rede social, por ela vir pra aula usando turbante azul no cabelo.** Ela usava turbante para reafirmar a sua condição de estudante negra. O **constrangimento da estudante negra**, militante do Grupo de Estudos Afrofeministas Anastácia Bantu, foi tamanho que a partir do episódio de discriminação, conseguiu-se a mobilização da maioria dos estudantes negros da época, impulsionou-se a realização da I

⁵⁰ Sonic é personagem de animação de cor azul norte-americano.

Conferência Internacional de Direito & Racismo e ainda conseguimos a vinda do professor Jacques D'Adesky, importante intelectual negro, que até hoje ministra aulas como professor visitante do Programa de Pós-Graduação Sociologia e Direito - PPGSD. Esse caso, inclusive, foi relatado no Trabalho de Conclusão de Curso⁵¹ de colega da vítima.

Estudante cotista negro(a) e militante do Coletivo de estudantes negros e negras da Fac. de Direito - Negro Caó

Continuando sobre os casos entre estudantes, destacamos o que já aconteceu no Instituto de Geociência da UFF.

Ocorrem sim, aqui na Geografia, constrangimentos, estranhamentos, [...] sempre teve. Existem atendimentos de forma diferenciada no departamento, negação de saberes, etc. [...] Eu tento fazer um trabalho com os alunos para que eles possam perceber e compreender a origem do problema, e assim verbalizar para alguns de nós o que significa ser negro nesse departamento. Vou falar de um caso recente que chegou de informação pra mim, [...] **aconteceu caso de alunos no laboratório, onde um deles percebeu estranhamento em relação ao seu corpo negro, [...] teve aluno que reclama do cabelo black dele [...] ele já reagiu e veio aqui no departamento.**

Docente negro(a) da Geografia e militante do ENUFF

Uma questão importante que permeia todo debate sobre as interações conflituosas dos estudantes diz respeito ao grau de integração deles (formal e informal) na universidade. Visando ter maior entendimento sobre integração universitária dos estudantes cotistas negros, buscamos nas entrevistas alcançar a percepção de parte da comunidade universitária sobre a questão. Para essa tarefa, perguntamos sobre os trotes, “chopadas” e outras formas de interação típicas do cotidiano do estudante da UFF.

Em relação às chopadas e outras formas de integração destacamos alguns relatos fruto das experiências vividas pelos estudantes cotistas negros da UFF,

Eu já até tive vontade de ir, contudo, **não tenho grana. Os estudantes cotistas negros não têm dinheiro para frequentar bares após as aulas ou ir às chopadas.** [...] O ingresso das chopadas são caros e geralmente as festas são feitas na zona nobre de Niterói, fica longe pra mim. Fico pensando na volta, se tem ônibus na madrugada, eu não tenho amigos em Niterói onde eu possa dormir [...] não sei se vou conseguir rchar o Uber na volta com alguém [...] aquelas coisas [...]. Tenho curiosidade, mas também tenho suspeita, **não sei se eu ficaria a vontade com a galera do meu curso [...] muito elite.**

⁵¹ a monografia de final de curso em questão em que foi relatado o caso foi produzida pela estudante Erli Sá dos Santos, intitulada, Políticas afirmativas de inclusão racial e social na Faculdade de Direito UFF: uma pesquisa, uma leitura.

Estudante cotista negro(a) e militante do Coletivo de Negrxs da Medicina da UFF

Pô mano, não consigo ir aos bares não, a **grana tá curta**, tenho que economizar o pouco que eu tenho, tenho **família. Muitos estudantes cotistas que já têm filhos, [...] fazem muito esforço para estudar e trabalhar, é muita luta!** Quem dera tomar umas com a galera, mas não dá [...] é tudo na correria.

Estudante cotista negro(a) de Economia e militante da CENUFF

Eu nunca fui beber com a galera, desde que iniciei o curso. Tenho filho pequeno, não dá tempo [...] saio da UFF correndo doida para chegar em casa. Essa vida de beber nos bares não é para cotista não, todo mundo **estuda e trabalha**. E depois tem um negócio, a **Cantareira⁵² não é preta, a Cantareira é branca, [...] os cotistas estão integrados, mas não incluídos.**

Estudante cotista negro(a) de Psicologia e militante do ENUFF

Eu vou muito raramente a Cantareira [...] quando sobra um **troquinho**, tem hora que a gente precisa relaxar, [...] mas no geral não dá, não consigo, não fico muito tempo, tem o **trampo** do dia seguinte [...]. Dá a minha hora eu tenho que vazar. A galera da minha turma é tranquila, dá para gente trocar uma ideia numa boa. Tem divergência, mas no limite a gente se respeita.

Estudante cotista negro(a) de História e militante do CENUFF

Quanto aos **trotes**, tenho pouco a dizer, no meu curso não tem essa de trote pesado, esse clima violento, agressivo, escroto. Aqui a galera é mais light. [...] Mas se me perguntassem sobre outros cursos, pelo que a gente vê por aí no início do período eu não indicaria não, em função do **risco de racismo**. Sei lá, vai que [...].

Estudante cotista negro(a) de Geografia e militante do ENUFF

Quando entrei aqui na UFF, vieram com esse papo de **trote**, [...] como eu já sabia como era, por **experiência de militância negra no pré-vestibular** e por causa de amigos que já tinham passado constrangimento, fechei a cara e não dei confiança. **Eu não vou dar mole para esse monte de gente branca vir me esculhambar**, não vou mesmo.[...] E assim fui, até que cansaram de encher o saco.

Estudante cotista negro(a) da Computação e militante do CENUFF

De acordo com os relatos, a integração dos estudantes cotistas negros com o conjunto dos estudantes não se realiza na sua plenitude. Aqueles momentos de descontração, típicos do clima universitário, em que as relações interpessoais

⁵² Os bares localizados na Praça da Cantareira, geralmente às 5ª feiras a noite, se convertem em um grande ponto de encontro dos estudantes.

predominam, não reverbera na comunidade dos estudantes cotistas negros com a mesma intensidade como a praticada entre maioria dos estudantes da ampla concorrência. Questões de tempo, que norteiam a equação trabalho e estudo, dificultam um processo de aproximação. Extraí-se também dos relatos, o receio de ser agredido ou ofendido racialmente nos trotes, por parte do resto dos estudantes. Em nossa percepção, entre os estudantes cotistas negros, predomina a postura de afastamento do resto dos estudantes, comportamento que pode ser comprometedor do processo de integração estudantil.

5.4- Conflitos entre estudantes negros e docentes

A pesquisa, em sua fase de imersão no campo, teve acesso a várias manifestações que demonstravam um determinado nível de tensão racial no *campus* do Gragoatá. Em uma das manifestações, complementando o relato anterior, destacaríamos pichação “*centauro racista*”, exposta até meados de 2019, em tapumes de obra nos arredores do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICHF. Os relatos sobre a pichação indicam um questionamento a determinados docentes do curso de História localizados por ali⁵³.

Eu não sei direito, não vi quem fez [...] acho que a pichação faz referência àqueles professores do curso de História que não destacam à História da África e os autores negros em suas disciplinas. **Tem muito disso aqui, a gente tem que brigar às vezes para isso acontecer, por incrível que pareça.**

Estudante cotista negro(a) da História e militante do CENUFF

Figura 26– Pichação “centauro racista” encontrada nos arredores do ICHF



Fonte: fotografia feita pelo autor

⁵³ A pichação não existe mais em função da retirada dos tapumes de obra.

Os conflitos de cunho racial na UFF não são restritos somente aos *campis* de Niterói. Nos cursos de interior também são identificados conflitos dessa natureza.

Em Santo Antônio de Pádua os conflitos não rolam diretamente, com xingamentos e confrontos em que a cor da pele é evidenciada [...]. Tem mais conflitos no campo do gênero e envolvendo LGBT do que outros, [...], **mas também acontecem conflitos envolvendo raça só que por outro viés, indiretos [...], por exemplo, já fiquei sabendo de professor com cara emburrada, implicando com aluno só por que ele estava usando uma conta do candomblé, [...] é mole!** Esse negócio de religião é fogo, muitos dos conflitos lá perpassam pela questão religiosa.

Docente negro(a) da Pedagogia (Pádua) e militante do ENUFF

Outro caso também ocorreu no ICHF, especificamente, no curso de pós-graduação em Antropologia. O episódio a ser destacado, mesmo não tendo ocorrido no âmbito da graduação, merece maior atenção tendo em vista que sua descrição do conflito oferece ao leitor início, meio e fim, situação rara durante a pesquisa. Nesse sentido, esse relato propicia a utilização sucinta da concepção teórica de *drama social* elaborada por Turner (1996) como ferramenta de análise de situações de conflito. Estamos nos referindo às categorias de *crise*, *ampliação da crise*, *regeneração e rearranjo* ou *cisão*, informadas no primeiro capítulo deste estudo.

De acordo com o relato do(a) docente e militante do ENUFF, os fatos se sucederam da seguinte forma,

Tudo começou após um grande número de reprovações no concurso para o mestrado na pós-graduação, as notas da banca de vários concorrentes era literalmente a mesma, acho que “4,5”, todos esses eliminados reivindicavam **o acesso pelas ações afirmativas para negros**. Orientados por um aluno mais antigo, negro, já matriculado no curso, todos os candidatos entraram com recurso alegando problemas na correção da prova, tendo em vista que todos foram eliminados pela mesma nota. Nesses casos, é instituída uma nova banca para lidar com os recursos e todos foram aceitos o que possibilitou a aprovação de todos. Na reunião do Departamento que se consagrou em seguida da seleção, um professor que era membro da banca original do concurso, ao avaliar todo o processo, situou no aluno mais antigo, o grande causador do problema, o chamando de **“filha da puta”**. Como as reuniões colegiadas têm garantida a participação do representante discente, o xingamento chegou aos ouvidos do aluno antigo em questão, que tomou as devidas providências no departamento e ainda socializou a agressão que tinha sido vítima aos seus familiares. O Departamento foi informado do interesse de judicialização do caso por parte dos pais da vítima. Diante do constrangimento e com a perspectiva de buscar uma mediação do

conflito posto, o chefe de departamento convocou todos os professores junto dos pais do aluno agredido para um desagravo. **É importante frisar que os pais, também negros, demonstravam ser conscientes da sua condição racial, pertencer a classe média e tinham escolaridade superior: um (a) trabalhava na advocacia, e era bem sucedido (a) na carreira e o (a) outro (a) pesquisador (a) com formação no exterior.** A reunião agendada foi bastante tensa, os pais desabafaram todos seus sentimentos de perplexidade e indignação com ocorrido diante de uma plateia silenciosa por parte dos docentes, que assistiam constrangidos. O docente envolvido diretamente no caso estava presente e não se pronunciou. Findada a reunião, o acerto foi de uma nova reunião, essa mais fechada, onde estariam presentes somente o chefe de departamento, os mediadores, o agressor e os pais do estudante. Nessa última ocasião o professor acusado se redimiou e pediu perdão aos pais do aluno agredido, reconhecendo o erro na própria postura, na condução e procedimento. **E tudo foi contornado internamente e encerrado.**

Docente negro(a) da Antropologia e militante do ENUFF

Conforme indica o relato, o contexto do conflito se constitui no ambiente tensionado de concurso para ingresso no programa de pós-graduação, situação esta que é ainda agravada, se considerarmos adoção da política de cotas para negros no processo de acesso. A *crise* se inicia com a publicação da lista com as notas apontando o resultado do concurso. De acordo com o relato, os que reivindicavam o acesso pelas ações afirmativas foram eliminados com a mesma nota.

A *crise se amplia* com hipótese de discriminação por parte da banca, o que acarreta uma mobilização recursal coletiva por parte dos candidatos com perspectiva da revisão do resultado. A situação também mobiliza não somente a banca do concurso, como outros professores do departamento e também a coordenação do curso, que é obrigada a tomar as devidas medidas previstas em edital nesses casos. Fica evidente que a atuação do sujeitos/atores atingidos se amplia para novas esferas, alcançando cada vez mais atores. O conflito ganha novas dimensões após a socialização da fala agressiva do professor que comandava a banca do concurso em reunião de colegiado, se referindo ao estudante colaborador da mobilização dos candidatos. O xingamento chega aos ouvidos da vítima que por sua vez comunica a situação aos seus pais, que se prontificam a denunciar o curso na justiça.

Como se percebe a situação se agrava, exigindo uma atuação mais contundente da coordenação do curso com a finalidade de solucionar o caso. É o início da *regeneração*. Após avaliação dos recursos por uma nova banca, todos os candidatos são

aprovados. Em relação à situação do estudante agredido, os pais são convidados pela coordenação do curso para reunião – *ritual coletivo* - junto dos professores do departamento e com o próprio professor agressor em prol de mediações e soluções para o conflito na perspectiva de conciliação das partes.

O *rearranjo* se conforma a partir do pedido de desculpas do professor agressor a família da vítima, que decide não judicializar o caso. O conflito se ameniza e sua solução se dá internamente, como de costume nos ambientes acadêmicos. No entanto, mesmo com todo o processo de silenciamento a situação provocou mudanças. O episódio não somente causou constrangimentos no departamento, mas também atritos nas relações de cordialidade entre os colegas de trabalho, o que provavelmente acarretarão redefinições nas futuras posições da estrutura de poder do curso.

O momento do rearranjo, destacado acima, pode ser visto também por Lima (2008), como aquele em que o domínio do público é o lugar controlado pelo Estado brasileiro e apropriado por autoridades que forjam uma conciliação, visando manter a harmonia, o *status quo* e acrescentaríamos por nossa conta, a cordialidade racial.

Igualmente significativa, destaca-se o caso ocorrido no âmbito do departamento de sociologia, situado no ICHF, no *campus* do Gragoatá. O conflito deflagrado entre docentes do curso e CENUFF possibilitou vaga em concurso de 2016 para disciplina destinada às relações raciais.

A minha história na UFF é interessante, tendo em vista que as cotas estavam sendo implementadas e os alunos já se movimentavam em coletivos. Então, em 2016 já tinham organizações e coletivos. [...] O **CENUFF fez uma ação importante junto ao departamento de Sociologia, há uns três anos atrás, em que reivindicava uma vaga para estudos da sociologia étnico-raciais, ou seja, uma vaga do concurso destinada a um tema.** Os militantes entendiam que a sociologia étnico-raciais era um tema importante na carreira, no currículo e aí eles reivindicaram junto ao departamento. Na verdade a vaga para qual eu prestei o concurso foi gerada para solucionar um conflito, uma tensão entre docentes e discentes, [...] durante o ano de 2016 [...] foi um ano de muito conflito na verdade entre docentes e discentes, foram essas duas categorias [...] eram docentes do departamento e discentes do curso de Sociologia, do diretório, também [...] **formaram, tipo assim, uma onda estudantil, liderada por estudantes negros** que reivindicaram uma matéria, uma disciplina ligada a temática étnico-racial na área de sociologia, ou seja, uma área de conhecimento nos seus currículos. De algum modo, [...] **estudantes cotistas e estudantes não cotistas negros chegaram**

à conclusão que precisaram de uma nova área de conhecimento nos seus currículos e pautaram formalmente e internamente a reivindicação [...] esse grupo de estudantes convenceu um grupo maior que eles, [...] **estudantes brancos se aliaram aos cotistas**, eles criaram um bloco que reivindicou no colegiado, numa reunião departamental uma vaga, aí o departamento reagiu a princípio dizendo não, afirmando que não poderia ser criada uma vaga específica, mas que eles poderiam acessar a disciplina, que qualquer professor que estava no corpo docente do departamento poderia ofertar essa disciplina, mas que não poderia criar uma vaga específica para esse tema, [...] insatisfeitos com a resposta, aí os estudantes foram aumentando o movimento, dizendo que não, que se tivesse que ser ofertado isso já teria acontecido e ninguém tinha ofertado até agora, **diziam também que não tinham professores negros no departamento, argumentaram que não era só uma questão temática, mas, também sobre o corpo docente etc.** [...] e aí eles pautaram isso e foram convencendo uma parte do departamento, levando uma parte dos docentes [...] votaram uma primeira vez, houve reação interna, grandes conflitos, até que conseguiram aprovar [...] foi uma luta considerada por eles como uma das mais graves. Eu fiquei sabendo de tudo depois, pois eu não estava presente. **Esse lugar onde eu estou foi uma resultante de conflitos entre discentes e docente em torno de uma vaga.** Eu acabei chegando fruto de um **conflito vencido pelos estudantes**, aí eles conseguiram uma vaga em edital aberto em sociologia em relações étnico-raciais.

Docente negro(a) de Sociologia e militante do ENUFF

Destacamos também o caso vivenciado e relatado pela estudante cotista do curso de Comunicação Social. Situação que é temperada de elementos do racismo recreativo, aquele que se manifesta através de brincadeiras e piadas preconceituosas; e de racismo aversivo, que diz respeito à discriminação protagonizada por aqueles que não se consideram racistas e se dizem publicamente defensores da igualdade (MOREIRA, 2019).

Teve problema uma vez na aula de fotografia. Meu namorado, que também é estudante do curso, sofreu um constrangimento horrível, que ele mesmo na hora não entendeu o que estava ocorrendo. Eu explico! Ele é africano, moçambicano, negro, e na hora do ocorrido ele não estava entendendo direito o significado das palavras usadas por causa da língua. [...] Tudo ocorreu na aula de fotografia, eu já estava na sala, mas meu namorado não. Ele estava atrasado em função do ônibus. [...] Eu vi tudo e fiquei estarecida. [...] Como eu falei, ele estava atrasado, [...] ele chegou no IACS pediu para entrar na sala, o professor permitiu e em seguida solta a gracinha: **“chegou o estudante exótico”**. Na hora a galera ficou rindo, inclusive o professor, eu fiquei estarecida, como assim, estudante exótico! Meu namorado também não entendeu nada, sentou perto de mim e tocamos a aula. Depois do término da aula eu expliquei o significado daquilo para ele. **O homem ficou puto, muito irritado mesmo, queria tomar atitudes diretas com o professor.** [...]. Lembrei a ele que era

estrangeiro e que tinha que baixar a bola. [...] Outro dia, na próxima aula com o mesmo professor, retomamos o ocorrido. No início ainda tentou se justificar dizendo que não era preconceituoso, [...] que tudo foi uma brincadeira, que viu de perto nos anos 70, nos Estados Unidos a luta dos negros, que gostava de música negra, etc. [...] aquelas coisas que os brancos sempre falam para não se enquadrarem como racistas. O debate surgiu em sala de aula, e surpreendentemente para mim, muitos alunos ficaram do lado do professor. No final das contas, o professor se comprometeu que isso não ia mais ocorrer, mas que **para ele chamar de exótico não tinha nada de mais.**

Estudante cotista negro(a) da Comunicação e militante do CENUFF

Outro caso interessante foi o relato pela estudante cotista da Engenharia.

Quando eu estava na gestão do DA da Engenharia tinha muita reclamação dos estudantes sobre as aulas das disciplinas de Cálculo proferidas pelo Departamento da Matemática, [...] a insatisfação era geral, pois as notas eram baixas e tinha muita reprovação, **mas os estudantes cotistas eram os que mais reclamavam.** Diante dessa demanda, resolvi ir lá na Matemática para ver o que podia ser feito. Eu, de antemão, já sabia que o povo de lá jogava duro, mas fui lá tentar. Eu me lembro que fui atendida pelo Coordenador do curso na época, [...] expliquei a situação e sugeri que podia ser oferecido algum curso de reforço, etc. A resposta que tive foi a mais absurda que eu já tinha ouvido em toda minha gestão de DA. Primeiro ele me perguntou de que turma eu me referia, em seguida indagou! **É dessa turma do Reuni⁵⁴ que se trata né?** [...] Simplesmente, ele falou que não podia fazer nada, que **a culpa não era deles da Matemática.** Encerrando, ainda reforçou, **‘esse pessoal fez o Reuni e agora somos nós que temos que dar conta do problema, ninguém merece!’.** [...] Voltei para Engenharia muito puta da vida aquele dia.

Estudante cotista negro(a) de Engenharia e militante do Coletivo de Negros da Praia Vermelha

Este último relato deixa patente que o questionamento de espaços predeterminados que brancos e negros ocupam no imaginário social dominante é, uma das principais motivações dos conflitos envolvendo estudantes negros na UFF.

5.5- Conflitos entre estudantes negros e administração da UFF

Outra modalidade de conflito encontrada pela pesquisa é aquela direcionada para a gestão universitária. Nesses casos, são confrontos que se constituem com base em

⁵⁴ Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que tinha como principais compromissos, o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas. O Reuni foi implementado paralelamente a Lei 12.711/2012 (Lei das cotas).

denúncias contra a instituição em função de condução administrativa, no que diz respeito à reprodução em alguma instância do racismo institucional (CRI, 2006).

Durante o trabalho de campo na comunidade universitária da UFF alcançamos três manifestações desse tipo de conflito, em que estão envolvidos estudantes cotistas negros e administração. A primeira delas, tem tido maior repercussão na mídia, portanto, maior mobilização social. Estamos nos referimos às denúncias de fraudes nos processos de acesso via cotas social/racial pela Lei 12.711/2012. A segunda, diz respeito às denúncias da não aplicação correta da Lei 12.990/2014 pela gestão da UFF, referente a cotas de 20% para negros nos concursos públicos. Na UFF, o problema estaria ocorrendo, especialmente, nos concursos para docentes.

As denúncias de fraudes no processo de acesso à universidade pelas cotas não são específicas da realidade da UFF, vários outros registros com esse tipo de problema tem sido encontrados em todo país desde que as políticas públicas de ações afirmativas foram sendo executadas nas universidades públicas brasileiras, conforme destaques feitos anteriormente na tese.

Na UFF as denúncias de fraudes, no tocante as cotas para estudantes negros, têm ocorrido após a implementação da Lei 12.711/2012. Para termos ideia da gravidade da situação na universidade, de acordo com a agência de notícias do governo federal, a PROGRAD-UFF, declarou e desclassificou 113 candidatos como não aptos para ingressar nos cursos de graduação por meio das cotas em 2017. Conforme apuração, esses candidatos faziam parte de um grupo de 198 convocados pela Comissão de Aferição da Autodeclaração de Cor/Etnia⁵⁵ para entrevista após terem documentos e foto verificados. Ao todo eram 698 candidatos selecionados entre a 1ª e 3ª chamadas, sendo que 198 foram convocados para a entrevista na fase de pré-matrícula presencial. Dos convocados, 68 foram aprovados e 17 desistiram do processo. Enfim, 113 estudantes que pleiteavam as vagas das cotas foram considerados não aptos, representando 13,3% do grupo (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

Pelas entrevistas, observamos que, de forma generalizada, os coletivos de estudantes negros são principais protagonistas das denúncias de fraudes na UFF. São

⁵⁵ A obrigatoriedade de averiguar a autodeclaração está definida na Portaria 13/2016 do Ministério do Planejamento. Além disso, a Portaria 41/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público determinou que as universidades criem comissão para evitar fraudes e comprovem as autodeclarações.

eles que através de sua ‘vigilância’ em sala de aula, sustentada por articulações em rede social dão visibilidade às suspeitas. Em seguida, os ativistas fazem chegar à imprensa suas denúncias e, eventualmente, à ouvidoria da universidade.

Já verificamos muitas **fraudes**, teve um ano, acho que em 2018, nós fizemos um levantamento para verificar os fraudadores [...] **a gente verificava na sala e comparava nome na lista e mandava na rede social [...] suspeita de fraude levantada a gente enviava para os grupos (whats app e facebook): ‘achei um fraudador aqui, [...] lança o nome e curso’** e assim o pessoal trocava as informações. **Com a nossa divulgação a gente ficava sabendo que tinham candidatos eliminados que recorriam.** O lema era: **‘quem conhece fraudador denuncia’**. Em geral, o coletivo mandava as denúncias para coordenação de curso, ou então ia bater na PROGRAD pra ver, questionar e requerer uma posição.

Estudante negro(a) de Sociologia, dirigente do DCE e militante do
CENUFF

É importante frisar que a comunidade universitária da UFF é composta por vários coletivos negros, que são organizados tanto por curso como por *campus*. Todos se mantem, de alguma forma, articulados. Durante a pesquisa para este estudo tivemos acesso à quase totalidade desses coletivos, e constatamos que a respeito das denúncias de fraudes o mais atuante é o Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF – CENUFF. Para os ativistas, parte das cotas reservadas para negros estariam sendo ocupadas por estudantes brancos, que se autodeclaram, “indevidamente”, como negros, com conivência da instituição (CENUFF, 2016). A situação conflituosa na universidade, em função das denúncias de fraudes, já provocaram um ambiente de constrangimento de tamanha grandeza que a reitoria através da sua Pro-reitoria de Graduação – PROGRAD se viu obrigada a se pronunciar através de documento institucional, dando a sua versão dos fatos (PROGRAD, 2017) e criar a Comissão de Aferição⁵⁶, por orientação do MPF, para aperfeiçoar o seu processo de acesso aos cursos.

Pelo lado dos coletivos, as denúncias das fraudes junto da defesa da aplicação correta da Lei 12.711/2012 se justificam, tendo em vista o entendimento de que as políticas de cotas não são somente meios eficazes para ampliação dos negros nas universidades públicas, mas também, por entenderem que são ferramentas importantes

⁵⁶ A Comissão de Aferição terá uma análise mais aprofundada adiante quando forem tratados os impactos dos conflitos na UFF.

para o combate ao racismo acadêmico no Brasil. É como os ativistas dizem, “estamos fazendo a nossa parte”.

Figura 27 – Campanha contra as fraudes nas cotas na UFF/2016 - CENUFF



Fonte: Facebook.com/Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF

Durante a pesquisa alcançamos o caso ocorrido no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito - PPGSD. Esse caso é importante, pois chegou a Justiça Federal do RJ. O episódio teve início com a divulgação da lista de aprovados no processo seletivo de 2017. Era o primeiro ano em que as cotas para negros estavam sendo adotadas para ingresso no PPGSD. Logo após a divulgação do resultado, candidato não classificado, abriu processo contra a UFF (nº. 0022396-03.2017.4.02.5102) se considerando injustiçado na avaliação de seu projeto de doutorado. Informados do problema, os candidatos aprovados buscaram apoio no colegiado do curso, tendo em vista o entendimento de que a intenção era de impedir o processo de ações afirmativas no curso. Durante a indefinição do caso, vários conflitos ocorreram envolvendo os candidatos cotistas. O candidato não classificado em questão publicou em sua rede social provocações direcionadas aos aprovados na reserva de cotas para negros. De acordo com o relato da estudante cotista envolvida no processo seletivo,

Ele fez uma postagem genérica expondo a nota dos candidatos e dizendo que ele não havia entrado porque, segundo ele, houve uma manobra para colocar **os negros amigos da Casa Grande** para dentro do Programa [...] Ele não citou nomes, mas destacou a minha nota [...]. Chamar alguém de “house nigga” é uma das maiores ofensas que existe.

Estudante negro(a) do curso de Sociologia e Direito e militante do Grupo Afrofeministas Anastácia Bantu.

O Juiz Federal, Dr. William Douglas Resinente dos Santos que estava cuidando do processo, propôs um acordo, que foi aceito pelo colegiado do curso, registrado em Ata do dia 23 de março de 2017 (COLEGIADO PPGSD). O acordo era para que o candidato reprovado fosse aceito *sub-judice*, até a que o seu orientador produzisse um parecer informando se o candidato poderia prosseguir ou não no curso.

Outra manifestação de conflito dos estudantes negros com a administração da universidade está relacionada aos concursos para docentes. Trata-se do cumprimento da Lei nº 12.990/2014, que impõe a implementação de 20% de cotas para negros nos concursos para o serviço público federal.

Durante as reuniões do ENUFF⁵⁷, foi informado que ocorreria um debate na Faculdade de Direito promovido pela ADUFF no dia sobre o cumprimento da Lei nº 12.990/2014 na UFF. Já se tinha suspeitas, nos bastidores, que a UFF não estava aplicando a legislação corretamente, portanto, diante da notícia, os membros do ENUFF (estudantes, Taes e docentes antirracistas) se articularam com a perspectiva de acompanhamento do debate e angariar maiores informes sobre o tema. No debate estariam como convidados para as mesas o sociólogo Luiz Mello (UFG), a historiadora Caroline Araújo (UNEB e ANDES), a Pró-reitora de Gestão de Pessoas da UFF e um representante do MPF⁵⁸. Iniciava-se assim um drama (TURNER, 1996), se consideramos todo desenrolar provocado pelo impacto do debate.

A *crise* se confirma a partir da fala do professor Luiz Mello, pesquisador que tem mapeado os editais e concursos públicos das universidades federais que diz, “a UFF realizou concurso para 551 vagas no período de 4,5 anos e apenas cinco foram reservadas para candidatos negros”⁵⁹.

⁵⁷ Em função da pesquisa para a Tese, tivemos a permissão para acompanhar as reuniões do ENUFF durante o trabalho de campo.

⁵⁸ O representante do MPF e a Pró-reitora de Gestão de Pessoas da UFF não compareceram ao debate.

⁵⁹ A gestão da UFF estava adotando o entendimento que, mesmo com mais de três vagas em um único Edital não se deveria contemplar reserva para negras/os, já que estas estão distribuídas por diferentes áreas de conhecimento, geralmente com menos de três vagas por cada área.

No decorrer do evento após a fala do professor Luiz Mello, outro docente se levanta na plateia e sacramenta, “a UFF está burlando a lei, a gestão não está executando-a corretamente, cabe inclusive recorrer ao MPF”.

Após o debate, a *ampliação da crise* se constitui com a socialização dos informes na rede social do ENUFF que, por sua vez, provoca, em parceria com a ADUFF, a convocação de uma reunião com a gestão da universidade. Em atendimento a demanda a reitoria agendou a reunião para o dia 10/12/2019. Inicia-se o processo de *renewal*, a reunião ocorreu no gabinete da reitoria, onde estavam presentes além do reitor, a chefe de gabinete e a Pró-reitora de Gestão da UFF, pela militância eram um representante da ADUFF e três representantes do ENUFF. É importante frisar que a mobilização açodada se deu em função da notícia de bastidores que a universidade estava prestes a publicar o novo edital de concurso para docentes referente ao ano 2020.

A reunião com reitoria foi avaliada como positiva pelo ENUFF e pela ADUFF, tendo em vista que, o Reitor, após todas as falas e considerações dos presentes, não publicou o edital que estava para sair e constituiu um Grupo de Trabalho interdisciplinar – com garantia de participação das devidas representações, tendo como foco a discussão de metodologia que permita, com melhor eficácia, o cumprimento da Lei nº 12.990/2014. Nesse sentido, o Reitor se comprometeu a otimizar aplicação da lei de cotas para negros em concursos de docentes da UFF. O *rearranjo* estava feito.

Esse episódio demonstra mais uma vez como os conflitos na UFF seguem a tendência para soluções internas, evitando que eles atravessem os muros da universidade. Neste caso, as iniciativas tramitaram em direção à mediação institucional, ou seja, as partes buscaram a solução do problema através de mecanismos institucionais (agendamento de reunião formal, escuta das considerações de ambas as partes sobre o tema, reconhecimento de possível erro pela administração, negociação, apontamento da criação do GT e transparência da solução para a comunidade).

Figura 28 – Reunião ENUFF e ADUFF com a reitoria 10/12/2019



Fonte: foto publicada no Jornal da Aduff – Dez 2019/Jan 2020

Os problemas de cunho racial implicando a administração da UFF envolvem desde questões relacionadas às fraudes até problemas de acesso aos espaços da Instituição. De acordo com relato colhido, estudante cotista negro, morador da Casa do Estudante, foi impedido de entrar na UFF.

A parada sem noção aconteceu em meados de 2017, um estudante cotista negro foi tentar entrar no *campus* do Gragoatá pelo acesso do Instituto de Educação Física e foi parado pelos vigilantes [...] eles pediram ao estudante sua identificação institucional, na ocasião ele não estava de posse do documento. [...] Ainda ponderou com os vigilantes que a carteirinha estava na Casa do Estudante e que ele morava lá, não adiantou. Durante a discussão, ele observou que estudantes brancos estavam passando pelo mesmo lugar e não estavam sendo parados para solicitação de documento nenhum pelos próprios vigilantes. Os outros passavam direto. Foi a maior confusão, nesse momento o estudante entrou em contato com a galera do CENUFF, que se deslocou para o local desfazendo a situação. [...] O constrangimento foi denunciado na Ouvidoria da UFF pelo CENUFF. Adiante, ficamos sabendo que os vigilantes disseram que pararam o estudante por ele ter feições de pessoa mais velha, mais madura e por isso suspeitaram. [...] Nunca vi isso, restrição para estudante com mais idade.

Estudante cotista negro(a) da Comunicação e militante do CENUFF

Em termos de conflitos envolvendo estudantes negros e a administração da UFF, temos outro caso que surgiu durante as entrevistas. Alguns relatos, principalmente quando feitos por estudantes cotistas militantes, fazem referência à Ocupação Preta da

UFF, movimento antirracismo de estudantes negros desencadeado em novembro de 2016 na UFF⁶⁰, influenciado pelo processo de ocupação das escolas em todo Brasil.

No caso da UFF, a Ocupação Preta se denominava como uma “ocupação preta autônoma e autogestionada no centro do *campus* Gragoatá da Universidade Federal Fluminense”. Sua pauta de reivindicações se constituía como, 1) Contra a PEC 241/55 de 2016 (proposta de emenda constitucional que cria um teto para os gastos públicos) e 746/2016 (Reformulação Ensino Médio) que atingem principalmente a população com menor poder econômico - formada em sua maioria pela população preta. 2) Contra a precarização do serviço terceirizado na UFF. 3) Pela adoção de medidas que combatam as fraudes nas cotas. 4) Construção de um Espaço de Convivência e Diálogo aberto, que tenha foco na vivência negra (OCUPAÇÃO PRETA DA UFF, 2016).

O movimento durou por todo mês de novembro de 2016 e provocou bastante incômodo a gestão da universidade, principalmente aquelas ligadas às direções de unidades, tendo em vista, que os ativistas, promoviam debates sobre a questão racial brasileira, festas de confraternização dos estudantes cotistas, exposições de fotografias, e exibiam filmes sobre o racismo, durante o horário das aulas.

Não encontramos durante a pesquisa referências sobre alguma resposta a pauta divulgada pelo movimento na universidade, contudo, verificamos que muitos debates sobre adoção de cotas para negros nos cursos de pós-graduação da UFF foram impulsionados a partir da Ocupação Preta da UFF.

Na Psicologia, o impacto que a militância provocou durante a Ocupação Preta foi determinante, [...] na minha opinião. Durante os debates, a galera dos estudantes **constrangia** os professores contra as cotas e valorizavam aqueles que eram a favor. Isso ajudou a fortalecer o debate interno no Departamento, até que conseguimos aprovar.

Docente negro(a) da Psicologia e membro do
ENUFF

O relato do(a) docente do curso de Psicologia enfatiza a importância da mobilização política protagonizada pelos estudantes negros para as mudanças no mundo

⁶⁰ É importante ressaltar que a Ocupação Preta da UFF ocorreu em 2016, ou seja, antes de iniciarmos o processo de pesquisa deste estudo.

acadêmico da UFF, inclusive com a perspectiva de sustentação para que os aliados possam intervir em favor da luta antirracista na Universidade.

Figura 29 – Imagem de divulgação da Ocupação Preta da UFF



Fonte: página da Ocupação Preta da UFF no Facebook

A Comissão de Aferição da UFF é um dos espaços identificados na pesquisa como aquele com mais incidência de conflitos raciais. Em atividade desde 2017 e com a responsabilidade institucional de aperfeiçoar o processo de acesso pelas cotas na graduação, a Comissão assume um papel estratégico no combate às fraudes nas autodeclarações. Considerando a complexidade da questão da identidade racial no Brasil, o campo de atuação da Comissão de Aferição se converteu em uma das principais arenas de confrontos recentes da UFF. A partir do processo de entrevistas aos componentes da Comissão, buscamos salientar algumas das interações conflituosas que perpassam esse espaço.

Trabalho junto da Comissão desde 2017, de lá pra cá evoluímos muito e temos reduzido bastante os problemas com a identificação dos candidatos e fraudes, mas não foi fácil. [...] **Aqui sempre teve muito conflito, toda hora aparece um problema, mas com a equipe já experiente e treinada superamos um a um. Antigamente, os conflitos entre os membros da Comissão aconteciam mais [...] antes os estudantes do CENUFF faziam parte da Comissão e vire e mexe havia tensionamento com o resto da equipe. O problema era sempre na identificação dos pardos, com os pretos não tinha problema, mas com os pardos hummmm! [...] O pessoal do CENUFF ajudava bastante, mas na questão da identificação dos pardos tinha rolo, [...] eles em geral queriam garantir somente os pretos, quando tinham pardos, eles encrencavam dizendo que os candidatos não mereciam a vaga [...] e esses conflitos eram debatidos exaustivamente, causando muitos desgastes na equipe. Eles não entendiam que a política pública era para pretos e**

pardos, [...] se chegasse uma menina parda de cabelo alisado eles não a identificaram como negra, se o candidato tivesse a pele um pouco mais clara, mas com as feições de pessoa negra, mesmo assim tinha questionamento. Chegou um momento que a PROGRAD não os convidou mais para participar da Comissão, [...] atualmente, eles não participam, aliás, hoje em dia temos mais Taes do que docentes na Comissão. [...] Não sei, mas parece que por serem servidores públicos e ter um vínculo mais forte com a instituição, as coisas são mais serenas e fluem com mais harmonia e compromisso.

Docente negro(a) membro da Comissão de Aferição da UFF

O trabalho da Comissão é muito gratificante, aprendi muito trabalhando aqui, [...] eu faço parte da equipe desde as primeiras, sempre faço um esforço para participar [...] **Nesse tempo já vi muito coisa, briga, desconfiança, mas já teve coisa engraçada também.** Na hora da entrevista você cada coisa, **aparece candidato de turbante, candidato usando conta da umbanda, candidato com pele escurecida com maquiagem** [...] geralmente, **esses que vem maquiados de negro, meio *black face*, pode estar o maior calor no dia, mas eles vem vestidos de manga cumprida** [...] **teve uma vez que uma menina que escureceu a pele com remédio,** [...] isso mesmo, ela escureceu a pele com remédio, eu achei estranho aquele tom de pele, mas eu não tinha o que fazer, ela estava bem negra. Adiante, ela mesma disse que estava tomando um remédio que escurecia a pele dela. [...] Outro momento engraçado é quando lemos as respostas dos questionários, tem cada uma! [...] tem sempre aquela pergunta na linha do por que o candidato se identifica como negro ou negra, [...] aí as respostas são as mais inusitadas que você pode imaginar, [...] **já teve candidato respondendo que é negro por que fazia capoeira, outro por que era membro do candomblé, [...] uma vez um candidato escreveu que era negro por que tinha a genitália grande** (risos) [...]!

Tae negro(a) membro da Comissão de Aferição da UFF

5.6- Conflitos entre os docentes - antirracistas *versus* ‘anti-antirracistas’

Durante o processo de pesquisa no campo, outro tipo de conflito na universidade se revelou. É o caso dos docentes antirracistas contra os ‘anti-antirracistas’⁶¹. Ele surge como desdobramento dos conflitos envolvendo estudantes negros e docentes, se convertendo em conflitos entre os próprios docentes, ou seja, entre aqueles que tomam partido dos estudantes negros e da causa negra, que chamamos de antirracistas, (majoritariamente negros) e docentes que não apoiam os estudantes negros e causa

⁶¹ Anti-anti-racistas é a expressão criada por Carvalho (2003) para se referir àqueles docentes que, durante as lutas pelas ações afirmativas nas universidades, não eram considerados racistas (assumidos) mas que, sob o manto da meritocracia, se mostravam extremamente aguerridos, mobilizados e refratários quando detectavam que, diante de uma eventualidade implementação de política afirmativa, esta poderia interferir nos seus interesses pessoais e de poder nos departamentos onde eram lotados.

negra, que intitulamos de ‘anti-antirracistas’. Esse fenômeno se conforma como uma extensão dos conflitos de uma determinada arena para outra, ou seja, de uma arena mais aberta à participação da comunidade universitária para uma interna, reservada e exclusiva ao seguimento dos docentes. Situação semelhante ocorreu no chamado “Caso Ari” da UnB⁶², já citado neste estudo.

De acordo com as entrevistas é possível apontar que uma das principais causas assumidas pelos docentes antirracistas nos embates com os outros colegas é evidenciar que os docentes brancos na UFF são a expressão do poder discriminador de um coletivo branco da sociedade brasileira e não apenas fruto do mérito de indivíduos brancos isolados. Que é necessário romper com a reprodução do *habitus* racial na universidade e construir de um ambiente mais plural, do ponto vista racial, na instituição.

Destacamos a seguir situação de conflito que revela bem esta situação.

Aqui já houve denúncias de conflitos de conotação racial [...] têm colegas dizendo que existe um novo grupo, onde me incluem, querendo romper com a **hegemonia** do curso a partir da adoção das cotas para negros na pós, [...] **outro professor branco**, me parou no corredor **colocou o dedo na minha cara** e diz que não concordava com a gestão da pós, eu disse a ele que tudo tinha sido aprovado em reunião e que nada justificava ele ter apontado o dedo na minha cara, [...] **acabou tudo se resolvendo aqui dentro do instituto**.

Docente negro(a) da Psicologia e militante do ENUFF

A pesquisa tem observado que ainda persiste na UFF considerável resistência às mudanças proporcionadas pelas ações afirmativas. Fica evidente que repercussão trazida com a inclusão do estudante negro na universidade causa incômodo em parte dos docentes e gestores, tendo em vista que, também possibilitam a alternância na estrutura do poder acadêmico da instituição. Dependendo da correlação forças no interior dos departamentos, o ambiente de trabalho docente pode se transformar em um espaço conflagrado onde aqueles - antirracistas que ficam ao lado das reivindicações dos estudantes cotistas sejam, costumeiramente, constrangidos pelos colegas - ‘anti-antirracistas’ com acusações de separatistas, desagregadores, etc. O racismo aversivo se manifesta de maneira veemente nesses casos. “Os que classificam os episódios

⁶² Situação já citada neste estudo em que os professores Jose Jorge de Carvalho e Rita Segato da UNB sofreram grandes constrangimentos pelos colegas do próprio Departamento por ficarem a favor do estudante Arivaldo.

analisados como racistas estariam inflando conflitos em um país no qual pessoas de diferentes raças convivem de forma harmônica” (MOREIRA, 2019). Dessa forma, a força do *habitus* racial na UFF é exercida através do embate direto, ou seja, na medida em que se desenvolve o processo de inclusão dos estudantes negros e de seus questionamentos ao mundo acadêmico branco.

O efeito de naturalização do preconceito, a ideia de que “sempre foi assim”, configura-se numa característica própria do *habitus*, nessa concepção de que as coisas estejam destinadas a operar dessa maneira e nunca vão mudar. Compreensões que partem desse princípio dificultam o trabalho docente, porque se trata de um trabalho árduo e contínuo, até porque transformar discursos e posturas pode levar os mesmos séculos de que se necessitou para formá-los (ALMEIDA e SANTOS, 2014, p. 6).

5.7- A questão do silenciamento dos conflitos

O estudo nos informa que, mesmo diante de um clima de tensionamento racial, nem sempre as ocorrências de constrangimentos e discriminações no cotidiano se desdobram em conflitos. Muitas vezes a iniciativa de reação não acontece, reforçando-se, assim, a postura de silenciamento.

Como podemos observar a partir das falas das entrevistas, é que mesmo reconhecendo a existência do racismo na universidade, muitas das vezes alguns docentes, Taes e estudantes renunciam as denúncias formais de discriminação. A pesquisa de campo indica que a incerteza das consequências de uma denúncia formal na universidade ainda é forte, tendo em vista, a ausência de impessoalidade em alguns espaços do poder acadêmico. Dependendo do seguimento da UFF, os motivos perpassam desde o medo de obstáculos na construção da carreira, perda do salário, risco na estabilidade, remoção, reprovação, perseguição, até do possível constrangimento com os colegas. Nesse contexto, a postura de silenciamento se configura numa opção garantia de estabilidade.

No que se refere a esse problema, destacamos a fala do (a) docente que trabalha na área da saúde e militante do ENUFF, ao se referir a trajetória de alguns trabalhadores negros da comunidade universitária da UFF.

Olha, [...] muitos e muitas também chegaram onde chegaram a partir de relações interpessoais [...] muitos chegaram **por engolir a sua negritude e tornar a sua cor de pele algo de menor importância**

nas relações. É um preço que se paga, por conta de um **salário**, por conta de uma **posição**. Vamos respeitar isso.

Docente negro(a) da Enfermagem e militante do ENUFF

Ainda sobre a questão do silenciamento destacamos a fala da estudante e Tae da universidade⁶³ sobre a reação de parte dos estudantes em casos de racismo,

É tudo muito velado. [...] O preto tem aquela questão do **silenciamento** [...] é muito comum. **Nosso povo não fala a gente se esconde e se encolhe** [...] **eu acho que é essa a reação do preto** [...] isso me diz muito esse **isolamento** [...] e não é só na matemática não, na psicologia também, na química, no Valonguinho todo. Eu via essas coisas durante o trabalho.

Estudante negro(a) de Psicologia e militante do ENUFF

Ao longo dos anos o SINTUFF não tem recebido denúncias de racismo envolvendo os Taes, mas sabemos que elas ocorrem. [...] Eu mesmo senti na pele uma vez [...]. Em 2019, eu tinha ido a uma feira com meus filhos no curso da veterinária, na entrada da feira, no momento de assinar a lista de presença, uma estudante branca do curso que estava cuidando da lista olhou para mim e disse, **‘ahhh você não é aluno daqui não [...] você é estudante do ensino médio né’** [...]. É bom lembrar que sou pardo, meu cabelo não é liso e meus traços não são brancos. Senti na hora aquele clima de discriminação, mas passei batido. Outra vez, eu presenciei um caso em que **um servidor negro estava sendo discriminado por um estudante branco na Reitoria**. O servidor, que era recém-empossado no cargo, estava sendo impedido de entrar no prédio pelo estudante. Acompanhei o caso, mas o servidor **não quis fazer o registro formal da denúncia**. Adiante, eu mesmo tentei dar visibilidade ao caso novamente, mas o próprio servidor me impediu de fazê-lo, argumentando que não queria ser visto como **‘coitadinho’**.

Tae negro(a) e dirigente do Sintuff

A fala acima evidencia a força do *habitus* racial na universidade, tendo em vista que a escolha pelo não confronto - ‘silenciamento’, mesmo diante de um momento de opressão, é vista como uma atitude costumeira.

De acordo com os depoimentos de militantes dos coletivos entrevistados, no caso dos estudantes, essa situação se altera diante entrada dos cotistas negros fruto das ações afirmativas e conseqüentemente a criação dos seus coletivos políticos. Nesse sentido, o protagonismo dos coletivos se converte num divisor de águas, tendo em vista

⁶³ A entrevistada antes de ser estudante cotista, já era servidora da UFF, portanto, com vivência universitária anterior a implementação das ações afirmativas.

que, proporcionam um espaço político para as denúncias e de socialização da discriminação racial na comunidade universitária. Contudo, em função do desconhecimento da existência dos coletivos ou pela própria opção das vítimas pelo anonimato, nem todos os casos de racismo envolvendo estudantes cotistas chegam aos coletivos, ou seja, nem sempre os coletivos conseguem ofertar algum tipo de amparo às vítimas e visibilidade às denúncias.

Geralmente, esses conflitos raciais, envolvendo estudantes cotistas ou não, ficam conhecidos “à boca pequena”, através das vozes nos corredores – “rádio-peão” ou “rádio-corredor” (BUENO, 2009) da universidade. Nos depoimentos colhidos não ficam explícitos os motivos desse perfil de comunicação, todavia, mesmo não sendo o foco da pesquisa, intuímos que esse fenômeno se dá em função do constrangimento que denúncias envolvendo a questão racial ainda provocam nos membros da comunidade universitária da UFF.

Perguntada sobre como se tem ciência dos casos de conflitos de racismo, o(a) docente e membro do ENUFF diz,

Como sempre pelos **corredores**, essas coisas nunca são colocadas **formalmente**, debatidas de maneira aberta, explícita, isenta, [...] é tudo no **corredor**, é tudo alguém disse, alguém falou, bem ao *modus operandi* desta universidade.

Docente da Enfermagem e militante do ENUFF

O professor José Jorge de Carvalho, estudioso da questão racial das universidades, confirma que as instituições sempre desenvolveram um processo de “*abafamento*” para lidar com os conflitos raciais internos. “*É tudo muito velado [...]*” como disse a estudante anteriormente. O antropólogo sinaliza, inclusive, que esse processo de ocultação dos conflitos se sustenta num acordo tácito baseado com leniência dos docentes brancos que sequer estão envolvidos diretamente nos conflitos.

Os conflitos raciais ocorridos nas nossas universidades são até certo ponto controlados pela comunidade acadêmica branca para que não saiam fora de nosso espaço; por outro lado, a comunidade acadêmica não os inibe nem os elimina de vez. Como se construíssemos um clima favorável ao racismo de baixo impacto cuja função é produzir um clima de ameaça e desconforto constantes para os estudantes negros. Há uma permissividade crônica que estimula a discriminação e uma pressão para abafar os conflitos, com uma tendência à acomodação por parte do aluno dada a ameaça da reprovação. O

professor racista é simultaneamente acolhido pelos colegas e colocado numa situação de afastamento estratégico: os mesmos que os protegem podem assim dizer que não compartilham de suas posições preconceituosas (CARVALHO, 2006, p. 200).

5.8- A questão da ouvidoria da UFF

Os entrevistados sinalizam uma característica relevante de parte dos conflitos. É que em sua grande maioria eles são “solucionados” dentro do próprio espaço em que surgiram, ou seja, esses conflitos, mesmo quando não são silenciados durante seu desenvolvimento, não chegam à ouvidoria da universidade. Com exceção daqueles conflitos que dizem respeito às fraudes no acesso pelas cotas, que têm uma repercussão mais ampliada, todos os outros conflitos com viés racial na UFF tendem a “soluções” internas, caseiras, domésticas, sem visibilidade, “não institucional”. Dessa forma, os atores envolvidos nesses conflitos não proporcionam para que os gestores da instituição tenham ciência do problema e tomem as devidas medidas administrativas de apuração dos casos.

Em caso de conflito, a gente pede ao aluno a formalização, a gente pede para o aluno escrever o caso, depois pede para o aluno fazer uma apresentação verbal e aí gente vê o que pode ser feito e tenta se fazer [...]. Dependendo da situação a gente busca uma sensibilização. [...] Sobre os conflitos nós estamos controlando aqui, gente não encaminhou ainda nenhum problema como esse para ouvidoria. [...] Aqui na sociologia, se sabe da ouvidoria da Universidade, só que no primeiro momento a gente não encaminha no sentido da ouvidoria [...] a gente sabe que isso pode até mesmo gerar um processo administrativo contra o professor, a gente sabe disso, então faz tudo para solucionar o problema aqui, a gente chama o professor para solucionar o problema, depois a gente volta para o aluno apontando uma solução.

Docente negro(a) da Sociologia militante do ENUFF

A atitude de resolver tudo “em casa” e não levar os conflitos para ouvidoria é mais forte entre os servidores, tanto Taes como docentes e são justificadas, principalmente, em função dos possíveis constrangimentos no ambiente de trabalho, já citados aqui anteriormente. É considerada como justificativa também, a possível prática de corporativismo de proteção aos “agressores”, a chamada “vista grossa” por parte dos gestores. Essas percepções corroboram com o descrédito da ouvidoria da universidade como uma instância imparcial para se encaminhar denúncias, fazer acolhimento e possibilitar mediações. Diante desse contexto, os coletivos negros e anti-racista da UFF

assumem um papel fundamental na socialização do conflito para o resto da comunidade universitária.

No que diz respeito à credibilidade da ouvidoria da UFF, destacamos o depoimento de outra docente.

Eu não vou nem desqualificar a ouvidoria geral da UFF, eu vou **desqualificar** qualquer ouvidoria. Eu acho que é uma coisa mais **embarreiradora da obtenção de algum direito** do que uma ouvidoria. Se a instituição está questionada, é muita ingenuidade nossa acreditar que uma ouvidoria vai acolher uma queixa e trabalhar para dentro da corporação. [...] **A da UFF então, não acredito que ela que seria a romper com o corporativismo, provavelmente seria a última a fazer isso.**

Docente negro(a) de Enfermagem e militante do ENUFF

Aqui não rolava denúncia via ouvidoria, primeiro os estudantes cotistas levavam para o Departamento e aí a gente acolhia e tocava. [...] Podemos até encaminhar à ouvidoria, mas como qualquer encaminhamento que eu presenciei aqui nos últimos anos: **morreu no meio do caminho** [...] as **denúncias são abafadas no caminho**. Não foram adiante. [...] Eu acho que estamos criando um **constrangimento** em relação às **agressões de cunho racial e outras**, hoje nós temos os **coletivos**, os **grupos** que têm o objetivo não somente de identificar, mas se posicionar e não deixar de debater. Daí para frente, partir para encaminhamento de denúncia esbarramos na barreira da própria instituição que por mais que ela crie os canais eles são **obliterados** durante o processo por conveniência.

Docente negro(a) da Geografia e militante do ENUFF

Essa ouvidoria a gente não confia, toda vez que encaminhamos alguma questão para lá nunca tivemos resposta de nada. Eu vejo a ouvidoria como mero braço institucional pra fingir que está cumprindo a lei.

Tae negro(a) e dirigente do SINTUFF

No que diz respeito aos estudantes cotistas, o que podemos aferir na pesquisa empírica é que são poucos os casos que são levados à ouvidoria da UFF. Os cotistas, através dos coletivos de estudantes negros, têm como preferência a estratégia de dar visibilidade e exposição pública, inclusive, quando possível, de levar a situação para grande mídia. Os coletivos negros entendem que a provocação do constrangimento público do “agressor” e ou da instituição tem um efeito mais eficaz e positivo em direção à punição e a superação do problema do que um simples registro na ouvidoria.

Em defesa da ouvidoria da UFF, a pró-reitora de graduação Alexandra Anastácio em falas públicas, presenciadas durante a pesquisa⁶⁴, tem apontado que as denúncias de conflitos, através da ouvidoria, têm crescido com o tempo, mas ela tem certeza que ocorrem muitos mais casos dentro da instituição.

Logo que assumi na gestão da pasta, as denúncias eram raras e se auto-intitulavam mais no campo do **assédio moral**, hoje elas já indicam alguma **conotação racial** e têm assumido uma **capilaridade por toda a instituição**, [...] eu li recentemente denúncias de estudantes da engenharia, da psicologia, de medicina e outras.

Alexandra Anastácio, docente e gestora da PROGRAD/UFF

Com base nos depoimentos, podemos inferir que a forma da ‘solução caseira’ dos conflitos impede que a comunidade universitária, como um todo, tenha acesso e conhecimento dos detalhes de suas constituições. Além de prestigiar a ‘fofoca’ dos corredores, esse *modus operandi*, ainda hegemônico na cultura institucional da UFF, dificulta de maneira objetiva, não somente a crítica com mais veemência às estruturas racistas universitárias, mas condicionalmente a sua superação do *habitus* racial existente.

Diante deste cenário, as discriminações vão se perpetuando, e se restringindo somente a comentários de corredor. Como os registros na ouvidoria da universidade e de boletins de ocorrência na polícia inexistem, a ausência de denúncias formais indica que, não há um acompanhamento mais próximo dos processos de discriminação. Esse fato proporciona para que muitos dos eventos discriminatórios acabem se diluindo no tempo, ficando, somente, na memória daqueles que compartilharam de tal situação. É tal da ‘estratégia de amnésia’ que Carvalho (2006) se refere.

Os incidentes se repetem frequentemente, porém deles fica em geral apenas pequenos fragmentos de relato, geralmente de terceira mão, retirados do seu contexto maior e divulgamos quando já não mais carregam consigo a chama de um foco de conflito em que se possa intervir. Por isso, acabam sucumbindo à estratégia de amnésia imposta pelos brancos, que não querem enfrentar essa realidade de injustiça para não ter que assumir posições públicas (CARVALHO, 2006, p. 85).

Esse contexto só se altera diante da mobilização da comunidade universitária provocada pela entrada de estudantes frutos das ações afirmativas e por conseqüente a

⁶⁴ Evento da Prograd em novembro e seminário da Enuff agosto.

criação de seus coletivos. Nesse sentido, se confirma a perspectiva de Carvalho (2006) que, a política de cotas nas universidades é um divisor de águas no que diz respeito às denúncias de discriminação racial. Com exceção do “Caso Ari” na UnB⁶⁵, antes das cotas “todos os casos foram silenciados, censurados ou abafados no interior das instituições universitárias em que sucederam” (Ibid, 2006, p. 200).

Finalizando sobre a ouvidoria universidade, podemos assegurar que: 1) a inexistência de um mecanismo ou procedimento institucional eficaz que possa reunir todos os registros de conflitos prejudica sobremaneira a aferição e classificação dos mesmos e; 2) Do ponto de vista da credibilidade, os relatos colhidos na pesquisa indicam que a ouvidoria da universidade ainda se mostra incapaz de absorver a totalidade dos conflitos, em especial os de conotação racial. Parte da comunidade universitária da UFF não incorporou a cultura da denúncia por via institucional na ouvidoria. Pela percepção dos entrevistados, entre outros motivos, falta insuspeição na gestão universitária.

5.9- Impactos dos conflitos

Em atendimento aos objetivos da Tese, seguiremos com os impactos dos conflitos envolvendo estudantes cotistas negros na UFF. Esta parte do estudo fez uso tanto dos relatos das entrevistas como de documentos institucionais para tratar dos impactos. Foram ainda aglutinadas às análises, figuras e fotografias alcançadas durante o trabalho de campo. Dessa forma, entendemos oferecer ao leitor um maior poder de compreensão do contexto estudado.

5.9.1- Impactos institucionais

Impactos institucionais neste estudo são aqueles relacionados a efeitos, repercussões, influências, consequências e resultados provocados no ambiente institucional da UFF.

5.9.1.1-Comissão de Aferição da UFF

Em nossa avaliação, um dos principais impactos institucionais, ocorridos a partir dos conflitos raciais na UFF, foi a criação da *Comissão de Aferição*, que tem a tarefa de

⁶⁵ Supracitado.

aperfeiçoar o processo de acesso aos cursos pelas cotas e combater as fraudes. Instaurada no primeiro semestre de 2017 para identificar fraudes nas autodeclarações, a Comissão de Aferição da UFF é pioneira nas universidades do Rio de Janeiro. Somente em 2020 que a UFRJ criou instância semelhante intitulada, Comissão de Heteroidentificação.

Do ponto de vista da legislação, foi a partir da Portaria 13/2016 do Ministério do Planejamento que instituiu a obrigatoriedade de examinar a autodeclaração. E no que diz respeito, especificamente, às universidades, foi Portaria 41/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público que determinou a criação de comissões para evitar fraudes e examinar as autodeclarações.

No caso da UFF, a iniciativa da Comissão de Aferição surgiu a partir de uma solicitação do Ministério Público Federal de Niterói, após denúncias de fraudes nas cotas sociais/raciais da graduação, encaminhadas por vários coletivos negros da Universidade. O foco das denúncias era para que os beneficiados pelas ações afirmativas fossem, verdadeiramente, membros da população negra. Dessa forma, a UFF teve que alterar o seu método para acesso às cotas, tendo em vista, que a instituição, adotava apenas o critério de autodeclaração para comprovação racial.

Após a criação da sua Comissão de aferição a UFF foi convidada pelo MPF a participar da Audiência Pública intitulada: “Ações afirmativas para a igualdade racial: critérios de aferição do direito às cotas para acesso ao ensino superior no sistema federal” presidida pelo Procurador da República Renato de Freitas Souza Machado, realizada no dia 27 de outubro de 2017, que contou com a presença de dirigentes das universidades públicas do Estado do RJ, inclusive da UFF; representantes do governo federal através do Ministério da Educação - MEC/SISU, do Ministério de Direitos Humanos – MDH e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade - SEPPIR; membros do MPF/RJ; Superintendência de Igualdade Racial e Diversidade Religiosa do Estado do Rio de Janeiro; estudantes e ativistas dos movimentos sociais negros.

Informa a Ata,

Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, Ana Padilha Luciano de Oliveira, fez uma fala inicial acerca da importância de se combaterem as fraudes que vêm ocorrendo com relação às cotas para negros para acesso às universidades. Não raro, os candidatos de cor

branca que se autodeclararam negros são ideologicamente contrários às cotas, e se utilizam deste artifício como forma de demonstrar que as cotas não deveriam existir e prejudicam aqueles que delas necessitam (MPF ATA, 2017, p.1)

A UFF se fez presente através da Prof^a. Ana Cláudia Cruz representando da Coordenadora da Comissão de Aferição da universidade e pelo Prof^o Lenin dos Santos Pires representando a reitoria da UFF. O primeiro pronunciamento pela UFF foi da Prof^a. Ana Cláudia Cruz,

A UFF iniciou a experiência da aferição a partir de demanda do Ministério Público, tendo construído para 2017-1, em momento pós-matrícula, o que trouxe vários problemas para levar a cabo o controle, uma vez que já eram alunos. A partir da foto, convocavam alunos para entrevistas. Como os candidatos já eram alunos, tiveram direito de recorrer administrativamente. Os recursos seriam analisados por uma segunda comissão estabelecida. Em 2017-2, a verificação ocorreu após a inscrição no SISU e a pré-matrícula. Nesse primeiro momento presencial do candidato na Universidade, foi feito o exame pelas comissões. Foram 1.274 alunos declarados pretos, pardos e indígenas. [...] Destes, foram indeferidos 203. Dos indeferidos, 188 recorreram e, destes, foi mantido o indeferimento de 162. Resultou o percentual em torno de 14% de alunos cujo ingresso mediante cota foi indeferido. A comissão foi feita de forma diversa em cor, gênero, e cargo. Não foi necessariamente paritária, em razão de dificuldades práticas. O candidato respondia por que se considerava negro e se já tinha sofrido preconceito. [...] Teve brancos que se maquiaram, que até debocharam, fotos que não correspondiam à realidade. Também teve pessoas que aludiram à ancestralidade – é preciso convencer a sociedade a falar disso, necessidade de perceber que a vaga é para negros, pretos e pardos, fazer um trabalho junto ao Judiciário, nas escolas, etc... (MPF ATA, 2017, p. 5-6).

Pela reitoria da UFF na Audiência Pública destacamos a fala do Prof^o Lenin dos Santos Pires,

Na UFF, houve a necessidade de uma segunda comissão para analisar os recursos. Há um público que se autodeclara baseado na classificação do Estado de que os negros são pretos e pardos. [...] Na pós-graduação também se aprovou um programa de cotas em alguns cursos, o que também foi objeto de questionamento judicial. Para um dos próximos concursos, de 100 já tem 55 candidatos inscritos na cota (MPF ATA, 2017, p. 6).

Adiante, em outra oportunidade, a Prof^a de Antropologia Ana Cláudia Cruz, primeira Presidente da Comissão de Aferição da UFF, reconheceu a importância da mudança,

De fato, teria que haver uma comissão de aferição. Quando a gente observava as fotos das turmas de Odontologia, de Medicina e de Direito, por exemplo, apesar de já estarmos com quatro anos de cotas e termos atingido, em 2016, a porcentagem máxima de alunos que poderiam entrar pela política, continuávamos com turmas brancas. Isso estava esquisito. Alguma coisa, de fato, tinha que acontecer (5 ANOS DE COTAS, 2017).

5.9.1.2- Bolsas

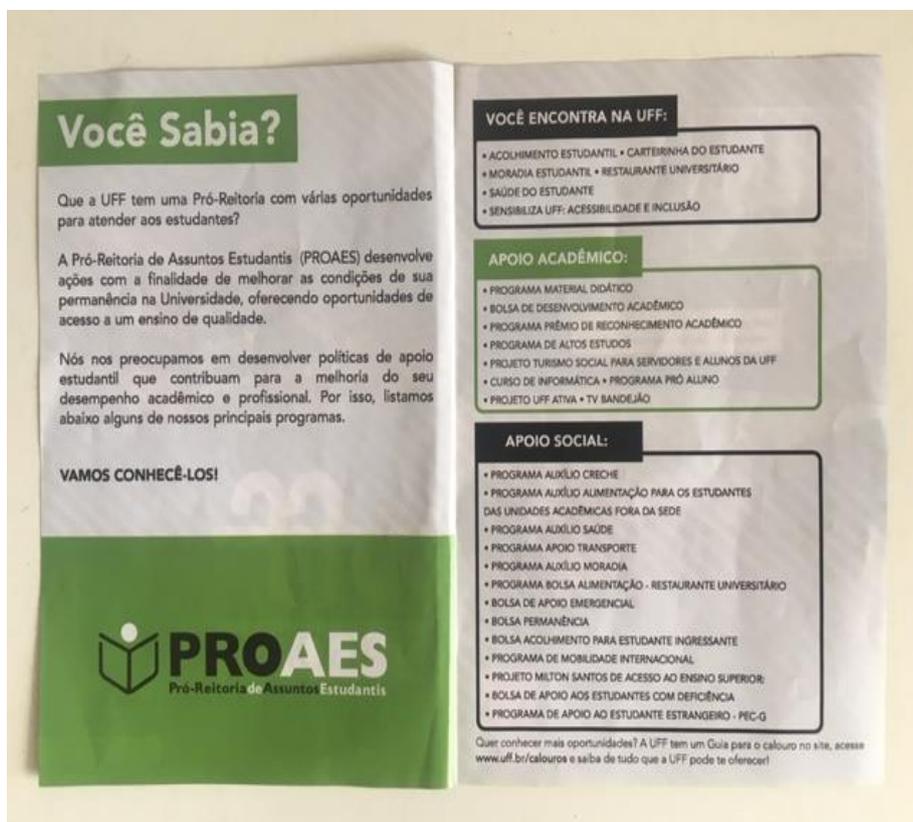
Considerando que as ações afirmativas são voltadas para estudantes de escola pública, que se subdividem percentualmente em vagas para pretos, pardos, indígenas e deficientes físicos, após levantamento sobre as bolsas voltadas para estudantes, constatamos que não existe nenhum programa, apoio, bolsa de incentivo ou de auxílio na UFF voltado, especificamente, para estudantes pretos e pardos oriundos das ações afirmativas. Todas as iniciativas⁶⁶ da universidade voltadas para o conjunto dos estudantes são universais ou têm algum corte que pode ser de renda (vulnerabilidade econômica), matriculados distantes da sede (Niterói), maternidade de filhos até 6 anos, residentes em cidades do interior do Rio de Janeiro, cobertura de gastos com saúde, estudante de altas habilidades, estudante estrangeiro, estudantes indígenas e quilombolas. Com essa configuração para a distribuição de apoios, programas, bolsas e auxílios, os seguimentos de estudantes pretos e pardos (negros), em alguma medida, são alcançados pelas variadas iniciativas da UFF.

De acordo com a PROAES e a página institucional da UFF, as iniciativas são divididas em acadêmicos e sociais. Apoio acadêmico: 1) Programa Bolsa Material Didático; 2) Programa Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico; 3) Programa prêmio de Reconhecimento Acadêmico; 4) Programa de Altos estudos; 5) Projeto Turismo social para servidores e alunos da UFF; 6) Curso de Informática – Programa pró-aluno e 7) Projeto UFF ativa – Tv Bandeirão. Apoio Social: 1) Auxílio Creche; 2) Auxílio Alimentação para os Estudantes das Unidades Acadêmicas fora da Sede; 3) Auxílio Saúde; 4) Apoio Transporte; 5) Auxílio Moradia, 6) Programa de Bolsa Alimentação – Restaurante Universitário; 7) Bolsa Apoio Emergencial; 8) Bolsa Permanência; 9) Bolsa Acolhimento para estudante ingressante; 10) Programa de Mobilidade Internacional; 11) Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior; 12) Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência; 13) Programa de Apoio ao Estudante Estrangeiro – PEC G.

⁶⁶ Algumas iniciativas já existiam na UFF antes da implementação da lei de cotas 12.711/2012.

(UFFd, 2019). Em resumo, considerando, bolsas, apoios, auxílios e programas, ao todo são 20, conforme figura abaixo.

Figura 30 – Material de divulgação da PROAES distribuído nos *Campis* da UFF



Fonte: Fotografia feita pelo autor

É importante registrar que a distribuição da maioria das iniciativas de auxílio voltadas para estudantes na UFF obedece à regulamentação federal. Essas ações institucionais, em geral, não são frutos de conflitos em âmbito interno da Universidade, contudo, possuem uma relação direta com a garantia da permanência dos estudantes oriundos das políticas de ação afirmativas. Nesse sentido, a efetivação da política de bolsas, apoios, auxílios e programas tem impacto significativo nas interações dos estudantes cotistas negros com Universidade.

5.9.1.3- Ações afirmativas nos programas de pós-graduação *strictu sensu* da UFF

Ainda sobre os impactos dos conflitos relacionados aos estudantes cotistas negros na graduação poderíamos também listar o crescente número de programas de

pós-graduação *strictu sensu* da UFF que vem adotando as ações afirmativas para ingresso em seus concursos.

Mesmo tendo como base a recomendação da Portaria nº 13/ 2015 do MEC, as ações afirmativas nos cursos de pós-graduação das universidades têm encontrando grande resistência dentro dos departamentos - “ambiente ‘branco’ confinado” (CARVALHO, 2005-2006, p. 36), tendo em vista, o “apadrinhamento” e compromissos de orientação pré-assumidos. A leitura de parte dos docentes é que as cotas provocam uma interferência geral na estrutura de poder monocromático nos departamentos.

É importante frisar que as ações afirmativas nos programas de pós-graduação só têm avançado a partir de grande mobilização protagonizada pelos docentes negros antirracistas e coletivos de estudantes negros no interior da comunidade universitária.

De acordo com os dados ofertados pela prof^{ra} Andrea Latge, atual Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPPI, a UFF tem 88 programas de pós-graduação sendo que, até 16/08/2019, 49 desses cursos possuem com algum tipo de reserva de vagas (UFFe, 2019).

5.9.1.4- A questão da capacitação dos servidores da UFF (docentes e Taes)

Uma questão levantada durante a pesquisa, diante da tendência de crescimento dos conflitos, era se a UFF deveria promover, através de sua gestão de pessoas, processo de capacitação direcionado aos seus servidores (docentes e Taes), com a perspectiva de qualificar a sua atuação diante do contexto das ações afirmativas na Universidade.

Como podemos observar nos relatos colhidos nas entrevistas, não há consenso sobre a necessidade de capacitação institucional relacionada às ações afirmativas.

Iniciamos com os relatos favoráveis,

Eu acho que é fundamental, imprescindível, que a própria instituição universitária crie políticas, ações que propiciem informações a respeito desta **nova demanda** e também que ensino da História da África seja considerado nos programas. **Os professores precisam estudar.**

Estudante cotista negro(a) da Geografia e militante do CENUFF

Eu entendo que é necessário sim, algum tipo de capacitação. **É importante explicar ao servidor que as cotas não são nenhum favor, mas parte de um processo de reparação histórica. Em geral, os Taes não têm essa consciência.** E não me lembro da UFF ter promovido algum tipo de capacitação para seu corpo de servidores com essa temática. [...] Acho importante fazer sim.

Tae negro(a) e dirigente do SINTUFF

Eu não sei se seria uma capacitação, têm universidades que fazem e é interessante [...] eu acho que seria bom uma ação que apresentasse a universidade para o profissional que chega, ele precisa saber como é a instituição que ele vai trabalhar [...] **saber quantos alunos nós temos, qual o perfil do nosso aluno, se ele mora em Niterói, se ele mora nas redondezas, quantas horas ele leva para chegar aqui, quais são as dificuldades que nós temos e aí a questão das ações afirmativa entrariam nesse contexto.**

Docente negro(a) da Sociologia e militante do ENUFF

Segue as posições interpretadas na pesquisa como contrárias ao processo de capacitação,

Em minha opinião, **acho que não é problema de capacitação, mas sim de conscientização [...]** eu acho que o professor pode até trazer outros autores, mas pode lê-los a partir de um viés etnocêntrico, ele vai estar sempre na posição dele, de entendimento que o saber tem origem na Europa, um saber branco [...] não sei, tenho minhas dúvidas. [...] É o próprio professor que vai ter que modificar, não pode ser uma ação de fora para ser ajustada a força na sala de aula.

Docente negro(a) da Psicologia e militante do ENUFF

Essa preocupação aparece nos encontros, nos seminários, mas não consigo ver a instituição capaz de pensar ou de propor alguém para fazer isso, quem seria as pessoas que fariam um conteúdo para isso? [...] Talvez a gente precise superar os problemas com **solidariedade** e com **convencimento**.

Docente branco(a) da Sociologia e dirigente da ADUFF

Conforme o conjunto dos relatos, reiteramos que não existe consenso a respeito da questão da capacitação.

Aqueles que se posicionam a favor, ressaltam que a UFF deveria desenvolver um processo de capacitação voltado para uma melhor preparo de seus quadros funcionais diante da nova realidade provocada pelas ações afirmativas. Os relatos a favor indicam que existem demandas tanto de conteúdo programático como de adaptação e de entendimento das políticas afirmativas.

Os que se posicionam contrário à capacitação demonstram reconhecer os problemas de atuação da UFF com relação à implementação da Lei 12.711/2012 e seus desdobramentos no atendimento aos estudantes oriundos das cotas. Contudo, não vislumbram solução fértil por via institucional, ou porque acreditam que o melhor caminho para avançar seria de âmbito individual, garantindo a liberdade em sala de aula do professor; ou por depositarem certo ceticismo na capacidade da UFF em dar conta do problema.

5.9.2- Impactos na conscientização e mobilização política

Antes das políticas públicas de ação afirmativa nas universidades, a atuação militante estudantil negra na UFF era feita principalmente por grupos associados a pesquisa acadêmica. Nesse contexto, temos Grupo de Trabalho André Rebouças, criado pela ativista negra Beatriz Nascimento em 1977 e adiante, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs UFF⁶⁷. Contudo, foi, principalmente, a partir dos NEABs que a intervenção política estudantil negra se articulou com mais força, Eram iniciativas de projetos de pesquisa, realização de seminários, etc., mas sempre com uma ênfase mais política.

Este cenário se transforma completamente com implementação da Lei 12.711/2012, a chamada lei das cotas. Na medida em que mais estudantes negros acessam a UFF e mais conflitos raciais vão surgindo, mais coletivos de estudantes negros vão sendo criados, relação esta que temos enfatizado ao longo deste estudo. Ou seja, considerando a UFF como um campo de forças (BOURDIEU, 1996a) o aumento das organizações e grupos militantes de estudantes negros, provavelmente, tem uma ligação direta com a deflagração e acirramento de conflitos de cunho racial na Universidade.

5.9.2.1- Grupos e coletivos políticos de estudantes negros na UFF

Além dos NEABs, já supracitados, temos em atividade os grupos e coletivos: Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF - Iolanda de Oliveira (CENUFF), Encontro de

⁶⁷ A história dos NEABs tem início em 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO na UFBA. Desde então, outras IES públicas e privadas passaram a criar órgãos correlatos, privilegiando a sigla NEAB. Atualmente, incluíram o “I” no final do nome indicando estudos também com indígenas. – NEABIs. Na UFF, as atividades dos NEABIs-UFF se concentram principalmente nos *campis* de Macaé e Rio das Ostras da Universidade.

Professores Negros, Ativistas e Militantes Antirracistas da UFF (ENUFF), Coletivo de Estudantes Negros da UFF UBUNTU (Angra dos Reis), Coletivo Negro Mercedes Baptista (Campos de Goytacazes), Coletivo Lélia Gonzáles da Arquitetura, Coletivo de Negros da Praia Vermelha, Coletivo Narrativa Preta - Letras, Coletivo de Estudante Negrxs de Medicina, Coletivo de Estudantes Negros Douglas Nicácio da Geografia, Grupo Afrofeministas Anastácia Bantu do Direito e Coletivo de estudantes negros e negras da Fac. de Direito - Negro Caó. No âmbito do movimento estudantil tradicional, destacamos a Diretoria de Direitos Humanos da gestão do DCE da UFF e os Diretórios Acadêmicos dos cursos que, atualmente, também promovem atividades de combate ao racismo na Universidade.

Muito provavelmente existem outros grupos na UFF que a pesquisa não conseguiu alcançar. Em geral os grupos e coletivos têm vida curta e precisam ser renovados a cada semestre do ano letivo, tendo em vista, a saída regular de estudantes militantes já graduados, como também, a dificuldade de arregimentação de novos componentes. Essa dinâmica sazonal pode interferir diretamente nas atividades dos coletivos.

5.9.2.2- Mobilização de estudantes negros(as) na comunidade universitária abordando temas que envolvem a questão racial “extramuros” da UFF

Com o ingresso de mais estudantes negros(as) na UFF, não somente uma maior diversidade física é percebida entre os alunos, como também, a introdução de outras pautas na arena de reivindicações e protestos do movimento estudantil, temas inclusive que envolvem a questão racial “extramuros” da Universidade. Nesse sentido, caso considerarmos os preceitos do interculturalismo crítico (WALSH, 2009), fica evidente a necessidade de expressar o desejo de transformação da UFF no contexto de mudanças sociais gerais, ou seja, de reforçar a tese de que os problemas, a serem enfrentados na Universidade, fazem parte de um contexto maior de questionamentos à estrutura de poder da sociedade.

Figura 31- Cartaz no *pilotis* do ICHF Figura 32– Grafite escadaria Serviço Social



Fonte: fotografia feita pelo autor

Figura 33 - Cartaz de protesto



Fonte: fotografia feita pelo autor

Figura 34 - Grafite nos *pilotis* do ICHF



Fonte: fotografia feita pelo autor

Figura 35– Grafite luta feminista negra



Fonte: fotografia feita pelo autor

Figura 36- Grafite J.Hendrix black power



5.9.2.3- Atuação nas disputas da gestão universitária da UFF

Após a implementação das ações afirmativas e o aumento do ingresso de estudantes negros na UFF, tem se observado alteração no cenário da política universitária. A introdução de um novo sujeito “o estudante negro cotista” tem influenciado de maneira determinante o embate de forças (BOURDIEU, 1996a) pela condução dos processos políticos na UFF. Nas consultas para escolha de Reitor, eleições para o DCE, ADUFF, SINTUFF e de Diretórios Acadêmicos, a exigência dos posicionamentos sobre as cotas passou a figurar nos programas e propostas, inclusive, exigindo-se, o compromisso na defesa da política social afirmativa.

Um exemplo de atuação nas disputas da gestão universitária da UFF foi o caso da última consulta à comunidade para escolha de Reitor da UFF. Diante da campanha acirrada entre as chapas, estudantes ligados a uma delas resgataram uma entrevista feita aos jornais do líder da chapa concorrente na qual se posicionava contrário à implementação das cotas via Lei 12.711/2012. Assim, com a perspectiva da disputa no campo simbólico (BOURDIEU, 1989) confeccionaram cartazes (Figura 41) com o depoimento e divulgaram tanto nas redes sociais como nos *campi* da Universidade.

Não possuímos elementos que nos autorizam afirmar que o posicionamento sobre as cotas determinou o resultado, contudo, é importante registrar que a chapa favorável às cotas se consagrou vitoriosa⁶⁸, inclusive entre os estudantes.

Figura 41 – Cartaz colado no *Campus* Gragoatá produzido durante a campanha para reitor da UFF em 2018

⁶⁸ A chapa vencedora chapa composta pelos professores Antônio Claudio e Fabio Passos obteve 51,24% da pontuação correspondente aos votos válidos de cada segmento - professores, servidores técnico-administrativos e estudantes -, contra 48,76% da chapa composta pelos professores Roberto de Souza Salles e Wainer da Silveira e Silva. Foram 1.502 votos de professores, 986 de técnico-administrativos e 6.307 de alunos para Antônio Cláudio e Fábio contra 845 votos de professores, 1.785 de técnico-administrativos e 2.706 de alunos para Roberto Salles e Wainer. Brancos e Nulos houve 305 dos alunos, 140 dos docentes e 98 dos técnicos (UFF, 2018).



Fonte: fotografia feita pelo autor

5.9.2.4- Maior mobilização em defesa das cotas na comunidade universitária

Ainda sobre os impactos causados pelos conflitos raciais envolvendo estudantes cotistas negros, identificamos que nos momentos em que fraudes nas cotas para negros são descobertas e denunciadas pelos coletivos de estudantes negros, aumenta-se também a mobilização em defesa da política pública no interior da Universidade. Em geral, os debates sobre a questão racial na comunidade universitária ficam mais frequentes e acirrados. Uma das demonstrações de mobilização política se configura com os grafites feitos nos *pilotis* dos prédios do *campus* do Gragoatá.

Figura 42- Grafite no *pilotis* do Gragoatá Figura 43- Grafite no *pilotis* do Gragoatá



Fonte: fotografia feita pelo autor

Fonte: fotografia feita pelo autor

Figura 44- Pichação no banheiro do prédio da Letras do Gragoatá



Fonte: fotografia feita pelo autor

5.9.2.5- Temática racial mais presente nos debates, palestras e seminários da UFF

Devemos ressaltar que é possível verificar significativo crescimento de debates, seminários, rodas de conversa, exibição de filmes e outras atividades acadêmicas sobre a questão racial na Universidade. É importante frisar que muitas dessas iniciativas são promovidas pelos próprios coletivos de estudantes negros, passando ao largo das investidas dos departamentos e da programação acadêmica da UFF.

De acordo com a minha percepção aumentou tanto na quantidade e como na qualidade os eventos acadêmicos que tratam da questão racial na UFF. [...] Sou professor antigo e militante de combate ao racismo da velha guarda, parece que a molecada que está chegando vem com mais bagagem, mais conteúdo do que antes [...] talvez tenham tido contato com a luta negra nos cursinhos pré-vestibulares, não sei [...].

Docente negro(a) do curso de Antropologia e militante do ENUFF

As análises dos relatos junto das fotografias colhidas durante o trabalho de campo indicam um provável acirramento dos conflitos raciais na UFF com a implementação da Lei 12.711/2012. Nesse processo o protagonismo dos coletivos de estudantes negros no cotidiano é considerado como fundamental para compreender os impactos na conscientização e mobilização política na Universidade em sua fase pós-cotas.

5.9.3- Impactos na integração entre estudantes

Conforme observamos durante o estudo, a implementação das cotas na UFF tem provocado uma série de conflitos que por sua vez causam impactos importantes na comunidade universitária. Com relação aos impactos na integração dos estudantes, destacamos o relato de estudante cotista sobre a mudança do perfil da *Associação Atlética Acadêmica Pio Orlando* (DRAGÕES, 2016), associada aos cursos de Engenharia da UFF. A estudante cotista, que já foi presidente do Diretório Acadêmico da Engenharia e participante ativa da Atlético, também conhecida como Dragão, informa que, antes da implementação das cotas, existiam músicas extremamente racistas, misóginas e machistas que eram cantadas pelos estudantes torcedores durante as competições, músicas que refletiam o perfil elitista branco das engenharias e o *habitus* racial (LAHIRE, 2005) atuante da UFF. Esses cantos compuseram o repertório até 2016. Após processo de questionamento e debates entre os alunos, promovidos pelo DA, essas músicas foram retiradas e atualmente, não compõem mais o repertório dos estudantes torcedores. A estudante entrevistada destaca um trecho da música que expressava o preconceito racial em relação aos estudantes cotistas negros de outras instituições em competições universitárias.

Eu vou vencer o Intereng [...] e curtir na Cantareira [...] lá no Fundão só virgem e na PUC boqueteira [...] Na **UERJ** só **ladrao** e na Veiga só lesado, desce mais uma rodada que o Dragão tá afiado [...] Desce maaaaais, desce maaaaais [...].

Estudante cotista negro(a) de Engenharia e militante do Coletivo de Negros da Praia Vermelha

5.9.3.1- Recepção diferenciada para calouros cotistas

Com a perspectiva de enfrentamento ao *habitus* racial (LAHIRE, 2005) estabelecido na UFF, outro fenômeno interessante é a recepção diferenciada aos estudantes cotistas, produzida pelos coletivos de estudantes negros e pelo DCE da UFF. Como forma de substituição ao tradicional trote dos veteranos aos calouros, ocorre a “Calourada Preta”, semana de debates e roda de conversas na abertura do semestre, que objetiva maior integração dos estudantes cotistas negros(as) no interior da comunidade universitária. Em 03/03/2020, membros do DCE da UFF, como da UNE se fizeram presentes na recepção aos estudantes cotistas no *campus* Gragoatá, dando boas vindas e distribuindo cartazes e adesivos, conforme registrado nas figuras 38 e 39 a seguir.

Figura 37 – Faixa do DCE presa na entrada do *Campus* do Valonguinho em 2018



Fonte: fotografia feita pelo autor

Figura 38– DCE na recepção cotistas 2020 Figura 39– Adesivo UNE de apoio aos cotistas



Fonte: fotografia feita pelo autor



Fonte: fotografia feita pelo autor

Figura 40– Faixa do coletivo feminista “Afronte!” na recepção dos cotistas 2020



5.9.4- Impacto na abordagem dos conteúdos em sala de aula

As mudanças em sala de aula não são percebidas somente do ponto de vista da ampliação da diversidade no corpo discente, decorrente do aumento de estudantes negros, mas também na abordagem dos conteúdos programáticos. Nesse sentido, o receio de possíveis constrangimentos e até mesmo de conflitos com alunos negros militantes, têm acarretado certos cuidados por parte dos docentes, em função do acometimento de alguma “gafe” ou “piadinha fora de hora”. Ao mesmo tempo, que parte dos docentes tem se colocado muito mais flexível na abordagem de determinadas temáticas do que antes da implementação das cotas. Essas constatações confirmam a leitura da positividade dos conflitos produzida por Simmel (1983), tendo em vista que o embate dos opostos renovaram as possibilidades.

A seguir, alguns relatos de docentes e estudantes que expressam esse contexto de mudanças de postura em sala de aula.

Eu acho que os alunos de hoje estão muito mais sensíveis, [...] a sensibilidade que eu quero dizer é: [...] os alunos de hoje não suportam tudo o que os alunos do passado suportavam [...] Só que hoje por ter uma quantidade maior de alunos negros, quantidade maior de mulheres, alunos gays, trans e tal, então esse contingente já está formando uma maioria de pessoas eles não suportam mais violências simbólicas [...] antes os alunos suportavam e ficavam calados, pois era um no universo de trinta, agora não são vinte, trinta alunos tudo unido, né [...] Tem professor que tem medo dessa situação, portanto, estamos assistindo mudanças sim, não é uma mudança sistemática, é uma mudança de um ou outro que vai percebendo esse novo cenário.

Docente negro(a) da Sociologia e militante do ENUFF

Destacamos o relato da estudante de Comunicação Social que questionou o professor e o conteúdo que estava sendo transmitido em sala de aula e foi bem sucedida na sua ação.

Eu entendo que precisamos ser agentes de transformação o tempo todo, teve uma vez, na aula de História da Arte no IACS, em que o professor só falava da história da arte europeia, as aulas todas eram falando de artistas europeus e as correntes artísticas europeias, tanto na literatura, como nas artes plásticas e na música, etc. [...] Chegou uma hora que eu questionei, não tem arte na África não? O professor parou, ficou sem graça, e reconheceu que estava trilhando um caminho totalmente etnocêntrico. Ele chegou a dizer que quando era

aluno, ele questionava tudo isso, mas que quando virou professor começou reproduzir a lógica hegemônica sem refletir muito. [...] Final da história, ele na próxima aula trouxe um monte de material novo e remontou junto conosco o curso todo. Começamos a trabalhar as artes invisibilizadas no mundo. [...] Adorei, foi muito mais produtivo!

Estudante cotista negro(a) da Comunicação Social e militante do
CENUFF

Neste capítulo foram desenvolvidas análises no sentido de destacar os fatores constitutivos e os impactos dos conflitos raciais na UFF. Buscamos, de início, refletir sobre a existência ou não de conflitos com esse perfil na Universidade. Em seguida, a partir dos relatos alcançados nas entrevistas os conflitos foram sistematizados por segmento da comunidade universitária com a perspectiva de contextualizar e facilitar o entendimento do leitor.

Com os relatos fica evidenciado que a comunidade universitária é o principal espaço social dos conflitos de perfil racial, ou seja, é o campo, na perspectiva de Bourdieu (2004a). É nesse campo forças que acontecem os embates de diferentes posições sociais, referenciados nos variados calibres de capital global. É na comunidade universitária que as representações (SILVA, 2004) e as tomadas de posição no enfrentamento às violências simbólicas (BOURDIEU, 1989) são realizadas. É nesse espaço social que ocorrem tanto as lutas para conservação do *habitus* racial (LAHIRE 2005) como para a sua transformação.

Em relação aos fatores constitutivos dos conflitos raciais na UFF, identificamos, a partir das entrevistas, dos dados coletados na pesquisa e com auxílio da literatura, que os conflitos se realizam em torno do projeto racial (MOREIRA, 2019) da Universidade, ou seja, que determinadas características estruturantes da UFF, estão sendo questionadas por novos atores universitários numa perspectiva de construção de outra universidade (WALSH, 2009). Características essas, que foram consolidadas historicamente, em conformidade com os interesses de manutenção dos privilégios da elite branca brasileira.

É importante frisar que, esse enfrentamento tem como base a mobilização da comunidade universitária, onde se destacam os coletivos de estudantes negros como protagonistas, entretanto, sem esvaziar a autonomia e a dinâmica das comunidades universitárias, observa-se uma sintonia e articulação de determinados atores

universitários internos com os movimentos sociais extramuros da universidade, o que torna os conflitos raciais nas universidades um fenômeno que tem ocorrido em várias instituições públicas de ensino superior do país.

De acordo com a percepção de parte da comunidade universitária, o núcleo dos conflitos raciais na UFF está relacionado com três características estruturantes da Universidade: 1) brancura, 2) etnocentrismo e 3) racismo.

No que foi possível levantar nas entrevistas, a UFF estaria assentada na brancura, considerando que a maioria da sua comunidade universitária⁶⁹, ou seja, seu corpo discente, docente e TAE ser composta por pessoas brancas. De acordo com os relatos, existem cursos na UFF que não possuem um docente negro, sequer, no quadro de professores.

Do ponto de vista acadêmico, a UFF também estaria alinhada com o pensamento etnocentrista branco, na medida em que estaria reproduzindo a hierarquização dos saberes como produto da classificação racial da população. De acordo com Gonzalez (1984) o privilégio social e privilégio epistêmico andam juntos, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. Essa constatação, parte do pressuposto de que a hierarquização dos saberes gerou como consequência a legitimação da superioridade epistemológica eurocêntrica, atribuindo ao pensamento moderno ocidental a pretensa exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim tolhendo outras experiências do conhecimento. Conforme os relatos colhidos na pesquisa, parcela dos conflitos raciais na Universidade teria, como pano de fundo, a defesa conferida aos coletivos negros, para que os cursos adotassem autores negros e indígenas, acrescidos de temas que envolvam a questão racial brasileira e o continente africano em seus conteúdos, programas e currículos (CANDAU, 2019). Dessa forma, esses coletivos têm o entendimento que estariam militando com a perspectiva da refutação da neutralidade epistemológica e descolonização do conhecimento (RIBEIRO, 2019).

⁶⁹ Não foram alcançados dados oficiais sobre cor dos TAs da UFF, tendo em vista que os mesmos nunca foram questionados institucionalmente sobre esse tema. Embora não constar informação oficial, o autor da Tese, por ser TAE, ter trabalhado em vários espaços por mais de 31 anos de UFF, tem a percepção de que mesmo sendo uma categoria com mais diversidade no quesito racial, os brancos ainda são maioria.

Finalizando, de acordo a reflexão de Lopez (2012) e texto no Cri (2006) sobre racismo institucional, junto da percepção dos entrevistados e dos fatos apurados na pesquisa, a UFF seria uma instituição racista. A base argumentativa dessa afirmação se coloca a partir da dificuldade histórica da UFF, em pleno gozo da sua autonomia, promover a inclusão racial na instituição. Ao contrário, a Universidade tem criado dificuldades na implementação de determinadas legislações vocacionadas para a desconstrução de privilégios e ampliação da diversidade acadêmica e institucional. Destacamos aqui alguns casos: 1) a UFF não aderiu a nenhum sistema de cotas raciais, mesmo quando mais de 70% da rede federal de ensino superior já ter tido adotado alguma forma de ação afirmativa voltada diretamente para inclusão do estudante negro. 2) Seus gestores resistiram até o último momento a aprovação da Lei 12.711/2012 que instituiu as cotas sociais/raciais nas universidades federais brasileiras. 3) O processo de acesso pelas cotas à graduação sofre denúncias de fraudes regularmente, fazendo, inclusive, com que a UFF fosse obrigada a adotar uma comissão de aferição para melhor implementação da política pública. 4) Ainda sobre as cotas na graduação a UFF, até o final de 2019 não tinha ocupado 50% de suas vagas destinadas a reserva, conforme indica a Portaria Normativa nº 18/2012 do MEC em seu Artigo 17. O prazo previsto na norma era até 2016. 5) No que se refere a pós-graduação, nem todos os programas possuem alguma política afirmativa, descumprindo, assim, a orientação da Portaria Normativa nº 13 do MEC/2016. 6) Foram identificadas pelos coletivos antirracistas e pela ADUFF irregularidades na aplicação da Lei 12.990/2014 que diz respeito a cota de 20% candidatos negros nos concursos dos docentes.

No que diz respeito aos impactos dos conflitos, foram observadas algumas consequências importantes tanto no campo institucional, na pauta política do movimento estudantil, como no próprio cotidiano das relações do *campus* universitário da UFF. No campo institucional, destacamos a criação da Comissão de Aferição, abertura de concurso para docente, alteração aplicação das cotas nos editais de concurso docente e adoção de ações afirmativas nos programas de pós-graduação. A respeito da pauta política do movimento estudantil, fica evidente a inclusão da questão racial nos enfrentamentos. O racismo, junto de outras pautas referentes às questões identitárias, está muito mais presente nos debates e lutas dos estudantes da UFF. Referente ao cotidiano do *campus* universitário, salientamos que visualmente os estudantes negros têm feito esforços de ocupar os espaços físicos dos *campis*. Nesse sentido, esses

estudantes marcam o território com grafites, pichações, cartazes, manifestos, faixas e outras formas de expressar a sua presença na UFF.

De maneira sintética, podemos dizer que os coletivos de estudantes negros e seus aliados na UFF, a partir da perspectiva da interculturalidade crítica (WALSH, 2009), se prontificam na contra-posição ao privilégio da ‘brancura’ e em defesa de uma universidade de perfil decolonial, antirracista, compromissada com a igualdade, promotora da diversidade e plural racialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa para composição da Tese, buscamos fazer no primeiro momento um levantamento atualizado da produção acadêmica sobre os conflitos raciais nas universidades no pós-cotas. Considerando a repercussão que a aprovação da política de cotas gerou no Brasil, imaginávamos que teríamos material de pesquisa em abundância para utilizarmos como referência. Surpreendentemente, observamos que, ainda são muito poucos os trabalhos que abordam os conflitos raciais nas universidades. Nesse sentido, como desdobramento deste estudo registramos a necessidade de a academia dar mais destaque a essa temática.

Complementando o parágrafo anterior, ainda durante o processo de pesquisa, tivemos o mesmo entendimento sugerido por Carvalho (2006), de que é fundamental etnografar todos os incidentes e casos de racismo ocorridos nas universidades com a finalidade de construção de um banco de dados consistente que possibilite a avaliar evoluções, dimensões, intensidades e repercussões. Nesse sentido, reiteramos que, do ponto de vista das ciências, seria importante mapear se tais conflitos mudarão de perfil, enfim, se explodirão em conflitos de grandes proporções, influenciados pela dinâmica da luta política na sociedade ou se declinarão com o tempo.

A leitura que tínhamos na fase introdutória deste estudo sobre os conflitos envolvendo estudantes cotistas negros na UFF era exígua e não autorizava maiores afirmações além daquela indicada pela sensibilidade social do pesquisador: os conflitos relacionados aos estudantes cotistas negros existem.

A composição deste estudo elencou como problema de pesquisa, comprovar a existência dos referidos conflitos, analisar as causas desses conflitos envolvendo cotistas negros na Universidade, enfim buscar quais seriam seus fatores constitutivos e definir tipologias, composição, consequências e impactos tanto literais como simbólicos na comunidade universitária da UFF.

A hipótese principal que nos movia em direção ao tema eleito era de que se tratava de conflitos raciais e que, portanto, o aspecto relacionado à forma de acesso desse estudante era menos relevante do que o seu pertencimento racial. Ainda no campo das hipóteses, indicávamos que a existência dos conflitos raciais na UFF estaria

associada à implementação das ações afirmativas, em especial, da Lei 11.711/2012 que reserva vagas na graduação para estudantes pretos e pardos.

A coleta de dados e posteriores análises promovidas para a composição deste estudo confirmaram as hipóteses destacadas. No que diz a respeito à existência dos conflitos raciais na Universidade, tendo por base os dados coletados, podemos afirmar que estes ocorrem e são estruturados, principalmente, a partir de disputas no campo simbólico (BOURDIEU, 1989).

Entendemos que a partir da pesquisa é possível indicar que existe uma associação entre o aumento dos conflitos raciais na UFF e a implementação da Lei de cotas 12.711/2012. A análise dos dados institucionais e entrevistas realizadas na pesquisa, sustentadas a partir da literatura teórica utilizada indicada no estudo, nos permite confirmar que os conflitos têm se intensificado, na medida em que há incremento do número de estudantes negros no corpo discente da UFF.

Ao estudarmos os conflitos raciais na UFF, buscamos também levantar a ocorrência de constrangimentos raciais no passado recente da instituição. As nossas reflexões a partir dos dados institucionais e entrevistas realizadas na pesquisa demonstraram que eram poucos os problemas dessa natureza, até mesmo por que a UFF sempre teve poucos estudantes negros no seu corpo discente. Confirmamos a tese de que a situação se altera com a implementação da Lei 12.711/2012 que obriga a instituição a reservar cotas sociais/raciais. O nosso entendimento é que os conflitos com viés racial se tornam mais frequentes a partir da lei de cotas.

Ainda nos remetendo ao passado recente, as análises indicam que houve avanços no tratamento dos conflitos. As tensões raciais que sempre existiram e contavam com uma rede corporativa de proteção, vocacionada para permanência de privilégios, atualmente, encontram mais dificuldades para serem silenciadas dentro das estruturas universitárias em processos longínquos sem a devida punição. O quadro de enfrentamento à reprodução de estruturas excludentes (WALSH, 2009) vem se ampliando, principalmente, a partir da atuação dos coletivos de estudante negros na UFF.

Outra revelação que merece destaque na pesquisa é que os constrangimentos racistas, quando se desdobram em conflitos, não têm como objetivo atingir somente o estudante “cotista” negro, mas sim, o estudante negro, independentemente da sua forma de acesso à universidade, ou seja, o problema reside nos corpos negros, que percebidos como “novos”, não deveriam estar onde estão. Nesse sentido, eles seriam tomados como “coisas” fora do lugar, àqueles considerados “incapazes”, cujos destinos só lhes reservam o fracasso. Esse contexto nos mostra a intensidade da violência simbólica (BOURDIEU, 1989) produzida na Universidade e reproduzida por parte de sua comunidade. Demonstra também, a força do *habitus* racial (LAHIRE 2005) na instituição que insiste na gênese “do que sempre foi”, uma universidade com baixíssima presença de estudantes negros. O contexto também indica que, estamos diante de conjunção antiga, mas eficaz quando tratamos de desigualdade em sociedades capitalistas. Trata-se do fenômeno ideológico que atrela a perspectiva meritocrática ao racismo, bem ao feitio das elites modernas brasileiras.

Para facilitar as nossas análises e o entendimento do leitor, sistematizamos os conflitos em: 1) conflitos envolvendo estudantes negros na comunidade discente, 2) conflitos de estudantes negros com os docentes e 3) conflitos de estudantes negros com a administração universitária. De acordo com a pesquisa, os casos que envolvem os docentes e administração universitária são mais constantes na UFF, mas aqueles que se desenvolvem entre os estudantes, são mais sutis e menos regulares. O nosso estudo indica que na UFF existe entre estudantes certo simulacro de cordialidade racial. Os casos de agressões mútuas diretas são excepcionais. Na maioria das vezes, as situações de confronto têm se dirigido ao campo das ideias, no discurso, em discussões no campo da epistemologia e conteúdo dos currículos em sala de aula.

As análises das entrevistas realizadas possibilitou identificar outro tipo de conflito. Essa novidade trata-se de embate circunscrito entre os próprios docentes, intitulado em nosso estudo, como conflito entre antirracistas e ‘anti-antirracistas’. Esse tipo de ocorrência se realiza em função da tomada de posição em relação às demandas dos estudantes negros e de suas organizações. É importante ressaltar que esse tipo de conflito, viabilizado através do exercício da violência simbólica (BOURDIEU, 1989), demonstra o quanto o racismo acadêmico (MOREIRA, 2020) se coloca como “pano de fundo” das disputas departamentais após a adoção das cotas na UFF.

Ainda sobre a questão de alianças e apoios nas lutas dentro da Universidade, os relatos indicam que os estudantes negros encontram em outros colegas brancos solidariedade e parceria no enfrentamento ao preconceito, ou seja, a causa negra é também incorporada por outros agentes a partir da perspectiva antirracista.

No que diz respeito aos conflitos com a administração universitária, podemos considerar dois aspectos: o primeiro é o do racismo institucional, tendo em vista que as denúncias se projetam contra a gestão universitária. A hipótese de leitura nesse caso, é de que a UFF, por ter histórico de confinamento racial, estaria resistindo aos novos tempos, não implementando as políticas de ação afirmativas em acordo com legislação federal. Seriam formas de boicotar por dentro as políticas sociais voltadas para a inclusão da população negra. O segundo aspecto deve ter como foco a resistência protagonizada pela militância negra universitária através de seus coletivos. Em casos como na UFF, as organizações negras constroem redes não somente para identificar e denunciar as fraudes, mas também para organizar, mobilizar e atuar dentro da comunidade universitária. Dessa forma, entendem estar exigindo o cumprimento correto das políticas públicas.

Nosso estudo sinaliza que a UFF não se preparou de maneira adequada para receber os estudantes negros oriundos da política de cotas com os direitos garantidos na plenitude. Especificamente sobre a atuação dos docentes da Universidade, os relatos coletados demonstram insatisfação com a condução das aulas e conteúdos dos currículos. Como resultado do despreparo da UFF em relação às ações afirmativas, alguns relatos sugeriram que a instituição desenvolvesse processo de capacitação dos seus quadros profissionais com a finalidade de atuação nesse novo contexto. Essa percepção revela que a Universidade necessita construir estratégias que excluam os dispositivos e padrões de poder institucional/estrutural, responsáveis pela desigualdade (WALSH, 2009). Nesse sentido, o entendimento geral é de que os professores universitários são peças-chave para promoção do convívio acadêmico democrático.

A Tese também discorreu sobre a Ouvidoria da UFF e identificou que parte da comunidade universitária, ou a desconhece como espaço institucional para depósito de denúncias, ou não a reconhece com instrumento imparcial vocacionado para proteção de vítimas e solução de conflitos internos. Nesse sentido, se coloca para UFF a necessidade de reconstrução e reposicionamento da sua Ouvidoria perante a sua comunidade

universitária, na perspectiva de alcançar o reconhecimento da efetividade de seus propósitos.

Este estudo partilha do pressuposto de que UFF, como qualquer instituição, reproduz, em maior ou menor grau, os padrões de funcionamento da estrutura social, que no caso brasileiro tem o racismo como um de seus pilares (ALMEIDA, 2018). Temos também a compreensão que a estrutura social é constituída por variados conflitos – raciais, sexuais, de classe, etc. Diante desse contexto, é inteligível que as instituições podem atuar de maneira conflituosa, posicionando-se dentro do conflito. Para isso, se faz necessário à construção e aperfeiçoamento de espaços ou mecanismos institucionais para tratar dos conflitos, caso contrário, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir, automaticamente, as práticas sociais, entre as quais o racismo, tanto na sua forma de violência física quanto simbólica. Nesse sentido, a Tese indica que a UFF, além de promover medidas que combatam o racismo no campo individual e institucional, deve ampliar os espaços de reflexão sobre mudanças estruturais nas relações sociais, políticas e econômicas do Brasil.

No que diz respeito às lacunas deixadas pela Tese, destacamos ao menos três:

A primeira está relacionada ao contexto “pré-cotas” na UFF. Em função de reduzidos registros na literatura sobre o ambiente de debate do período (propostas, articulações, movimentos, etc.), não conseguimos avançar com mais dados e análises na pesquisa.

A segunda lacuna é sobre os conflitos no interior da Comissão de Aferição da UFF. Durante a coleta e análise das entrevistas dos membros da Comissão percebemos que para além dos conflitos provocados externamente à Comissão, outros conflitos ocorriam internamente durante as atividades. Contudo, em virtude das normas do processo de trabalho da Comissão para conter possíveis interferências na dinâmica das atividades dos membros, não foi possível o aprofundamento analítico sobre os indícios de conflitos.

A última lacuna da Pesquisa a ser destacada se vincula às denúncias de conflitos depositadas na Ouvidoria da UFF. Ter acesso às essas denúncias proporcionaria avanços ainda mais minuciosos nas reflexões, como também, abordagens com

propriedade sobre quantidade, tipo e regularidade. Possibilitaria também, investigar com mais detalhes como a Universidade faz o devido tratamento das mesmas. O acesso às denúncias da comunidade universitária foi impedido devido à regulamentação relacionada à proteção das vítimas.

Como alerta, destacamos o desafio futuro sobre a manutenção das cotas nas universidades federais. De acordo com a Lei 12.711/2012 a validade das cotas é de 10 anos, ou seja, em 2022 o governo federal, junto das demais representações da sociedade brasileira, terá a responsabilidade de conduzir a revisão da legislação. Para essa tarefa, certamente, serão considerados os documentos produzidos pelas universidades federais com análises e avaliações relacionados à aplicação da Lei 12.711/2012. Caberá às autoridades fazer um balanço dos resultados e ampliar ou reduzir as ações afirmativas, enfim, dar continuidade ou não à política de cotas.

Diante deste contexto e como desdobramento da Tese, temos o entendimento de que as universidades não devam produzir seus documentos institucionais referentes à Lei 12.711/2012 com dados que destaquem, somente, o desempenho acadêmico dos estudantes, relacionando notas e quantidade de formandos por curso. Acreditamos que também precisam ser salientados nesses referidos registros oficiais os aspectos relacionais vivenciados pelos estudantes cotistas.

A defesa dessa sugestão se ampara na necessidade de proporcionar para sociedade brasileira maior amplitude de conhecimento sobre os avanços e retrocessos ocorridos nos processos de implementação desta singular política social voltada para educação.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Almicar Araújo (orgs.). *História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC - FGV, 2007.

_____. *A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo*. Rev. Estudos Históricos nº 37. RJ, 2006. Disponível em: http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fgv_artigo_2006VAlbertiAAPereira.pdf. Acessado em: 20 dez. 2017.

_____. *Movimento negro e "democracia racial" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f.

ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão - Intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: UNICAMP, 2017.

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Livia Jéssica Messias de e SANTOS, Maria Rita. *Escolha do livro didático na escola e relações etnicorraciais: uma análise dos discursos dos professores*. Educon. Aracaju: Volume 08, n. 01, p.1-12, set/2014. Disponível em: http://anais.educonse.com.br/2014/escolha_do_livro_didatico_na_escola_e_relacoes_etnicorraciais_uma.pdf. Acessado em: 12 jan. 2020.

ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1998)*. Bauru: Edusc 1998.

ATLAS BRASIL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Niterói, RJ. 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/niteroi_rj#demografia. Acessado em: 14 set. 2018.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

BARBOSA, Livia. *Igualdade e meritocracia. A ética do desempenho nas sociedades modernas*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo. *Negrinhos que por ahiandão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870 – 1920)*. São Paulo: FEUSP, 2005. (Dissertação de Mestrado).

BAUMAN, S. *A educação deve ser pensada durante a vida inteira*. Entrevista concedida ao Bruno Alpano. O Globo, p. 46. RJ: 23 ago. 2015.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BENTO, M. A. *Branqueamento e branquitude no Brasil* In: Psicologia Social do racismo – estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 2,4 ed. Brasília-DF: Edunb, 1992.

BOURDIEU, P. *Esboço de uma teoria da prática*. In ORTIZ, Renato (org). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel. 1989.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996a.

_____. *Surlatélévision*. Paris: Liber, 1996b.

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique (précédé de trois études d'ethnologie kabyle)*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

_____. *Participant Objectivation*. *Journal of the Royal Anthropological Institute*. V. 9, n. 2, p. 281-294, Feb. 2003.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004a.

_____. *Coisas ditas*. SP: Brasiliense, 2004b.

_____. *As misérias do mundo*. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Edição 15, 2019.

_____. & WACQUANT, L. *Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, pp. 15-33, 2002.

BRANDÃO, André A. P. e TEIXEIRA, Moema de Poli (orgs.). *1º Censo etnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso*. Niterói: Eduff, 2003.

BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação Empresarial: Políticas e estratégias*. São Paulo: Saraiva, 2009.

CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p.45-56, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>. Acessado em: 01 out. 2019.

CARVALHO, José Jorge de. *Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa*. In: QUEIROZ, D. (org). O negro na universidade. Salvador: Novos T., n. 5, 2002.

_____. *Acesso de negros às universidades públicas. Temas em debate: ação afirmativa*. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 p. 247-268, março/2003a.

_____. *Ações afirmativas para negros e índios no ensino superior: as propostas dos NEABs*. In: SANTOS, Renato Emerson dos e LOBATO, Fátima (Org.) *Ações afirmativas. Políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP & A Ed. Coleção políticas da cor, LLP/UERJ, 2003b.

_____. *Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como respostas ao racismo acadêmico*. In: SILVA, Petronilha B. Gonçalves et al. (org.). *Educação e ações afirmativas: entre a justiça simbólica e a justiça econômica*. Brasília: Inep, 2003c.

_____. *As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras*. Série antropologia. Brasília: 2004.

_____. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Ed. Attar, 2006.

_____. *O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro*. In Revista USP Nº 68, Racismo I, São Paulo: 2005-2006.

_____ e SEGATO, Rita Laura. *Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. Série Antropologia. Brasília: 2002.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Drama social: notas sobre um tema de Victor Turner*. São Paulo: Cadernos de Campo, n. 16, p. 1-304, 2007.

_____. *Drama, ritual e performance em Victor Turner*. Sociologia & Antropologia. V.03.06: 411-440, novembro. Rio de Janeiro: 2013.

CELLARD, A. *Análise documental*. IN Poupart, Jetal. *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

CENUFF. *Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF. Fraude nas cotas?* Facebook. 12 abr. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/264975437015811/photos/a.265>

241456989209.1073741827.264975437015811/564993567013995/?type=3&theater.
Acessado em 26/03/2018.

CF. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.

CHALHOUB, Sydney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Wilma Baía. *Docência e relações étnico-raciais no ensino superior: algumas reflexões*. Revista Olhar. Ano 05, nº 8. São Carlos: Ufscar, jan-jun/2003.

CORTE, Andréa Tello da e MARTINS, Ismênia de Lima (Orgs.). *Jubileu de Ouro 1960/2010 - 50 anos da UFF*. Niterói: Eduff, 2010.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia. Corpo e alma do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

CUNHA, Euclides da (2000); *Os Sertões: Campanha de Canudos*. 39ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora: Publifolha, 2000.

CUNHA JUNIOR. *Movimento de consciência negra na década de 1970*. Revista Educação em Debate. Ano 25. V. 2 – Nº 46, p. 47-54. Fortaleza: UFC, 2003.

CURY, Carlos R. Jamil. *Os desafios da construção de um Sistema Nacional de Educação* In Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010. Reflexões sobre o Sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação. QUEIROZ, Arlindo Cavalcanti e GOMES, Lêda (Org.). Brasília: INEP/MEC, 2009.

DAFLON, Verônica T., FERES JR., João e CAMPOS, Luiz A. *Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico*. Cad. de Pesquisa, V. 43, nº 148, p. 302-327, jan/abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000100015&script=sciabstract&tlng=pt>. Acessado em: 13 dez. 2018.

DAMATTA, Roberto. *O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues*. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil – 1917-1945*. SP: Ed. Unesp, 2006.

DIAS, Lucimar Rosa. *Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais. Da LDB de 1961 à Lei de 2003*. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.) *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: SECAD/MEC/BID/UNESCO, 2005.

DOCUMENTO MARCHA ZUMBI. *Memorial da democracia. Marcha Zumbi reúne 30 mil em Brasília*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia/docset/910>. Acessado em: 06 set. 2019.

DRAGÕES. 2016. Disponível em: https://deskgram.co/p/1124953833753416323_232756411. Acessado em: 18 out. 2020.

FANTINI, J. A. *Aquarela da intolerância: racialização e políticas de igualdade no Brasil*. São Paulo: PUC-SP, Revista Leitura Flutuante, n. 4, pp. 59-84, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/leituraflutuante/article/view/11130/8161>. Acessado em: 02 dez. 2018.

FL & CASTANHAR, JC. *Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos*. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GDANTAS. *O Diplomata Negro*. 29 dez. 2010. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/2698145>. Acessado em: 08 out. 2019.

GEERTZ, Clifford J. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOLDEMBERG, Mirian. *A arte de Pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª Edição. São Paulo: Ed. Record, 2004.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade. (O direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acessado em: 13 mar. 2019.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. CEBRAP n.º 43, nov. 1995.

_____. *Acesso de negros às universidades públicas. Temas em debate: ação afirmativa*. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 p. 247-268, março/2003.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. RJ: Tempo Brasileiro, 2003.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. 2ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HENRIQUES, Ricardo. *Raça & Gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas em educação*. Brasília: Ed. Unesco. 2002.

INCT-I. *Mapa das ações afirmativas no Brasil*. 2011. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0ByAZgb4_etHTMjBwTnY2UGRHX2s/edit. Acessado em: 13 jun. 2019.

ITAÚ CULTURAL. *Itaú Cultural. Ocupação. Abdias Nascimento*. Sankofa. 2016. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/abdias-nascimento/sankofa/>. Acessado em: 20 set. 2019.

KOPELKE, André Luiz, AIRES, Nadja e BOEIRA, Sérgio Luís. *Guerreiro Ramos: trajetória e interlocutores*. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. V. 11, n. 2, abr./jun. 1-17, 1. Rio de Janeiro: 2017.

LAHIRE, Bernard. *L'homme pluriel: Les ressorts de l'action*. Paris: Armand Colin, 2005.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas*. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LETRAS. *Martinho da Vila. "O pequeno Burguês" - 1969*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/martinho-da-vila/127065/>. Acessado em: 10 ago. 2019.

LIMA, Roberto Kant. *Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

LOPEZ, Laura Cecília. *O conceito de racismo institucional. Aplicações no campo da saúde*. Interface. Comunicação Saúde Educação, v. 16, nº 40, p. 121-134, jan/mar. 2012.

MALOMALO, Bas'Illele. *Branquitude como dominação do corpo negro: diálogo com a sociologia de Bourdieu*. Revista da ABPN, V. 6, Nº 13, mar/jun, p. 175-200, 2014.

MARTINS FILHO, M. T.; NARVAI, P. C. *O sujeito implicado e a produção de conhecimento científico*. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 646-654 out/dez 2013.

McCONAHAY, J. B. & HOUGH, J. C. *Symbolic racism*. *Journal of Social Issues*. Vol. 32, n. 2, p. 23-45, 1976.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na Lei e na Raça. Legislação e Relações Raciais, Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro:Ed. Lamparina, 2004.

MEDIUM. *Evento na UFMG é cancelado por ação de turba de lacradores*. 6 ago. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@tsavkko/evento-na-ufmg-%C3%A9-cancelado-por-a%C3%A7%C3%A3o-de-turba-de-lacradores-7097a61e89bb>. Acessado em: 25 set. 2019.

- MELLO, Luiz & RESENDE, Ubiratan Pereira de. *Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da LEI 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatos/os negros/os*. Brasília: Revista Sociedade e Estado. Vol. 34, nº 1 – jan/abril, 2019.
- MERHY, E.E. *O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido*. In: Túlio Batista Franco; Marco Aurélio de Anselmo Peres. (Org.). *Acolher Chapecó. Uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho*. 1 ed. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, p. 21-45, 2004.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de, ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de e SOUZA, Rolf Ribeiro de. *“Mas eu escrevo o quê, professora?”: notas sobre a autodeclaração e a heteroclassificação de cotas étnico-raciais*. Versão preliminar. 2020.
- MIRANDA, Claudia. *Narrativas Subalternas e Políticas de Branquidade: O Deslocamento de Afrodescendentes como Processo Subversivo e as Estratégias de Negociação na Academia*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
- MONSMA, Karl. *Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista*. Natal/RN: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2013.
- MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. SP: Pólen Livros, 2019.
- MOREIRA, Fernando de Sá. *Racismo acadêmico e estudos filosóficos negros*. Revista Ensaio Filosóficos, v. 21. RJ: 2020.
- MOURA, Clovis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.
- MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. *Professoras negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento*. In: *Relações raciais e educação: novos desafios*. OLIVEIRA, Iolanda (Org.). Rio de Janeiro: LLP- UERJ/DP&A Ed., 2003.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In BRANDÃO, André A. P. PENESB. Niteroi: Eduff, 2004.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- NASCIMENTO, Washington Santos. *Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791-1840)*. Revista de Ciências Humanas-Especiarias, v.10, n.18. 2007.
- NOGUEIRA, O. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1985.
- OCUPAÇÃO PRETA DA UFF. Facebook. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupapretin/>. Acessado em: 2 fev. 2020.

ODA, André Augusto Inoue. *A guerra das raças. Estudo do pensamento social brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Marília: UNESP/MARÍLIA, Faculdade de Filosofia e Ciências, Ciências Sociais, 2006.

OLIVEIRA, Daise Pires Silva de. *Política educacional das cotas, cultura institucional e discursos docentes da Faculdade de Medicina/UFRJ*. Tese de Doutorado, NUTES/UFRJ, Rio de Janeiro: 2009.

OLIVEIRA, Iolanda de, SILVA, Licínio Esmeraldo da, e VARGAS, Hustana Maria. *O impacto da seleção para os cursos de Graduação da Universidade Federal Fluminense nos candidatos negros, no período de 2004-2012*. In OLIVEIRA, Iolanda de (Org.) *Negritude e Universidade, evidenciando questões relacionadas ao ingresso e aos projetos curriculares*. Niterói- RJ: Editora. Alternativa, 2015.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. *O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas*. Brasília, UnB, 2007.

PAIVA, Angela Randolpho (org). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, Pallas. 2010.

PASSOS, Joana Célia dos. *Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas*. Educação em Revista. V.31, n.02, p. 155-182, Belo Horizonte: Abril-Junho 2015.

PATADATA. *Mapa racial do Brasil*. 27/10/2015. Disponível em: <http://patadata.org/maparacial/>. Acessado em: 13 set. 2018.

PEREIRA, Potyara. *Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania*. In Boschetti I et al, *Política Social no capitalismo contemporâneo*. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2009.

PERIA, Michelle. *Ação afirmativa: um estudo sobre a reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras. O caso do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, 2004.

PIRES, Daise Silva de Oliveira. *Política educacional das cotas, cultura institucional e discursos docentes da Faculdade de Medicina/UFRJ*. 2019. 250 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação em Ciências e Saúde, Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2019.

PONTE. *Estudantes negros enfrentam o racismo de professores e colegas em universidades*. 28 abr. 2018. Disponível em: <https://ponte.org/estudantes-negros-enfrentam-o-racismo-de-professores-e-colegas-em-universidades/>. Acessado em: 9 out. 2019.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RATTS, Alex. *Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica*. In PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Org.). *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte-MG: Nandyala Livros e Serviços Ltda, 2009, v. 1, p. 81-108.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polém, 2019.

RIOS, Flávia e MELLO, Luiz. *Estudantes e docentes negras/os nas instituições de ensino superior: em busca da diversidade étnico-racial nos espaços de formação acadêmica no Brasil*. 15 nov. 2019. Disponível em: <https://boletimluciano.org/2019/11/15/estudantes-e-docentes-negras-os-nas-instituicoes-de-ensino-superior-em-busca-da-diversidade-etnico-racial-nos-espacos-de-formacao-academica-no-brasil/?fbclid=IwAR3JGqxHPxqCKBZFR08bfvFITgQyqyBr95-UkIo-8PFcnyGHFcxoMHQrkgM>. Acessado em: 20 fev. 2020.

SACRAMENTO, Monica Pereira do. *Ação afirmativa na Uerj: o caso da escola superior de desenho industrial*. In Cadernos PENESB, nº 7, p. 273-307. Niterói: Eduff, 2006.

SANTOS, Erli Sá dos. *Políticas afirmativas de inclusão racial e social na Faculdade de Direito UFF: uma pesquisa, uma leitura*. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Direito – UFF, Niterói: jul/2016.

SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil. A trilha do círculo vicioso*. Ed. SENAC, SP: 2001.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O Movimento negro e a crise brasileira*. Política e Administração. Rio de Janeiro: v. 2, n. 2, p.287-307, jul/set. 1985.

_____. *O que é Racismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SANTOS, Marcelo B. *Mérito e racismo: “tudo junto e misturado”*. (Dissertação de mestrado). São Gonçalo/RJ: UERJ/FFP, 2011. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/417099/m%C3%A9rito-e-racismo>>. Acessado em: 25 mar. 2019.

_____. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Rosimeire. *A escolarização da população negra entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX*. 22 jul. 2008. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-escolarizacao-da-populacao-negra-entre-o-final-do-sec-xix-e-o-inicio-do-sec-xx/802722>. Acessado em; 13 set. 2019.

SANTOS, Sales Augusto dos. *O sistema de cotas para negros da UNB: um balanço da primeira geração*. Jundiaí: Paco editorial. 2015.

SANTOS, Walberto Silva dos, GOUVEIA, Valdiney V., NAVAS, María Soledad, PIMENTEL, Carlos Eduardo, GUSMÃO, Estefânea Élide da Silva. *Escala de racismo*

moderno: adaptação ao contexto brasileiro. Psicologia em Estudo, Maringá: v. 11, n. 3, p. 637-645, set./dez. 2006.

SEGATO, Rita Laura, *Cotas: por que reagimos*. In Revista USP Nº 68, Racismo I, São Paulo: 2005-2006.

SEMINÁRIO CENUFF. *O Futuro das cotas na UFF*. 20 ago. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/499243257546155/>. Acessado em 19 ago. 2019.

SEWELL, William Jr. A theory of structure: duality, agency, and transformation. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992.

_____. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SAHLINS, Marshall. *Historical metaphors and mythical realities: Structure in the early history of the Sandwich Islands kingdom*. Ann Arbor: Univ. of Michigan Press, 1981.

_____. *Islands of history*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1985.

SILVA, Anderson P. da; BRANDÃO, A. e MARINS, Mani T. de. *Educação Superior e relações raciais*. Niterói: Eduff, 2009.

SILVA, Geraldo da e ARAÚJO, Márcia. *Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas, técnicas e tecnológicas*. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.) *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: SECAD/MEC / BID/ UNESCO, 2005.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

SILVA, Maria Auxiliadora da. *Milton Santos: a trajetória de um mestre*. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002.

SIMMEL, Georg. *A natureza sociológica do conflito*, In: Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, SP: Ática, 1983.

SIMÕES, Cassiana Ferreira. *Da democratização do acesso ao desafio da permanência: a experiência dos cotistas sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento regional da Universidade Federal Fluminense – ESR/UFF*. Centro de Ciências do Homem – CCH. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – PPGPS. Campos de Goytacazes – RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

SOUZA, J. (Org). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Ed. Parelelo 15, 1997.

_____. *A elite do atraso. Da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2017.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. *Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social*. Caderno de Saúde Pública, 1(4): 400-417, out/dez, Rio de Janeiro: 1985.

TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. RJ: Pallas. 2003.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira. Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumara, 2003.

TURNER, Victor. *Dramas, Campos e Metaforas. Ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Eduff, 2008.

_____. *Schism and continuity*. In an African society. Manchester: Manchester University Press, 1996 [1957].

VELHO, G. *Observando o familiar*. In: VELHO, G. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. *Para além das cotas. Contribuições sociológicas para o estudo das ações afirmativas nas universidades brasileiras*. Jundiaí: Paço Editorial, 2016.

VIGEVANI, Tullo. *Movimentos sociais na transição Brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto*. Revista Lua Nova, nº.17, São Paulo: 1989.

WACQUANT, Loïc. *Seguindo Pierre Bourdieu no campo*. Revista Sociologia e Política, Curitiba: 26, p. 13-29, jun. 2006.

WAGLEY, C. *On the Concept of Social Race in the Americas*. In D. B. Heath e R. N. Adarns (eds.), Contemporary Cultures and Societies in Latin America. Nova York: Random House, pp. 531-545. 1965.

WALSH, Catherine. *Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, reexistir e re-viver*. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.

WERNECK VIANNA, Maria Lucia Teixeira. *Em torno do conceito de política social: notas introdutórias*. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>. Acessado em: dia 12 nov. 2018.

Jornais e páginas eletrônicas de empresas de mídia

AGÊNCIA BRASIL. *UFF desclassifica 113 candidatos que concorreram à vaga por meio de cota*. 25 mar. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-03/uff-desclassifica-113-candidatos-que-concorreram-vaga-por-meio-de-cota>. Acessado em: 3 fev. 2020.

A TRIBUNA. *Antonio Claudio e eleito reitor da Uff em disputa acirrada*. 18 mai. 2018. Disponível em: <https://www.tribunaryj.com.br/antonio-claudio-e-eleito-retor-da-uff-em-disputa-acirrada/>. Acessado em: 22 mar. 2019.

BRASIL 247. *Menos de uma semana depois da decisão do STF, racismo na UFMG*. 1 mai. 2012. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/menos-de-uma-semana-depois-da-decisao-do-stf-racismo-na-ufmg?fbclid=IwAR2pu7d4E7rxkFYdg2bh9zPiVNInmcH0y ojs3-ytIJB9ZourIA0OldbMEZY>. Acessado em: 01 de out. 2019.

5 ANOS DE COTAS. *Cinco anos da Lei de cotas. Quitando as parcelas de uma dívida*. 2017. Disponível em: <https://5anosdecotas.wixsite.com/reportagem>. Acessado em: 12 de fev. 2020.

CONGRESSO EM FOCO. *“Quem não tem dinheiro não faz faculdade”, diz deputado a manifestante*. 12 out. 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/quem-nao-tem-dinheiro-nao-faz-faculdade-diz-deputado-a-manifestante/>. Acessado em: 10 dez. 2019.

CORREIO 24 HORAS. *Aluno denuncia fraude em cotas de Medicina e é processado por pró-reitor*. 24 jun. 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/aluno-denuncia-fraude-em-cotas-de-medicina-e-e-processado-por-pro-reitor/>. Acessado em: 10 out. 2019.

CORREIO DO ESTADO. 19 fev. 2019. *Após denúncias de fraude em cotas, UFMS exclui 18 alunos de Medicina*. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/campo-grande/apos-denuncias-de-fraude-em-cotas-ufms-expulsa-18-alunos-de-medicina/347599/>. Acessado em: 10 out. 2019.

DCM. *Alunos denunciam professor de universidade mineira por manifestação racista*. 23 ago. 2018. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/nao-sao-tempos-de-silencios-nota-critica-ao-professor-fabiano-zica/?fbclid=IwAR0yUkwL0pZ72na4TpLC8K3-kXOdDqHaVD00IkuR19jnWvn1IXtTCYIMPTw>. Acessado em: 03 out. 2019.

ESTADÃO. *Alunos acusados de trote racista podem ser expulsos*. 19 mar. 2013. Disponível em: https://www.estadao.com.br/noticias/geral,alunos-acusados-de-trote-racista-podem-ser-expulsos,1010717?fbclid=IwAR3Tb40IgpFE7ypZ5A_KoAqDTUrqM6LaUdd5mg4tOKcvlLPYMOPihetViCc. Acessado em: 2 out. 2019.

_____. *Estudante de Medicina denuncia racismo em evento esportivo*. 8 set. 2017. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,estudante-de-medicina-denuncia-racismo-em-evento-esportivo,70001977789>. Acessado em: 7 out. 2019.

ESTADO DE MINAS. *Alunos da UFMG fazem dossiê com novas suspeitas de fraudes nas cotas raciais*. 07 maio. 2018a. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/05/07/interna_gerais,956719/alunos-da-ufmg-fazem-dossie-com-novas-suspeitas-de-fraudes-nas-cotas.shtml. Acessado em: 21 set. 2019.

_____. *Escândalo das cotas na UFMG leva processo a 34 estudantes e coloca outros 28 sob suspeita*. 18 maio. 2018b. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/05/18/interna_gerais,959667/escandalo-de-cotas-na-ufmg-34-processados-28-e-suspeitos-por-fraude.shtml. Acessado em 23 set. 2019.

FOLHA DE BOA VISTA. *Alunos denunciam fraude em sistema de cotas na UFRR*. 12 fev. 2019. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Alunos-denunciam-fraude-em-sistema-de-cotas-na-UFRR/49794>. Acessado em: 10 Out. 2019.

FOLHA DE SP. *Confira a íntegra dos manifestos contra e a favor das cotas*. 04/07/2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>. Acessado em: 02 dez. 2018.

_____. *'É uma cicatriz que incomoda', diz docente alvo de racismo na Unesp*. 28 jul. 2015. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/07/1661225-uma-cicatriz-que-incomoda-diz-professor-alvo-de-racismo-em-universidade.shtml?fbclid=IwAR2DS6W252e4g6HspiBHDq_CT7YpSo03GWQcl85keX7aoJBklfdHVzStPCU. Acessado em: 6 set. 2019.

FOLHA UOL. 24 set. 2017. *Branços usam cota para negros e entram no curso de medicina da UFMG*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/09/1921245-brancos-usam-cota-para-negros-e-entram-no-curso-de-medicina-da-ufmg.shtml>. Acessado em 02 out. 2019.

_____. *Manifesto pró-cotas*. 14 mai. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1405200808.htm>. Acessado em: 01 dez. 2018.

_____. *Propaganda do Mec com mão branca com diploma e acusada de racismo*. 14 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/propaganda-do-mec-com-mao-branca-com-diploma-e-acusada-de-racismo.shtml>. Acessado em: 14 out. 2019.

G1 GLOBO. *UnB vive inédita situação de patrulha racista*. 15 set. 2006. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1274461-5598,00-UNB+VIVE+INEDITA+SITUACAO+DE+PATRULHA+RACISTA.html>. Acessado em 14/01/2019.

_____. *Alunas de pedagogia denunciam professora da UFPR por racismo*. 5 mai. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/05/alunas-de-pedagogia-denunciam-professora-da-ufpr-por-racismo.html>. Acessado em: 08 out. 2019.

_____. *Aluna da uff acusa professora de discriminação por aplicar prova com texto sobre racismo*. 9 set. 2013a. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aluna-da-uff-acusa-professora-de-discriminacao-por-aplicar-prova-com-texto-sobre-racismo-9882452>. Acessado em: 19 mar. 2017.

_____. *Professor envolvido em denúncia de racismo na UFMG é afastado*. 22 mar. 2013b. Disponível em: http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/03/professor-envolvido-em-denuncia-de-racismo-na-ufmg-e-afastado.html?fbclid=IwAR2P2nKZNApixaESft1D8_XVW2NYAILhx2sJeyv1_0hLmyRVKwP59PKkQ. Acessado em: 03 out. 2019.

_____. *Aluno envolvido em trote com saudação nazista é expulso da UFMG*. 12 ago. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/08/aluno-envolvido-em-trote-com-saudacao-nazista-e-expulso-da-ufmg.html>. Acessado em: 14 out. 2019.

_____. *PUC-Campinas apura racismo de alunos de direito nas redes sociais*. 6 abr. 2015a. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/04/puc-campinas-apura-racismo-de-alunos-de-direito-nas-redes-sociais.html?fbclid=IwAR3vE1NDZ9Tr_IcBsPM3NiT_7Ognf1Yh3Wkoe4vegy16uyYaucPFbR9Bi74. Acessado em: 23 set. 2019.

_____. *Estudantes da UFF acusam professor de machismo e racismo*. 25 jul. 2015b. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/estudantes-da-uff-acusam-professor-de-machismo-e-racismo.html>. Acessado em: 19 mar. 2017.

_____. *'A professora não gostava de pobre': bolsistas criam página contra preconceito em universidade carioca*. 7 out. 2016a. Disponível em: <http://g1.Globo.com/educacao/noticia/2016/10/a-professora-nao-gostava-de-pobre-bolsistas-criam-pagina-contra-preconceito-em-universidade-carioca.html>. Acessado em: 7 out. 2019.

_____. *MPF-ES arquiva denúncia de fraude em sistema de cotas da Ufes*. 3 mar. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/03/mpf-es-arquiva-denuncia-de-fraude-em-sistema-de-cotas-da-ufes.html>. Acessado em: 7 out. 2018.

_____. *Alunos acusam professor da UFG de racismo e o vaiam após aula; vídeo*. 18 abr. 2016c. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/04/alunos-acusam-professor-da-ufg-de-racismo-e-o-vaiam-apos-aula-video.html>. Acessado em: 10 out. 2018.

_____. *Nível da qualidade de vida dos negros tem uma década de atraso em relação ao dos brancos*. 10 mai. 2017a. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/nivel-da-qualidade-de-vida-dos-negros-tem-uma-decada-de-atraso-em-relacao-ao-dos-brancos-21308804?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar. Acessado em: 20 fev. 2019.

_____. *PF investiga pichações racistas em Universidade Federal de Santa Maria*. 19 set. 2017b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/pf-investiga-pichacoes-racistas-em-universidade-federal-de-santa-maria.ghtml>. Acessado em: 8 out. 2019.

_____. *Universitários brasileiros são brancos moram com os pais estudam pouco*. 08 mar. 2017c. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/universitarios-brasileiros-sao-brancos-moram-com-os-pais-estudam-pouco-21028017>. Acessado em: 20 mar. 2017.

_____. *Alunos denunciam professor da UFRJ por racismo*. 18 abr. 2017d. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/alunos-denunciam-professor-da-ufrj-por-racismo.ghtml>. Acessado em: 20 mar. 2018.

_____. *Novo bilhete com mensagem racista contra estudantes africanos é achado na UFC*. 21 mai. 2018a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/novo-bilhete-com-mensagem-racista-contra-estudantes-africanos-e-achado-na-ufc.ghtml>. Acessado em: 8 out. 2019.

_____. *Aluno da FGV é acusado de racismo após dizer que encontrou 'escravo no fumódromo'*. 9 mar. 2018b. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/aluno-da-fgv-e-acusado-de-racismo-apos-dizer-que-encontrou-escravo-no-fumodromo.ghtml>. Acessado em: 14 set. 2019.

_____. *Aluna negra alvo de ameaças em pichações racistas desabafa: 'Não esperava tanto ódio'*. 8 nov. 2018c. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2018/11/08/fiquei-em-choque-diz-aluna-negra-ameacada-com-suasticas-e-frases-racistas-em-universidade-federal.ghtml>. Acessado em: 9 out. 2019.

_____. *Blog com mensagens racistas sobre estudantes provoca revolta em universidade do Rio*. 7 jan. 2018d. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/blog-com-mensagens-racistas-sobre-estudantes-negros-provoca-revolta-em-universidade-do-rio.ghtml>. Acessado em: 7 out. 2019.

_____. *Frase racista é pichada no banheiro da UFU em Uberlândia durante Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros*. 17 out. 2018e. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2018/10/17/frase-racista-e-pichada-no-banheiro-da-ufu-durante-congresso-brasileiro-de-pesquisadores-negros-em-uberlandia.ghtml>. Acessado em: 7 out. 2019.

_____. *Após denúncia de agressão a homem negro na UFMG, alunos e professores se mobilizam.* 30 set. 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/09/30/apos-denuncia-de-agressao-a-homem-negro-na-ufmg-alunos-e-professores-se-mobilizam.ghtml>. Acessado em: 1 out. 2019.

_____. *MPF pede suspensão da matrícula de aluna suspeita de fraudar cota racial na UFRJ.* 26 jun. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/26/mpf-pede-suspensao-da-matricula-de-aluna-suspeita-de-fraudar-cota-racial-na-ufrj.ghtml>. Acessado em: 08 out. 2019.

_____. *PUC-Campinas investiga suposto ato de racismo de aluno durante sarau na universidade.* 14 set. 2019c. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/09/14/puc-campinas-investiga-suposto-ato-de-racismo-de-aluno-durante-sarau-na-universidade.ghtml>. Acessado em 03 set. 2019.

_____. *Racismo em universidades: professores e alunos negros relatam ataques criminosos no interior de SP.* 5 jul. 2019d. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2019/07/05/racismo-em-universidades-professores-e-alunos-negros-relatam-ataques-criminosos-no-interior-de-sp.ghtml>. Acessado em: 9 out. 2019.

_____. *Unicamp apura denúncia de irregularidades no ingresso de 140 alunos por cotas étnico-raciais.* 10 jun. 2019e. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/06/10/unicamp-apura-denuncia-de-irregularidades-no-ingresso-de-140-alunos-por-cotas-etnico-raciais.ghtml>. Acessado em: 8 out. 2019.

_____. *Homem denuncia agressão por seguranças no Campus Pampulha da UFMG.* 29 set. 2019f. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/09/29/homem-denuncia-agressao-por-seguranças-no-campus-pampulha-da-ufmg.ghtml>. Acessado em: 1 out. 2019.

_____. *Após denúncia de agressão a homem negro na UFMG, alunos e professores se mobilizam.* 30 set. 2019g. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/09/30/apos-denuncia-de-agressao-a-homem-negro-na-ufmg-alunos-e-professores-se-mobilizam.ghtml>. Acessado em: 1 out. 2019.

GAZETA DO POVO. *A experiência negra.* 8 out. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/a-experiencia-negra-bwl80egm89hmicfdo8yaozkni/>. Acessado em: 08 out. 2019.

HOJE EM DIA. *Estudantes da PUC Minas protestam após suposto comentário racista de uma professora.* 3 out. 2019. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/estudantes-da-puc-minas-protestam-apos-suposto-comentario-racista-de-uma-professora.1.704155?fbclid=IwAR2zeP7J0M153wgEK43s8PpyUdrSkkjFoMLApix5urw8sMz4v3N2QfWPM3g>. Acessado em: 02 set. 2019.

JORNAL EMPODERADO. *#QueroNegroDandoAulaPraMim!* Ago. 2016. Disponível em: http://jornalempoderado.com.br/queronegrodandoaulapramim/?fbclid=IwAR2B2iEmwOKmgeHkKirgz_By9yMoQ9Q3CG1WFosL1L_BD8uAGb4gVNwv42U. Acessado em: 12 mai. 2019.

JUSBRASIL. *Coletivo denuncia fraudes no sistema de cotas para medicina na Bahia*. 29 mar. 2016. Disponível em: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/317957568/coletivo-denuncia-fraudes-no-sistema-de-cotas-para-medicina-na-bahia>. Acessado em: 3 out. 2019.

_____. *Fraude nas cotas raciais pode se tornar crime previsto no Código Penal*. 14 set. 2015. Disponível em: <https://jurisway.jusbrasil.com.br/noticias/238061643/fraude-nas-cotas-raciais-pode-se-tornar-crime-previsto-no-codigo-penal>. Acessado em: 5 out. 2019.

MEMORIA. *Jornal da Semana. Racismo no Itamarati*. Edição 00179. 3 a 9 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=2692&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acessado em: 8 out. 2019.

METRÓPOLES. *Alunos de medicina da UnB acusam professor de assédio e preconceito*. 9 nov. 2016. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/alunos-de-medicina-da-unb-acusam-professor-de-assedio-e-preconceito/> amp. Acessado em: 7 out. 2019.

_____. *Campanha do MEC é acusada de racismo ao embranquecer mulher negra*. 15 jun. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/campanha-do-mec-e-acusada-de-racismo-ao-embranquecer-mulher-negra>. Acessado em: 05 jun. 2019.

NEXOJORNAL. 09/12/2015. *O que o mapa racial do Brasil revela sobre a segregação no país*. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segrega%C3%A7%C3%A3o-no-pa%C3%ADs>. Acessado em: 12 mar. 2019.

NOTÍCIAS BOL. *Confira íntegra de manifesto contra cotas e quem o assinou*. 04/05/2008. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2008/05/14/ult4733u16503.jhtm>. Acessado em: 12 dez. 2018.

NSCTOTAL. *"É uma covardia o que fizeram comigo", diz aluno da UFSC acusado de racismo*. 12 Dez. 2013. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/e-uma-covardia-o-que-fizeram-comigo-diz-aluno-da-ufsc-acusado-de-racismo>. Acessado em: 13 out. 2019.

O GLOBO. *Reitor da Uff: querem nos empurrar goela abaixo lei das cotas*. 28/09/2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/vestibular/reitor-da-uff-querem-nos-empurrar-goela-abaixo-lei-das-cotas-6220560>. Acessado em: 14 mai. 2018.

_____. *Ações afirmativas. Cotas para quem precisa*. 13 mar. 2018. Rio de Janeiro.

_____. *Aluna da Uff acusa professora de discriminação por aplicar prova com texto sobre racismo*. 09 set. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aluna-da-uff-acusa-professora-de-discriminacao-por-aplicar-prova-com-texto-sobre-racismo-9882452>. Acessado em; 19 mar. 2017.

_____. *Nível da qualidade de vida dos negros tem uma década de atraso em relação ao dos brancos*. 10 mai. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/nivel-da-qualidade-de-vida-dos-negros-tem-uma-decada-de-atraso-em-relacao-ao-dos-brancos-21308804?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar. Acessado em: 20 fev. 2019.

_____. *Reitor da uff: querem nos empurrar goela abaixo lei das cotas*. 28 set. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/vestibular/reitor-da-uff-querem-nos-empurrar-goela-abaixo-lei-das-cotas-6220560>. Acessado em: 14 mai. 2018.

_____. *Universitários brasileiros são brancos moram com os pais estudam pouco*. 08 mar. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/universitarios-brasileiros-sao-brancos-moram-com-os-pais-estudam-pouco-21028017>. Acessado em: 20 mar. 2017.

O POVO. *Professor denuncia agressão homofóbica e racista de apoiadores de Bolsonaro dentro da UFC*. 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/10/professor-denuncia-agressao-homofobica-e-racista-de-apoiadores-de-bols.html>. Acessado em: 8 out. 2019.

OLHAR DIRETO. *UFMT recebe denúncia de supostas fraudes em cotas raciais do curso de medicina*. 31 jan. 2019. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=454405¬icia=ufmt-recebe-denuncia-de-supostas-fraudes-em-cotas-raciais-do-curso-de-medicina>. Acessado em: 5 out. 2019.

PRAGMATISMO POLÍTICO. *Racismo na USP: estudante negra é impedida de entrar na universidade*. 8 mai. 2014. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/racismo-na-usp-estudante-negra-e-impedida-de-entrar-na-universidade.html>. Acessado em: 7 set. 2019.

PROGRAD UFF. *Nota da Prograd*. Facebook. 26 mar. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/183189301729528/photos/a.183197638395361.40137.183189301729528/1288614257853688/?type=3&theater>. Acessado em: 26 mar. 2018.

REVISTA O FLU, In O FLUMINENSE. *Embate perigoso. O crescimento da intolerância no meio acadêmico põe em risco a vida dos próprios estudantes*. Niterói, 14/08/2016. Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/revista/embate-perigoso>. Acessado em: 10 mar. 2017.

REVISTA RAÇA. *Com educação, o quadro vai mudar*. 3 mar. 2017. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/rascunho-automatico-3/>. Acessado em: 19 de ago. 2019.

TERRA. *Estudantes protestam contra "atos de racismo" em campus da UFSC*. 11 dez. 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/estudantes-protestam-contra-atos-de-racismo-em-campus-da-ufsc,7b439bbb222e2410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acessado em: 7 out. 2019.

_____. *Alunos e movimentos negros pressionam USP por ações para coibir fraude em cotas*. 28 fev. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/alunos-e-movimentos-negros-pressionam-usp-por-acoes-para-coibir-fraude-em-cotas,647c3072a769fa7ea36f0070390a4fadopngl37u.html>. Acessado em 10 out. 2019.

UOL EDUCAÇÃO. *Em 3 anos 150 mil negros entram no ensino superior pela lei de cotas*. 27 ago. 2015. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/27/em-3-anos-150-mil-negros-entram-no-ensino-superior-pela-lei-de-cotas.htm>. Acessado em: 17 abr. 2018.

UOL. *Sala da UFSC voltada a atividades étnicas é pichada com mensagens nazistas*. 6 out. 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/06/sala-da-ufsc-voltada-a-atividades-etnicas-e-pichada-com-mensagens-nazistas.htm?cmpid=opiacola>. Acessado em: 6 out. 2019.

_____. *Unesp expulsa 27 estudantes por fraude no sistema de cotas*. 13 dez. 2018. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2018/12/13/unesp-expulsa-27-estudantes-por-fraude-no-sistema-de-cotas.htm>. Acessado em: 15 out. 2019.

VALOR ECONÔMICO. *Ideia de universidade para todos não existe, diz ministro da educação*. 28 jan. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acessado em: 03 set. 2019.

VEJA SP. *Cáspér Líbero demite professor após comentários racistas em aula*. 28 abr. 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/casper-libero-demissao-professor-racismo/>. Acessado em: 8 out. 2019.

VEJA. *Faxina ideológica*. 1 fev. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica/>. Acessado em: 03 set. 2019.

_____. *Jovem negra diz ter sido vítima de agressão racista em formatura*. 25 abr. 2017a. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/jovem-negra-diz-ter-sido-vitima-de-agressao-racista-em-formatura/>. Acessado em: 6 out. 2019.

_____. *O neo-racismo – Lista de cotistas da UFSC vaza pela internet*. 23 fev. 2017b. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-neo-racismo-8211-lista-de-cotistas-da-ufsc-vaza-pela-internet/>. Acessado em: 8 out. 2019.

VIOMUNDO. *Em universidade de Santa Catarina, aluno denuncia racismo por causa de cabelo black power*. 30 set. 2017. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/em-universidade-de-santa-catarina-aluno-denuncia-racismo-por-causa-de-cabelo-black-power.html>. Acessado em: 7 out. 2019.

Páginas eletrônicas institucionais

ADUFF. *Jornal da Aduff. Aplicação da lei de cotas para negros em concursos na UFF terá Grupo de Trabalho*. Dez 2019/Jan 2020. Disponível em: www.aduff.org.br. Acessado em: 1 jan. 2020.

CCN.UNB. *Centro de Convivência Negra*. 2006. Disponível em: http://www.ccn.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=598. Acessado em: 15 out. 2019.

COLEGIADO PPGSD. *Ata da Reunião do Colegiado do PPGSD*. 23 mar. 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ddIpyVvIAS6DnB0iO8GcIGLJiyDtBres/view>. Acessado em: 20 fev. 2020.

CRI (Combate ao Racismo Institucional). *Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. Identificação e abordagem do racismo institucional*. Brasília: CRI, 2006.

ENADE 2017. *Apresentação coletiva dos resultados do Enade*. 9 out 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/apresentacao/2018/apresentacao_coletiva_resultados_enade_conceito_enade_e_IDD_2017.pdf. Acessado em: 15 ago 2019.

IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica nº 41. 13 nov. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acessado em: 15 nov. 2019.

MEC. *Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo*. 28 ago. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/30301-em-tres-anos-lei-de-cotas-tem-metas-atingidas-antes-do-prazo>. Acessado em: 15 ago. 2019.

_____. *Rede Federal*. 21 set. 2018. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acessado em: 15 out. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/ATA. *Audiência Pública “Ações afirmativas para a igualdade racial: critérios de aferição do direito às cotas para acesso ao ensino superior no sistema federal*. 27 out. 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/ata-audiencia-publica-cotas>. Acessado em 18 ago. 2019.

PORTAL DE CATÁLOGO DE DISSERTAÇÕES E TESES CAPES/MEC. 2020. Busca assunto: *Conflitos raciais nas universidades*. Disponível em: <http://catalogo-deteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acessado em: 13 mai. 2020.

PORTAL PERÍODICO CAPES/MEC. 2020. Busca assunto: *Conflitos raciais nas universidades*. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cHM6Ly9ybnAtcHJpbW8uaG9zdGVkLmV4bGlicmlzZ3JvdXAuY29tL3ByaW1vX2xpYnJhcnkvbGlid2ViL2FjdGlubi9zZWYyY2guZG8%2FZHNjbnQ9MCZwY0F2YWlsYWJpbHR5TW9kZT1mYWxzZSZmcmJnPSZzY3Auc2NwczlwcmItb19jZW50cmFsX211bHRpcGxlX2ZlJnRhYjlkZWZhdWx0X3RhYiZjdD1zZWYyY2gmbW9kZT1CYXNpYyZkdW09dHJ1ZSZpbmR4PTEmZm49c2VhcmNoJnZpZD1DQVBFU19WMQ%3D%3D&buscaRapidaTermo=confli+o+racial+nas+universidades. Acessado em: 13 mai. 2020.

PNAD/IBGE. *Pnad Contínua 2017*. 18 mai. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acessado em: 13 jun. 2019.

_____. *Pnad Contínua 2018*. 19 jun. 2019. Disponível em: <https://agencia-denoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>. Acessado em: 5 de jul. 2019.

_____. *Pnad Contínua 2019*. 22 mai. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101654_informativo.pdf. Acessado em: 9 jan. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei n. 6.914, de 6 de novembro de 2014*. Dispõe sobre sistema de ingresso nos cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização e aperfeiçoamento nas universidades públicas estaduais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 11 jul. 2014. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/150318978/lei-6914-14-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 12 jul. 2014.

_____. *Lei n. 6.959, de 14 de janeiro de 2015*. Altera o artigo 3º, da Lei n. 6.914, de 6 de novembro de 2014, na forma em que menciona. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 15 jan. 2015. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/160778490/lei-6959-15-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 17 jan. 2015.

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL (Org.). *Audiência pública. Argüição de descumprimento de preceito fundamental 186*. Recurso extraordinário 597.285. STF. Brasília, março, 2010.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/universidadecastelobranco/posts/1685230184855229/>. Acessado em: 14 out. 2019.

UFC. *Nota sobre denúncia de práticas de racismo e agressão física denunciadas na UFC*. 20 jun. 2019. Disponível em: <http://www.ufc.br/noticias/13137-nota-sobre-denuncia-de-praticas-de-racismo-e-agressao-fisica-denunciadas-na-ufc>. Acessado em 8 out. 2019.

UFF. *Censo 2017 - Síntese com foco na UFF*. 29 jul. 2019a. Disponível em: <http://www.uff.br/node/11802>. Acessado em: 7 mar. 2020.

UFF. *UFF em números*. 28 mar. 2019b. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=uff-em-numeros-0>. Acessado em: 30 mar. 2019.

UFF. *25% dos alunos tem renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio*. 10 mai. 2019c. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=25-dos-alunos-tem-renda-familiar-bruta-igual-ou-inferior-um-salario-minimo-e-meio>. Acessado em: 06 jun. 2019.

UFF. *Bolsas e auxílios*. 2019d. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=calouros/4-bolsas-e-auxilios>. Acessado em: 28 out. 2019.

UFF. *O futuro das cotas na UFF*. Cotas em PPGs da UFF. Niterói: 16 ago. 2019f.

UFF. *UFF lança Programa de Prevenção e Atenção à Saúde Mental dos Estudantes*. 11 nov. 2019g. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=noticias/11-11-2019/uff-lanca-programa-de-prevencao-e-atencao-saude-mental-dos-estudantes>. Acessado em: 17 dez. 2019.

UFF. *Antonio Claudio é eleito novo reitor da Universidade Federal Fluminense*. 17 mai. 2018. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=antonio-claudio-e-eleito-novo-reitor-da-universidade-federal-fluminense>. Acessado em: 29 mar. 2019.

UFF. *UFF - Cotistas ocuparão 50% das matrículas de graduação*. 5 mai. 2019h. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=uff-cotistas-ocuparao-50-das-matriculas-de-graduacao>. Acessado em: 20 fev. 2020.

UFF PROAES. *Relatório de Gestão Proaes 2019*. Disponível em: http://www.uff.br/sites/default/files/informes/relatorio_de_gestao_proaes_2019.pdf. Acessado em: 04 fev. 2019.

UFF PSIPARALELA. *Semana Paralela de Psi Preta*. Facebook. 6 mai. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/uff.psiparalela/>. Acessado em: 22 jan. 2020.

UFF TRANSPARÊNCIA. 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/transparencia/>. Acessado em 20 fev. 2020.

Vídeos

REDE TVT. Youtube. *Manifestação USP*. Disponível em: 13 mai. 2014
<https://www.youtube.com/watch?v=4BnKE6FGDIc>. Acessado em: 7 set. 2019.

MC G15 - Deu Onda. *MC G15 - Deu Onda (KondZilla)*. Youtube. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=1YxcW8jtFw0>. Acessado em: 15 out. 2019.

SANTOS, Milton. *Documentário da TV Legislativa da Bahia. Milton Santos*. MATA, Renata. TRINDADE, Roberta. Direção. 1994. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9KV_hUJN71I. Acessado em: 23 set. 2019.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DIRECIONADAS A DOCENTES

Item 1 – Identificação

O objetivo é conhecer um pouco o entrevistado e situá-lo na estrutura social e de poder da instituição.

1- Fale um pouco de si: Como você se autoidentifica, do ponto de vista cor/raça (branco, preto, pardo, amarelo ou indígena)? Onde mora? Seus pais concluíram o nível superior?

2- Fale da sua relação com a UFF: tempo de UFF e departamento em que está lotado.

3- Quantos colegas negros (docentes) da UFF sr^o(a) conhece, aproximadamente? E no seu departamento são quantos?

4- O sr^o(a) é filiado ou associado a alguma entidade, sindicato ou Partido?

5- Como teve contato com o pessoal do ENUFF? Você sabe como e quando o coletivo foi criado?

Item 2 – Ações afirmativas

O objetivo é verificar como o entrevistado percebe as ações afirmativas na UFF. E se reconhece algum impacto na instituição após a implementação da política pública.

1- Qual a seu entendimento sobre a política de ações afirmativas da UFF, em especial as cotas para negros?

2- O sr^o(a) acha que a universidade mudou após a adoção das ações afirmativas na universidade? Por quê?

3- A universidade estava preparada para os impactos da implementação das ações afirmativas. Qual a sua opinião?

4- Você poderia dizer se aumentaram as reprovações das disciplinas nos cursos?

5- Você acha que deveria ser feita alguma mudança curricular nos cursos após a UFF ter adotado as ações afirmativas?

6- O sr^o(a) acha que seria oportuno que a UFF investisse na capacitação os Docentes e Taes, com foco nas políticas afirmativas? Ou acha isso irrelevante? Por quê?

Item 3 – Conflitos na UFF

O objetivo é buscar conhecimento sobre a ocorrência dos conflitos, suas naturezas, dinâmicas, impactos, mediações e soluções.

1- Como é a sua relação com os estudantes, em especial os estudantes cotistas em sala de aula (na graduação e na pós)?

2- Você alterou, de alguma forma, a didática e/ou a abordagem em sala de aula após a adoção das ações afirmativas pela universidade?

3- Em relação aos colegas docentes, já percebeu ou ouviu dizer sobre alguma manifestação de mal-estar, má vontade, ou até mesmo de insegurança do colega quando é necessário ministrar aulas para estudantes cotistas? Qual a sua opinião sobre isso?

4- Já teve ciência ou ouviu falar de algum conflito envolvendo estudantes cotistas, Taes e Docentes (nas salas de aula, nos setores, bandeirão, pátio, etc.)? na UFF? Se sim, sabe como foi que ocorreu, local, atores? Sabe como esses conflitos foram mediados? Sabe se foram solucionados ou não? Se nunca ouviu – acha que existem? Por que? Se existem, por que o sr^o não ficou sabendo?

5- Já passou por algum tipo de constrangimento com estudante (cotistas ou não) em sala de aula? Se sim, pode relatar?

6- Conhece ouvidoria geral da UFF? Já fez alguma denúncia? Por quê?

7- Considerando a sua experiência, quais cursos que você acha que têm mais potencial de conflitos envolvendo cotistas na UFF? Por quê?

8- Em sua opinião, existe racismo na UFF? Por quê?

DIRECIONADAS AOS ESTUDANTES

Item 1 – Identificação

Objetivo é conhecer um pouco o entrevistado e situá-lo na estrutura social e de poder da instituição.

1- Fale um pouco de si: Como você se autoidentifica, do ponto de vista cor/raça (branco, preto, pardo, amarelo ou indígena)? Idade? Onde mora? Seus pais concluíram o nível superior?

2- Fale da sua relação com a UFF: Curso? Forma de ingresso (Enem, mudança de curso, transferência)? Tempo de UFF: (Qual a data de ingresso e período que se encontra no curso)? Usufrui de alguma bolsa ou auxílio da universidade? Você trabalha? Se sim, como consegue compatibilizar?

3- É filiado ou associado a alguma entidade, sindicato ou Partido?

4- Milita no DCE/UFF?

5- Como teve contato com o CENUFF? Você sabe como e quando o coletivo foi criado?

Item 2 – Ações afirmativas

O objetivo é verificar como o entrevistado percebe as ações afirmativas na UFF. E se reconhece algum impacto na instituição após a implementação da política pública.

1- Aproximadamente, quantos colegas (estudantes) negros você conhece no seu curso?

2- Aproximadamente, quantos docentes negros da UFF você teve contato durante a sua trajetória acadêmica?

3- Qual a sua opinião sobre a política de ações afirmativas da UFF, em especial as cotas sociais/raciais para negros? Por quê?

4- Você acha que a universidade mudou após a adoção das ações afirmativas na universidade? Por quê?

5- Você poderia dizer se aumentaram as reprovações das disciplinas nos cursos ou de algum professor específico?

6- Você acha que deveria ser feita alguma mudança curricular nos cursos após a UFF ter adotado as ações afirmativas?

7- Você acha que seria oportuno que a UFF investisse na capacitação os Docentes e Taes, com foco nas políticas afirmativas? Ou acha isso irrelevante? Por quê?

Item 3 – Conflitos na UFF

O objetivo é buscar conhecimento sobre a ocorrência dos conflitos, suas naturezas, dinâmicas, impactos, mediações e soluções.

1- De acordo como as experiências já vivenciadas pelo Coletivo (ou sua), o que o Cenuff (ou você) pode dizer sobre a integração dos estudantes cotistas na comunidade universitária? Por quê?

2- O que o Cenuff (ou você) acha dos trotes aos estudantes calouros realizados na universidade? Vocês incentivam aos estudantes cotistas a participar. Qual a posição do Cenuff (ou a sua)?

3- Quanto às festas, chopadas, etc. produzidas no âmbito dos cursos, o Cenuff (ou você) aconselha os cotistas a participar?

4- O que o Cenuff (ou você) pode dizer sobre a adaptação dos estudantes cotistas no cotidiano da vida acadêmica? Tem sido difícil, tranquila? Por quê?

5- Como é a sua relação com os professores em sala de aula?

6- Como é a sua relação com os TAEs da UFF, em especial aqueles ligados diretamente ao seu curso? Por quê?

7- Como é a sua relação com os estudantes oriundos do sistema de ampla concorrência da UFF? Por quê?

8- Você acha que existe alguma tensão política entre os próprios estudantes cotistas? Por quê?

9- O Cenuff ou você tem informações se estudantes cotistas estão sofrendo algum dano psicológico (depressão, ansiedade, etc.) em função dos conflitos nas UFF? Se sim, qual

seriam os motivos? O Cenuff atua nesses casos? Saberá dizer qual é a política da universidade para esses problemas?

10- Já vivenciou, teve ciência ou ouviu falar de algum conflito ou constrangimento entre estudantes cotistas e estudantes do sistema de ampla concorrência, docentes e TAEs (nas salas de aula, nos setores, bandeirão, pátio, etc.) na UFF? Se sim, pode relatar o episódio? Você (ou o Cenuff) acompanhou o desenrolar desses conflitos, ou seja, sabe como foram mediados e solucionados?

11- Já teve ciência ou ouviu falar de algum conflito envolvendo estudantes cotistas com a administração da universidade? Se sim, como foi isso, o que ocorreu?

12- O Cenuff já fez alguma denúncia em relação às fraudes no processo de acesso pelas ações afirmativas, em especial às cotas social/raciais para estudantes negros? Como vocês identificam as fraudes, explique? Vocês tem alguma tática em sala de aula, redes sociais, etc.? Como vocês atuam em caso de denúncias não feitas pelo Cenuff?

13- Conhece ouvidoria geral da UFF? Já fez alguma denúncia? Por quê?

14- Considerando a sua experiência, quais cursos que você acha que têm mais potencial de conflitos envolvendo cotistas na UFF? Por quê?

15- Você já passou algum tipo de constrangimento para acesso aos espaços acadêmicos da UFF? Se sim, como foi isso, o que ocorreu?

16- Em sua opinião, existe racismo na UFF? Por quê?

DIRECIONADAS AOS TAES

Item 1 – identidade

O objetivo é conhecer um pouco o entrevistado e situá-lo na estrutura social e de poder da instituição.

1- Fala de si: Seus pais concluíram o nível superior? Onde mora? Escolaridade?

2- Fale da sua relação com a UFF: tempo de UFF e setor em que está lotado?

3- Quantos colegas negros (TAEs) da UFF você conhece, aproximadamente? E no seu setor são quantos?

4- É filiado ou associado a alguma entidade, sindicato ou Partido?

5- Como teve contato com o pessoal do ENUFF?

Item 2 - Ações Afirmativas

O objetivo é verificar como o entrevistado percebe as ações afirmativas na UFF. E se reconhece algum impacto na instituição após a implementação da política pública.

1- Qual a sua opinião sobre a política de ações afirmativas da UFF, em especial as cotas para negros?

2- O sr^o(a) acha que a universidade mudou após a adoção das ações afirmativas na universidade?

3- O sr^o(a) considera que a implementação de política de cotas na UFF ocasionou alguma mudança em sua rotina administrativa ou de gestão educacional? Se sim, quais?

4- Do seu ponto de vista, o sr^o(a) entende que a universidade estava preparada para os impactos da implementação das ações afirmativas?

5- O sr^o(a) acha que seria oportuno que a UFF investisse na capacitação os Docentes e Taes, com foco nas políticas afirmativas? Ou acha isso irrelevante?

Item 3 – Conflitos na UFF

O objetivo é buscar conhecimento sobre a ocorrência dos conflitos, suas naturezas, dinâmicas, impactos, mediações e soluções.

1- Já teve ciência ou ouviu falar de algum conflito de estudantes cotistas com estudantes do sistema de ampla concorrência, docentes e TAEs (nas salas de aula, nos setores, bandeirão, pátio, etc.) na UFF? Se sim, você acompanhou o desenrolar desses conflitos, ou seja, sabe como foram mediados e solucionados?

2- Já passou por algum constrangimento com estudantes (cotistas ou não) durante o seu trabalho? Se sim, pode relatar?

3- O sr^o(a) conhece ouvidoria geral da UFF? Já fez alguma denúncia?

4- Considerando a sua experiência, quais cursos que o sr^o(a) acha que têm mais potencial de conflitos envolvendo cotistas na UFF? Por quê?

5- Em sua opinião, existe racismo na UFF? Por quê?

DIRECIONADAS À COMISSÃO DE AFERIÇÃO

Item 1 – Identificação

O objetivo é conhecer um pouco o entrevistado e situá-lo na estrutura social e de poder da instituição.

1- Fale um pouco de si: Como você se autoidentifica, do ponto de vista cor/raça (branco, preto, pardo, amarelo ou indígena)? A que segmento pertence na universidade (Estudante, Tae ou Docente)?

Item 2 – Trabalho da Comissão de Aferição

O objetivo é conhecer a dinâmica das tarefas da Comissão e as relações de poder.

1- Tempo na Comissão? E como foi convidado para integrar a equipe de trabalho? Por que acha que foi convidado?

2- Qual é a sua tarefa dentro da Comissão?

3- Você gosta de trabalhar na Comissão e dos resultados que ela apresenta? Por quê?

4- Como é trabalhar com as ações afirmativas na UFF? Destaque os obstáculos, desafios e aprendizados?

5- A equipe fez algum tipo de capacitação para trabalhar na comissão? Se sim, como foi? Valeu a pena? O que foi tratado? Se não, acha que deveria ter tido? Para tratar de que temas?

Item 3 - Ações afirmativas

O objetivo é verificar como o entrevistado percebe as ações afirmativas na UFF. E se reconhece algum impacto na instituição após a implementação da política pública.

1- Qual a sua opinião sobre a política de ações afirmativas da UFF, em especial as cotas para negros? Por quê?

2- Você acha que a universidade mudou após a adoção das ações afirmativas na universidade? Por quê?

3- Considera que a implementação de política de Cotas na UFF ocasionou alguma mudança em sua rotina administrativa ou de gestão educacional? Se sim, quais? Se não, Por quê?

4- Do seu ponto de vista, você acha que a universidade estava preparada para os impactos da implementação das ações afirmativas? Por quê?

5- Você acha que seria oportuno que a UFF investisse na capacitação os Docentes e Taes, com foco nas políticas afirmativas? Ou acha isso irrelevante?

Item 4 – Conflitos na UFF

O objetivo é buscar conhecimento sobre a ocorrência dos conflitos, suas naturezas, dinâmicas, impactos, mediações e soluções.

1- Como é o trabalho em equipe da Comissão? Existem conflitos entre os integrantes da comissão durante o processo de trabalho? Se sim, quais e como são solucionados? São frequentes?

2- Já ocorreu de alguém ser chamado atenção ou ser excluído da equipe da Comissão? Se sim, qual foi o motivo?

3- Como é a relação da equipe de trabalho com a coordenação da Comissão durante o trabalho?

4- Você se sente controlada durante o processo de trabalho?

5- Existem conflitos com a equipe da Coordenação de Seleção Acadêmica - Coseac? Se sim, quais e como são solucionados?

6- Quanto à composição da Comissão, existem questionamentos? Se sim, como são respondidos? Ainda sobre a composição, as substituições são frequentes? Por quais motivos?

7- Você já teve ciência de algum tipo de intervenção da Reitoria, através da Pro-reitoria de Graduação – Prograd, no processo de trabalho da Comissão? Se sim, qual foi o motivo? É frequente?

8- Já passou por algum constrangimento com algum candidato as cotas (vestibulando) durante o seu trabalho? Se sim, pode relatar?

9- Já passou por algum constrangimento com estudantes (cotistas ou não) durante o seu trabalho? Se sim, pode relatar?

10- E fora do ambiente de trabalho da UFF, já passou algum constrangimento a respeito das tarefas na Comissão? Se sim, como foi?

11- Em sua experiência na Comissão, soube de alguma denúncia de fraude do trabalho da Comissão oriunda do Cenuff ou do Enuff?

12- A Comissão já teve a necessidade de emitir alguma nota pública para a sociedade em função do resultado do trabalho? Se sim, qual foi o motivo? É frequente?

13- O que você poderia informar sobre a frequência de denúncias de conflitos em relação à política de cotas na UFF? Você saberia dizer se a Comissão acompanha o desenrolar desses conflitos, ou seja, sabe como foram mediados e solucionados?

14- Considerando a sua experiência, quais cursos que você acha que têm mais potencial de conflitos envolvendo cotistas na UFF? Por quê?

15- Em sua opinião, existe racismo na UFF? Por quê?

DIRECIONADA À PRÓ-REITORA – PROGRAD

Item 1 – Identificação

O objetivo é conhecer um pouco o entrevistado e situá-lo na estrutura social e de poder da instituição.

1- Fale um pouco de si: Como você se autoidentifica, do ponto de vista cor/raça (branco, preto, pardo, amarelo ou indígena)? Tempo de UFF, Em qual Departamento está lotada na UFF?

2- Quanto tempo a sr^a tem na gestão da Prograd?

3- A Sr.^a é filiada ou associada a alguma entidade, sindicato ou Partido? Já teve contato com alguma entidade do movimento negro antes de assumir a Pró-reitoria?

Item 2 - Ações Afirmativas

O objetivo é verificar como o entrevistado percebe as ações afirmativas na UFF. E se reconhece algum impacto na instituição após a implementação da política pública.

1- Qual a sua opinião sobre a política de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras? Por quê?

2- Qual a sua leitura, enquanto gestora, sobre a política de ações afirmativas da UFF, em especial as cotas sociais/raciais para negros? Por quê?

3- Como esta sendo feito o monitoramento das ações afirmativas na UFF? Têm sido produzidos relatórios partir de Análises de políticas públicas? Se sim, estão disponibilizados para a sociedade? Está previsto algum tipo de Avaliação quando se chegar aos 10 anos?

4- Qual é o quadro atualizado da ocupação das vagas por ações afirmativas na UFF, está publicado?

5- A UFF já alcançou as metas estabelecidas na implementação da Lei 12.711/2012? Se não, Por quê? E como a universidade pretende atingir?

6- A Sr.^a acha que a universidade mudou após a adoção das ações afirmativas na universidade? Por quê?

7- Considera que a implementação de política de Cotas na UFF ocasionou alguma mudança rotina administrativa ou de gestão educacional na universidade? Se sim, quais? Se não, Por quê?

8- Do seu ponto de vista, a Sr.^a acha que a universidade estava preparada para os impactos da implementação das ações afirmativas? Por quê?

9- A Sr.^a sabe quantos professores negros a UFF possui em seu corpo docente? Se não, vocês pretendem aferir? Se sim, esse contingente precisa aumentar ou não? A UFF tem alguma política para isso, qual a sua opinião?

10- A Sr.^a acha que seria oportuno que a UFF investisse na capacitação os Docentes e Taes, com foco nas políticas afirmativas? Ou acha isso irrelevante? Por quê?

Item 3 – Conflitos na UFF

O objetivo é buscar conhecimento sobre a ocorrência dos conflitos, suas naturezas, dinâmicas, impactos, mediações e soluções.

1- Já teve ciência ou ouviu falar de algum conflito ou constrangimento entre estudantes cotistas e estudantes do sistema de ampla concorrência, docentes e TAEs (nas salas de aula, nos setores, bandejão, pátio, etc.) na UFF? Se sim, pode relatar o episódio? A Prograd acompanha o desenrolar desses conflitos, ou seja, sabe como foram mediados e solucionados?

2- Já teve ciência de algum conflito envolvendo estudantes cotistas com a administração da universidade? Se sim, como foi isso, o que ocorreu?

3- O que a Sr.^a poderia informar sobre a frequência de denúncias de conflitos em relação à política de cotas na UFF?

4- A Sr.^a acha que existe alguma tensão política entre os próprios estudantes cotistas? Por quê?

5- A Prograd tem informações se estudantes cotistas estão sofrendo algum dano psicológico (depressão, ansiedade, etc.) em função dos conflitos nas UFF? Se sim, qual é a política da universidade para esse problema?

- 6- Como a UFF lida com as denúncias de fraudes na política de ações afirmativas, em especial aquelas relacionadas à estudantes negros?
- 7- Em sua opinião, qual seria o motivo dessas tentativas de fraudes no sistema de seleção?
- 7- O que a Sr.^a poderia informar sobre a frequência dessas denúncias?
- 8- Saberria dizer quais são as tentativas de fraudes na seleção mais recorrentes? Por qual motivo a Sr.^a acha que elas se repetem?
- 9- Como funciona a Ouvidoria Geral da UFF no que diz respeito a denúncias envolvendo estudantes cotistas?
- 10- Considerando a sua experiência, quais cursos que a Sr.^a acha que têm mais potencial de conflitos envolvendo cotistas na UFF? Por quê?
- 11- Qual foi o motivo que provocou a Recomendação do Ministério Público Federal/RJ a respeito da implementação das ações afirmativas na UFF?
- 12- Como foi o processo de implementação das ações afirmativas na UFF, após a Recomendação do Ministério Público Federal/RJ?
- 13- Como era o trabalho antes da Recomendação do Ministério Público Federal/RJ? Ocorriam denúncias de fraudes e outros conflitos na UFF?
- 14- Em sua experiência na Pró-reitoria, soube de alguma denúncia de fraude do trabalho da Comissão oriunda do Cenuff ou do Enuff? Se sim, quais foram?
- 15- Seu gabinete acompanha o trabalho da Comissão de perto? Ou o Coordenador tem autonomia? Como é o trabalho da Comissão e sua equipe? A Pró-reitoria tem informação se existem conflitos entre os integrantes da comissão durante o processo de trabalho? Se sim, quais e como são solucionados? São frequentes?
- 16- Já ocorreu de alguém ser chamado atenção ou ser excluído da equipe da Comissão? Se sim, qual foi o motivo?

17- Quanto à composição da Comissão, existem questionamentos? Se sim, como são respondidos? Ainda sobre a composição, as substituições são frequentes? Por quais motivos?

18- Saberíamos dizer se existem conflitos entre a Comissão e a equipe da Coordenação de Seleção Acadêmica - Coseac? Se sim, quais e como são solucionados?

19- Já ocorreu algum tipo de intervenção da Reitoria, através da Pró-reitoria de Graduação – Prograd, no processo de trabalho da Comissão? Se sim, qual foi o motivo? É frequente?

20- A Prograd junto da Comissão já teve a necessidade de emitir alguma nota pública para a sociedade em função do resultado do trabalho? Se sim, qual foi o motivo? É frequente?

21- Já passou por algum constrangimento com algum candidato às cotas (vestibulando) durante o seu período na gestão? Se sim, pode relatar?

22- Já passou por algum constrangimento com estudantes (cotistas ou não) durante o seu período na gestão? Se sim, pode relatar?

23- E fora do ambiente de trabalho da UFF, já passou algum constrangimento a respeito da sua responsabilidade na gestão das ações afirmativas na UFF? Se sim, como foi?

24- A Sr.^a já passou algum tipo de constrangimento para acesso aos espaços acadêmicos da UFF, por sua cor? Se sim, como foi isso, o que ocorreu?

25- Em sua opinião, existe racismo na UFF? Por quê?

DIRECIONADAS AO COORDENADOR DA COMISSÃO DE AFERIÇÃO

Item 1 – Identificação

O objetivo é conhecer um pouco o entrevistado e situá-lo na estrutura social e de poder da instituição.

1- Fale um pouco de si: Como você se autoidentifica, do ponto de vista cor/raça (branco, preto, pardo, amarelo ou indígena)? A que segmento pertence na universidade

(Tae ou Docente)? Tempo de UFF? Em qual Departamento ou setor está lotado na universidade?

2- O srº é filiado ou associado a alguma entidade, sindicato ou Partido? Já teve contato com alguma entidade do movimento negro antes de assumir a Comissão de Aferição da UFF?

Item 2 - Ações Afirmativas

O objetivo é verificar como o entrevistado percebe as ações afirmativas na UFF. E se reconhece algum impacto na instituição após a implementação da política pública.

1- Qual a sua opinião sobre a política de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras? Por quê?

2- Qual a sua leitura, enquanto gestor, sobre a política de ações afirmativas da UFF, em especial as cotas sociais/raciais para negros? Por quê?

3- Saberria dizer que se a UFF já alcançou as metas estabelecidas na implementação da Lei 12.711/2012? Se não, Por quê? Tem ciência de como a universidade pretende atingir?

4- Você acha que a universidade mudou após a adoção das ações afirmativas na universidade? Por quê?

5- Considera que a implementação de política de Cotas na UFF ocasionou alguma mudança rotina administrativa ou de gestão educacional na universidade? Se sim, quais? Se não, Por quê?

6- Do seu ponto de vista, você acha que a universidade estava preparada para os impactos da implementação das ações afirmativas? Por quê?

7- Você acha que seria oportuno que a UFF investisse na capacitação os Docentes e Taes, com foco nas políticas afirmativas? Ou acha isso irrelevante? Por quê?

Item 3 – Trabalho da Comissão de Aferição

O objetivo é conhecer a dinâmica das tarefas da Comissão e as relações de poder.

- 1- Quanto tempo a sr^o tem na gestão da Comissão Aferição da UFF?
- 2- Como foi convidado para integrar a equipe de trabalho? Por que acha que foi convidado?
- 3- Qual é a sua tarefa dentro da Comissão?
- 4- Explique o funcionamento da Comissão?
- 5- Você gosta de trabalhar na Comissão e dos resultados que ela apresenta? Por quê?
- 6- Como é trabalhar com as ações afirmativas na UFF? Destaque os obstáculos, desafios e aprendizados?
- 7- A equipe fez algum tipo de capacitação para trabalhar na Comissão? Se sim, como foi? Valeu a pena? O que foi tratado? Se não, acha que deveria ter tido? Para tratar de que temas?

Item 4 – Conflitos na UFF

O objetivo é buscar conhecimento sobre a ocorrência dos conflitos, suas naturezas, dinâmicas, impactos, mediações e soluções.

- 1- Já teve ciência ou ouviu falar de algum conflito ou constrangimento entre estudantes cotistas e estudantes do sistema de ampla concorrência, docentes e TAEs (nas salas de aula, nos setores, bandeirão, pátio, etc.) na UFF? Se sim, pode relatar o episódio? Você acompanha o desenrolar desses conflitos, ou seja, sabe como foram mediados e solucionados?
- 2- Já teve ciência de algum conflito envolvendo estudantes cotistas com a administração da universidade? Se sim, como foi isso, o que ocorreu?
- 3- Como a Comissão lida com as denúncias de fraudes na política de ações afirmativas, em especial aquela relacionadas aos estudantes negros?
- 4- Em sua opinião, qual seria o motivo dessas tentativas de fraudes no sistema de seleção?

- 5- O que você poderia informar sobre a frequência dessas denúncias?
- 6- Quais são as tentativas de fraudes na seleção mais recorrentes? Por qual motivo você acha que elas se repetem?
- 7- Em sua opinião, qual seria o motivo dessas tentativas de fraudes no sistema de seleção?
- 8- A Comissão acompanha o desenrolar desses conflitos relacionados às denúncias, ou seja, sabe como foram mediados e solucionados?
- 9- Em sua experiência na Comissão, soube de alguma denúncia de fraude do trabalho da Comissão encaminhada pelo do Cenuff ou do Enuff?
- 10- Você acha que existe alguma tensão entre os próprios estudantes cotistas? Por quê?
- 11- A Comissão, junto da Prograd, já teve a necessidade de emitir alguma nota pública para a sociedade em função do resultado do trabalho? Se sim, qual foi o motivo? É frequente?
- 12- Você conhece a Ouvidoria Geral da UFF? Se sim, saberia dizer como funciona no que diz respeito a denúncias de conflitos envolvendo estudantes cotistas?
- 13- Considerando a sua experiência, quais cursos que você acha que têm mais potencial de conflitos envolvendo cotistas na UFF? Por quê?
- 14- Como é o trabalho em equipe da Comissão? Existem conflitos entre os integrantes da comissão durante o processo de trabalho? Se sim, quais e como são solucionados? São frequentes?
- 15- Já ocorreu de alguém ser chamado atenção ou ser excluído da equipe da Comissão? Se sim, qual foi o motivo?
- 16- Como é a relação da equipe de trabalho com a coordenação da Comissão durante o trabalho?
- 17- Existem conflitos da Comissão com a equipe da Coordenação de Seleção Acadêmica - Coseac? Se sim, quais e como são solucionados?

18- Quanto à composição da Comissão, existem questionamentos? Se sim, como são respondidos? Ainda sobre a composição, as substituições são frequentes? Por quais motivos?

19- Você já teve ciência de algum tipo de intervenção da Reitoria, através da Proreitoria de Graduação – Prograd, no processo de trabalho da Comissão? Se sim, qual foi o motivo? É frequente?

20- Você se sente controlado pela Prograd durante o processo de trabalho?

21- Já passou por algum constrangimento com algum candidato às cotas (vestibulando) durante o seu trabalho? Se sim, pode relatar?

22- Já passou por algum constrangimento com estudantes (cotistas ou não) durante o seu trabalho? Se sim, pode relatar?

23- E fora do ambiente de trabalho da UFF, já passou algum constrangimento a respeito das tarefas na Comissão? Se sim, como foi?

24- A Comissão, junto da Prograd, já teve a necessidade de emitir alguma nota pública para a sociedade em função do resultado do trabalho? Se sim, qual foi o motivo? É frequente?

25- O que você poderia informar sobre a frequência de denúncias de conflitos em relação à política de cotas na UFF? Você saberia dizer se a Comissão acompanha o desenrolar desses conflitos, ou seja, sabe como foram mediados e solucionados?

26- Considerando a sua experiência, quais cursos que você acha que têm mais potencial de conflitos envolvendo cotistas na UFF? Por quê?

27- Você já passou algum tipo de constrangimento para acesso aos espaços acadêmicos da UFF, por sua cor? Se sim, como foi isso, o que ocorreu?

28- Em sua opinião, existe racismo na UFF? Por quê?